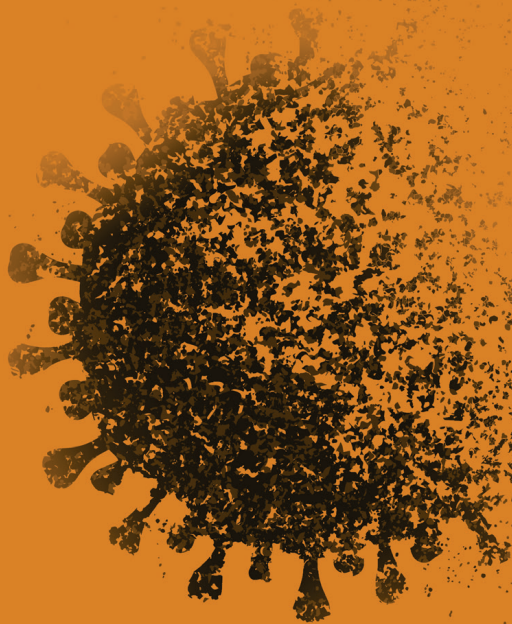


ESTEVIÃO BOSCO • REBECCA LEMOS IGREJA • LAURA VALLADARES
(COORDS.)

A AMÉRICA LATINA FRENTE AO GOVERNO DA COVID-19

DESIGUALDADES, CRISES, RESISTÊNCIAS



FLACSO
BRASIL



Coleção Estudos Globais

Estevão Bosco
Rebecca Lemos Igreja
Laura Valladares
(Coordenadores)

A AMÉRICA LATINA FRENTE AO GOVERNO DA COVID-19

DESIGUALDADES, CRISES, RESISTÊNCIAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bosco, Estevão

A América Latina frente ao Governo da COVID-19
[livro eletrônico] : desigualdades, crises,
resistências / Estevão Bosco, Rebecca Lemos
Igreja, Laura Valladares. -- 1. ed. -- Brasília, DF :
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,
2022. -- (Coleção de estudos globais)
PDF.

ISBN 978-65-87718-30-9

1. América Latina - Aspectos sociais
2. COVID-19 (Doença) - Aspectos sociais
3. Crise econômica e financeira 4. Democracia -
América Latina 5. Desigualdades sociais
6. Governança global I. Igreja, Rebecca Lemos.
II. Valladares, Laura. III. Título IV. Série.

22-106579

CDD-362

Índices para catálogo sistemático:

1. COVID-19 : Pandemia : Desigualdades : Aspectos
socioeconômicos : Problemas sociais 362

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Prefácio.....7

Introdução.....9

Estevão Bosco, Rebecca Lemos Igreja e Laura Valladares

PARTE I – ENTRE O LOCAL E O GLOBAL.....21

A Pandemia como Fato Social Total Global.....22

Frédéric Vandenberghe e Jean-François Véran

**El país modelo y su sombra. La gestión de la
pandemia en Uruguay.....45**

María Noel Curbelo, Gonzalo Gutiérrez Nicola, Marcelo Rossal

***Para quê e por quem os isolados saem de suas casas?
O isolamento social no Brasil como problema sociológico.....68***

Lidiane Soares Rodrigues

**PARTE II – DEMOCRACIA, DESIGUALDADES E
RESISTÊNCIAS101**

**Persistiendo. Vivencias de la pandemia de la
COVID-19 en la Amazonía ecuatoriana.....102**

Ivette Vallejo Real, Lisset Coba Mejía e
Marisol Rodríguez Pérez

**La pandemia COVID-19 como acontecimiento y
la disputa política de los discursos negacionista
y científico.....143**

Jorge O. Romano, Thais P. Bittencourt, Liza Uema,
Caroline B. O. Aguiar y Larissa R. Ferreira

**Lockdown no Brasil: polarização política infectando
o discurso sanitário sobre a COVID-19.....178**

Marcelo Santos, Oscar Jaramillo Castro e Verónica Rocamora

Fé em tempos de pandemia: discurso(s) e contradições.....	207
Fabrício Antônio Antunes Soares e Luana Josephino de Melo	
El inédito rostro de la ultraderecha mexicana: el caso del Frente Nacional Anti AMLO (FRENAA).....	248
Jaime Aragón-Falomir	
PARTE III – GOVERNANÇA E GEOPOLÍTICA.....	274
Pandemia y política en países del Sur.....	275
Jorge O. Romano, Liza Uema, Juanita Cuellar Benavides, Daniel S.S. Borges, Daniel Macedo L. V. Monteiro e Pâmella Silvestre de Assumpção	
Suspender o mantener las sanciones internacionales en tiempos de pandemia: el caso venezolano.....	308
Thomas Posado	
Da sindemia à saúde planetária: uma visão para as Américas.....	322
Ana Flávia Barros-Platiau e Nicole de Paula	
Nota sobre os autores.....	343

Prefácio

A COVID-19 é um acontecimento liminal. Repentinamente, reconfigurou a organização da vida quotidiana, colocou a ordem política à prova e levou à recessão econômica. Confinamento, máscaras, distanciamento social, todas essas medidas preventivas que visam conter o risco de contágio dissolveram formas tácitas da socialização, as quais respondem por boa parte da familiaridade do mundo social que habitamos. Hospitais em colapso, covas coletivas, corpos em putrefação nas casas e nas ruas: sofrimento, morte e epidemiologistas ocuparam os noticiários, as fronteiras foram fechadas e a política foi reduzida à saúde, seja para gerir a ameaça ou para negá-la. Bolsas de valores desmoronaram e a atividade econômica ficou restrita ao essencial.

Nesse processo, a pandemia atual tornou evidente os limites da sociedade do mercado, o caráter trágico de injustiças da ordem social e modificou as condições da disputa política. Isto é, a pandemia também fez emergir novas maneiras de agir, pensar e sentir. Da favela de Paraisópolis, em São Paulo, aos moradores de rua em Montevideo e mulheres indígenas no Equador, a pandemia forçou o florescimento de novas formas de solidariedade e resistência e reafirmou a importância do Estado e das instituições internacionais. Só o tempo dirá se da experiência global de sofrimento tomará forma uma nova visão de comunidade política, mais inclusiva e cosmopolita. Isso significa que, se é razoável afirmar que a COVID-19 perderá em urgência epidemiológica com o avanço da vacinação, o mesmo não se pode dizer de suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A América Latina foi a região mais afetada do planeta. Disfunções sistêmicas crônicas, corrupção sistemática, neoliberalismo, subfinanciamento do sistema de saúde, desigualdades extremas – a pandemia conferiu um realismo mórbido a problemas estruturais da região. Este livro aborda esses problemas. *A América Latina frente ao governo da COVID-19* foi redigido por pesquisadores da Rede Latino-Americana SARS-CoV-2, Poder e Sociedade (RedSars2), sediada no Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, que é um Programa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil). Fundada em setembro de 2020, a

RedSars2 germinou da desarticulação prematura de outra rede, a *Pouvoirs et Sociétés face à la Crise du COVID-19* (Posoc-19). Não fosse o empenho dos fundadores da Posoc-19, a RedSars2 e este livro talvez não tivessem nascido. Por isso, gostaríamos de registrar nosso agradecimento aos fundadores da Posoc-19, Jean-Michel de Waele e Laurent Sermet.

É em contextos de crise aguda como o que atravessamos que a universidade e as redes de pesquisa se revestem de importância histórica particular. Primeiro, pelo registro; é muito provável que outras pandemias desse porte surjam, e o que escrevemos, hoje, certamente terá algum proveito para aqueles que virão. Segundo, porque a universidade pode oferecer algum esclarecimento sobre aquilo que nos aflige. Por fim, porque, para enfrentar o desconhecido, precisamos unir forças, na tentativa de elevar o presente histórico ao pensamento. É com essa concepção crítica e colaborativa de conhecimento científico que este livro foi organizado.

Historicamente, sabemos que epidemias não se reduzem ao adoecimento e à morte. Elas decorrem de vulnerabilidades produzidas pela própria sociedade, da urbanização precária, de guerras, do desmatamento, da circulação crescente de pessoas, *inter alia*. São eventos biológicos com implicações existenciais, que envolvem incerteza, medo e desorientação, assim como autoquestionamento e aprendizagem. O esforço de dar sentido à catástrofe que encarnam, portanto, nos leva a acessar características estruturantes da experiência humana e da transformação social. Esperamos que, de alguma maneira, este livro contribua com essa busca.

Estevão Bosco, Rebecca Lemos Igreja e Laura Valladares
São Paulo, Brasília e Cidade do México, setembro de 2021

Introdução

Estevão Bosco, Rebecca Lemos Igreja e Laura Valladares

Uma epidemia é uma doença infecciosa, geralmente causada por um vírus, bactéria ou parasita, com elevado nível de contágio e mortalidade. Porque surge da interação social, não é um fenômeno exclusivamente biológico. Na dimensão social, epidemias envolvem mudanças nas práticas de socialização, as quais visam evitar o contágio com base no conhecimento disponível sobre o modo de transmissão da doença (se pelo ar, pelo toque, pela relação sexual, pela alimentação, etc.). Assim, acabam reafirmando ou, até mesmo, criando formas de diferenciação social: determinadas vulnerabilidades, desigualdades e tipos de exclusão e discriminação se tornam mais visíveis. No plano econômico, limites impostos à mobilidade e o adoecimento de parte expressiva da população restringem significativamente a atividade econômica, geralmente levando à recessão. Ameaça, adoecimento e falecimento também geram instabilidade política: uma epidemia força a reorganização das prioridades morais da política e dá impulso a reivindicações da sociedade civil e formas variadas de resistência. No plano cultural, artistas, intelectuais, cientistas, ativistas e líderes religiosos, entre outros, empenham-se em dar sentido à catástrofe. Em um sentido fundamental, porque radicam no corpo e na interação social, epidemias interrogam a maneira como a sociedade é construída e sua relação com a natureza, i.e., interrogam a relação entre natureza e cultura a partir da experiência social do adoecimento e da morte (ver Turner, 2008: 173-191).

Uma pandemia é uma epidemia que se agravou rapidamente. Uma epidemia é um evento local ou nacional, ao passo que uma pandemia é regional e, potencialmente, global. O que diferencia uma da outra, portanto, é a escala geográfica do contágio e o impacto sobre a ordem social. Por isso, pandemias compõem a gama de eventos globais significativos que alteram o curso da história humana (Chernilo, 2020). Uma pandemia é um evento global dotado de determinadas características que, embora não lhe sejam exclusivas, conferem particularidade a sua manifestação.

Primeiro, uma pandemia possui um realismo evidente: é um even-

to natural que envolve adoecimento e morte. Segundo, historicamente, pandemias não são exceção, mas a regra. Apenas no período moderno, tivemos pandemias de varíola, sarampo, tifo, tuberculose, malária, febre amarela, cólera, dengue, influenza, Peste Bubônica e HIV/AIDS – sem mencionar aquelas que não são causadas por doenças infecciosas, como a obesidade, o câncer e o diabetes (ver Snowden, 2019). Terceiro, sua manifestação demográfica é extensa: pandemias são responsáveis por grande parte de mortes na história da humanidade. Estima-se, por exemplo, que as três ondas da Peste Bubônica ceifaram entre 75 e 100 milhões de vidas e que 50 milhões sucumbiram à Gripe Espanhola entre 1918 e 1919 (Snowden, 2019: 38-39 e 84). Vírus e bactérias também proliferam nas guerras. No século que sucedeu ao fracasso do primeiro ataque espanhol aos Astecas em 1520, cerca de 95% da população nativa faleceu de doenças infecciosas trazidas pelos invasores (Diamond, 1999: 77-78; Snowden, 2019: 103). Mais do que a superioridade tecnológico-militar do aço, da cavalaria e dos mosquetes, o sarampo e a varíola foram decisivos na derrota de um adversário que, até então, nunca tinha tido contato com esses vírus. Por fim, a quarta característica de uma pandemia enquanto evento global é o fato de que suas consequências políticas, geopolíticas, econômicas e culturais são duradouras: ela altera leis, o rumo de guerras e do crescimento econômico, corporifica no outro a ameaça e promove determinados tipos de conhecimento e autoridade em detrimento de outros. Trata-se aqui de uma característica construtivista da pandemia, no sentido de que a doença é objeto de interpretações variadas, muitas vezes concorrentes, que podem, inclusive, sobre-estimar ou subestimar a ameaça real (Delanty, 2020).

A relevância científico-social de pandemias (e epidemias) reside em patologias que emergem da relação elementar entre corpo e interação social e que, por isso, impactam toda a ordem social (ver, por exemplo, Hatty e Hatty, 1999; Turner, 2002; Bosco, 2020a). É forçoso notar que, apesar da alta letalidade, de sua recorrência, da extensão demográfica que possui e de mobilizar o conjunto da sociedade sob a tutela de um tipo determinado de conhecimento (i.e., o conhecimento médico), doenças infecciosas, epidemias e pandemias são temas marginais nas ciências sociais. Algo que talvez ajude a compreender isso seja o fato de que a fundação das ciências sociais envolveu a demarcação de seu domínio de objeto perante as ciências naturais. Seja qual for a razão para isso, epidemias e pandemias são

eventos que impulsionam a transformação social tanto quanto “crises econômicas, guerras, revoluções e mudanças demográficas” (Snowden, 2019: 2). Elas exercem papel crucial na formação da ordem social, ao influenciar a relação entre indivíduos e grupos e entre grupos, a organização do espaço urbano, o funcionamento das instituições, a religião, a arte e, claro, a história da ciência.

No universo de doenças infecciosas que se tornaram pandêmicas, a COVID-19 é singular pela velocidade do contágio e amplitude, afetando a quase totalidade da população mundial simultaneamente. Até onde sabemos, entre dezembro de 2019 e abril de 2020, o vírus se propagou de Whuan, na China, para o sudeste asiático, do sudeste asiático para o resto da Ásia, a Oceania, o Oriente Médio e a Europa, da Europa para as Américas, até chegar em África. Em apenas seis meses, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 uma pandemia mundial e a quase totalidade de governos nacionais implementou algum tipo de restrição à mobilidade doméstica e internacional (Benton et al., 2021).

Por outro lado, à semelhança de todo evento global, a COVID-19 é vivida localmente de maneira distinta. Como a ameaça é experienciada em cada bairro, cidade, país e região está condicionado por fatores estruturais (e.g., padrão médio de vida, desigualdades, infraestrutura econômica e institucional, posição geopolítica do país), socioculturais (nível médio de escolaridade da população, crenças e práticas religiosas) e conjunturais (configuração de forças políticas e política sanitária implementada). Em sentido amplo, a dinâmica local-global que a COVID-19 colocou em marcha escancarou desigualdades, assimetrias internacionais e disfuncionalidades sistêmicas. Pensar a COVID-19, neste sentido, requer analisar a dinâmica local-global em suas esferas intermediárias, situando o nacional, o regional e o internacional (Chernilo, 2020).

Transcorridos quase dois anos desde o início da pandemia, está evidente que o sofrimento em escala global e quase simultâneo não parece ter sido suficiente para revigorar a solidariedade e as energias utópicas. Apesar dos esforços da OMS, assimetrias de poder entre países e regiões prevaleceram sobre a cooperação, em uma dinâmica de disputa nacional por suprimentos médicos, auxílios financeiros, produção e distribuição de vacinas, entre outros, que nos revela a precariedade da globalização, no sentido do déficit moral, de legitimidade e eficácia das instituições políticas, ainda predominantemente nacionais, para enfrentar problemas globais. A

esse estado do mundo correspondem assimetrias de poder e desigualdades, as quais estão refletidas na diferença de letalidade entre regiões: tanto em números oficiais como em “excesso de mortalidade”, a COVID-19 é mais letal na América Latina (ver Karlinski e Kobak, 2021). Na esfera local e nacional, a COVID-19 se introduziu na engrenagem da reprodução de desigualdades socio-raciais: a letalidade do vírus é maior entre pobres, negros e indígenas do que entre brancos, geralmente de classe média e alta (CEPAL, 2021a e 2021b; Sthel e Silva, 2021). A pandemia reafirmou desigualdades socio-raciais como probabilidade de adoecimento e morte.

Como todo fenômeno global, portanto, a COVID-19 requer navegar pela relação ambivalente entre o local e o global, o particular e o universal, sem subsumir níveis intermediários: navegar entre a ameaça comum e a pluralidade de suas manifestações em diferentes estratos do mundo social. Com foco na América Latina, cada um dos capítulos aqui reunidos contribui, de alguma maneira, com a compreensão dessa ambivalência.

Sobre os capítulos¹

O livro inicia com análises da dinâmica local-global da COVID-19. Dando movimento dialético à diferenciação Durkheimiana-Maussiana entre morfologia social e fisiologia social, Frédéric Vandenberghe e Jean-François Véran nos mostram que a COVID-19 não é apenas um “fato social total”, no sentido de mover a “totalidade dinâmica” das sociedades, mas também “global”, que reafirma a interdependência fundamental entre os seres humanos, entre eles e tudo o que é vivo. Ao lado do capitalismo global, do neoliberalismo, do populismo de (extrema-)direita e da ameaça de auto-aniquilação ecológica, argumentam os autores, a pandemia também contribui com as crises do presente, i.e., fenômenos que anunciam uma mudança de época.

Ao desestruturar as sociedades, da socialização quotidiana ao funcionamento dos sistemas, a COVID-19 também joga luz nos limites do neoliberalismo e, em contrapartida, no papel central do Estado e da po-

¹ Agradecemos aos colegas que, anônima e gentilmente, aceitaram avaliar os capítulos deste livro.

lítica. Enquanto Vandenberghe e Vérán caracterizam a acepção “global” do “fato social total” que é a COVID-19, María Curbelo, Gonzalo Nicola e Marcelo Rossal sustentam que é, ademais, um “feito real total”. Os autores analisam o cinismo do governo Lacalle, no Uruguay, que relegou a responsabilidade pela gestão da pandemia à ação individual, e apresentam resultados de uma etnografia de redes de solidariedade que se constituíram para enfrentar a ameaça em Montevideo. Um dos argumentos centrais desenvolvidos no capítulo é o de que a COVID-19 requer incorporar a totalidade da ameaça em ações “sempre mais ou menos locais”.

O capítulo que conclui a Parte I se concentra nas práticas de isolamento social no estado de São Paulo, no Brasil. Com base em resultados de um questionário aplicado *online*, Lidiane Soares Rodrigues nos revela duas implicações do enfrentamento da “pandemia mundial” no estado: primeiro, o caráter voluntário da adesão ao isolamento resultou na individualização da gestão do risco global de contágio; segundo, o índice *geoespacial* de monitoramento do isolamento social utilizado pelo governo estadual é deficiente, pois desconsidera aspectos *sociológicos* que orientam as atitudes dos indivíduos frente ao risco de contágio (e.g., motivações e razões que justificam permissividade/restrrição da interação fora do domicílio). Consequentemente, há diferenças significativas entre a autopercepção dos confinados e os dados do governo sobre o confinamento. Alternativamente, Rodrigues elabora um índice do isolamento social baseado em uma taxonomia de disposições dos indivíduos.

Na Parte II, o leitor é levado aos impactos da COVID-19 na reprodução de desigualdades, às disputas políticas e estratégias de resistência de minorias. O capítulo de Ivette Valejo, Lisset Coba e Marisol Rodríguez analisa a evolução da pandemia na Amazonia equatoriana, com atenção particular para a atuação de organizações indígenas. A responsabilidade pela tragédia equatoriana, que ficou fixada nas imagens de corpos putreficados nas ruas de Guayaquil, recai sobre o governo Moreno: as autoras não exageram ao afirmar que Moreno sequer implementou uma “política mínima de atenção à saúde” – o governo priorizou até mesmo o pagamento antecipado de parte da dívida pública no lugar de atender à população. Além de mostrar que a letalidade da COVID-19 é maior nas regiões amazônicas do país, Valejo, Coba e Rodríguez enfatizam o papel crucial das mulheres indígenas em criar condições para dar sustentação à vida quando o adoecimento se generalizou.

O capítulo seguinte apresenta uma análise política dos discursos “negacionista” e “científico” sobre a pandemia. Partindo da perspectiva fenomenológica de Byung-Chul Han, Jorge Romano, Thaís Bittencourt, Liza Uema, Caroline Aguiar e Larissa Ferreira enfatizam o caráter liminal da COVID-19, como evento cuja acepção social e política emana de um “imprevisível” que “rompe regularidades, padrões e uniformidades inscritas na capacidade de desenhar e gerir o mundo”. Nesse processo, novos elementos se introduzem na disputa por hegemonia, a partir dos quais podem emergir novas formas do político e visões de ordem social.

Que a COVID-19 foi objeto de disputa política, é o que também nos mostram Marcelo Santos, Oscar Jaramillo Castro e Verónica Rocamora. Com base em uma análise descritiva da propagação da desinformação a respeito de medidas de gestão governamental da COVID-19 no Twitter-Brasil (e.g., *lockdown*, isolamento, uso de máscaras, etc.), os autores argumentam que a desinformação segue, em linhas gerais, a dinâmica de polarização política que se iniciou nas jornadas de 2013 no país e que se acentuou com a posição declaradamente negacionista do presidente Bolsonaro. Bolsonaristas (i.e., extrema-direita e parte da direita) propagam mais e estão mais expostos à desinformação sobre a pandemia do que usuários não-bolsonaristas da plataforma (o restante do espectro político).

Em “Fé e pandemia”, o leitor é levado a contradições que emanam da interpenetração entre religião, política e COVID-19. Em sua reconstrução da atuação da “bancada evangélica” na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, no Brasil, Fabrício Soares e Luana Melo sustentam que, por trás do negacionismo dos parlamentares, não encontramos o conhecido conflito de visões mundo entre religião e ciência, mas motivações muito mais mundanas: não é a disseminação da “peste” que preocupa os deputados de Deus, mas a política de contenção do contágio via a restrição da mobilidade, porque implicaria na interrupção dos cultos.

O capítulo de Jaime Aragón Falomir, que trata do uso político da COVID-19 pela extrema direita mexicana, conclui a segunda parte. Com recurso a uma análise quali/quantitativa e teóricos dos movimentos de direita, Falomir argumenta que o surgimento e crescimento da Frente Nacional Anti-AMLO se deve à instrumentalização tanto de incertezas desencadeadas pela pandemia como de tendências pré-existentes de crise de legitimidade da democracia. O autor vincula condições estruturais com elementos conjunturais da pandemia e da globalização do novo populismo para jogar

luz sobre a ascensão “inérita” da extrema direita no país.

Na última e terceira parte, transitamos para a governança global e a geopolítica da COVID-19. O reordenamento das prioridades morais e a necessidade de coordenar as relações internacionais diante de uma ameaça global desconhecida tornaram evidente a precariedade do sistema internacional. Se, por um lado, instituições internacionais contam com conhecimento prático e teórico altamente qualificado, capaz de orientar e dar suporte aos Estados nacionais, a empresas e organizações da sociedade civil, por outro lado, elas possuem baixa autonomia para fazê-lo, suas ações são política, econômica e juridicamente dependentes do Estado nacional. A pandemia, neste sentido, deu um rosto trágico aos limites da organização nacional da ordem mundial.

Assinado por Jorge Romano, Liza Uema, Juanita Benavides, Daniel Borges, Pamella de Assumpção e Daniel Monteiro, o capítulo *Pandemia y política en países del Sur* apresenta uma análise dos discursos de chefes de Estado do Brasil, da Argentina, do Chile, da África do Sul e da Nova Zelândia sobre a pandemia, com base na diferenciação entre discursos “negacionista” e “científico”. A partir da teoria pós-marxista do populismo de Laclau e Mouffe, os autores vinculam internamente as dimensões ôntica da política (administração e gestão) e ontológica do político (correlação de forças e formação de sujeitos) à concepção da COVID-19 como “acontecimento” (Han) que suspende, potencialmente, a “ordem das coisas” (Foucault). O diagnóstico do autores nos revela um duplo movimento de “politização da pandemia” (i.e., posicionamento político e disputa) e “pandemização da política” (condicionamento da política aos especialistas e ao controle dos corpos). Nesse movimento, sobressai-se a importância do Estado, em contraposição ao mercado e ao neoliberalismo.

Como ameaça global, a COVID-19 também levanta questões morais novas sobre o uso de mecanismos de coerção internacional. “Manter ou suspender sanções internacionais em tempos de pandemia”? Em seu capítulo, Thomas Posado aborda as sanções econômicas que o governo dos Estados Unidos da América impõe à Venezuela desde a ascensão de Hugo Chavez – as quais são responsáveis, observa o autor, pelo agravamento da situação socioeconômica e política no país. Em sua análise das razões dadas pelos governos Trump e Biden para justificar a manutenção dessas medidas, Posado identifica limites do apelo moral por solidariedade e cooperação da COVID-19: em seus termos, a “razão política” prevaleceu

sobre a “razão sanitária”.

O capítulo que conclui este livro é assinado por Ana Flávia Barros-Platiau e Nicole de Paula. O diagnóstico das autoras nos revela que, por um lado, a pandemia acentuou desigualdades interseccionais e interdependências regionais, mas, por outro, também teve o efeito duradouro de tornar a saúde um dos grandes temas da agenda internacional, ao lado das crises econômica, humanitária, política e ambiental. Diante disso, Platiau e de Paula desenvolvem uma perspectiva empírico-normativa de “saúde planetária”, orientada para a cooperação entre ciência, Estado e sociedade civil.

COVID-19 e globalização

Em conjunto, os capítulos deste livro nos mostram, por diferentes abordagens disciplinares e recortes temáticos, que a COVID-19 caracteriza uma condição ambivalente: ao mesmo tempo em que dá visibilidade a velhos problemas, ela também coloca novos desafios. Isto não é, evidentemente, uma particularidade de como o vírus foi vivido, significado e gerido na América Latina. É uma condição global. A COVID-19 torna evidente o paradoxo que é viver uma ameaça global enquanto ainda habitamos um mundo teórico e político nacional. Com a crescente circulação de pessoas e produtos, aumento populacional e da densidade demográfica, urbanização precária, aumento da desigualdade social, mudanças ambientais globais, entre outros fatores, é muito provável que enfrentemos outras pandemias desse porte.

A longa história de epidemias deixa claro que vírus, bactérias e parasitas têm escopo potencialmente global e que, por isso, sobre-iluminam os limites da ordem política vigente. Não é de surpreender, portanto, que a crescente interdependência que caracteriza a globalização não significa somente que produção de riquezas, decisões políticas e a cultura perdem gradativamente sua configuração nacional, mas também inclui, como já advertia Ulrich Beck (2002), riscos e destruições (ver Bosco, 2020b). Contingências como a COVID-19 são uma experiência compartilhada a nível global e, nesta medida, dão sentido profundo à condição de interdependência estrutural, podendo levar à formação de públicos globais e a uma po-

liticização “desde dentro”, capaz de dissolver, progressivamente, a organização nacional da ordem mundial. Entretanto, é importante frisar, tanto analítica como empiricamente, que essa dissolução não é homogênea, que não acontece de igual maneira para todos. Como sofrimento global, a pandemia evidencia que a globalização envolve ameaças e destruições desigualmente distribuídas e geridas, as quais podem, por conseguinte, aprofundar assimetrias históricas de poder.

Além de incorrer em perda de eficácia gerencial para enfrentar ameaças globais, a desigualdade entre países e regiões também coloca questões de justiça global. Neste contexto, algo que a COVID-19 deixou claro é a necessidade de fortalecer instituições internacionais, no sentido de terem mais autonomia financeira e política frente ao Estado nacional e de incluírem, além de representantes políticos, corporações e comunidades de especialistas, organizações da sociedade civil nos processos de tomada decisão. Esse fortalecimento das instâncias supranacionais permitiria, se não superar, pelo menos relativizar a política do poder que rege as relações internacionais e proteger a sociedade civil, inclusive contra o Estado, se necessário.

É muito cedo para saber as consequências duradouras da COVID-19. O que sabemos é que, como ameaça global, ela disseminou um senso de interdependência, potencialmente capaz de estimular novas maneiras de estar no mundo e de agir sobre ele. É possível que essa experiência global de sofrimento ofereça alguma referência à humanidade para enfrentar outras contingências globais – como a ameaça de colapso ecológico, por exemplo –, caso venha a fomentar uma consciência cosmopolita na qual cidadãos estejam cientes de sua múltipla inscrição em comunidades políticas, do local ao global, e na natureza. A COVID-19, então, somar-se-ia àqueles fenômenos globais de crise que apontam para a necessidade de construir outra globalização, que supere a redução reificadora da natureza a “recursos naturais” e o estado de competição de todos contra todos. Isto é, uma globalização que reafirme nossa encarnação ontológica em uma natureza comum e a cooperação como imperativo prático para o enfrentamento de problemas globais. Isso passaria, entre outros avanços, por tornar inteligível a diversidade antropológica das *póleis* que habitamos e por traduzi-las na maneira como nos constituímos política e reciprocamente.

Referências

Beck U (2002) *Power in the Global Age: A New Global Political Economy*. London: Polity Press.

Benton M, Batalova J, Davidoff-Gore S, Schmidt T (2021) *COVID-19 and the State of Global Mobility in 2020*. Geneva and Washington: IOM UN and Migration Policy Institute. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/covid-19-and-the-state-of-global.pdf>. Acesso em 27/8/2021.

Bosco E (2020a) “COVID-19 e a reconfiguração de fronteiras sociais, culturais e políticas: reflexões sobre corpo, conhecimento e poder”. In W Ribeiro (org.) *COVID-19: passado, presente e futuro*, São Paulo: FFLCH/USP, 196-207.”

Bosco E (2020b) “Ulrich Beck’s Critical Cosmopolitan Sociology”. In V Cicchelli, S Mesure (eds.) *Cosmopolitanism in Hard Times*. Leiden: Brill, 82-96.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021a) *COVID-19 Mortality: Evidence and Scenarios*. Santiago de Chile: ONU. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46641/S2000897_en.pdf. Acesso em 8 de outubro de 2021.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021a) *The impact of COVID-19 on indigenous peoples in Latin America (Abya Yala): Between invisibility and collective resistance*. Santiago de Chile: ONU. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46698/S2000893_en.pdf. Acesso em 5 de outubro de 2021.

Chernilo D (2020) “Another Globalization: The Pandemic and the Cosmopolitan Imagination”. In G Delanty (ed.) *Pandemics, Politics, and Society. Critical Perspectives on the Covid-19 Crisis*. Berlin/Boston: De Gruyter, 1-24.

Delanty D (2021) “Introduction: The Pandemic in Global and Historical

Context”. In G Delanty (ed.) *Pandemics, Politics, and Society. Critical Perspectives on the Covid-19 Crisis*. Berlin/Boston: De Gruyter, 1-24.

Diamond J (1999) *Guns, Germs and Steel*. London: Vintage.

Hatty S, Hatty J (1999), *Disordered Body: Epidemic Disease and Cultural Transformation*. New York: SUNY Press.

Karlisnki A, Kobak D (2021) Tracking Excess Mortality Across Countries During the COVID-19 Pandemic with the World Mortality Dataset. *Epidemiology and Global Life*, 10: e69336.

Snowden F (2019) *Epidemics and Society: From the Black Death to the Present*. New Haven: Yale University Press.

Sthel F G, Silva L S (2021) A crise da pandemia da COVID-19 desnuda o racismo estrutural no Brasil. *Sociologia Online*, 26: 11-32.

Turner B S (2008), *The Body and Society: Explorations in Social Theory*. London: SAGE Pub.

PARTE I
ENTRE O LOCAL
E O GLOBAL

A Pandemia como Fato Social Total Global²

Frédéric Vandenberghe e Jean-François Véran

As epidemias ocorrem quando uma doença contagiosa se espalha rapidamente para um número maior de pessoas em determinada população por um curto período de tempo. As epidemias se transformam em pandemias quando a doença infecciosa não é contida e se espalha por regiões inteiras do mundo. Quando o contágio atinge todos os continentes (com exceção da Antártida) e afeta, potencialmente, todos e cada um deles na Terra, como é o caso do novo coronavírus, a pandemia se transforma em um pandemônio global. O medo se espalha por todas as fileiras da sociedade, medidas de emergência são tomadas, implementadas e contestadas, a vida cotidiana é perturbada e rapidamente a ordem social se desdobra. Enquanto alguns esperam que a interdependência de todos e a vulnerabilidade mútua leve a um nível mais alto de unidade e consciência, outros temem o advento do pesadelo Hobbesiano, de uma guerra de todos contra todos, tanto a nível interindividual, intergrupal e internacional.

A pandemia desencadeia uma ‘omnicrisis’ (Negri e Hardt 2000: 189, 201), reforçando crises ecológicas, econômicas, políticas, sociais, culturais e pessoais pré-existentes, fundindo-as numa crise abrangente de múltiplas instituições que assume uma dimensão humanitária e evoca cenários distópicos que nos mergulham de volta, se não na Idade Média (a peste e a quarentena), certamente aos dias mais sombrios do século XX - a Primeira Guerra Mundial (e a gripe de 1918), a desaceleração econômica de 1928-29 e o surgimento de regimes totalitários na Europa e na Ásia.

O surto global traz sociedades inteiras para o limite e possivelmente até mesmo para além do limite. A omnicrisis que se aproxima vem com

² Originalmente publicado em: Delanty G (ed.) (2021) *Pandemic, Politics, and Society. Critical Perspectives on the COVID-19 Crisis*. Berlin: de Gruyter. Agradecemos a Estevão Bosco, Lucas Faial e Loren Saigó pelos comentários e apoio na revisão do texto.

uma forte sensação de declínio, decadência e colapso – como se ainda não tivéssemos visto nada e o pior ainda estivesse por vir. Do ponto de vista das ciências humanas e sociais, no entanto, não existe apenas um vírus - o coronavírus - mas vários patógenos que estão passando, ao mesmo tempo, pela população: neoliberalismo, populismo, pós-verdade e o Antropoceno. Desde o final dos anos 70, o monetarismo, as ideologias do mercado livre e os interesses corporativos têm gerado uma economia cada vez mais desvinculada da democracia (“pós-democracia”). Aumentando a desigualdade e a vulnerabilidade entre as massas, a economia liberal desencadeou uma reação populista contra as elites que levou ao autoritarismo das “democracias iliberais”. O ressurgimento de nacionalismos virulentos em muitas partes do mundo, por sua vez, reforçou o antiglobalismo, minou o cosmopolitismo e tirou o tapete dos acordos multilaterais para controlar a mudança climática e outros riscos ecológicos do Antropoceno que ainda estão por vir. Com a polarização política que divide os cidadãos em facções antagônicas, os limites da decência política, um por um, foram transgredidos. A pandemia e o cansaço do bloqueio apenas radicalizaram as tensões. Pós-verdades, notícias falsas, conspirações e “epidémio-ideologias” têm representado a realidade de forma completamente confusa. Como Baudrillard (1976) havia previsto, os fatos e a ficção se misturam e a realidade se transformou em “hiper-realidade”. Tudo acontece como se o pós-modernismo dos anos 1980 tivesse agora voltado como vingança. Não despolitizado, como em Baudrillard, mas hiperpolitizado.

Ambos os autores deste capítulo são acadêmicos europeus que se estabeleceram no Brasil e trabalham na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um é antropólogo, o outro é sociólogo. Durante a emergência sanitária, um esteve no Rio, o outro em período sabático em Paris. Juntos, analisaremos os processos de contágio e degeneração sob dois ângulos (teoria social e antropologia aplicada) e dois locais (Paris e Rio de Janeiro). No Brasil, desde o início da pandemia, um de nós (FV) tem analisado em encontros semanais no Zoom a situação política, com um grupo de estudantes do doutorado (GRAF, 2020). Testemunhamos como a crise sanitária exacerbou as tendências autoritárias do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Em vez de enfrentar o vírus de frente, implementando e coordenando políticas de saúde pública, ele dobrou seu revisionismo histórico e ecológico com a negação aberta de evidências científicas (Vandenberghe, 2020a). Ele não apenas nega duas décadas de ditadura militar

no Brasil, mas também nega que a Amazônia está em chamas e aproveitou a ameaça do COVID-19 como oportunidade para fomentar um golpe militar – como se ainda fosse possível voltar ao século XX.

Em Paris, o outro autor (J-FV) havia embarcado no Médicos Sem Fronteiras (MSF) durante os dois meses de *lockdown*, com o objetivo de prestar assistência médica às populações mais precárias (imigrantes ilegais, requerentes de asilo, desabrigados, viciados em drogas, trabalhadores do sexo, etc.). Esperava-se que o antropólogo e pesquisador de campo conduzisse atividades de extensão para acompanhar as fronteiras de vulnerabilidade em um ritmo de rápida expansão durante as semanas de fechamento, pois os recursos, mecanismos de enfrentamento e resiliência estavam se esgotando, transformando as ruas desertas em zona de desastre.

Neste capítulo, adotamos uma perspectiva neomaussiana sobre a pandemia e a analisamos como um “fato social total global”. Com Durkheim, assumimos que ela pode ser analisada não apenas como fato biológico, mas também como fato social, ou seja, como um complexo de atos coletivos que se impõem aos indivíduos de fora (*epi-demics*, literalmente que vem de cima sobre as *demos*) e regulam suas formas de pensar, sentir e agir. Com Mauss, assumiremos, ademais, que é um fato total que afeta todas as sociedades e todos os indivíduos (*pan-demics*, literalmente que afeta todas as pessoas), que deve ser analisado em todas as suas dimensões, da biológica à política, da simbólica à econômica, da estética à existencial.

A pandemia sob o macroscópio sociológico

Embora o espetáculo de desordem e desolação seja difícil de suportar, tanto coletiva quanto individualmente, estar bem no olho da tempestade, de um ponto de vista científico-social, no entanto, é uma bênção. Temos aqui uma oportunidade única de análise, diagnóstico e terapêutica. É o equivalente a uma experiência em grande escala em tempo real, que revela em toda sua clareza e com toda sua brutalidade como toda a humanidade, todas as sociedades, todos os grupos e todos os indivíduos são potencialmente afetados pelo coronavírus. O vírus em si pode ser minúsculo e microscópico; seus efeitos sociais, por outro lado, são gigan-

tescos e colocam, por assim dizer, toda a sociedade sob o “macroscópio”. Como em tempos revolucionários, as estruturas, culturas e práticas que eram tomadas como garantidas agora se tornam conspícuas. O sistema se desdobra em relações, processos e eventos. Os eventos locais podem ter repercussões imediatas nas estruturas globais, enquanto que as estruturas globais podem percolar-se imediatamente até o nível local. Tendências de grande escala e processos de longo prazo irrompem e vêm à tona. Apesar de uma sensação geral de contingência e incerteza, a dinâmica social se torna legível à medida que os conflitos entre grupos sociais se exacerbam e a ordem social passa por um sério teste de impacto.

Enquanto a peste fraciona populações de dentro, exacerbando tensões entre ricos e pobres, negros e brancos, nacionais e imigrantes, crenças e céticos, ela também introduz, de imediato, toda a humanidade como uma unidade de análise e diagnóstico. Voltando às antigas filosofias da história que a concebem como sujeito único que age e sofre, a humanidade é trazida mais uma vez como espécie única, com um substrato biológico vivo que é, ao mesmo tempo, único e coextensivo a todos os indivíduos, mas também aberto a interferências com outras espécies. As causas da pandemia são complexas e, portanto, difíceis de determinar, quase *indecidíveis*, como diria Derrida. Não apenas as diferentes ciências têm diferentes interpretações e explicações do fenômeno, mas como afeta a todos, epidemias também provocam epidemias psico-sociais e sócio-políticas, com o resultado de que, no limite, todos tendem também a apresentar suas próprias explicações e interpretações, diagnósticos e críticas. Como resultado, não está claro se é preciso culpar a globalização, o presidente dos Estados Unidos ou um morcego em Wuhan.

Surtos virais ocorrem quando microorganismos são capazes de atravessar a barreira das espécies através do mecanismo de transmissão interespecíficas, quando as sociedades humanas se abrem umas para as outras por acidente, guerra ou intermixes sociais e econômicos regulares, e quando o ecossistema é perturbado pela interferência humana (Epstein, 1995). Qualquer abordagem da pandemia tem necessariamente que levar em conta três dimensões: os processos de contágio viral, a resposta dos organismos individuais ao vírus e suas repercussões nos comportamentos humanos coletivos em todas as esferas da vida (religião, política, economia, etc.). Enquanto a epidemiologia trata da distribuição e dos padrões de difusão do vírus entre as populações, os médicos clínicos se concen-

tram na reação biológica individual à infecção viral. As ciências sociais, por sua vez, investigam como indivíduos e coletivos reagem e respondem às realidades, discursos e práticas epidemiológicas e biomédicas. Obviamente, as três dimensões estão relacionadas. Não se pode analisar a crise da COVID-19 sem levar em conta as estatísticas de contágio (o número de pessoas infectadas, o número de mortes, as curvas, etc.), as políticas de saúde que são implementadas (desde o distanciamento social e o bloqueio até máscaras, ventiladores e vacinas) e toda a gama de ações e reações psicológicas, culturais, sociais e políticas ao caos, que vem com as tentativas coletivas e os fracassos para controlar a propagação viral.

A dádiva de Marcel Mauss

Embora reconheçamos plenamente que as dimensões epidemiológicas e clínicas têm sua autonomia, pensamos, entretanto, que as ciências sociais precisam investigar plenamente os aspectos sociais da realidade biológica e clínica. Como exercício de teorização social, associado a uma etnografia multissensorial, para o bem do argumento, adotamos neste artigo a perspectiva da Escola Durkheimiana. Conceberemos os *antropós* como totalidade (*l'homme total*): um ser vivo com a consciência de que é membro da sociedade (Mauss, 1989: 280-310, 329-330). Como entidade biopsíquica e social que faz parte de um todo maior, o ser humano não pode ser decomposto, mas deve ser tomado em toda a sua complexidade. Corpo, alma e sociedade: “tudo aqui é misturado” (Mauss, 1989: 303). Assumimos que a pandemia é um fato social e que mesmo as dimensões biológica, médica e científica do SARS-Cov-2 são suscetíveis à análise social.

Baseando-nos em um dos conceitos mais imaginativos de Marcel Mauss, analisamos a pandemia como um fato social total global que afeta todas as pessoas na Terra e “coloca em movimento a totalidade da sociedade e suas instituições sociais” (Mauss, 1989: 274) ou, como é o caso, leva a sociedade a um impasse. Seguimos o exemplo de Mauss e investigamos os aspectos morfológicos, fisiológicos e simbólicos do surto de COVID-19, entrelaçando corpos, representações e práticas de forma dialética. Enquanto a pandemia é observada nacionalmente (como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos), vamos traçar seus aspectos globais – seguindo os

atores, narrativas, discursos, políticas e práticas na medida que se movem pelo espaço, unificando a humanidade, transformando sociedades e comunidades fracturadas.

Em seu famoso ensaio sobre a dádiva, Mauss (1989: 143-279) descobre os fundamentos morais da troca de presentes. Ao observar como o presente tece várias populações em círculos de reciprocidade (por exemplo, no Kula da Melanésia) ou ao investigar como a hierarquia é reproduzida e reforçada em torneios políticos de generosidade (por exemplo, o potlatch norte-americano), Mauss demonstrou de forma convincente que a troca de presentes não é apenas um fenômeno econômico. No mínimo, suas dimensões moral e política são preeminentes (Caillé 2000). Basta violar as normas de reciprocidade e não honrar uma das tríplices obrigações (“dar, receber e retribuir o presente”) para colocar a comunidade sob tensão. A dádiva é um operador de paz, mas também pode levar à guerra.

Claro, o vírus não é uma dádiva. É uma maldição, mas é também um cursor vivo que interliga grupos e indivíduos em uma única comunidade do destino. Como os colares e conchas do Kula ou as peles de animais do potlatch, ele circula livremente dentro das relações sociais e coloca em movimento toda a sociedade, a totalidade de seus membros e suas instituições. Como o contágio de SARS-Cov-2 requer proximidade física e, portanto, social, sua epidemiologia é a marca biológica das sociedades hiper-conectadas em rede. Na era global, a extensão, intensidade, velocidade e impacto do contágio tem sido agravados pela interdependência econômica de regiões inteiras em uma única cadeia de mercadorias, que conecta a produção industrial em Wuhan com o consumo em Londres, Nova Iorque e São Paulo.

As pandemias não são nada de novo na história da humanidade. Os seres humanos sempre foram seres sociais e, por isso, sempre se contaminaram uns aos outros. Esta praga, no entanto, é diferente. Como indicado por Gerard Delanty (2021), o contágio atual não é o primeiro da modernidade, mas é o “grande” que os epidemiologistas esperam há várias décadas. Embora ainda vivamos oficialmente no Holoceno, tudo indica que a situação atual é aquela que a humanidade infligiu a si mesma. Como um tiro de abertura para o século XXI, mais contágios se seguirão, pois são o resultado de pelo menos dois séculos de industrialização extrativista intensiva do planeta. Se a atual taxa de desmatamento da floresta amazônica continuar, a próxima zoonose pode muito bem vir do Brasil.

Se o ensaio sobre a dádiva exemplifica maravilhosamente o conceito do fato social total, sua sistematização teórica mais elaborada se encontra em um texto mais confidencial, no qual Marcel Mauss tenta reorganizar as diversas seções da *Année Sociologique*, a famosa revista da Escola de Durkheim. Em “Divisions and Proportions of Divisions in Sociology”, Mauss (1969: 42-80) seguiu seu tio (Durkheim, 1970: 136-159) e dividiu os fenômenos sociais em morfologia social e fisiologia social. A morfologia social se refere ao substrato material e quantificável da sociedade, que consiste em “homens e coisas”, “massas e números”, “grupos e suas estruturas” que podem ser representados graficamente (geografia) e estatisticamente medidos (demografia). A fisiologia contém os elementos que a colocam em movimento (“instituições e representações coletivas”). A partir de sua base material e morfológica, o analista deve integrar sistematicamente as práticas coletivas que compõem as sociedades e as representações simbólicas que as estruturam e as orientam, ligando-as à totalidade. Em síntese, o analista deve “buscar os atos sob as representações e as representações sob os atos, e sob ambos, os grupos” (Mauss, 1969: 60).

Análise morfológica

A análise morfológica, portanto, estuda o grupo social como fenômeno material. Analisa o substrato da sociedade – nos corpos (humanos e animais) e nas coisas (templos, fábricas, hospitais, etc.) – e estuda como eles formam uma massa, com volume e densidade, e como eles são distribuídos no tempo e no espaço. Mauss destaca a importância das aglomerações e do comércio nas relações interpessoais, intergrupais e internacionais: “Tudo acontece durante assembleias, feiras e mercados, assim como em festas. Todos pressupõem congregações [...] Tem que ter também estradas, ao menos trilhas, mares e lagoas por onde transportar-nos em paz” (Mauss, 1989: 275). Começamos então pelo aspecto geográfico da pandemia e acompanhamos sua propagação no tempo e no espaço, usando a Linha do Tempo do Facebook e o Google Earth para destacar sua conexão direta com a globalização (Grésillon, 2020). De uma perspectiva geográfica e geopolítica, a pandemia aparece como produto da interconexão sistêmica de regiões urbanas industriais e comerciais em uma rede global, que

pode ser analisada como uma única rede de “nós” interconectados pelos quais fluxos de pessoas, bens, dinheiro, informações, imagens, discursos e, agora também, vírus circulam. Na era da informação, “as redes constituem a nova morfologia de nossas sociedades” (Castells, 1996: 469).

Redes de contágio

Para compreender a propagação do coronavírus da província de Hubei, via Europa e EUA, para quase todas as 500.000 aldeias da Índia, basta introduzir um vírus microscópico na rede de fluxos de pessoas e coisas, ao mesmo tempo em que se amplia a análise para o nível global, para ver que os aglomerados de contágio explodem primeiro nos “nós” da rede (pólos de produção gigantescos, cidades globais, vales tecnológicos, corredores de inovação) e, a partir daí, espalham-se para as bordas.

Embora a hipótese ainda precise ser confirmada, diz-se que a pandemia teve origem em um mercado de alimentos exóticos de Wuhan, onde um pangolim que havia sido infectado por um morcego o transmitiu a um humano em algum momento no final de 2019. De Wuhan, ele seguiu a mercadoria e se espalhou para os parceiros comerciais da China no Extremo Oriente (Taiwan, Singapura, Hong Kong e Coréia do Sul) no início do ano. No dia 21 de fevereiro de 2020, o primeiro aglomerado (não o primeiro caso) de contágio foi detectado na região econômica mais afluyente da Itália, a chamada “Terceira Itália”, com suas indústrias inovadoras e especialização flexível. As cenas do transporte em massa de caixões em Bérgamo são inesquecíveis. No início de março, o transporte já havia se espalhado pelo resto da Europa.

Em todos os lugares, a dinâmica de difusão é a mesma: dentro de cada país, os centros econômicos (Milão, Paris, Londres, Madri) são os “superdisseminadores”. Com exceção da Suécia, Lituânia e Hungria, todos os países europeus colocaram suas populações em isolamento. Em abril, a COVID-19 chegou aos EUA. Os hospitais de Nova Iorque e Seattle entraram em colapso. Em maio, o contágio estava completamente fora de controle no país, assim como na Rússia e no Brasil. Os números são espantosos. As imagens são de partir o coração. Em setembro, a Índia havia se tornado o novo epicentro do surto, enquanto o resto do mundo se pre-

parava para uma segunda onda.

Por enquanto, é evidente que a difusão do vírus é uma função direta da intensidade das interações humanas. As interações humanas são mais intensas onde as atividades econômicas e comerciais estão concentradas. Uma dedução geral pode então ser feita em três escalas geográficas – internacional, nacional e local. Na esfera geopolítica, o contágio segue as rotas do comércio global e da migração. Isso explica porque a África, com exceção da África do Norte e do Sul, tem sido relativamente poupada até agora. Nacionalmente, ele circula nas aglomerações urbanas e, a partir daí, continua a espalhar-se pelas linhas de transporte regional e local, com trabalhadores, que foram chamados a manter atividades econômicas “essenciais”, transmitindo o vírus, enquanto a maioria da população estava sob *lockdown*. Foi assim que o contágio chegou, em poucas semanas, aos subúrbios pobres de todas as capitais européias. Na Índia, quando o governo Modi colocou o país inteiro em isolamento sem praticamente nenhum aviso prévio, milhões de trabalhadores pobres entraram em “migração reversa”, andando em massa durante dias e noites, trazendo o vírus para suas aldeias nativas.

Agora que os “efeitos de gotejamento” são melhor compreendidos, podemos esperar uma redução sistemática da escala das medidas anti-contágio para agrupamentos locais e regionais, mirando e controlando a menor unidade geográfica de análise. Durante a pandemia, a morfologia social foi transformada em suas próprias bases: a pandemia forçou uma variação sazonal na densidade social. Como os Inuit no verão, que foram estudados por Marcel Mauss (1989: 387-477) em uma investigação precoce sobre os ritmos da vida social, as relações sociais que animam a sociedade foram afrouxadas e tornaram-se mais esparsas. À medida que as pessoas voltavam para suas unidades familiares, com apartamentos e casas semelhantes às tendas dispersas dos Inuit, a vida social e psíquica diminuía significativamente e as sociedades no mundo inteiro passavam por uma prolongada “fase de lânguida e deprimida socialidade” (Mauss, 1989: 471). Não fosse a absorção de chamadas telefônicas e videoconferências, a vida em sociedades hiper-conectadas teria diminuído até as bolhas locais de interação, que caracterizam as sociedades com diferenciação segmentar.

Os hiperconfinados e os inconfináveis

A análise morfológica estuda como indivíduos e grupos estão distribuídos pelo território. Partindo da geografia humana, Mauss salienta a importância da organização espacial da sociedade e considera seus limites, seus canais de transporte, sua densidade, o contraste rural/urbano etc., como preciosos indicadores da morfologia de uma dada sociedade. De fato, observando a atividade marítima nos portos, carros estacionados em centros comerciais ou luzes noturnas em áreas urbanas, os satélites têm mostrado como a pandemia provocou súbita mudança nos padrões da atividade humana. A massa das sociedades tornou-se, por assim dizer, “liquefeita” com a chegada do coronavírus. No início, a massa fluía ao longo das principais rotas de tráfego. Para afastar o medo, muitos se juntaram à família em suas terras de origem. As imagens faziam lembrar o Ébola, quando famílias ampliadas da África Ocidental se reuniram, trazendo de volta seus parentes de diferentes países. O fechamento global também provocou um êxodo urbano. Para fugir das massas, das multidões, do ar velho, um processo de “contra-urbanização” foi desencadeado, resultando em um aumento maciço dos preços das moradias nos subúrbios.

Na época da Peste Negra do século XIV, a burguesia florescente e a aristocracia também se protegeram fugindo. Ficaram os desempregados por estritos bloqueios em todo o mundo, os “miseráveis da terra”, que haviam se mudado para as cidades para trabalhar, voltaram para casa, estimulando uma enorme “migração reversa”. Na Ásia como na América Latina, as intermináveis procissões de famílias a pé e com quase nenhuma bagagem nos lembram o êxodo da guerra de 1940 ou, mais recentemente, dos refugiados sírios. E então, de repente, a vida social parou e “congelou”, como antes o mundo geológico havia entrado em um período de glaciação.

Em muitos países do mundo, o *lockdown* foi decretado como medida cautelar, com efeito quase imediato, aplicando-se a todos de forma quase indiferenciada. Logo surgiu uma diferença significativa entre duas partes da população, que tiveram uma experiência distinta do confinamento. Com base em nosso trabalho de campo em antropologia aplicada com Médicos sem Fronteiras (MSF), em Paris, distinguimos duas populações: os “inconfináveis” (*locked-out*) e os “hiper-confinados” (*locked-down*)

(Véran e Viot, 2020).

Durante o *lockdown* (de 17 de março a 11 de maio), o inconfiável entrou em uma hiper-mobilidade paradoxal. Para os sem-teto, a rua desapareceu como espaço de sobrevivência. De repente, as ruas ficaram vazias, assim como as latas de lixo. Quando os bares e restaurantes fecharam, eles perderam acesso aos restos. Os banheiros do McDonald's ou da biblioteca do bairro também fecharam. Os sem-teto tinham que estar constantemente em movimento para sobreviver: de um ponto de acesso à água a um ponto de distribuição de alimentos. Como o centro da cidade se tornou perigoso durante a noite, alguns caminharam até os terminais 2E e 2F do distante aeroporto de Charles de Gaulle para encontrar um lugar seguro para dormir. Quando categorias definidas de atividades foram declaradas essenciais (farmácias, supermercados, etc.), a classe trabalhadora também começou a deslocar-se. Os metrô ou ônibus que vão e vêm dos subúrbios populares para os centros urbanos nunca pararam. Em Paris, a linha 13 do metrô até Saint-Denis era extremamente movimentada. Com serviços de entrega como Uber-Eats e Ifood, os super-explorados transitavam continuamente em suas motocicletas e bicicletas (às vezes alugadas). Como ninguém ia a lugar algum, eles tinham que estar em todos os lugares. Encontramo-los em total exaustão, perto de ataques de pânico ou em luta febril contra seus sintomas de COVID-19 nas filas de espera de nossas clínicas móveis.

Os “hiper-confinados”, por sua vez, permaneceram em clausura, em casa. Desde março, eles vivem em um aquário de peixes-dourados. Os idosos, aqueles com uma condição médica de co-morbidade, a classe média em *home office* que encomenda seus alimentos *online*, as pessoas presas pelo medo e ansiedade permaneceram abrigadas em casa, mesmo após a flexibilização das medidas sanitárias. Em muitos lugares do mundo, os hiper-confinados se dedicaram a um ritual das 20h: abriram suas janelas e bateram palmas em agradecimento à saúde e a outros trabalhadores da linha de frente. Mesmo após o encerramento do *lockdown*, algumas pessoas hiper-confinadas continuaram a abrigar-se, como aqueles soldados que passaram anos em um *bunker* após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Durante o fechamento, o espaço público perdeu o anonimato. Sem a proteção das multidões, tornou-se um espaço de hiper-visibilidade e, portanto, de superexposição. Em uma ocupação, MSF encontrou 85 transexuais trabalhadores do sexo que haviam sistematicamente evitado a rua

como estratégia de mitigação de risco contra a discriminação e a violência. Da mesma forma, muitos migrantes ilegais haviam se retirado das ruas, revelando uma lógica cruzada de medo de contaminação e de assédio policial. Em nome da segurança, eles haviam abandonado uma dieta decente e não estavam procurando ajuda médica quando precisavam. A equipe de apoio também deu assistência médica a dezenas de pessoas que viviam em tendas no coração do Bois de Vincennes: para se protegerem do vírus, eles tinham escolhido viver como Robinson Crusoe, muitas vezes ao preço de renunciar aos cuidados.

Análise fisiológica

Na linguagem antiquada que Durkheim transpôs da biologia para a sociologia, a morfologia social se refere à estrutura da sociedade, enquanto a fisiologia social se refere às estruturas em movimento, ou seja, às totalidades dinâmicas. Ela inclui tanto as representações sociais quanto as práticas que estão vinculadas às instituições vivas. As instituições são formas estabelecidas de pensar, sentir e agir que são transmitidas de geração em geração. A grande contribuição de Marcel Mauss é ter adaptado e deslocado a linguagem das representações coletivas de Durkheim para representações simbólicas da sociedade (Tarot, 1999). O simbólico é a grande descoberta de Marcel Mauss. Ela influenciou toda a tradição do estruturalismo e pós-estruturalismo francês, de Benvéniste a Bourdieu, de Lévi-Strauss a Descola, de Lefort a Castoriadis e Gauchet. Para Mauss, tudo é significativo, e tudo significa. Como consequência, o substrato morfológico também adquire significado, e tudo e todos estão relacionados com tudo e todos os outros. “Não há fenômeno social que não seja parte integrante do todo social” (Mauss, 1969: 51). Como todas as partes estão relacionadas em uma totalidade, a análise sociológica é sempre holística. Graças ao simbolismo, as sociedades são capazes de projetar sua unidade e sua divisão fora de si mesmas, e estas representações estruturam diretamente as práticas sociais a partir de dentro. As representações simbólicas, portanto, não só representam, mas também, ao comandar atos, executam o coletivo: elas o trazem à existência e ao movimento.

Holismo, individualismo, co-imunismo

Quando se analisa sociedades complexas de forma holística, rapidamente se percebe que seu individualismo também é um produto social e um fato moral. O indivíduo é sagrado, como amplamente demonstraram Durkheim (1970: 261-278) e Goffman (1967: 47-95), respectivamente, nos níveis macro e micro da sociedade. O consenso inicial estabelecido dentro da área de influência da OMS confirmou o princípio da sacralidade do indivíduo. Isto explica porque, pelo menos no início da pandemia, a saúde individual se tornou o único princípio que unificou as sociedades e levou à convergência institucional internacional. Como cada indivíduo conta e a sobrevivência é o valor mais alto, apenas uma causa de ação parecia possível: “achatar a curva”, não sobrecarregar os hospitais, salvar vidas.

Em quase todas as partes do mundo, todas as instituições e todos os subsistemas da sociedade foram trazidos sob o imperativo da saúde. Sociedades complexas começaram a se desdiferenciar e foram trazidas de volta à diferenciação segmentar: “Nunca antes nossa vida foi tão simples e nunca mais, após estas poucas semanas, será tão simples novamente” (Stichweh, 2020: 9). A economia não era mais o sistema dominante. O utilitarismo foi descartado e o *homo economicus* foi colocado de volta em seu lugar. Por um momento, a política foi entregue aos especialistas (virologistas, epidemiologistas, até sociólogos), que tomaram decisões cruciais baseadas na ciência. A própria pesquisa científica se tornou monotemática. A notícia se transformou em um funeral coletivo. Esportes e concertos, a equivalência do folclore, foram suspensos. Assim como as liberdades mais elementares, incluindo o direito de ir e vir.

A restrição das liberdades individuais foi aceita porque as pessoas se tornaram conscientes de sua interdependência. Elas sabiam que a COVID-19 é um perigo relacional e que, para proteger os outros, tinham que aceitar limitações da própria liberdade. Rompendo com a visão de indivíduos independentes, o individualismo moderno mostrou sua marca holística. O *homo claususus* do liberalismo econômico e político, teorizado por Norbert Elias (2001) em “A sociedade dos indivíduos”, abriu-se para os outros. O conhecimento de que os recém-infectados se tornaram os novos infectantes ligaram os indivíduos em uma cadeia de transmissão, na qual

o elo mais fraco determina inversamente a força da cadeia: à medida que a fraqueza dos elos se multiplica, a força da contaminação se torna cada vez mais forte. A pandemia mostrou que o individualismo das sociedades modernas é um individualismo moral e político. Com o abandono do contato social para proteger uns aos outros, o individualismo moral surgiu como uma forma de “co-imunismo” (Sloterdijk, 2011) que prolonga, mas também inverte, o convivalismo de Marcel Mauss (*Internationale convivialiste*, 2020): os indivíduos só podem “conviver com suas diferenças” e demonstrar sua solidariedade orgânica se aceitarem as regras da distância física.

Epistemocratas e mágico-populistas

Por um momento, houve uma sensação de interdependência e unidade. Após algumas semanas de *lockdown*, contudo, a unidade rapidamente começou a fraturar-se. Abriu-se um período, como Victor Turner chamou, de liminaridade estrutural (Turner 1969): as estruturas de outrora deixaram de funcionar e as sociedades entraram em um prolongado momento de anti-estrutura, em que as velhas normas e convenções perderam seu domínio e as novas pareciam artificiais e necessárias. O distanciamento social havia levado ao isolamento, o isolamento ao atomismo, o atomismo à anomia. As subcorrentes vulcânicas escuras vieram à tona. As representações simbólicas de unidade foram minadas por representações diabólicas de divisão dentro da população. Os líderes populistas colocaram o establishment científico e suas elites contra o povo comum, que tinha medo não só de perder sua vida, mas também seu sustento e seus empregos.

Como sempre acontece durante epidemias, o surto da doença foi duplicado por um contágio psico-social de medo e pânico, ignorância e agitação, que rasgou tanto indivíduos isolados quanto o corpo social, perturbando práticas cotidianas e minando a fé nas autoridades estabelecidas. Com o modelo de Philip Strong de uma “psicologia epidêmica”, que rasgou as “ondas de pânico individual e coletivo, explosões de interpretação do por quê da doença, erupções de controvérsia moral e pragas de estratégias de controle concorrentes” (Strong 1990: 257), a visão de Mauss de uma “psicologia coletiva” ou, como ele a expressa, uma “sociologia psico-

lógica” (Mauss, 1989: 289) toma um rumo mais sinistro.

Na medida que as “paixões tristes” se espalhavam pela sociedade, correntes dinâmogênicas de efervescência negativa se apoderaram progressivamente de algumas partes da população. No início, para conjurar o pânico, os políticos e o povo depositaram sua fé na ciência. Em todos os lugares, foram criados “comitês científicos”. Cada país designou um epidemiologista (masculino) proeminente, um grande clínico, um “conhecedor”, que se tornou o rosto e a voz da Razão. Os políticos pediram conselhos aos especialistas em sua “guerra contra o vírus”. Como seus antecessores, que consultavam oráculos antes da luta, os políticos agora confiaram suas políticas de saúde pública aos especialistas científicos. Eram eles que tinham que elaborar e implementar as estratégias mais eficazes para conter o contágio viral – por meio de *lockdown*, rastreamento de contatos, testes, etc. Em uma corrida frenética contra o relógio para desenvolver a vacina, contratos exclusivos com a indústria farmacêutica foram assinados às pressas.

Depois veio um “milagre” de sete sílabas: Hidroxicloroquina. Em seu “Esboço de uma teoria geral da magia”, escrito com Henri Hubert, Mauss (1989: 1-141) já havia analisado o substrato mágico das drogas milagrosas, que eles consideravam “um verdadeiro tecido de simbolismo, simpatias, homeopantias e antipantias” (Mauss, 1989: 12). Com Didier Raoult, o *bricoleur* francês de bata branca, o mundo descobriu a superpotência mágico-científica da encenação simbólica. Com seu estilo oposto e seus discursos anti-establishment, ele reencantou a medicina, substituiu a dúvida pela certeza e, imediatamente, se tornou um herói popular. Contra o contágio psico-social do medo, as pessoas estavam aderindo à hidroxicloroquina de engenharia científica como um ritual mimético de conjuração do medo. E então os populistas se ligaram a essa energia, transformando-a em um desempenho mágico-político. Mauss sabia que a magia é um substituto para a ciência e que ela não passa no teste da verdade. Não é, portanto, surpreendente que Bolsonaro e Trump, dois grandes pregadores da pós-verdade, começaram a vender hidroxicloroquina, como no passado os colonizadores de ossos vendiam elixires da juventude. Assim como não se pode provar que ela é eficaz, também não se pode provar que não funciona. Ela foi produzida em massa pelos militares no Brasil, e o Presidente Trump enviou mais de 200 milhões de doses a seu equivalente brasileiro.

O corona-ceticismo de Jair Messias Bolsonaro

Enquanto a maioria dos políticos estava feliz em coordenar a execução das políticas públicas, escondidos atrás do escudo protetor de seus “conhecedores”, alguns autocratas e pretensos ditadores, como Alexander Lukashenko (Belarus), Gurbanguly Berdymukhamedov (Turcomenistão), Daniel Ortega (Nicarágua) e Jair Bolsonaro (Brasil), recusaram-se a levar o vírus a sério e minimizaram sistematicamente os riscos. Aqui, vamos nos concentrar no Brasil e tratá-lo como caso extremo – um “tipo ideal” ou, mais próximo da verdade, como verdadeira distopia –, que mostra as distorções reais da política populista do medo em sua brutalidade (Vandenberghe, 2020b).

Dando prioridade ao crescimento econômico em detrimento da saúde, Bolsonaro tomou a posição de que o desemprego é pior do que o próprio vírus. Seguindo Trump, ele repetia “o remédio é pior que a doença”. Desde o início do flagelo, Bolsonaro ignorou as medidas de segurança, juntou-se a comícios políticos e sabotou ativamente o distanciamento social. Enquanto outros países estavam trancando suas populações, Bolsonaro queria que voltassem ao trabalho. “O Brasil não pode parar!”. O resultado de sua irresponsabilidade se tornou visível nas ruas. O distanciamento social durou apenas algumas semanas. Em meados de abril, a maioria das empresas do Rio de Janeiro haviam reaberto, a princípio hesitantemente, atrás de portas semi-fechadas, mas depois, sob pressão do comércio e da indústria, oficialmente. O comércio informal se espalhou pelas ruas, com vendedores ambulantes ocupando a calçada. Em meio à crise sanitária, o presidente demitiu dois de seus ministros da saúde, que se recusaram a liberar a hidroxicloroquina, e os substituiu por um general do exército sem experiência médica, mas com experiência em logística. Assim que o general tomou posse, as estatísticas começaram a ser manipuladas. Um consórcio privado, formado pelos principais jornais, assumiu a produção de dados epidemiológicos confiáveis. Como não existe mais uma política de saúde de fato, cada cidadão brasileiro é agora seu próprio ministro da saúde, decidindo se usa máscara ou vai à praia no fim de semana.

No Brasil, o corona-ceticismo se tornou a posição oficial. O ataque contra a ciência e as universidades é frontal. Aqui, a bio e a necropolítica fazem parte de uma guerra ideológica asquerosa, travada em nome da ver-

dade religiosa e, com o apoio dos militares, contra o comunismo, a ciência, a educação, a cultura, a ecologia e as populações indígenas. A pandemia não é controlada, a floresta amazônica está novamente em chamas, está em curso um genocídio contra as populações indígenas e, mesmo assim, nada acontece. Com seu discurso ofensivo e comportamento grosseiro, o homem forte do Brasil é percebido como autêntico. Seus seguidores o chamam de “mito” e, embora destrua o país, ele é revestido de uma aura messiânica, como aquele que vai salvar o país. Ele mente como um fascista e instalou uma célula de propaganda no palácio presidencial. Em meio a uma pandemia, criou uma crise política atrás da outra e tentou fomentar um golpe de Estado que falhou, pelo menos por enquanto. Graças ao alívio financeiro de 600 reais por mês, sua popularidade, na verdade, aumentou. Parte das elites que o elegeram mudou de idéia, e agora ele se vê cada vez mais dependente das frações mais pobres da população que o apóiam.

Quem é o culpado?

Invariavelmente, desastres são seguidos de uma erupção de acusações. Como Paul Farmer (2006) enfatizou em seu estudo sobre a AIDS no Haiti, que aqui estendemos à COVID-19, há três maneiras de perpetrar uma acusação: feitiçaria, condenação moral e conspiração. A infecção é frequentemente lida nas religiões populares como punição divina pelo pecado que anuncia o fim dos tempos, ou ainda como maldição atribuída à bruxaria. Para desfazer o feitiço, as fórmulas se multiplicam. Nas Filipinas, foi dito que as cinzas vulcânicas matavam o vírus. Em algumas partes da China, a água salgada foi dotada com o poder de despachar o vírus. Na Índia, era esterco de vaca e urina. Nos EUA, alvejante e luz UV. Enquanto isso, mais de 700 iranianos morreram ao beber etanol, eles acreditavam que curaria o vírus (Gusterson, 2020).

Acusações também são construídas em torno de um argumento moral irrefreável. A responsabilidade pela contaminação recai sobre todos e cada um de nós. O distanciamento social deve ser respeitado. As máscaras devem ser usadas o tempo todo. Assim, todos são potencialmente responsáveis pela morte de um membro da família ou amigo. O consentimento individual para o confinamento decorre, em grande parte, dessa

devolução da responsabilidade moral pela epidemia ao comportamento individual.

Por fim, ao passar do nível das relações interpessoais para os grupos sociais, a acusação de bruxaria se transforma em acusação conspiratória. Teorias da conspiração germinaram no interior de uma complexa rede de relações concorrentes para o acesso ao mercado global, expressando o perspectivismo global: o Partido Comunista Chinês contaminou o mundo, o vírus está sendo disseminado através das redes do 5G, Bill Gates quer inserir microchips em vacinas, etc. Estes complexos mecanismos de acusação não devem ser entendidos como atavismo cultural. Eles refletem uma disfunção geral das sociedades contemporâneas em atender às necessidades básicas de seu povo. Desta maneira, também expressam mudanças no equilíbrio do poder global.

Conclusão

A pandemia não é um parêntese. É um ponto de transição que indica uma ruptura. Em muitas partes do mundo, a COVID-19 está se tornando endêmica. Suas flutuações e ondas são difíceis de entender, mesmo para os epidemiologistas. Suas repercussões na política e na sociedade são imprevisíveis. Consideramos a pandemia sintoma de uma modernidade global que se desvirtuou. De uma perspectiva geológica, pode não ser o *golden spike* que abre o Antropoceno, derrubando as escalas da globalização rumo à planetarização. Entretanto, todos nós sentimos que uma época está chegando ao fim. Sabemos que outras pandemias são inevitáveis e que a crise sanitária é apenas o prenúncio de grandes transformações estruturais, culturais e pessoais. Todos os sinais apontam perigosamente para outra Grande Transformação, semelhante àquela identificada por Karl Polanyi. Agora, não é “a civilização do século XIX que entrou em colapso”, para citar a famosa linha de abertura (Polanyi, 1957: 3), mas a do século XX.

Neste capítulo, investigamos a pandemia como fato social total global. Entender um fato social como total implica (idealmente) que se revele a totalidade das relações sociais que o constituem. Tratamos a crise da COVID-19 como microscópio das correntes sociais que vêm do fundo da

sociedade, podendo cristalizar-se em instituições sociais (fisiologia social) e materializar-se em estruturas sociais (morfologia social). Com a Escola Durkheimiana, analisamos as sociedades como “totalidades dinâmicas” que estão continuamente sujeitas a “movimentos de estruturação, desestruturação e reestruturação” (Gurvitch, 1967: 19). Para capturar a ambivalência e negatividade do presente, mudamos a análise de uma teoria do consenso funcionalista para uma teoria do conflito, mais dialética. Da distribuição e circulação material de corpos e coisas (a “estrutura social” de Durkheim), via funções e disfunções da economia, da política, do direito, etc (as “instituições”) e representações simbólicas e diabólicas (“representações coletivas”), até correntes criativas e destrutivas (“efervescências”), tentamos apreender as conseqüências sociais da pandemia em toda sua profundidade, complexidade e volatilidade. Como ainda estamos em meio a um período de liminaridade, neste estranho período entre “separação” (o “velho mundo”) e “reintegração” (o “novo mundo”), em que tudo pode mudar, para melhor ou para pior, é aconselhável evitar conjecturas sobre o futuro. Sequer sabemos o que acontecerá em três semanas. Com o horizonte bloqueado, o tempo parece ter se defigurado.

No lugar dos cenários globais dos tempos turbulentos de transição em que estamos, terminaremos com uma nota mais fenomenológica. Mauss (1989: 383-386) não hesitou em usar sua experiência pessoal nas trincheiras como base para entender como “técnicas do corpo” se ajustam ao contexto da guerra. Nossa própria experiência de recuo não tem sido fácil. Como todos os demais, tivemos dificuldades para adaptar-nos ao “novo normal”. Na medida em que adentrávamos no distanciamento social, respirávamos menos, nos movíamos menos e consumíamos menos, enquanto acompanhávamos, continuamente, as últimas notícias em nossos *tablets*. Com muita ansiedade, tínhamos que mudar nossas aulas para a modalidade remota e aprendemos novas formas de sofrimento: enquanto J-FV tinha lesões de vidro fosco nos pulmões, FV passou pela angústia da desafiliação social. É possível dizer que estávamos a experimentar a inversão da famosa fórmula de Sartre: afinal de contas, talvez fosse “a ausência de outras pessoas”.

Enquanto vivíamos a fragilidade da condição humana antes da morte e redescobríamos nosso humanismo, o mundo dos não-humanos começou a recuperar os espaços urbanos: coelhos no centro de Paris, javalis em Barcelona, golfinhos nos portos mediterrâneos. O Civet Malabar,

um mamífero em situação crítica de extinção, reapareceu na Índia pela primeira vez desde 1990. Enquanto isso, no Brasil, as onças-pintadas nas zonas úmidas e as árvores nos territórios indígenas da Amazônia foram consumidas pelo fogo ateadado por fazendeiros, mineiros e outros criminosos que se sentiram encorajados pela promoção implacável da economia extrativista de Bolsonaro. A fauna e a flora, sem dúvida, ficariam melhor sem nós. Mas se nós, humanos, quisermos sobreviver, teremos que expandir nosso humanismo para outras espécies e aprender a viver com elas – incluindo vírus e bactérias – na teia da vida.

Referências

- Baudrillard J (1976) *L'échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard.
- Caillé A (2000) *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Castells M (1996) *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Delanty G (2021) "Introduction: The Pandemic in Historical and Global Context". In G Delanty (ed.) *Pandemic, Politics, and Society. Critical Perspectives on the COVID-19 Crisis*. Berlin: de Gruyter.
- Durkheim E (1989 [1897]) *Le suicide. Etude de sociologie*. Paris: PUF.
- Durkheim E (1970) *La science sociale et l'actioi*. Paris: PUF, 261-278.
- Elias N (2001) *Die Gesellschaft der Individuen*. In N Elias, *Gesammelte Schriften*, vol. 10. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Epstein P (1995) Emerging Diseases and Ecosystem Instability. New Threats to Public Health. *American Journal of Public Health*, 85(2): 168-172.
- Goffmann E (1967) *Interaction Ritual. Essays on Face-to-Face Behavior*. New York: Pantheon Books.
- GRAF (Gabinete de reflexão antifa) (2020) Análise da disjuntura ao longo da pandemia: Um experimento de escrita sem partitura. *Dilemas. Reflexões sobre a pandemia*, 17 de Setembro, 1-17.
- Grésillon B (2020) Géopolitique du COVID-19. *AOC Média*, May 7.
- Internationale convivialiste (2020) *Second manifeste convivialiste. Pour un monde post-néolibéral*. Paris: Actes Sud.

- Gusterson H (2020) COVID-19 and the Turn to Magical Thinking, *Sapiens, Anthropology Magazine*, May 12.
- Gurvitch G (1967) Objet et méthode de la sociologie. In G Gurvitch (ed.) *Traité de sociologie*, Vol. 1, Paris: PUF, 3-27..
- Mauss M (1989) *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF.
- Mauss M (1969) *Essais de sociologie*. Paris: Seuil.
- Negri A, Hardt M (2000) *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.
- Polanyi K (1957 [1944]) *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press.
- Stichweh R (2020) An diesem Imperativ kann die Politik scheitern, *Frankfurt allgemeine Zeitung*, April, 7, p. 9.
- Sloterdijk P (2011) Co-immunité globale. Penser le commun qui protège. *Multitudes*, 45 (2): 42-45.
- Strong P (1990) Epidemic Psychology: A Model. *Sociology of Health and Illness*, 12 (3): 249-259.
- Tarot C (1999) *De Durkheim à Mauss, l'invention du symbolique. Sociologie et science des religions*. Paris: La Découverte.
- Turner V (1969) *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*, Chicago: Aldine.
- Vandenberghe F (2020a) Sociologie de la conjuncture, de la structure et de la démocraturation au Brésil. *Problèmes d'Amérique latine*, 115 (4):129-144.
- Vandenberghe F (2020b) Demokatur in Brasilien. Versuch einer Lehre vom Systemzusammenbruch. *Leviathan. Berliner Zeitschrift für Sozialwissenschaft*, 48 (4): 637-654.

Véran J.-F, Viot M (2020) On avait tout prévu sauf l'humanitaire: précarité et COVID-19 en Ile-de-France. Paris: Médecins Sans Frontières.

El país modelo y su sombra. La gestión de la pandemia en Uruguay

María Noel Curbelo, Gonzalo Gutiérrez Nicola, Marcelo Rossal

“La búsqueda brutal de fines individuales es perjudicial para los fines y la paz del conjunto, para el ritmo de su trabajo y de sus alegrías y —por efecto rebote— para el propio individuo.”

Mauss, 2009, p. 248

Introducción

Pensar la pandemia ha llevado al concepto de hecho social total y por tanto a reflexiones elaboradas por Philippe Descola³ (2020), colegas en Uruguay como Romero et al (2020), un periodista político en Italia como es el caso de Barbera (2020), un analista de política internacional como Ramonet (2020) o incluso expertos en la obra de Mauss como Vanderberghe y Véran (ver capítulo en este volumen). Pero tal vez este

³ “*Un fait social total, c’est une institution ou des événements qui mettent en branle une société, qui font apparaître ses ressorts et ses valeurs, qui révèlent sa nature profonde. En ce sens, la pandémie est un réactif qui condense, non pas les singularités d’une société particulière, puisqu’elle est mondiale, mais certains traits du système qui régit le monde actuel, le capitalisme postindustriel*” (Descola, 2020).

“Un hecho social total es una institución o eventos que ponen en movimiento una sociedad, que revelan sus fuentes y valores, que revelan su naturaleza profunda. En este sentido, la pandemia es un reactivo que condensa, no las peculiaridades de una sociedad en particular, ya que es global, sino ciertos rasgos del sistema que gobierna el mundo actual, el capitalismo postindustrial” (traducción nuestra).

concepto no sea el más adecuado para comprender el fenómeno.
¿Qué es el hecho social total para Mauss?

Los hechos que hemos estudiado son todos, que se nos permita la expresión, hechos sociales *totales* o, si se quiere – pero esta palabra nos gusta menos – generales: es decir, que ponen en movimiento en ciertos casos a toda la sociedad y sus instituciones (potlatch, clanes enfrentados, tribus que se visitan, etcétera) y, en otros casos, sólo a una gran cantidad de instituciones, en particular cuando esos intercambios y contratos involucran más bien a individuos.

Todos esos fenómenos son a la vez jurídicos, económicos, religiosos e incluso estéticos, morfológicos, etcétera. Son jurídicos, de derecho privado y público, de moralidad organizada y difusa, estrictamente obligatorios o tan sólo alabados y condenados, políticos y domésticos al mismo tiempo, implican tanto a las clases sociales como a los clanes y a las familias.” (Mauss, 2009: 251)

El hecho social total supone al consenso y el consenso es, necesariamente, político: producto del proceso histórico de habituarse a sentarse muchos en una mesa (mesa redonda por cierto) y que muy pocos queden fuera. O, en cualquier caso, que los pocos que se sienten en la mesa hagan sentir a los muchos que quedan fuera que están representados. Así, los representantes pueden llevar posiciones amplias y diversas, en posibilidad de dialogar entre sí, dejando a muy poca gente fuera. De hecho, estar fuera puede transformarse en una posición más: la estrategia deliberada de no participar de la mesa e impugnar las reglas de juego. Si esta posición crece y se vuelve significativa las reglas de la mesa pierden sentido y estamos frente al fin del consenso.

La pandemia surge en un contexto de polarización política global en el cual algunos actores políticos acumulan adhesiones desde la división, desde la impugnación de la mesa común o desde la descalificación a la vida en común con quienes consideran indeseables, desde la tensión permanente que provocan, logran ocupar espacio y discuten la legitimidad de la mesa, sin seguir sus formas, sino para dañarla y expulsar a los diferentes. Es el caso de los partidos de extrema derecha en Europa, que coordinan para destruir la Unión Europea, y, para defender a una Europa

caucásica, reivindicando a cada una de sus naciones históricas. Estamos en un mundo donde los Estados con mecanismos democráticos más grandes en cuanto número de participantes han sido escenarios de elección de gobernantes que atacan en modo expulsión a quienes se les oponen (como Trump o Bolsonaro), con discursos alterofóbicos. Esta situación define una suerte de populismo global de extrema derecha (De la Torre, 2018), dispuesto a dinamitar todas las bases civilizatorias erigidas desde el final de la Segunda Guerra Mundial.

La pandemia permitió la escenificación del embate que, desde centros de poder globales, como el gobierno de Estados Unidos durante la presidencia de Trump, se hizo hacia los organismos internacionales “civilizadores”⁴ emergidos en la posguerra, como es la Organización Mundial de la Salud (OMS).

Este trabajo problematiza la idea, entonces, de que el fenómeno complejo de la circulación global de un virus y sus múltiples derivas gubernamentales de gestión pueda ser considerado un hecho social total global, proponiendo que se trata de un *hecho real total*⁵, una multiplicidad que circula, implica y afecta todo y que contiene elementos que escapan de las distintas formas de tratamiento que se puedan establecer. Lo decimos inspirados en una concepción de lo real que implica una heterogeneidad que no puede ser capturada *in toto*, una multiplicidad de eventos de distintos órdenes que circulan juntos, reensamblándose de continuo la circulación del virus con la producción discursiva de científicos, periodistas y políticos; con la creación y comercio de distintos medicamentos; con

⁴ Tal como plantea Mauss (2009: 258): “Vemos, pues, cómo en algunos casos se puede estudiar el comportamiento humano total, la vida social entera, y también vemos cómo ese estudio concreto puede llevar no sólo a una ciencia de las costumbres, a una ciencia social parcial, sino también a conclusiones de moral o, más bien —para retomar la palabra antigua— de “civilidad”, de “civismo”, como se dice ahora. En efecto, los estudios de este tipo permiten vislumbrar, medir y sopesar los diversos móviles estéticos, morales, religiosos y económicos, los diversos factores materiales y demográficos cuyo conjunto funda la sociedad y constituye la vida en común y cuya dirección consciente es el arte supremo, la *Política* en el sentido socrático de la palabra.”

⁵ Inspirados en Bataille (1987), Fraiman y Rossal (2009) plantean que el hecho real total sirve para entender la circulación global de personas y mercancías (las personas también somos mercancías en la circulación): no hay forma de estar fuera de lo real total y un conjunto de instituciones se ponen en juego para su regulación pero no se trata de un hecho social total porque, precisamente, es una heterogeneidad que escapa de continuo, tanto al pensamiento humano y los consensos, como al control estatal o supraestatal.

nuevas formas de trabajo de los equipos de salud y con toda una suerte de disposiciones de gobierno de las poblaciones. Una pandemia, el tráfico de las mercancías legales e ilegales, los movimientos de poblaciones, la trata de humanos a través del planeta –tal vez la parte más maldita de los intercambios–, configuran esa incesante circulación de lo real en una escala global.

El hecho social total, como fue dicho, supone un consenso. Si todos los países hubieran decretado una improbable cuarentena acompasada y sistemática tendríamos, además de un posible hecho social total a escala global, resultados muy distintos en la propagación del virus. Pero el virus emerge en un momento de desconfianza extrema hacia los organismos otrora consensuales del campo del poder transnacional y en un contexto de guerra comercial entre China y Estados Unidos, con otros actores de peso global interactuando.

A pesar del cambio de gobierno en Estados Unidos y la vuelta de este país a sus estrategias globales previas, la vacunación mostró lo endeble de los organismos internacionales, expresado en las dificultades del mecanismo COVAX de la OMS para disponer con justicia y eficacia vacunas para todos los países, especialmente los más pobres. Los mecanismos globales no lograron establecer estrategias que aúnen consenso y eficacia en cuanto a la disponibilidad de vacunas para todos los habitantes de la Tierra.

En efecto, consideramos que la pandemia no es un hecho social total sino un *hecho real total*, que puede ser enfrentado mediante distintos hechos sociales totales, siempre más o menos “locales”. La vacunación, por ejemplo, para que sea exitosa, exige todos los elementos de un hecho social total: políticos, jurídicos, demográficos, religiosos, morales, entre otros, y sobre todo el necesario consenso para que el hecho resulte eficaz. Cosa que ocurre efectivamente en Uruguay, siendo solo pequeños grupos de intelectuales marginales quienes se le oponen.

En este texto realizamos un recorrido por la política uruguaya de abordaje de la pandemia, la respuesta de los sectores populares, el uso de los mitos nacionales y el devenir de estos mitos en el marco de una política neoliberal, que es mucho más que una política económica. Una política que discute y busca erosionar el estadocentrismo del país y procura establecer en la acción individual tanto las respuestas a la adversidad, como las responsabilidades, si es que hay un fracaso.

Este capítulo es producto de las reflexiones sobre la pandemia a partir de una investigación etnográfica en un barrio popular en Montevideo y una revisión sistemática de prensa durante el periodo que va desde marzo de 2020 a finales de mayo del 2021⁶.

Conspiraciones y rupturas del consenso global

La ruptura del consenso en relación a los organismos internacionales implica también un embate a un proceso de civilización en el cual la ciencia tiene un prestigio central. La impugnación del calentamiento global primero, de las vacunas y de la propia existencia de la pandemia como fenómeno de salud humana y animal (de complejo orden biológico, social, económico), tienen en el discurso político radical de extrema derecha un ambiente seguro de propagación y utilización de distintas expresiones del mito político de la conspiración (Girardet, 1999).

Así fue antes también: la conspiración es uno de los mitos políticos más recurrentes. Su utilización masiva política durante el siglo XIX se enfocó en grupos de poder como la masonería y los jesuitas, y también en relación al pueblo judío, como por ejemplo a principios del siglo XX con la figura malévolamente de los sabios de Sion (Girardet, 1999).

Pero vayamos al caso uruguayo donde otros mitos políticos operan y pueden propiciar consensos importantes⁷. Veamos tres mitos que funcionan en Uruguay: (i) se trata de un país modelo: podemos ensayar cosas para mejorar la vida de la gente, ganar mundiales de fútbol y estimar que no hay país pequeño con ciencia grande; (ii) es un país de cercanías

⁶ El proyecto “Lo formal, lo informal, lo ilegal. Una etnografía sobre las formas de provisión en un barrio de Montevideo” es financiado por la ANII. Una base para la reflexión de este artículo fue dicha por Marcelo Rossal en el evento “América Latina frente al gobierno de la COVID-19: desigualdades, crisis, resistencias”. Organizado el 15 de octubre de 2020 por la Red SARS-CoV2, Poder y Sociedad (RedSars2, FLACSO/Brasil). Agradecemos los aportes dados por panelistas e integrantes de la red. Así como a la revisora del artículo, que indicó atinadas sugerencias.

⁷ Bien dice Lévi-Strauss (1964) que los mitos tendrían su correlato contemporáneo en las ideologías políticas; a los efectos de su eficacia poco importa si fueron creados por productores simbólicos de tiempo completo o si son creación indiferenciada de una sociedad, más bien son ambas cosas.

y homogeneidades: somos pocos, nos parecemos y nos conocemos; (iii) “naides es más que naides”⁸: es un país de una extendida igualdad entre individuos. En ese contexto imaginario de “naides es más que naides”, una suerte de reflejo liberal se permite impugnar a las imposiciones de medidas restrictivas a la movilidad personal.

Uruguay fue entendido desde hace 100 años como una suerte de país modelo, luego de ser impulsado por Inglaterra como un pequeño *buffer state* (Chay, 2019) entre dos grandes países como Argentina y Brasil. Fundado constitucionalmente en 1830, con el apoyo determinante de Inglaterra, mediante las gestiones de Lord Ponsonby, que también tuvo una actuación determinante ese mismo año para refundar Bélgica en tanto monarquía constitucional.

En 1875, Uruguay inició una modernización que incluyó una reforma escolar que hizo a la educación laica, gratuita y obligatoria, en paralelo con el alambramiento de los campos y el inicio del control territorial del país por el Estado (Méndez Vives, 1975; Caetano, 2014). Hacia 1905, luego de derrotada la última insurrección civil masiva del país, el gobierno de José Batlle y Ordóñez inició una serie de medidas que democratizaron la vida política, instauraron derechos sociales y laborales a la vez que el Estado fue asumiendo más funciones y desarrolló empresas públicas, asociadas algunas de ellas a la protección social y la garantía pública de los servicios de agua, energía eléctrica, telecomunicaciones y transportes (Vanger, 1983). El Banco de Seguros del Estado y la Cajas de Jubilaciones y Pensiones⁹ garantizaron la protección de los trabajadores formales y fue desarrollándose un Estado de Bienestar y un proceso civilizatorio en base a impulsos estatistas y frenos liberales hasta llegar a nuestros días (Real de Azúa, 1964).

Paralelamente al desarrollo de estas instituciones que produjeron

⁸ Este dicho popular alude a la antigua creencia gaucha de la igualdad entre los individuos del país. El término *naides* es de origen gauchesco y significa *nadie*.

⁹ “Toda nuestra legislación sobre la seguridad social, ese socialismo de Estado que ya existe, está inspirada en el siguiente principio: el trabajador ha dado su vida y su trabajo a la colectividad, por un lado, y a sus patrones, por el otro, y, si bien debe colaborar con el seguro, los que se han beneficiado de sus servicios no han saldado su deuda con él mediante el pago del salario, y el propio Estado, representante de la comunidad, debe ofrecerle, junto con sus patrones y su propia participación, cierta seguridad en la vida, contra el desempleo, contra la enfermedad, contra la vejez, contra la muerte.” (Mauss, 2009: 232-233)

una república que había construido un Estado de bienestar que incluía todo lo que Mauss (2009) entendía como propio al don en la contemporaneidad, tanto en el Estado como en la sociedad, con el desarrollo de mutualistas para la salud colectiva, centros culturales, sindicatos y organizaciones estudiantiles que operaban como garantes, colaboradores y controladores del gobierno, además de un sistema de dos partidos políticos *catch all* que contemplaban un gran arco ideológico y que garantizaban la capacidad de gobierno con coparticipación política, así como la inclusión de pequeños partidos de carácter ideológico con representación parlamentaria.

En base a este sistema político, normalizado como una democracia ejemplar desde los años 40, es que se cumplió con buena parte de las reivindicaciones feministas en el año 1947 (Giordano, 2012), a la vez que se continuó desarrollando una mitología centrada en la inclusión igualitarista de los diferentes, incluidos anarquistas expulsados de Europa y Argentina o una muy minoritaria comunidad rusa. Sujetos tan diversos, y rechazados en otras partes, pudieron incluirse en los campos políticos y sindical uruguayo ocupando lugares de la mayor relevancia pública. A la vez se desarrolló una mito-praxis de exclusión de la vida pública de los aspectos religiosos y étnicos, que quedaron puertas adentro de las familias y las instituciones propias (Guigou, 2005). Una escuela universalista hacía de Uruguay, para los ciudadanos uruguayos, el modelo civilizatorio máximo mientras el nombre del país se hacía conocido en el mundo por sus logros sociales, políticos, económicos y deportivos. Este proceso civilizatorio delinea un modelo de *polis*, con un espacio público democrático, tal como lo plantea Amparo Menéndez-Carrión (2015).

Este consenso social en Uruguay tuvo una fuerte ruptura en 1968 (Rico, 1989), con el gobierno desconociendo y procurando la expulsión del otro entendido como subversivo, con el que no se podría negociar de forma alguna. Luego hubo una férrea dictadura (1973-1985) que hasta cerró institutos de enseñanza durante todo su gobierno y mandó al exilio a la mayoría de intelectuales y científicos de renombre del país.

En 2005 una coalición de partidos de izquierda (Frente Amplio) llegó al gobierno, y hacia 2010 uno de aquellos subversivos de los años sesenta, José “Pepe” Mujica, acabó como presidente de la República, encabezando un gobierno que realizó una actualización de derechos sociales muy fuerte, incluyendo el matrimonio igualitario, la ley de regulación del

cannabis, la interrupción voluntaria del embarazo y la ley integral para personas trans (Calisto, Gómez y Rossal, 2017). En el gobierno anterior, del doctor Tabaré Vázquez, se logró desarrollar un Sistema Nacional Integrado de Salud, que incluyó a las instituciones mutuales (surgidas en la sociedad civil) con el sistema público de salud, obteniéndose una atención sanitaria de umbrales de calidad garantizados por el Estado, manteniendo una formación médica gratuita en el marco de la Universidad de la República y el desarrollo de una institucionalidad científica fuertemente orientada a la salud, como el Institut Pasteur de Montevideo, el Instituto de Investigaciones Biológicas Clemente Estable, y dotando de mayores recursos al Programa de Desarrollo de las Ciencias Básicas. También en el período de Vázquez se creó el Sistema Nacional de Emergencias (SINAE), un espacio de coordinación de la respuesta pública basado en el paradigma de la gestión de riesgos, responsable en buena medida de la gestión de la pandemia, y la Agencia Nacional de Investigación e Innovación (ANII) que financió investigaciones y formación de posgrados tanto en el país como en el exterior. Esta inversión, por debajo de la de otros países de América Latina incluso, pero muy superior a la de los anteriores gobiernos, junto al fuerte consenso social y político, es central para comprender el enfrentamiento exitoso de la primera etapa de la pandemia.

Luego de quince años de impulso estatista por parte del Frente Amplio, en marzo de 2020 asumió una nueva coalición gobernante que reúne a las derechas, con una vocación poco amiga del Estado en su faceta empresarial, social, científica y educativa, pero que tiene su respaldo para llevar adelante lo que todo el mundo considera como una gestión óptima de la pandemia. Es esta faceta empresaria, social, científica y educativa del Estado la que permite, junto a unos mitos poderosos, al gobierno de derecha producir un conjunto de medidas que configuraron durante algunos meses un verdadero hecho social total.

En marzo del 2020 llegaron los primeros infectados a Uruguay. Una persona que vino de Europa estuvo en una fiesta donde se produjeron varios contagios, pero también otras personas habrían venido del mismo continente portando el virus. El 16 de marzo se iniciaron medidas restrictivas de la actividad económica bajo un fuerte consenso de gobierno con organizaciones sociales implicadas (sindicatos, médicos, científicos). La progresión del virus fue rápida como en otras partes y la capacidad del país para obtener tests era tan escasa como la de otros países periféricos.

Sin embargo, en el campo de la cooperación científica internacional, más allá del lucro y mucho más cerca del intercambio-don, fueron científicos de instituciones públicas quienes desarrollaron kits para obtener las muestras suficientes para llegar a todas las personas con síntomas respiratorios, con contactos con otros infectados y de población de riesgo. En unos pocos días había en el país 50 infectados, pero el sistema de salud pudo contactarlos y cuarentenarlos a ellos y a sus contactos, y a medida que los test producidos por el Institut Pasteur de Montevideo y la Universidad de la República fueron ampliando su capacidad y la posibilidad de tener laboratorios del Estado y el sistema científico del país en todo el territorio nacional, se pudo controlar eficazmente durante algún tiempo la pandemia (Moreno et al, 2020).

En ese primer momento, de marzo a octubre de 2020, el conjunto de medidas sanitarias tuvo un alto consenso y las distintas actividades sociales y económicas se fueron abriendo lentamente. De todas formas, hubo elecciones departamentales en septiembre¹⁰, un acto público multitudinario – la Marcha de la Diversidad¹¹ – y actividades masivas como la Exposición Rural del Prado¹², que no habrían tenido consecuencias en el aumento de casos, pero sí ocasionaron cuestionamientos cruzados entre políticos pro gobierno y oposición, que se acusaron mutuamente de incumplir las medidas sanitarias.

En noviembre los casos positivos de COVID-19 empezaron a aumentar significativamente. Bajo los primeros calores de diciembre la actividad social aumentó significativamente y en reuniones familiares se empezaron a dar la mayoría de los contagios. En la zona de frontera, en la ciudad gemela de Rivera con Livramento, con los contagios descontrolados en el lado brasileño, el turismo de compras que venía desde Brasil podría haber propiciado una significativa diferencia de Rivera con el resto del país¹³. Durante todo el verano el número de enfermos, internados

¹⁰ <https://www.elobservador.com.uy/nota/elecciones-y-rebrotes-de-coronavirus-los-preocupantes-antecedentes-a-tener-en-cuenta-202092518510>

¹¹ Autoridades de gobierno señalaron la inconveniencia de la marcha de la diversidad ese año: <https://www.elobservador.com.uy/nota/-orgullo-es-luchar-con-tapabocas-miles-marchan-por-la-diversidad-2020925193131>

¹² <https://www.elobservador.com.uy/nota/prueba-de-fuego-en-la-rural-del-prado-el-primer-fin-de-semana-202091115160>

¹³ Esto es negado por autoridades de gobierno reiteradamente, pero lo cierto es que el

en CTI y fallecidos aumentó considerablemente, con un gobierno que se mantuvo en una actitud pasiva y con primeros choques con el Grupo Asesor Científico Honorario (GACH)¹⁴. En febrero el GACH dio indicaciones de reducir la movilidad que fueron desoídas por el gobierno¹⁵. En marzo de 2021 se abrió, en contrario a las demandas de los asesores científicos del gobierno y de las sociedades médicas, y con muchísimas personas infectadas, la enseñanza en todos sus niveles —menos la Universidad pública que, al ser autónoma, siguió las recomendaciones científicas— y se anunció el inicio de la vacunación masiva del 70 por ciento de la población uruguaya. Uruguay era el último país de Sudamérica en iniciar la vacunación, pero confiaba en sus capacidades para producir una vacunación rápida y justa de su población.

Si en el 2020 el país había producido medidas exitosas de control de la pandemia, basadas en restricciones heterodoxas y tenues de la movilidad física, ahora el gobierno anunciaba la vacunación masiva. Si durante el 2020 se estableció una suerte de cuarentena voluntaria, basada en la “libertad responsable” con algunas actividades suspendidas, ahora era necesario apelar a un momento más de cuidado para permitir una vacunación eficaz en ese mismo marco. Esto no sucedió y durante abril de 2021 Uruguay fue uno de los países con mayor número de infectados, fallecidos e internados del mundo, en términos relativos. De todas formas, la vacunación en Uruguay, bajo la responsabilidad de un sistema de salud

primer lugar con aumento significativo de casos es precisamente Rivera y la respuesta del gobierno es de defensa de la actividad económica y negación de que sea en la movilidad producto de esa actividad el aumento de los casos en noviembre de 2020. Sin embargo, la prefectura de Livramento se sintió afectada por los miles de viajeros provenientes de distintas partes de Brasil, pidiendo restricciones: <https://www.montevideo.com.uy/En-Perspectiva/Asqueta-explico-por-que-el-turismo-de-compras-en-Rivera-no-mueve-la-aguja-epidemiologica--uc769753>

<https://www.montevideo.com.uy/Noticias/Alcaldia-de-Livramento-apela-a-Ministerio-Publico-para-impedir-turismo-de-compras-a-Rivera-uc779621>

¹⁴ En abril de 2020 se conformó el Grupo Asesor Científico Honorario (GACH), un equipo interdisciplinario con el propósito de realizar recomendaciones en áreas de salud y ciencia de datos al gobierno para la gestión de la pandemia.

¹⁵ Ante el aumento de casos del verano, el GACH propuso distintas restricciones de la actividad económica y la movilidad física que no fueron seguidos por el gobierno. <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2021/3/el-gobierno-no-siguio-la-mayoria-de-las-medidas-de-distanciamiento-fisico-y-limitacion-de-la-movilidad-propuestas-por-el-gach-el-7-de-febrero/>

sólido con gran capacidad de respuesta, es de las más rápidas del mundo apenas llegaron las vacunas, pasando de ser el último país de Sudamérica en recibirlas a ser, junto con Chile, el país con mayor cantidad de personas vacunadas de la región.

La pandemia en las clases populares: el don como respuesta

En marzo de 2020 el cierre de algunos sectores de la economía afectó las actividades económicas formales e informales (desde el gobierno se exhortó al cierre provisorio de locales comerciales con excepción de los de venta de alimentos y farmacia, también se decretó la suspensión de los espectáculos públicos, la suspensión de clases en todos los niveles educativos y el cierre de fronteras, entre otras medidas), provocando un rápido deterioro de las condiciones de vida de las clases populares.¹⁶ Esto llevó al gobierno —a través del Ministerio de Desarrollo Social (MIDES) — a instrumentar una serie de medidas entre las que se destaca la duplicación de las transferencias no contributivas que perciben los hogares en situación de pobreza (Tarjeta Uruguay Social -TUS- y Asignación Familiar Plan de Equidad -AFAM-PE-)¹⁷. También se incorporó una nueva prestación consistente en una canasta/bono de emergencia (se puede optar entre recibir la canasta física con alimentos o un cupón virtual que se puede canjear en un comercio) que está destinada a personas que no reciben la Tarjeta Uruguay Social pero que tampoco cuentan con ingresos formales, sean salarios, jubilaciones o pensiones. En 2020 la cantidad de canastas y bonos canjeados alcanzó a más de 300.000 beneficiarios.

En el primer caso (TUS y AFAM-PE) al tratarse de prestaciones

¹⁶ Según el Instituto Nacional de Estadística, la pobreza por método de ingreso en 2020 alcanzó al 11,6% de la población del país (8,1% de los hogares) y la indigencia al 0,4% de la población (0,3% de los hogares). En 2019 la cifra de pobreza había alcanzado 8,8% (5,9% de hogares) y la indigencia un 0,2% (0,1% de los hogares) (INE, 2020, 2021).

¹⁷ La Tarjeta Uruguay Social (TUS) existe desde 2006, es una transferencia monetaria mensual que se otorga a familias en situación de extrema vulnerabilidad socioeconómica. La Asignación Familiar Plan de Equidad (AFAM-PE) es una prestación mensual que se otorga a hogares en situación de vulnerabilidad socioeconómica con niños, niñas y adolescentes que deben estar inscriptos y concurrir a centros educativos.

otorgadas al núcleo familiar, quien figura como titular suele ser la mujer jefa de hogar, quien a su vez suele tener vínculo con los distintos dispositivos estatales del área social, sea porque realiza los trámites en el MIDES, concurre a la policlínica con sus hijos/as o recibe en su casa a los equipos técnicos de los programas sociales. En cambio, en el segundo caso (canasta/bono de emergencia) no se otorga a hogares sino a personas y, entre otros, apunta a mejorar la situación de trabajadores/as informales. De este modo, la figura del varón en tanto beneficiario de una prestación aparece con más incidencia de lo que es usual.

Los efectos de la retracción económica se vieron rápidamente en los sectores populares y eso se expresó por ejemplo en la proliferación de ollas y merenderos populares a lo largo y ancho del país. En muchos casos, grupos de vecinos y vecinas comenzaron a convocarse y organizaron soluciones colectivas para cubrir la necesidad de alimentación. Si bien hay experiencias que surgen de organizaciones sociales y sindicatos, o que cuentan con apoyo de estos, en su mayoría se trata de experiencias no institucionalizadas.

Las ollas populares no son un fenómeno nuevo,¹⁸ sino que forman parte del repertorio de herramientas de que disponen las clases populares en momentos de crisis económica; así se conformaron durante la crisis económica de 2002 y antes aún existían para apoyar distintas luchas de los movimientos sociales, como es el caso de sindicatos con largos períodos de huelga. Pero la proliferación de ollas y merenderos populares durante la pandemia no tiene antecedentes en el país. Un relevamiento realizado desde la Universidad de la República identificó en 2020 al menos 700 ollas y merenderos populares funcionando. De ellos, un 41% se encontraba en Montevideo y un 59% en el resto del país (Rieiro et al, 2021: 6-7).

Las ollas populares dan alimentos, satisfaciendo una necesidad vital que no puede diferirse. Implican un ejemplo de don radical que involucra a cada comunidad a la vez que la (re)construye.¹⁹ Las ollas populares

¹⁸ Ni un fenómeno exclusivamente uruguayo, ya que se trata de una respuesta solidaria más o menos organizada de las clases populares latinoamericanas en momentos de crisis generalizadas en las cuales las respuestas de los Estados son deficientes.

¹⁹ Susana Presta (2007: 180) observa que en el marco del “paradigma neoliberal” algunas corporaciones y el Estado dan apoyo a experiencias de economía solidaria, poniendo en cuestión la idea de que la economía solidaria pudiera disputarle espacio al capitalismo. Formas solidarias de intercambio don, en la contemporaneidad, no se oponen necesaria-

emergen desde una necesidad concreta de la gente, no desde el Estado, pero lo interpelan, debiendo el gobierno pronunciarse de alguna manera. Entre las prestaciones del MIDES y las ollas populares se asegura la alimentación de los sectores más vulnerables, pero la pobreza aumenta irremediabilmente en el país.

La vida cotidiana en la pobreza y el cuidado de la salud

Los lazos sociales que bien escenifican las ollas y merenderos populares resultan fundamentales para mantener la alimentación de quienes no tienen posibilidad de proveerse. Nos preguntamos cómo conviven las distintas vidas particulares de personas en distintos niveles de precarización con las medidas sanitarias que implicaron la retracción de la vida social y económica.

Las ollas, como intercambio de dones (objetos, materialidades y afectos), no pueden entablarse en el distanciamiento físico. Los objetos que vende Javier, un vecino trabajador informal de un barrio del Oeste de Montevideo, por ejemplo, pasan de mano en mano yendo por las casas de sus vecinos en busca de compradores.

En el mismo sentido, cuando Karina, otra vecina del mismo barrio, trabaja cortando el pasto también lo hace a solicitud de sus vecinos en el acercamiento y el lazo que eso implica. Lo mismo cuando “hace feria”: hacer feria es tirar en un lugar del piso en la calle los sábados y/o domingos, los objetos conseguidos (fundamentalmente ropa y calzado) durante la semana y venderlos a módicas sumas de dinero. Pero, además, como el siguiente relato nos muestra, hay cuestiones vinculadas al trabajo informal que tienen su base en el acercamiento y en la presencia del otro para el intercambio:

Karina tiene 39 años. Es una mujer alta y flaca, con una espalda caída como si tuviera una cuerda que la cinchara hacia abajo y la condenara a estar encorvada. La hemos visto cortar el pasto por la cuadra y le dijimos que viniera a hacerlo en nuestra vereda. Habían

mente al capitalismo.

pasado varios días de lluvia por lo que suponíamos que no había podido hacer este trabajo, ya que el clima constituye un factor determinante en estos modos de conseguir dinero.

Sumado a esto, están las exigencias de cuidado de tener hijos en estos contextos.

El sol atraviesa la tierra del mediodía como una mordida intensa que traspasa la piel. A Karina esto no le impide trabajar, ¿cómo lo haría? ¿Cómo evitaría replegarse de los rayos del sol y evitar “hacer un corte” de 400 pesos? ¿Cómo decirle a Karina que por recomendación sanitaria no trabaje a horas que afectan su piel? Nos cuenta que “hace feria”, además de cortar el pasto. La máquina es de ella y la compró con una de las pensiones de su marido: “Soy viuda”.

El lazo social se constituye a partir de la estructura de desigualdades que rigen estos intercambios de bienes, pero también rigen la economía moral que les atraviesa, más aún si son mujeres. En la vida de Karina, las máquinas como su moto y la cortadora de pasto, son esenciales para trasladar a sus niños, llevar sus herramientas, ir de un lado a otro: cuidar, trabajar, proveer, cumplir con sus exigencias maternas y vecinales de la mejor forma posible dejando su propio cuerpo en un plano secundario.

Karina hace todo esto cuando el conjunto de medidas que surgen en la pandemia son consensuales pero también cuando se rompe el consenso y se dejan de concebir como esenciales. Karina puede infectarse, ser vector de contagio, ser internada e incluso morir cuando los casos aumentan y las medidas de enfrentamiento a la pandemia son cada vez menos eficaces.

Las ollas populares son una estrategia de protección para las personas que viven en el mercado informal, que son las más afectadas por las medidas tomadas durante la pandemia. Ofrecen una alternativa al dilema de cómo garantizar la alimentación ante la imposibilidad de trabajar y obtener un ingreso.

Para los sectores populares que viven del mercado informal, quedarse en casa no es una alternativa, pero la movilidad en gran medida se ve reducida y ahí es donde la solidaridad del barrio cobra relevancia. No se sale a “buscar el peso” afuera, sino que el peso, cada vez más escaso, circula en forma muy restringida entre los más pobres.

El fin del consenso

El gobierno apeló a la solidaridad de los particulares (y el Estado, por ejemplo, como un actor más que aporta alimentos para las ollas populares), rechazó dar un ingreso ciudadano a los afectados por la baja de la actividad económica y optó por mantenerla al máximo posible. Durante el segundo semestre de 2020, el consenso social implicado en una movilidad restringida voluntariamente y la progresiva apertura de las actividades fue dando como resultado un aumento de las personas infectadas, en cuidados intensivos y fallecidos. Frente a las advertencias de médicos y científicos empezaron a aparecer los primeros signos de ruptura del gobierno en relación a las sociedades médicas, así como la demanda de “restricciones a la movilidad” por parte de éstos y del principal partido de oposición.²⁰

También algunos intelectuales y activistas que relativizan o niegan la pandemia – inmersos en redes internacionales como “Médicos por la verdad” – aumentaron su visibilidad pública generando movilizaciones y petitorios al gobierno. Como fue dicho, algunas movilizaciones masivas (la marcha de la diversidad, las elecciones municipales, la exposición de la Asociación Rural del Uruguay) dieron lugar a controversias sobre las razones del aumento de los casos, que ocurrieron dos meses luego de esos hechos. Lo cierto es que la pérdida del “hilo epidemiológico”²¹ se dio ya entrado diciembre y los contagios no se produjeron en esos masivos eventos sino en contactos de no tantas personas en espacios cerrados. Pero el punto es que el consenso social también se perdió y la controversia política

²⁰ Entre febrero y marzo las sociedades médicas y científicas, así como el propio GACH fueron desoídos por el gobierno, que radicalizó su discurso de “libertad responsable”. Las demandas de restricciones a la movilidad fueron descalificadas desde el gobierno más allá de que el aumento de personas infectadas, pacientes en cuidados intensivos y fallecidos fuera exponencial. El 26 de marzo había 210 personas en CTI con COVID-19, un mes después, el 26 de abril, había 524, según el informe del GUIAD (Grupo Uruguayo Interdisciplinario de Análisis de Datos de COVID-19). Como parte de la respuesta del gobierno, se aumentó la capacidad de camas de CTI de un total de 800 a 1000, para una población que no llega a 3:500.000 habitantes. <https://guiad-COVID-19.github.io/estadisticasuy.html>

²¹ Seguimiento de cada infectado en sus contactos previos rastreado por las autoridades sanitarias.

tiñó todas las acciones de instituciones, incluidas las científicas y médicas.

El despliegue de medidas que realizó el gobierno y la respuesta que hubo desde la ciudadanía tanto adhiriendo a las medidas como creando de manera autónoma y descentralizada las ollas y merenderos populares, conformaron un hecho social total durante los primeros meses de la pandemia. El hecho real podía ser tratado y controlado con cierta eficacia. Si no hay hecho social total las medidas no son eficaces porque exigen el compromiso de toda la sociedad. Ya que un hecho social total exige una ritualización de distintos aspectos de la vida; las medidas son conjuntos de rituales que deben ejecutarse y repetirse. Cuando empieza a haber problemas, surgen desacuerdos varios que hacen que se rompa el consenso y la ritualidad ya no se sostenga.

En un primer momento hubo una sintonía entre los diferentes actores que hizo que la gestión de la pandemia fuera exitosa y el país fuera presentado como modelo por ello, actualizándose los mitos nacionales, especialmente con el uso de metáforas futbolísticas por parte de políticos y científicos que tenían un discurso sin fisuras²². Cuando todo ya estaba mal, tanto porque los casos aumentaron como así también el desacuerdo, el gobierno apeló a una campaña de dudosa eficacia: en los años setenta un avión con un grupo de rugbiers uruguayos, familiares y amigos cayó en los Andes, una porción de ellos sobrevivió. El hecho tuvo notoriedad mundial y los sobrevivientes, pertenecientes a las clases acomodadas del país, son figuras públicas. En un spot publicitario del gobierno, los sobrevivientes movilizan los mitos nacionales desde un teatro vacío²³. La comparación de la gestión de la pandemia con la hazaña de sobrevivir en los Andes resulta muy infeliz ya que en esa tragedia la mayoría de los pasajeros del avión murieron y el costo de los sobrevivientes fue altísimo. Para colmo de males, uno de los sobrevivientes, el único que se formó como

²² El Prof. Rafael Radi, científico que encabeza el GACH, ha utilizado muchas metáforas futbolísticas mientras la gestión de la pandemia era consensual: https://www.180.com.uy/articulo/83573_notoriamente=-uruguay-mantiene-numeros-bajos-de-COVID19-&ref=delso

²³ A los mitos futbolísticos se le suma el sobrevivir a la cordillera. Un artículo de Soledad Platero destaca lo infeliz de esta campaña, tanto como su impronta ideológica: “el espíritu voluntarista y motivacional que siempre acompaña a la retórica del éxito individual y del premio al mérito”. <https://ladiaria.com.uy/opinion/articulo/2021/3/mitologias-el-avion-en-la-cordillera-y-el-combate-al-coronavirus/> El spot puede verse en: <https://www.youtube.com/watch?v=f5i0x4X7mYo>

médico, acabó diciendo en un programa televisivo: “y bueno, alguno se morirá, como pasó en la cordillera”; confirmando las críticas al spot, ya que en los Andes, insistimos, se murió la mayoría de los pasajeros y este spot salía a luz en momentos en que el número de fallecidos colocaba a Uruguay, en términos relativos, en los primeros lugares del mundo.

En ese contexto, el gobierno persiste en su defensa de la “libertad responsable” que nos remite a una de las facetas de la gubernamentalidad neoliberal: que individuos y comunidades se ocupen de sí mismos. Nikolas Rose alude a la idea de “comunidad”²⁴ dentro de lo que llama “liberalismo avanzado” y donde existen vínculos de obligación mutua: “una nueva relación entre las estrategias de gobierno de los otros y las técnicas para el gobierno de sí” (Rose, 2007: 117). Así, el gobierno puede congratularse del surgimiento de las ollas populares, tener a un grupo científico que es de carácter honorario, es decir, que no cobra por su trabajo de asesoría, como agradecer a un grupo de sobrevivientes de los Andes por colaborar con su campaña publicitaria. Todas son formas del don que se ensamblan en una radicalización de la gubernamentalidad neoliberal que deja de responsabilizarse por la gestión de la vida de individuos y comunidades, apelando a la “libertad responsable” para evitar tomar medidas restrictivas de la actividad económica y su contraparte de necesario aumento del gasto público para el sostén de las familias y las empresas.²⁵

Con un discurso alejado de la negación de la pandemia o celebración de la muerte, simplemente se asiste a ella pasivamente, alejándose progresivamente de las recomendaciones científicas y médicas. Eduardo Gudynas identificó a la política del gobierno uruguayo ante la pandemia como una necropolítica (concepto de Achille Mbembe). La invocación a

²⁴ Rose refiere a las “comunidades éticas” donde “El sujeto está siendo interpelado como un individuo moral, con lazos de obligación y responsabilidad respecto de su conducta, organizados de nueva manera. El individuo en su comunidad es ambos a la vez y está supeditado por ciertos lazos emocionales de afinidad a una red circunscripta de otros Individuos.” (Rose, 2007: 121).

²⁵ El Fondo Coronavirus creado para los gastos de la pandemia sólo incluyó impuestos a funcionarios públicos, negándose el gobierno a poner impuestos a los más ricos, pues considera que ellos deberían liderar la recuperación económica luego. Plan Nacional Coronavirus previó la donación de empresas y personas: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/fondo-coronavirus-conferencia>
<https://www.elobservador.com.uy/nota/los-argumentos-de-lacalle-de-por-que-no-gravar-mas-al-capital-y-las-criticas-de-la-izquierda-20204981329>

la libertad individual y a la responsabilidad por parte del presidente permiten justificar la falta de respuestas estatales²⁶. Las medidas tomadas se inscriben en una lógica de “dejar morir”: “Si te contagiás es tu culpa, si te morís puede ser tu culpa, o bien será la culpa de quien te contagió. La contracara de esto es eximir de responsabilidad al gobierno”. Así se garantiza, por encima de la vida humana, el funcionamiento de un tipo de economía (Gudynas, 2021). El 30 de marzo de 2021 hubo 14 fallecidos, mientras que un mes después, el 30 de abril, hubo 66, llegando Uruguay a ser el país con mayor cantidad de fallecidos en relación a su población.²⁷

Conclusiones

En el capítulo se busca comprender la complejidad de producir un conjunto de medidas para afrontar la pandemia, que si son eficaces podrán configurar un hecho social total. Como lo hemos visto con las ollas y menderos populares, no ha sido solo el gobierno el que ha tomado medidas. También, en base a un amplio consenso, se han producido distintos escenarios de intercambio de dones, especialmente alimentos, renovándose lazos sociales con apoyo desde distintos sectores políticos, empresariales, sindicales desde el primer momento de la pandemia: tanto las ollas populares surgidas “desde abajo”, como las medidas sanitarias dispuestas por el gobierno tuvieron un primer momento de amplio apoyo, con incluso una oposición política y sectores del propio gobierno pidiendo medidas más restrictivas. A diferencia de otros países, donde hubo enfoques radicalmente contrapuestos entre gobierno y oposición, en Uruguay el apoyo consensual en la ciencia y la medicina dio como resultado altos acuerdos durante nueve meses, radicando las diferencias en cómo apoyar a los sectores más vulnerables, para los cuales el gobierno se basó en los instru-

²⁶ Estévez (2018) muestra que biopolítica y necropolítica no se oponen, sino que se constituyen mutuamente; para el caso uruguayo, es posible pensar distintos momentos en la gestión de la pandemia signados por la defensa de la actividad económica y la contención del gasto público a despecho de la vida humana: una gestión biopolítica que incluyó momentos signados por la necropolítica, como suele ocurrir con la gestión neoliberal de la vida y la muerte.

²⁷ <https://www.elobservador.com.uy/nota/coronavirus-uruguay-se-convirtio-en-el-pais-con-mas-muertes-diarias-en-el-promedio-de-los-ultimos-siete-dias-20215611734>

mentos creados en el país en tiempos de normalidad pre-pandemia mientras que la oposición demandaba mayores erogaciones, principalmente un ingreso ciudadano para los sujetos más vulnerables.

A medida que hubo un aumento de contagiados, internados y fallecidos, la oposición política demandó mayor inversión pública mientras que el gobierno siguió su opción por mantener abierta la economía solo existiendo restricciones parciales; como vimos, *necro* y *biopolítica* no se oponen necesariamente. La demanda de mayores restricciones de parte de la oposición, alineada a los científicos, no es claro que tuviera un fuerte apoyo popular, ya que, a pesar de los aumentos de casos, las encuestas de opinión pública aún marcaban apoyo al gobierno y negativa a restringir actividades. La consigna de la “libertad responsable” no parece eficaz para parar la progresión de la epidemia, pero sí se sostiene en términos ideológicos. Más allá de que, si la “libertad responsable” que esgrime el gobierno para que la gente reduzca la movilidad se cumple, como en el primer momento de la pandemia, sólo se mueven – y tal vez comprenden productos en la calle – los que hacen trabajos esenciales, y ahí los trabajadores informales se quedarían casi sin mercado, pero igual tienen que salir y ponerse en riesgo ocupando espacios acotados y afectados por una crisis económica que los perjudica irremediamente. Es decir, la baja de la actividad económica se dio de todas formas, pero bajo el costo de cada individuo.

El gobierno opera discursivamente una suerte de inversión de la carga de la deuda: el afectado de la pandemia es responsable por sí mismo y el gobierno puede mostrarse como víctima del uso irresponsable de la libertad por parte de los ciudadanos. Con una gestualidad compungida, el presidente Lacalle, cuando Uruguay pasó de ser modelo de la gestión de la pandemia a ser de los peores países en contagios y fallecidos, expresó: “si fracasa la libertad responsable fracasa la Humanidad”. Más allá de la interpretación de lo que eso quiera decir, lo claro es el posicionamiento ideológico del gobierno refrendado por su desacuerdo con restringir la actividad económica, con la decisión clara de no aumentar impuestos a los más ricos – solo hubo nuevos impuestos acotados a funcionarios públicos de cierto nivel de ingresos –, con seguir adelante con su propósito de recortar la inversión pública y apelar como medida fundamental a la responsabilidad individual, configurándose Uruguay como uno de los países de neoliberalismo más ortodoxo, en tiempos en que hasta los organismos multilaterales de crédito piden aumentar el gasto social y la inversión pública.

En su barrio, Karina seguirá buscando el peso con su vida en riesgo, así es su cotidiano existir y no hace del Ingreso Ciudadano una demanda propia, más allá de que en el barrio popular la amplia mayoría vota a la actual oposición política.

Los mitos nacionales y las metáforas futbolísticas han dejado de ser eficaces y los científicos aparecen menos en los horarios centrales de la televisión. El spot con los sobrevivientes de los Andes ha dejado de emitirse y en los medios todo gira en torno a la vacunación, su avance, sus problemas y sus resultados.

El gobierno neoliberal se muestra como víctima del uso irresponsable de la libertad de los ciudadanos, pero se niega a restringirla y espera, más allá de la acumulación de muertes y contagios, que la vacunación dé resultados lo antes posible, mientras la muerte a solas por COVID-19 se acumula en las muchas camas de hospital que un país de Estado fuerte ha construido, con impulsos y frenos, en un siglo de políticas.

Referencias

- Barbera F (2020) Coronavirus, il fatto «sociale totale» nel quale specchiarsi. *Il Manifesto*, 4 de marzo de 2020. Disponible en: <https://ilmanifesto.it/coronavirus-il-fatto-sociale-totale-nel-qual-specchiarsi/>. Accedido 29 de abril de 2021.
- Bataille G (1987) *La parte maldita*. Madrid: Icaria.
- Caetano G (2014) *El Uruguay laico*. Montevideo: Taurus.
- Calisto E, Gómez V y Rossal M (2017) Progresismos del siglo XXI. Apuntes sobre algunas leyes uruguayas recientes. En *Progresismos del siglo XXI: Reflexiones del Cono Sur* (A Micha y P Pena, coord.). Buenos Aires: IDES.
- Chay J (ed) (2019) *Buffer states in world politics*. Routledge.
- Chanlat JF (2020) La catastrophe sanitaire actuelle: un fait social total? *AE-GIS*, 3.
- De la Torre C (ed) (2018) *Routledge handbook of global populism*. Routledge.
- Descola P (2020) Nous sommes devenus des virus pour la planète. Entrevistado por Nicolas Truong. *Le Monde*, 20 de mayo de 2020. Disponible en: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/05/20/philippe-descola-nous-sommes-devenus-des-virus-pour-la-planete_6040207_3232.html (accedido 29 de abril de 2021).
- Estévez, A (2018) Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos? *Espiral*, vol. XXV (73), 9-43.
- Fraiman R y Rossal M (2009) *Si tocás pito te dan cumbia. Esbozo antropológico de la violencia en Montevideo*. Montevideo: Ministerio del Interior-PNUD-AECID.
- Girardet R (1999) *Mitos y mitologías políticas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

Gudynas E (2021) Necropolítica: la política del dejar morir. *Voces*, 15 de abril de 2021. Disponible en: <http://semanariovoces.com/necropolitica-la-politica-del-dejar-morir-por-eduardo-gudynas/>

Guigou LN (2003) *La nación laica: religión civil y mito-praxis en el Uruguay*. Montevideo: Ed. La Gotera.

INE (2020) Estimación de la pobreza por el método de ingreso 2019. *Boletín Técnico*. Instituto Nacional de Estadística. Disponible en:

<https://www.ine.gub.uy/documents/10181/30913/Estimaci%C3%B3n+de+la+pobreza+por+el+m%C3%A9todo+de+ingreso+2019/c0c832b4-7e5c-4c2a-92e9-7ea69a75e92a> (accedido 29 de abril de 2021).

INE (2021) Estimación de la pobreza por el método de ingreso 2020. *Boletín Técnico*. Instituto Nacional de Estadística. Disponible en: <https://ine.gub.uy/documents/10181/30913/Pobreza0321/c18681f1-7aa9-4d0a-bd6b-265049f3e26e> (accedido 29 de abril de 2021).

Lévi-Strauss C (1964) *El pensamiento salvaje*. México: Fondo de Cultura Económica.

Mauss M (2009) *Ensayo sobre el don. Forma y función del intercambio en las sociedades arcaicas*. Buenos Aires: Katz Editores.

Méndez Vives E (1975) *El Uruguay de la modernización: 1876-1904 (Vol. 5)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.

Menéndez-Carrión A (2015) *Memorias de ciudadanía: los avatares de una polis golpeada, la experiencia uruguaya*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo.

Moreno P, Moratorio GA, Iraola G, Fajardo A, Aldunate F, Pereira M, ... & Interinstitutional COVID-19 Working Group (2020) An effective COVID-19 response in South America: The Uruguayan conundrum. *medRxiv*. Disponible en: <https://doi.org/10.1101/2020.07.24.20161802>.

Platero, S (2021) “Mitologías: el avión en la cordillera y el combate al co-

ronavirus”. La Diaria, 25 de marzo de 2021. Disponible en: <https://ladiaria.com.uy/opinion/articulo/2021/3/mitologias-el-avion-en-la-cordillera-y-el-combate-al-coronavirus/> (accedido 11 de mayo de 2021).

Presta, S. (2007) La categoría de don en el marco de la economía social y solidaria. *Cuadernos de antropología social*, (26).

Ramonet I (2020) “La pandemia y el sistema-mundo”. *Le Monde Diplomatique*, abril de 2020. Disponible en: <https://www.eldiplo.org/wp-content/uploads/2020/04/Ramonet-pandemia-sistema-mundo.pdf> (accedido 29 de abril de 2021).

Real de Azúa C (1964) *El impulso y su freno, tres décadas de batllismo y las raíces de la crisis uruguaya* (Vol. 179). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental

Rico A (1989) La reforma de la democracia como reestructura del Estado en el Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, (3), 133-152.

Rieiro A, Castro D, Pena D, Veas R y Zino C (2021) Entramados comunitarios y solidarios para sostener la vida frente a la pandemia. Ollas y menderos populares en Uruguay (2020) Informe final, Facultad de Ciencias Sociales, Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio, Universidad de la República.

Romero Gorski S, Martínez F, Vomero F, Rial V, Cheroni S, Rodríguez S, Tabakián G, Dibot C, Abraira R y Martínez J (2020) Influencia del imaginario social en período de pandemia, Uruguay. *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, 5(2), 71-94.

Rose N (2007) ¿La muerte de lo social? Re-configuración del territorio de gobierno. *Revista Argentina de Sociología*, 8.

Vanger MI (1983) *El país modelo: José Batlle y Ordóñez 1907-1915*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental

Para quê e por quem os isolados saem de suas casas? O isolamento social no Brasil como problema sociológico

Lidiane Soares Rodrigues

“[segundo Settembrini] dois princípios disputavam o mundo entre si: a força e o direito, a tirania e a liberdade, a superstição e a ciência, o princípio de estagnação e o do movimento efervescente, do progresso. Podia-se chamar a um o princípio asiático e ao outro, o europeu, visto ser a Europa a terra da rebelião, da crítica e da atividade transformadora, ao passo que o continente oriental encarnava a imobilidade, o repouso inerte. Não existia a menor dúvida quanto à questão de saber qual das duas forças terminaria por triunfar...”

Thomas Mann, *A montanha mágica*

“Aos poucos a fé se enfraquecia. Difícil é acreditar numa coisa quando se está sozinho e não se pode falar com ninguém. Justamente naquela época, Drogo deu-se conta de que os homens, ainda que possam se querer bem, permanecem sempre distantes; que se alguém sofre, a dor é totalmente sua, ninguém mais pode tomar para si uma mínima parte dela; que se alguém sofre, os outros não vão sofrer por isso, ainda que o amor seja grande, e é isso que causa a solidão da vida”.

Dino Buzatti, *O deserto dos tártaros*

“aceitamos suspender nossas relações de amizade e de amor”

Giorgio Agamben (março/2020)

Introdução

Desde tempos longínquos, o advento de enfermidades contagiosas desconhecidas e a inexistência de tratamento e remédio para elas conduziram à evitação sistemática das interações físicas, como a medida não farmacológica mais eficiente para diminuir o ritmo de sua disseminação. No caso do surgimento da “Corona Virus Disease” (COVID-19), em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, não foi diferente. Dentre numerosas dúvidas a respeito dela, aos poucos tornou-se indiscutível que sua transmissão ocorria pelo ar – especificamente, por meio de perdigotos, isto é, gotículas que emitimos ao tossir, espirrar e falar. Em seguida, outra constatação se fez incontornável: durante certo período (a princípio, desconhecido), os indivíduos contaminados não apresentavam sintomas da doença e outros a contraíam de modo assintomático. Em ambos os casos, contudo, eles poderiam infectar indivíduos saudáveis. Diante deste tipo de transmissão, evitar interações era o único recurso disponível para frear a propagação do vírus.

A adoção desta medida, contudo, pressupôs a atuação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Somente quando este organismo alterou o estatuto da crise sanitária – de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (EPI), em vigência desde 30 de janeiro de 2020, para “Pandemia Mundial”, em 11 de março do mesmo ano – os países membros foram obrigados a adotar medidas preventivas com vistas à redução da velocidade de propagação do vírus. Então, recomendada pela própria OMS, a evitação de contatos afigurou-se, rapidamente, como a principal estratégia de caráter não farmacológico adotada de modo generalizado, em diversas escalas governamentais (em todos os níveis administrativos, do local ao global). Posteriormente, ela foi sucedida por outras, como o uso de máscaras e cuidados específicos de higiene corporal e de superfícies.

Há, pelo menos, três modelos de gerenciamento da evitação coletiva e sistemática de interações físicas: o *lockdown* (proibição absoluta da circulação; neste caso, gestores públicos deliberam quais são as saídas domiciliares autorizadas, assim como as penalidades para o descumprimento das normas); o isolamento vertical (proibição seletiva da circulação externa aos domicílios, dirigida apenas aos “grupos de risco”, isto é, àqueles mais suscetíveis à doença e às suas complicações mais graves); por fim, o isola-

mento horizontal (proibição seletiva da circulação externa aos domicílios, dirigida ao conjunto da população, exceto aos indivíduos envolvidos nas chamadas “atividades essenciais”). Além disso, essas medidas podem ser combinadas com “quarentenas”: a segregação temporária de indivíduos com suspeita de contaminação (Aquino, et al. 2020; Nussbaumer-Streit et al. 2020). Durante o “ano 1 da Pandemia”²⁸, com diversas variações – em termos do início da adoção das medidas restritivas e da flexibilização das mesmas; da vigilância do cumprimento delas e das penalidades previstas para seu desrespeito; da definição das chamadas “atividades essenciais” – majoritariamente, os estados e municípios brasileiros optaram pelo último modelo.

Atentando-se às decisões milimétricas que caracterizam o cotidiano dos indivíduos, é possível afirmar que há, em todos aqueles modelos de evitação das interações físicas, em distintas proporções, uma dimensão compulsória (imposta pelos dirigentes políticos) e uma voluntária (implicada na adesão a ela, e, também, na negociação prática do regramento dela). No caso do “isolamento horizontal”, a não discriminação das saídas de casa “autorizadas”, da parte dos dirigentes, implica uma larga margem de concepções a respeito da prática de “ficar” ou “sair” de casa, por parte dos praticantes. Neste sentido, dentre aqueles modelos, a balança do “isolamento horizontal” apresenta um pendor inclinado mais ao caráter voluntário e menos ao compulsório.

O estudo apresentado neste artigo fundamenta-se numa perspectiva não normativa do “isolamento social”. Trata-se de compreender a diversidade das concepções e das modalidades de gestão dele, tal como foram efetivamente praticadas por indivíduos que a ele aderiram voluntariamente. Para tanto, em primeiro lugar, discute-se o caráter primor-

²⁸ Não há nova vida sem novas palavras. O surgimento de termos como “ano 1 da pandemia”, “covidário”, “quarenteners”, “webnário”, “apéro web” atesta o ineditismo do momento que vivemos. Três dicionários ingleses adicionaram o termo “distanciamento social” a seus verbetes (Collins English, Merriam-Webster e Oxford English) (Mineo, 2020). Cumpre mencionar que a designação e a adjetivação do “isolamento”/“distanciamento”/ “confinamento” – enquanto evitação sistemática das interações físicas – é controversa. Há quem prefira o termo “físico”, em detrimento de “social”, como Marcio Sommer Bittencourt – cardiologista do Hospital Albert Einstein (Uol, 2020). Neste artigo, para fins expositivos, adotamos “isolamento social” pois foi o que se sedimentou entre os brasileiros; apenas em uma sessão destacamos o termo “físico” para contrastar com “sociológico”.

dialmente não compulsório, assumido pela prática do “isolamento social” no Brasil, durante o ano 1 da Pandemia Mundial, e suas consequências do ponto de vista da gestão da vida cotidiana dos isolados. Em seguida, tendo por base os dados colhidos por meio da aplicação de um questionário *on-line*, respondido entre abril e julho de 2020, por cerca de 7 mil brasileiros, propõe-se um “índice sociológico de isolamento” (ISI), cujos critérios se contrapõem aos adotados pelos governos para aferir a adesão a ele. Se estes últimos se orientam por parâmetros *geoespaciais* para mensurar a *permanência* nos domicílios, o ISI baseia-se em critérios práticos e *sociais* da motivação para os indivíduos *sáírem* de suas casas – e, ainda assim, considerarem-se em isolamento. Finalmente, caracteriza-se a decalagem entre os juízos societais e os oficiais, a respeito do caráter “rigoroso”, de “bom senso” ou “flexível” das modalidades de isolamento, definidas segundo o ISI proposto. Com base nos dados e nesta discussão, sustenta-se que a adesão ao isolamento seja *mais extensa* do que parece à primeira vista, e que as restrições que o caracterizam sejam *menos intensivas* do que almeja o ideal oficial, cristalizado no *slogan* “se puder, fique em casa” – ao mesmo tempo, impreciso, posto que não especifique em que consiste “se puder”, e absolutamente imperativo – “fique em casa”.

Um problema especificamente sociológico: a adesão voluntária e a gestão individualizada do “isolamento social”

A escalada vertiginosa de contágios e mortes por COVID-19 no Brasil situa a discussão sobre a adesão ao “isolamento social” em primeiro plano, posto que a restrição das interações físicas é a única medida não farmacológica eficaz para reduzir a velocidade da disseminação da doença – máscaras, por exemplo, não apresentam 100% de eficácia. Ao contrário do que se poderia supor, tanto sondagens com potencial representativo da população brasileira (Malta, 2020: 184) quanto aquelas circunscritas a determinadas cidades e estados (Lima, 2020: 1577) constataram majoritária adesão ao distanciamento social. A despeito de prováveis perdas econômicas, 60% de brasileiros eram favoráveis ao isolamento, em abril de 2020, por acreditarem que ele reduziria a difusão do vírus (*Datafolha*, 2020).

Então, como explicar que os governos estaduais não alcancem suas metas ideais de restrição da circulação? ²⁹ A seguir, esquadrinha-se um encaminhamento para a compreensão deste descompasso.

A primeira dimensão a ser considerada diz respeito à viabilidade da adesão ao isolamento. Os segmentos economicamente vulneráveis não têm condições de praticar o isolamento e necessitam de auxílios que compensem a interrupção das atividades que garantem seu ganha-pão. Entretanto, se a viabilidade da *realização* do “isolamento” é precipuamente econômica, não o são os modos de conceber sua *gestão* – isto é, sob quais circunstâncias sair ou permanecer em domicílio. Por isso, é pertinente, para a compreensão da prática do isolamento no país, eliminar, momentaneamente, os casos em que o fator econômico impede sua realização, a fim de sublinhar os fatores condicionantes da gestão do isolamento social. Desse modo, realça-se uma segunda dimensão a ser contemplada: a política, em estrito senso.

Entre o Ministério da Saúde e a Presidência da República, as discordâncias foram insuperáveis e as incongruências escandalosas. Enquanto os Ministros tentaram estabelecer os termos mínimos de um enfrentamento coletivo da doença, com base no que a ciência era capaz de recomendar em cada momento, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, adotou uma posição negacionista e foi capaz de induzir atitudes similares, sobretudo entre seus eleitores fieis ³⁰ (Schmitt, 2020). A dinâmica de instabilidade na instância que poderia coordenar a ação coletiva foi notável: Luiz Henrique Mandetta, então à frente do Ministério no início da Pandemia Mundial, foi demitido em 16 de abril; Nelson Teich, que assumiu a pasta em seguida, demitiu-se em 15 de maio; Eduardo Pazuello, militar e ex-secretário na gestão anterior, tomou posse apenas em setembro. Entre a saída do segundo e a efetivação deste último, o Ministério da Saúde atravessou três meses sem chefia. Além disso, se com os dois primeiros

²⁹ Em 2021, o município de Araraquara, no interior de São Paulo, realizou um *lockdown* bem sucedido, face ao advento de uma nova cepa do vírus. Contudo, a discussão deste artigo se concentra no “ano 1 da Pandemia”, e, particularmente, no período correspondente à coleta do questionário, que servirá de base à análise seguinte. À exceção de raros municípios que adotaram o *lockdown* por algumas semanas (Aquino, 2020; Moraes, 2020), neste período, não houve um regramento que orientasse a gestão da prática do “isolamento social”.

³⁰ Emprega-se, neste artigo, o termo negacionismo, para designar o rechaço das conclusões consensuais nos meios científicos (Diethelm, McKee, 2009).

ministros, os atritos presidenciais giraram em torno da recomendação do isolamento social e do uso das máscaras, no caso do terceiro, o desacordo foi outro: Pazuello anunciou a compra de vacinas, Jair Bolsonaro o desmentiu. Neste caso, o ministro acatou a vontade do presidente e permaneceu no cargo até 23 de março de 2021. Portanto, no âmbito federal, a ação das duas instâncias de autoridade política (Ministério e Presidência) apresentou-se contraditória. Isso se desdobrou em uma desarticulação das três escalas executivas (federação, estados e municípios) – e as razões últimas para tanto escapam ao escopo do presente trabalho, circunscrito aos desdobramentos sociais desta dinâmica.

Suspenda-se, momentaneamente, a escala federal da dimensão política para se colocar em relevo o âmbito estadual. É heurístico examinar, dentre os governadores, aquele que redesenhou a topografia da conjuntura política, construindo a posição “anti-Bolsonaro” por excelência, e liderando a oposição a ele, no que tange à gestão da pandemia: João Dória, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), à frente do Estado de São Paulo. O caso oferece subsídio para se desenvolver o argumento principal deste artigo.

Entre março e maio de 2020, este governador se opôs, sistemática e diariamente, a Jair Bolsonaro em “Coletivas de Imprensa do Estado de São Paulo”, destinadas a prestar contas da ação do “Comitê de Contingência do Coronavírus do Estado de São Paulo”, criado em 31 de janeiro de 2020³¹. Desse modo, poderia se supor que, no estado de São Paulo, razões sanitárias e políticas conduziram a medidas restritivas rígidas e à detalhada discriminação das mesmas, orientando a gestão doméstica e cotidiana do isolamento. Vale considerar o decreto n. 64.881, que estabeleceu o primeiro período de “quarentena” no estado:

“Artigo 4o - Fica recomendado que a circulação de pessoas no âmbito do Estado de São Paulo se limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e exercício de atividades essenciais.”
(Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2020)³²

³¹ O conjunto delas pode ser encontrado em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/tag/coletiva-de-imprensa/> (última consulta em 19/04/2021).

³² Além disso, as controvérsias e as negociações passaram a girar em torno da definição do “caráter essencial de uma atividade”. A apreciação do processo conflituoso pelo qual se estabeleceram “acepções de essencialidade indica que o fator decisivo não foram critérios técnicos, orientados pela conciliação do “imperativo de conter a propagação da doença

Desse modo, para a infração à “suspensão das atividades essenciais” foram previstas punições e dispositivos de controle oficiais. Entretanto, esses dispositivos não se voltariam à penalização de âmbito privado/doméstico do não cumprimento das recomendações de “isolamento social”, posto que as circunstâncias sob as quais era “recomendável” sair ou permanecer em domicílio foram concebidas pelos próprios indivíduos isolados e não pela letra da lei. Daí resultam implicações de gestão pública e privada.

Do ponto de vista da gestão pública, em detrimento dos dispositivos de coerção e penalidade, adotou-se a estratégia de persuasão. No estado de São Paulo, percebe-se que a primeira propaganda em favor do isolamento era regida pelo princípio “anti-Bolsonaro”, cujo negacionismo àquela altura logrou construir a oposição “isolamento ou performance econômica”. A campanha responde a esse antagonismo, tentando explorar ao máximo o rendimento político disso. A “Campanha de Utilidade Pública: Fique em Casa”, de 30 de março de 2020, consistia num vídeo, em preto e branco, de 1 minuto, veiculado em televisão (e disponível no canal do *youtube* do Governo do Estado de São Paulo). Uma voz lia a mensagem escrita no vídeo (transcrita abaixo), que intercalava a imagem de pessoas de todas as idades e estilos com alguns dos “cartões postais” da capital:

Contra o Coronavírus,

Siga o que dizem os especialistas em Pandemia:

Fique em casa

O que dizem os governantes europeus que estão enfrentando a Pandemia:

Fique com casa

O que diz o presidente dos EU que antes dizia pra todos irem trabalhar:

Fique em casa

Siga o que diz a Organização Mundial da Saúde:

Fique em casa

A economia a gente trabalha e recupera.

A vida de quem a gente ama não dá para recuperar.

#Fique em casa (Governo do Estado de São Paulo, 2020a)

com a preservação do que é, de fato, indispensável à sobrevivência”. A discriminação de atividades essenciais e não essenciais “dependeu do resultado da correlação de forças políticas na localidade” em questão (Ventura, Duarte, 2021: p. 37).

A avaliação de insucesso da campanha levou o governador a declarações impopulares, no início de abril: “Se não houver, neste final de semana, consciência das pessoas, a partir de segunda o governo tomará medidas mais rigorosas e mais duras” (GCN, 2020), isto é, as pessoas poderão ser presas pela Polícia Militar (G1, 2020a). A afinidade entre a ameaça vaga e o modo impreciso de normatizar o isolamento é evidente: em detrimento de discriminar regras nítidas, opta-se pela ostentação simbólica do potencial de força. Os bolsonaristas do estado de São Paulo se opuseram ao governador em manifestações, e ele, em seguida, ajustou sua estratégia persuasiva, recuando da ameaça e apelando ao que chamou de “corrente do amor” (Rodrigues, 2020). Um novo vídeo foi então produzido. Diferentemente do primeiro, as imagens eram coloridas, tinha apenas 30 segundos, e o mesmo narrador lia o seguinte texto – não mais pautado pela tentativa de persuadir a população em resposta a Bolsonaro, porém apelando ao sentimento de amor (aos próximos, aos distantes, à vida):

Na luta contra o coronavírus,
Ficar em casa é um ato de amor.
Amor à sua família.
Aos seus amigos.
A quem você nem conhece.
Amor à vida.
É por amor que pedimos:
Fique em casa.
Assim, a gente evita o pior
Assim, em breve, tudo vai passar
#Fiqueemcasa (Governo do Estado de São Paulo, 2020b)³³

Do ponto de vista da organização privada e doméstica, a implicação mais relevante do modelo adotado pelo governo do estado consistiu no caráter não compulsório e voluntário da *adesão* ao isolamento e na individualização de sua *gestão* – cada unidade domiciliar estabeleceu por si própria certa equação entre as saídas de casa e a permanência nela. O contraste com os protocolos de permissão da saída domiciliar, estabele-

³³ Aos poucos, as campanhas em favor do isolamento, fundamentadas no apelo ao “amor”, lograram construir a associação da Presidência ao “ódio”. Este tópico será trabalhado em outros artigos.

cidos por outros países, permite clarificar implicações sociológicas dessa política “voluntarista” do isolamento. No dia 17 de março, ao restringir ao “essencial” a circulação das pessoas, a França discriminou os 5 motivos pelos quais elas receberiam autorização para sair de casa: profissionais (isto é, indivíduos que trabalhassem em atividades essenciais, como hospitais, podiam sair de suas casas); compra de produtos de primeira necessidade; cuidados médicos; assistência a parentes idosos ou dependentes; passeio com animais e/ou prática de esportes (individualmente). (Turcan, 2020)³⁴.

Um segundo contraponto fortalece o fundamento da presente argumentação – em favor de uma análise especificamente sociológica do isolamento, condizente com a configuração assumida pela Pandemia Mundial no Brasil: a comparação das normas da fase de estabelecimento do “isolamento” e as da fase de “flexibilização” dele. Ao contrário do que o termo pode sugerir, “flexibilizar” implicou uma quantidade maior, e não menor, de regras; além de uma discriminação exata e detalhada das mesmas, reduzindo as margens de negociação prática para cumprimento e burla delas. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 04 e 05 de julho, foi permitida a abertura dos bares e restaurantes, sob as seguintes condições: 40% da capacidade de lotação, distância de 2 metros entre as mesas, retirada das máscaras apenas para a refeição e funcionamento até 17hs. A descrição dos interditos e das permissões foi mais precisa não no início da recomendação do “isolamento”, mas no encaminhamento de seu fim/flexibilização. Não por acaso, foram numerosas as resistências da clientela dos estabelecimentos (mas não destes últimos, mais onerados pelas multas destinadas a infratores), assim como o desacato às autoridades sanitárias, responsáveis pelo controle do cumprimento daquelas regras (*O Globo*, 2020). Por se carac-

³⁴ A sutileza do ponto merece uma ressalva. Os contrastes acima prestam-se à arquitetura do argumento: a preponderância da vida social em detrimento das normas oficiais na orientação das ações diante da crise sanitária e, particularmente, do gerenciamento do “isolamento social” no Brasil. Entretanto, há, como insistimos acima, no cotidiano dos indivíduos isolados, em distintas proporções, uma dimensão compulsória (imposta pelos dirigentes políticos) e uma voluntária (implicada na adesão a ela, e, também, na negociação prática dela). Precisamente esta dimensão de “negociação da regra” foi encontrada entre os franceses, pelos pesquisadores do projeto VICO (iniciais, em francês, de “Vida em Confinamento”): neste caso, a tentativa de burla da regra se dava em torno do preenchimento da autorização para sair de casa, optando, por exemplo, por farmácias e supermercados mais distantes da residência, a fim de passar mais tempo fora dela (Mariot, Mercklé, Perdoncin, 2021).

terizar pelo aumento de normas e pelo detalhamento delas, esta etapa foi percebida como mais “restrição” e não como “flexibilização”.³⁵

Este quadro basta para caracterizar a peculiaridade brasileira, no que tange ao isolamento enquanto estratégia de enfrentamento da Pandemia Mundial. De um lado, não *proibir*, mas *recomendar* restrições à circulação externa aos domicílios, conferiu à *adesão* ao isolamento social um caráter *voluntário e não compulsório*. De outro, não discriminar as razões pelas quais era permitido sair de casa deixou esta decisão aos indivíduos, que, em unidades domésticas atomizadas, regeram-no segundo critérios próprios, relativamente independentes uns dos outros, e apenas parcialmente orientados pelas informações veiculadas pelas mídias. Há, pelo menos, três motivos para isso.³⁶

Primeiro, sequer poderiam fazê-lo: quanto mais próximos estivemos do início da crise sanitária, mais dúvidas tínhamos a respeito da dinâmica viral, e as orientações variavam no ritmo das descobertas científicas (Bosco, 2020). Segundo, a incerteza generalizada sobrepôs as condicionantes elementares da vida social às fontes legítimas de autoridade – constituindo, talvez, uma forma específica de anomia, a pandêmica (Fournier, 2020; Lebaron, 2020). Ademais, sequer em regime de normalidade, as informações são “recebidas” do mesmo modo pelos indivíduos, cujas competências culturais derivam da história social de sua aquisição dos bens simbólicos (Bourdieu, 2003).

Daí o interesse no conjunto das escolhas milimétricas que caracterizam a gestão cotidiana e doméstica do isolamento, destacando-se aquela que o define – isto é: não apenas a atitude de “ficar em casa”, mas os critérios para sair dela e considerar-se, mesmo assim, em regime de isolamen-

³⁵ Para as regras da “flexibilização” da “quarentena”, no Rio de Janeiro, ver: (Secretaria Extraordinária das Ações Governamentais integradas da COVID-19, 2020); para os episódios de resistência ao regramento e desacato às autoridades sanitárias, ver: (G1, 2020b)

³⁶ Cumpre sublinhar: “relativamente” independente uns dos outros, no sentido de que a integração social não logrou se constituir em função dos governos (dos estados e da federação). Em reforço ao argumento deste estudo – há mais adesão ao isolamento do que se supõe, mas a forma como ela ocorre é menos intensa do que se prescreveria, caso houvesse explicitação desse ideal – destaque-se que a mídia e as campanhas publicitárias, notadamente, lograram inculcar em alguns segmentos o sentimento de medo, amor e culpa. Como testemunham pessoas que se contagiaram e se viram censuradas por seus próximos (Resende, 2020), logo estabeleceu-se certa vigilância social e censura recíproca a respeito das “quebras” de isolamento.

to. Em detrimento de regras socialmente compartilhadas que direcionassem as duas ações definidoras da prática – sob quais circunstâncias sair e permanecer em domicílio –, sobressaem as dimensões especificamente *sociológicas* do condicionamento e da direção da ação. A variedade da gestão das restrições resulta, sem interferência de regramentos institucionais ou políticos, de disposições prévias dos indivíduos, condicionadas pela história social familiar da relação com esta modalidade específica da autoridade simbólica: a expertise médica cristalizada na comunicação midiática (Boltanski, 1976; Bourdieu, 2007)³⁷.

A indagação com a qual se iniciou esta sessão, que invoca certo descompasso – a população é a favor do isolamento, mas os governos não alcançam sua meta porcentual ideal de adesão a ele –, pode, agora, ser parcialmente encaminhada: os “isolados” regraram, segundo critérios próprios, o grau de restrição de sua circulação, os quais não coincidem com a métrica governamental. Justamente por isso, a fim de compreender as múltiplas modalidades práticas de isolamento – ou seja, o gradiente que vai da supressão absoluta à abstenção seletiva da circulação e das interações físicas corpo a corpo, externas ao ambiente doméstico – cumpre discutir os critérios do índice adotado pelos governos. Fundamento tanto do estudo da especificidade de uma economia interacional pandêmica (Rodrigues, Martins, 2021) quanto da decalagem entre as concepções oficiais e sociais a respeito do sistema ideal de restrições do isolamento social, a problematização do índice subsidia a concepção de um outro, alternativo, que se preste à compreensão de para quê e por que(m) os *isolados* saem de suas casas. É o que se faz a seguir.

Mensuração qualitativa: um índice *sociológico* para o isolamento *físico*

O “Centro de Contingência do Coronavírus do Estado de São Pau-

³⁷ Ao não assumir a orientação da gestão doméstica do isolamento, os governos delegaram a coordenação desta tarefa, parcialmente, à imprensa. Assim, a inteligibilidade das modalidades de isolamento depende da investigação da “recepção” dos conteúdos midiáticos. Avançar nesta direção pressupõe o estudo que se apresenta nas duas próximas seções deste artigo. Por isso, o tópico “recepção” será desenvolvido em outra oportunidade.

lo”, em uma coletiva de imprensa do dia 9 de abril de 2020, apresentou o Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente (SIMI-SP), responsável pelo cálculo do isolamento social no território sob sua responsabilidade. Por meio da localização oferecida pelas antenas de celulares, um ponto de referência fixo é estabelecido para cada aparelho. Considera-se que o portador do celular dormiu entre 22hs e 2hs neste ponto. Durante o dia, o deslocamento de mais de 200 metros em relação a tal ponto consiste em “quebra de isolamento” (IPT, 2020). O cálculo é fundamentado, portanto, num critério geoespacial, voltado ao monitoramento do perímetro da área de movimento dos indivíduos.

Na vida cotidiana, contudo, a prática do isolamento se caracteriza por certa equação entre permanência e deslocamento da moradia irreduzíveis a dormir, acordar e mover-se em um raio de 200 metros. Trata-se não apenas de *evitar a circulação no espaço físico*, critério da mensuração do índice governamental, mas de *restringir absoluta ou seletivamente as interações físicas e interpessoais externas à moradia*. Sendo assim, um índice interessado na dinâmica efetiva da vida social não poderia se restringir à mensuração do tempo de permanência em domicílio e da área espacial da circulação externa a ele. Interessam as condutas dos adeptos da prática do isolamento diante da variedade de problemas cotidianos – ordinários e imprevistos, práticos e afetivos – que requerem soluções condicionadas à saída de casa. Afinal, como se discutiu acima, eles próprios são a única fonte de critério para as milimétricas escolhas que, em conjunto, caracterizam suas modalidades de isolamento, sejam elas mais autorrestritivas ou mais autopermisivas.

Com esta preocupação no horizonte, elaborou-se um “indicador sociológico do isolamento” (ISI). Com base nas respostas de aproximadamente 7 mil brasileiros a um questionário difundido *online*, entre abril e julho de 2020, respondido por indivíduos autodeclaradamente em regime de isolamento, propõe-se um número que consiste na somatória de uma pontuação diferenciada, recebida por cada *tipo* de deslocamento da residência que eles afirmam realizar. A atribuição de pontos fundamentou-se em dois critérios: na mensuração da quantidade potencial de contatos físicos implicados nos tipos de saída e no caráter societário e interacional das mesmas. Desse modo, pretende-se, em primeiro lugar, caracterizar para quem (ou seja, os fins práticos) e por quem (ou seja, o caráter dos vínculos interpessoais mais e menos significativos, reiterados/suprimidos pela

manutenção/suspensão das interações corpo a corpo) as pessoas saíam de suas casas. Em segundo lugar, objetiva-se construir um gradiente entre as gestões mais autorestritivas (de baixa pontuação) e as mais autopermisivas (de alta pontuação) – contemplando os dois critérios assinalados (fins práticos e vínculos interpessoais). Desse modo, as gestões mais autorestritivas se caracterizam pela suspensão em quantidade (dos contatos físicos) e em qualidade (menos diversidade de vínculos interpessoais significativos); já aquelas mais autopermisivas caracterizam-se pela dinâmica inversa.

A seguir, apresentam-se a pergunta do questionário dirigida a este propósito, suas alternativas e a pontuação atribuída a cada uma delas:

Você (s) estão em isolamento máximo? (Admite-se mais de uma resposta)

- a) Sim, o abastecimento é realizado sempre pelo serviço delivery. (1 ponto)
- b) Sim, saio/ saímos (apenas) para fazer compras. (2 pontos)
- c) Sim, saio/ saímos (apenas) para se exercitarem/caminharem. (2 pontos)
- d) Sim, saio/ saímos (apenas) para caminharem com o/a/s cachorro/a/s. (2 pontos)
- e) Sim, saio/ saímos (apenas) para pegar/deixar/visitar o/a/s filho/a/s com o/a “ex”, tomando todos os cuidados de distanciamento social em relação a desconhecidos. (50 pontos)
- f) Sim, saio/ saímos para encontrar (e/ou recebem) (apenas) o/a parceiro/a afetivo/sexual, tomando todos os cuidados de distanciamento social em relação a desconhecidos. (500 pontos)
- g) Sim, saio/ saímos (apenas) para fazer compras para os vizinhos idosos. (2 pontos)
- h) Sim, saio/ saímos para fazer auxiliar familiares idosos/doentes. (50 pontos)
- i) Mais ou menos, há pessoas que saem para encontrar o círculo de amigos mais próximos, tomando todos os cuidados de distanciamento, em relação a desconhecidos. (500 pontos)
- j) Não, há pessoas que saem para trabalhar.

(3000 pontos)

k) Outro. Se quiser, descreva: _____

O fraseamento da indagação empenhou-se em desajuizar as práticas, propiciando ao respondente conforto para assumir condutas que gradativamente tornaram-se fonte de constrangimentos coletivos, do tipo: “mas você está mesmo isolado?; “onde você estava?; “se estava isolado, como se contaminou?”(Resende, 2020). Tentou-se, com o termo “máximo” do enunciado, informar o respondente que a pesquisa o supunha praticando o mais legítimo regime de privações e permissões. Além disso, as alternativas também criam um gradiente indo do “sim” ao “mais ou menos” e “não”. Cumpre esclarecer que os indivíduos que responderam “não”(alternativa j) nesta pergunta, responderam “sim” à pergunta filtro do questionário (“você aderiu ao isolamento?”): isto é, “não”, nesta resposta, consiste em “não estou em isolamento *máximo*”, mas sim, estou (considero-me) em regime de isolamento.

Entre dois extremos, numéricos e práticos, de censura e licenciabilidade, segmentamos faixas intermediárias, num gradiente crescente de pontuação, cuja descontinuidade garantiu a diferenciação qualitativa das somatórias (cf. tabela 1, abaixo). A seguir, discriminam-se estas faixas.

Aos que jamais saíam de casa, atribuiu-se pontuação mínima, pois conceberam o isolamento como supressão absoluta da circulação física e da interação social externas à residência, exercendo a modalidade mais restritiva de adesão à prática. Portanto, $a = 1$.

A cada saída de casa caracterizada por uma circulação individual, com contatos físicos, cuja finalidade fosse a solução de problemas cotidianos ou práticas recreativas, foram atribuídos dois pontos. Encontram-se nesta categoria, as alternativas b/c/d/g, além das seguintes respostas, não previstas pelo questionário: saídas para consultas médicas, veterinário, banco, correios, levar as crianças ao “parquinho” e passear de carro). Por um lado, os respondentes situados nesta faixa conceberam seu isolamento permitindo a circulação externa ao domicílio individualmente ou com as pessoas que morassem com eles. Por outro lado, censuraram deslocamentos exteriores à casa, motivados por vínculos interpessoais significativos (parentes, amigos, parceiros sexuais, trabalho). Portanto, $b/c/d/g = 2$ (cada, com somatória) compreende, neste segmento, o intervalo mínimo e máximo de 2 e 16 pontos.

A cada saída de casa motivada por relações ou obrigações de parentesco foram atribuídos cinquenta pontos. Encontram-se nesta categoria, as alternativas e/h, além das seguintes respostas, não previstas pelo questionário: a visita regular aos pais e/ou outros familiares (ou regularmente excepcional, em datas festivas, como aniversários); viagens de carro para visitar pais e/ou outros familiares. O isolamento dos respondentes situados nesta faixa distingue-se dos anteriores na medida em que não os priva plenamente de interações interpessoais significativas externas à unidade doméstica, pois não abrange o círculo familiar. Se, de um lado, os respondentes permitem-se sair de casa por motivações de parentesco, censuram aquelas motivadas pelo círculo mais amplo (de amigos, de parceiros, de trabalho). Portanto, e/h = 50 (cada, com somatória); neste segmento, a pontuação mínima corresponde a 50 e a máxima pode alcançar 499.

A cada saída de casa motivada por vínculos de caráter societal foram atribuídos quinhentos pontos. Encontram-se nesta categoria as alternativas f/i, além da frequência a missas e grupos de oração, não prevista pelo questionário. O isolamento dos respondentes situados nesta faixa aproxima-se do observado na anterior, pois apresenta um cálculo socialmente seletivo da escolha das interações. Porém, distingue-se de todos os anteriores em seu grau de censura e permissividade. Alargando o espaço das interações interpessoais significativas, externas tanto à configuração domiciliar quanto ao círculo de parentesco, ele apresenta um número menor de interdições e mais diversidade dos tipos de vínculos mantidos por meio da interação física. Portanto, f/i = 500 (cada, com somatória), sendo que, neste segmento, a pontuação mínima corresponde a 500 e estende-se até 2999. A continuidade dela em relação à próxima se deve ao fato de que nenhum respondente alcançou este número (o pontuador mais alto nesta faixa conta 1058 pontos).

Aos que declararam deslocar-se de casa para trabalhar, atribuiu-se pontuação máxima ($j = 3000$). Dos 845 indivíduos que pontuaram nesta faixa, 160 apresentam exatamente 3000 – isto é, apenas 18,9% dos isolados nesta modalidade saem apenas para trabalhar. Portanto, os demais combinam a saída para o trabalho com outras modalidades de circulação. Assim, na escala proposta, o isolamento dos respondentes situados nesta faixa corresponde ao mínimo caráter restritivo. Nele, são auto permitidas a circulação e as interações corpo a corpo motivadas por vínculos de

parentesco e/ou societais e pelas obrigações de trabalho, além das saídas por questões práticas. Posto que combinem, portanto, todas as formas de permissividade anteriores, pode-se inferir que esta modalidade tenha sido concebida como privação da frequência com a qual saíam rotineiramente no período anterior à adesão à prática do isolamento. Para este segmento, é provável que a mínima redução da circulação seja já sentida e vivida como esforço máximo de realização do “isolamento”. Este aspecto ficará mais evidente adiante, ao se tratar dos juízos a respeito das modalidades de isolamento.

Assim, dispõe-se de cinco modalidades de isolamento, cuja designação pode ser sintetizada como segue: a) supressão absoluta da circulação exterior à residência; b) circulação externa à residência, com contatos físicos destituídos de caráter significativo e/ou interpessoal (apenas com desconhecidos); c) circulação externa à residência, seletiva e de caráter familiar; d) circulação externa à residência, seletiva e de caráter societal; e) redução da frequência da circulação externa à residência (se comparada à rotina anterior à prática do isolamento). O comportamento dos respondentes é apresentado e analisado nas sessões seguintes.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos respondentes entre os gradientes máximos de censura e permissividade. Selecionamos apenas os residentes no estado de São Paulo, autodeclarados praticantes do isolamento e que afirmaram, no momento de suas respostas, não terem sido contaminados pela COVID-19 ou não saberem se o foram³⁸.

³⁸ Obviamente, com excessão das modalidades “a” e “b”, as demais tendem a se mesclar – o que se observa na quase ausência de práticas puras destas modalidades. No universo total considerado, apenas 24 indivíduos, isto é 0,57%, saem de casa só por razões familiares; apenas 44 indivíduos, isto é 1,05%, saem de casa só por motivações societais e apenas 160 indivíduos, isto é 3,82%, saem de casa só para trabalhar. A tendência, portanto, é que as três modalidades de interação seletiva mais permissivas resultem de uma combinação das modalidades mais restritivas anteriores nesta escala.

Tabela 1. Práticas de isolamento no estado de São Paulo

Modalidades	Freq.	%
Supressão absoluta de saídas (1)	299	7, 15%
Circulação sem contato interpessoal (de 2 a 16)	2108	50, 45%
Circulação seletiva (familiar) (de 50 a 499)	514	12, 3%
Circulação seletiva (societal) (de 500 a 2999)	412	9, 86%
Redução da frequência da circulação (igual ou mais de 3000)	845	20, 22%
Total	4178	100%

A modalidade “circulação sem contato interpessoal” concentrou a maioria de nossos respondentes (50, 45%), seguida daquela caracterizada pela “redução da frequência” das saídas (20, 22%). Em ordem decrescente de respostas, encontram-se as modalidades: “circulação seletiva” entre familiares (12, 3%), “circulação seletiva” societal (9, 86%) e a “supressão absoluta de saídas” (7, 15%). Constata-se que 57, 6% dos isolados entrevistados se orientou segundo as diretivas do governo do Estado (somatória das duas primeiras modalidades na tabela 1). À primeira vista, não haveria razões *sociológicas* para que as autoridades políticas e sanitárias, guiadas pelo índice *geoespacial*, queixassem-se da população. A família que saiu de casa para passear de carro pela cidade com os filhos não introduziu nenhuma interação física potencialmente contagiosa, externa às interações domiciliares. Só à primeira vista. Com efeito, para que se extraia um fenômeno sociologicamente relevante destes números, é preciso mais um passo.

O índice de isolamento governamental foi elaborado com a finalidade de monitorar a fração da população em isolamento e aquela que não aderiu a ele, segundo critérios geoespaciais de permanência e circulação referenciados ao ponto no qual os celulares “dormiram”. Considerando que o ISI, aqui proposto, não se ocupa do problema desta segmentação, mas apenas dos gradientes de restrição e permissividade dos que a ele aderiram, três indagações heurísticas podem ser formuladas. Em termos de austeridade: a) como os praticantes avaliam sua modalidade de isolamento; b) como tais modalidades seriam avaliadas pelas autoridades (sanitárias e políticas); c) há convergência ou divergência entre os princípios que regem estas duas avaliações? O exercício permite estabelecer graus de afinidade e

dissonância entre as autoridades oficiais e o segmento mais colaborativo com o qual elas podiam contar (posto que se tratam apenas dos que aderiram ao isolamento), no momento mais propício à adesão às medidas preventivas (os meses iniciais da crise). Isso nos leva ao eixo que orienta este capítulo: a gestão *social*, não regrada politicamente, das condutas.

Rigorosa, de bom senso ou flexível? Os juízos a respeito das modalidades de isolamento

Como autoridades oficiais do estado de São Paulo avaliariam as cinco modalidades de isolamento caracterizadas acima? Pode-se sugerir seus juízos por meio da aproximação dos princípios subjacentes às campanhas publicitárias dirigidas à persuasão em favor da adesão ao isolamento, assim como do acompanhamento das já mencionadas “Coletivas de Imprensa do Estado de São Paulo”.

Tabela 2. Como as autoridades oficiais julgariam as modalidades de isolamento?

Modalidade	Avaliação			
	Não é isolamento	Flexível	Bom senso	Ideal
Supressão absoluta				X
Circulação sem contato interpessoal			X (+)	X (-)
Circulação seletiva (familiar)	X (+)	X (-)		
Circulação seletiva (societal)	X			
Redução da frequência de saídas	X			

Destacou-se a palavra de ordem “fique em casa”, sobretudo nas primeiras semanas da campanha de persuasão em favor do isolamento. Em seguida, passou a ser antecedida de “se puder”. O *slogan*, então, é composto de duas partes: a primeira, “se puder”, é uma condicionante difusa,

destituída de predicado definido, que delega ao indivíduo, portanto, o estabelecimento do que é “não poder (sair de casa)”. Já a segunda, “fique em casa”, é imperativa e absoluta – condizente com o critério geoespacial de mensuração discutido acima. Enquanto esta peça publicitária se dirige à gestão privada do isolamento (aos indivíduos e às unidades domiciliares), os decretos se dirigiam à gestão pública dele – daí a “recomendação ... de que a circulação (...) se limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde...”, como destacado acima. A combinação desses parâmetros, para julgar a correção da prática dos isolados, resultaria em “fique em casa, saia dela apenas para resolver sua alimentação e sua saúde”. Assim, pode-se inferir que o julgamento oficial das cinco modalidades seria:

Imputa-se o juízo “ideal” à modalidade “supressão absoluta”, pois ela obedece à ordem igualmente absoluta: “fique em casa”. Já “bom senso” corresponderia à “circulação sem contato interpessoal”, pois ela é menos restritiva do que a “ideal” e comporta saídas que equivalem às mencionadas no decreto (saúde/alimentação, ainda que incluam outras, como ida ao banco e passeio de carro). Com alguma condescendência, talvez esta modalidade fosse considerada “ideal” – pois não foge de todo ao regramento oficial. Pensando nesse matiz, sugerimos: “bom senso”, como avaliação mais provável (X +); “ideal”, menos (X -). O juízo negativo, “não é isolamento”, seria dirigido às duas últimas modalidades, posto que englobem as chamadas “festas clandestinas”, assim como a irregular obrigação ou escolha de ir trabalhar, não exercendo atividade essencial.

Finalmente, a avaliação do isolamento com circulação seletiva familiar o qualificaria prioritariamente como “não é isolamento” e, com alguma condescendência, “flexível” – por isso, assinalou-se acima, respectivamente, X + e X -. É o que se infere das diretivas governamentais, por ocasião das festividades familiares, como o dia das mães, por exemplo. Em maio de 2020, o Comitê de Contingência do Coronavírus do Estado de São Paulo tentou, em vão (G1, 2020c), convencer os comerciantes a deixarem o feriado para agosto do mesmo ano. Mantida a data, o secretário estadual da Saúde, José Henrique Germann, afirmou, em comitiva de imprensa, que “... vivemos um regime de guerra. Uma situação totalmente anômala. Nunca estivemos desta maneira [pandemia], então, desta vez, não poderemos comemorar [o dia das mães] da forma que sempre comemoramos” (Folha de São Paulo, 2020). Além disso, o comitê também produziu um “Guia para usar os principais aplicativos de vídeoconferências”,

e o disponibilizou no site do governo.

Importa, agora, considerar a autoavaliação dos respondentes. O questionário indagava-os a respeito de como ajuizavam seu isolamento. A tabela 3 apresenta as respostas em função da modalidade de isolamento praticada:

Combinadas, as tabelas 2 e 3 permitem sistematizar convergências, divergências e matizes entre a avaliação dos respondentes e a das autoridades oficiais. O juízo emitido para a modalidade “supressão absoluta” é idêntico: majoritariamente (92, 97%), seus praticantes a avaliam como “rigorosa” e as autoridades a avaliariam como “ideal” (a categoria mais rigorosa dentre os juízos oficiais). Porém, esta convergência é tão minoritária quanto a proporção diminuta de seus adeptos (7, 15%), no universo considerado. Os juízos emitidos para a modalidade “circulação sem contato interpessoal” não são perfeitamente convergentes: se 31, 6% dos seus praticantes a consideram tal qual o critério governamental mais provável, isto é, de “bom senso”, dois terços (66, 03%), avaliam-na como as autoridades o fariam sob licenciosidade (“ideal/rigorosa”).

Índice	Avaliação			Total
	Flexível	Bom senso	Rigoroso	
Supressão absoluta	4 1, 33%	17 5, 68%	278 92, 97%	299 100%
Circulação sem contato interpessoal	48 2, 27%	668 31, 6%	1392 66, 03%	2108 100%
Circulação seletiva (familiar)	6 1, 16%	179 34, 8%	329 64%	514 100%
Circulação seletiva (societal)	26 6, 31%	228 55, 3%	158 38, 34%	412 100%
Redução da frequência de saídas	56 6, 62 %	362 42, 8%	427 50, 5%	845 100%
Total	140 3, 35%	1454 34, 8%	2584 61, 84%	4178 100%

Os juízos emitidos para a modalidade “circulação seletiva (familiar)” apresentam divergência métrica e qualitativa. A avaliação governamental tenderia ao “não é isolamento”, ou, com licenciosidade ao “flexível”. Porém, majoritariamente (64%), seus praticantes consideram-na “rigorosa”, e de “bom senso” (34,8%), em proporção significativa. Minoritariamente, eles se aproximariam da avaliação oficial de condescendência – isto é, “flexível”(1, 16%). Caso se considere esta última como indicador de alguma reserva crítica em contraste com a plena autoaprovação subjacente às outras duas (“rigorosa” e “bom senso”), apenas 1, 16% dentre adeptos do isolamento com “circulação seletiva (familiar)” estariam dispostos a reavaliar e alterar seu sistema de restrições e permissividade. É também nesta modalidade que uma fração única é encontrada: a “circulação seletiva (familiar)” consiste naquela em que mais adeptos a avaliam “rigorosa” e menos “flexível” (apenas 1, 16%, em contraste com todas as outras categorias). Dito de outra maneira: os isolados que não abrem mão das interações familiares são também os mais convencidos da legitimidade e correção de sua equação autopermisividade/autocensura. Talvez isso indique a legitimidade dos afetos e das obrigações de que se revestem as diversas circunstâncias que motivam a manutenção das interações no círculo das interações familiares.

Os juízos emitidos para a modalidade “circulação seletiva (social)” apresentam um gradiente similar de desacordo. A avaliação oficial a qualificaria como “não é isolamento”. Porém, para seus praticantes, ela consiste numa prática, majoritariamente, de “bom senso” (55, 3%) e, expressivamente, “rigorosa” (38, 34%). Nesta categoria, apenas 6, 31% dos praticantes a consideram “flexível” e, seguindo a linha de raciocínio aberta acima, estariam dispostos a reavaliar e alterar seu sistema de restrições e permissividade.

No que tange à modalidade “redução da frequência das saídas de casa”, a apreciação técnica do governo também não a classificaria como regime de isolamento. No entanto, para seus praticantes, ela é, majoritariamente (50, 5%), “rigorosa”; de “bom senso”, significativamente (42,8%), e apenas 6, 62 % julgam-na “flexível” e estariam dispostos a reconsiderá-la.

As duas primeiras modalidades obedecem ao regramento governamental explícito e contabilizam 57, 6% do universo (2407 casos). À primeira vista, entre as recomendações oficiais e o exercício do isolamento, haveria mais convergência do que a mensuração geoespacial tem indi-

cado, tornando injustificável os excessivos reclamos governamentais. No entanto, a correspondência entre regra oficial e prática social *fundamenta-se em divergências substantivas de princípios de juízo*. Considerando-se o conjunto das nuances acima sistematizadas, apenas 22, 64% do universo em exame (946 casos) tem acordo com o critério oficial de avaliação do rigor e da flexibilidade da sua modalidade de isolamento.

Há mais. Como o desacordo entre o juízo oficial e o dos praticantes concentra-se nas três últimas modalidades de isolamento, propõe-se também que se analise apenas os adeptos a elas, nas quais se encontram 1771 casos. Eles poderiam ser distribuídos em duas tendências. A primeira consiste naquela que apresenta certa disposição para rever seu sistema de restrições e permissividade: posto que assinalaram “flexível”, entre eles, há a possibilidade de tornar o sistema de restrições mais intenso. A segunda consiste naquela que apresenta o máximo de desacordo: posto que assinalaram “bom senso” e “rigoroso”, estes indivíduos não concebem a intensificação das restrições que já praticam, posto estarem plenamente convencidos da correção e legitimidade do isolamento que praticam. Seguindo estes critérios, teríamos a seguinte distribuição:

Tabela 4. Disponibilidade para negociação das modalidades de isolamento reprovadas pelas autoridades oficiais

Indisponíveis	Disponíveis	Total
95, 5%	4, 5%	100%
1683	88	1771

Constata-se não apenas uma extraordinária distância entre os critérios que subjazem a recomendação governamental da gestão das restrições e a diversidade das práticas efetivas de isolamento. A tabela 4 assinala a tendencial indisponibilidade de revisão do sistema de restrições e permissividade, vale sublinhar, *não entre os refratários ao isolamento, porém, precisamente, entre seus adeptos*. Por isso, ainda que não se trate de amostra representativa, no sentido mais austero deste termo, o perfil dos respondentes e a fase de suas respostas dão o que pensar. O estudo apresentado baseia-se no estado das disposições e atitudes da fração da população mais colaborativa com o isolamento social, numa fase em que as reações preventivas e de cuidado alcançaram coletivamente o máximo de suas possi-

bilidades. A temporalidade da crise, portanto, está no centro de diversos processos subsequentes.

Seu prolongamento possui implicações de duas ordens. Em primeiro lugar, proliferam-se apreciações ingênuas, supondo que o crescimento exponencial do número de casos de COVID-19 poderia levar à intensificação do isolamento como restrição de contatos, em função dos sentimentos de medo (de se contaminar), de amor e de culpa (por contaminar outros). Observa-se a aposta nesta direção, em diversas propagandas, notadamente de tom moralizante, dirigidas aos jovens³⁹. Outro lugar comum tem sido afirmar que, em função do “cansaço” social, não retornaríamos aos índices de isolamento mais altos, alcançados em 22 de março de 2020 (62,5%). Como declarou o infectologista, membro do Comitê de Contingência do Coronavírus do Estado de São Paulo, David Uip, em novembro daquele ano: “a população está cansada, o vírus, não (...) houve relaxamento especialmente nas classes A e B”. Ignora-se, assim, que a performance coletiva era insatisfatória àquela altura, quando comparada aos índices estabelecidos como ideais pelos especialistas (Agência de notícias da aids, 2020).

Por outro lado, importa considerar a equipagem coletiva dos recursos voltados aos cuidados não farmacológicos, inexistente durante os meses iniciais da crise pandêmica, quando se coletou as respostas em exame (de 30 de abril a 01 de julho de 2020). Conta-se, pelo menos desde as primeiras tentativas de “retomada das atividades” e “flexibilização da quarentena”, em 05 de julho de 2020, com o monitoramento das vagas em hospitais e larga comunicação desta informação, obrigatoriedade do uso de máscaras, adesão a elas, além da oferta e diversidade delas no mercado, álcool em gel e/ou álcool 70% em todos os estabelecimentos públicos e comerciais – para mencionar apenas alguns recursos. As expectativas de que medo, amor e culpa seriam acionados pelo aumento de casos de contágio

³⁹ O rico material das campanhas publicitárias de persuasão serão objeto de análise em outra oportunidade. A título de exemplificação, contudo, reproduz-se o texto de uma delas, que subsidia a assertiva acima. Trata-se, neste caso de uma iniciativa privada, da empresa portuguesa de energia elétrica EDP: “Na vida, agimos pelo amor ou pelo medo. E nessa batalha que o mundo todo trava contra um inimigo invisível mas muito perigoso, a gente pode escolher com qual dos dois sentimentos queremos lidar. Então, lave sempre as mãos por amor aos seus pais. Se precisar sair de casa, evite aglomerações pelo medo de se contaminar. Evite abraços, beijos e apertos de mão, sem culpa, mas dessa vez, por amor. Tome cuidado ao tossir ou espirrar pelo medo de espalhar o vírus. Seja movido pelo amor ou paralisado pelo medo, o que importa é que você faça a sua parte.”(EDP, 2020).

e mortes em favor da adoção do isolamento, assim como a ideia de que o “cansaço” leve à circulação, ignoram o efeito “segurança” que a rotinização e a generalização dos cuidados conferem aos indivíduos, em oposição à percepção de descontrole que o vírus desconhecido impunha, por ocasião de seu surgimento. Esta reflexão torna razoável supor que a proporção dos “indisponíveis” para rever seu sistema de permissividade e restrições em favor destas últimas aumentou em função da aquisição de conhecimento a respeito da doença e da crença em práticas capazes de proteger da contaminação – como assinala também a bibliografia voltada a temas relacionados (Elias, 1993; Delumeau, 2009; Duby, 1999).

Finalmente, por que não indagar a respeito da convergência ou divergência de juízos, não entre praticantes e governantes, mas entre os próprios isolados? A leitura horizontal das tabelas 2 e 3 identifica diminutas convergências e significativas divergências entre as expectativas oficiais e a autoavaliação dos praticantes do isolamento, ao passo que a leitura vertical da tabela 3 propicia a compreensão das diferenças de juízo entre estes últimos. Isto é, partindo da avaliação do isolamento, e não de suas modalidades, identifica-se uma extraordinária diversidade de concepções de flexibilidade, bom senso e rigor. Vejamos.

No universo considerado, 2591 indivíduos, ou XX%, avaliaram sua modalidade de isolamento como “rigorosa”. Dentre eles, o intervalo numérico do índice sociológico de isolamento compreende o mínimo de 1 e o máximo de 4056 pontos. No universo considerado, 1460 indivíduos (%) avaliaram sua modalidade de isolamento como “de bom senso”. Dentre eles, o intervalo numérico do índice sociológico de isolamento compreende o mínimo de 1 e o máximo de 4004 pontos. No universo considerado, 141 indivíduos (%) avaliaram sua modalidade de isolamento como “flexível”. Dentre eles, o intervalo numérico do índice sociológico de isolamento compreende o mínimo de 1 e o máximo de 4000 pontos. Em suma, se a leitura horizontal colocou em tela a distância entre os juízos oficiais e os incarnados pelos indivíduos isolados, a leitura vertical assinala a inexistência de padrões de juízo e de conduta compartilhados entre estes últimos.

Adotamos, inicialmente, uma perspectiva não normativa, a fim de compreender as milimétricas decisões cotidianas dos indivíduos isolados. Contudo, é evidente que as conexões de sentido propostas são consternadoras. Como não atinar que o provável aumento da

“indisponibilidade para rever o sistema de restrições”, acima indicado, pode indicar uma futura dinâmica de contaminação não entre os desconhecidos das “aglomerações”, porém no interior dos círculos familiares?

Considerações Finais

Mundialmente, as controvérsias a respeito do “isolamento social” tornaram-se centrais em 2020. Nos meses cobertos por este estudo, de abril a julho daquele ano, as reflexões de tom humanista temiam o engrandecimento das atribuições de poder aos Estados e traziam para o coração do debate o problema da “biopolítica”. As preocupações dirigiam-se à “banalização de medidas restritivas de direitos no plano global, motivadas, em geral, pelo pânico disseminado entre as populações” (Ventura, Aith, Rached, 2020: 105). O relato analítico de Byung-Chul Han (Han, 2020), descrevendo os dispositivos de controle populacional da Ásia, alheios à proteção dos direitos individuais em vigência na Europa, circulou pelo mundo em diversas línguas. Se ele temia que a Europa importasse tais dispositivos no curso do combate à pandemia, Giorgio Agamben (2020a) estava certo de que em seu país, a Itália, o cenário era ainda pior, na medida em que a crise sanitária consistia numa ilustração cabal de sua teoria – isto é, as medidas “frenéticas e irracionais” não combatiam a pandemia, mas instituíam o “estado de exceção”, tornado norma. O filósofo afirmava que vivíamos a prova histórica de sua tese sobre a “vida nua”, afinal “como podemos aceitar, unicamente em nome de um risco que não era possível medir, que as pessoas a nós caras e os seres humanos não somente morressem sozinhos, mas que (...) cadáveres fossem queimados sem funeral? [...] aceitamos suspender nossas relações de amizade e de amor, pois nosso próximo tinha se tornado uma possível fonte de contágio” (Agamben, 2020b). Ora, o interesse deste trabalho consiste precisamente na caracterização do comportamento de indivíduos que não foram alvo de regramentos equivalentes àqueles que tanto temor causaram a Agamben, e nem por isso estão protegidos de um regime de “necropolítica”.

As primeiras análises do cenário brasileiro oscilaram entre aderir à onda dos filósofos de exportação e circulação global e a denúncia do “desgoverno” e da “imperícia” da condução da crise sanitária (Moreira, Gou-

veia et al., 2020). Contudo, o acúmulo de tempo e de medidas subsidiaram uma análise não menos engajada, porém, mais sagaz: as incongruências e a descoordenação das instâncias federal, estadual e municipal não resultam de imperícia, senão de cálculo. Analisados em conjunto, os atos normativos federais, durante o ano de 2020, apresentam uma nítida direção – a saber: a obstrução das iniciativas estaduais e municipais dirigidas ao enfrentamento da pandemia. Conclui-se desse exame que a “propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”, define uma estratégia de condução da crise (Ventura, Reis, 2021: 6).

A esta altura, a configuração assumida pela Pandemia Mundial no Brasil torna imperativo que se reconheça ter sido custosa a equação entre aquele temor do agigantamento do Estado e a constatação de que a função de coordenação deste enfrentamento não poderia ser exercida por outra instância. Para além do “solilóquio coerente”, como tão bem Yara Frateschi designou as reações filosóficas apressadas – comprometidas antes com a reafirmação de seus esquemas prévios e prontos para exportação em diversas línguas do que com a inteligibilidade do que supunham analisar,⁴⁰–, este capítulo procurou, na esteira de outras pesquisas, girar o ângulo da discussão. Há estudos comparativos que já caracterizaram a diversidade dos dispositivos estatais na condução das restrições de circulação; assim como os efeitos das culturas de alta e baixa mobilidade relacional na adesão, rechaço e negociação com as variadas regras do isolamento, do confinamento, das quarentenas (Salvador et al., 2020). Dito de outra maneira: não se pode afirmar dogmaticamente a homogeneização dos Estados e tampouco a passividade amorfa de populações supostamente regidas pela “vida nua”, a não ser que o analista abra mão de observá-los e as transforme, ele próprio, em passivas e amorfas.

Como se demonstrou, há, no interior da adoção às regras, dimensões coercitivas e voluntárias, variando em proporções diversas segundo a imposição governamental e as disposições sociais em jogo – tanto para a adaptação *a elas* como para a adaptação *delas*. No Brasil, diante de dire-

⁴⁰ Suspenda-se, momentaneamente duas questões a que se voltará em momento oportuno – a saber, os inusitados lances de afinidade entre a resistência doutra ao isolamento e os fiéis defensores de Jair Bolsonaro, no Brasil; e a extraordinária repercussão dos textos de Agamben entre nós, signo constrangedor da colonialidade do saber no interior de segmentos progressistas.

trizes múltiplas e incoerentes entre si – ao que se deve adicionar o fato de serem oriundas de fontes cuja autoridade padecia de credibilidade já anteriormente ao advento da crise sanitária (a saber, a *expertise* científica, a imprensa e a vida político partidária) –, o princípio gerador das atitudes relativas ao isolamento teve origem em condicionantes elementares da vida social. A diversidade das modalidades e das concepções de rigor, bom senso e flexibilidade no exercício dele tornam evidente o princípio do “cada um por si e ninguém por todos” e expõe a não integração do tecido social, no que tange à coordenação da ação social orientada para o enfrentamento da crise sanitária por meio do recurso do “isolamento social”

Referências

Agamben G (2020a) O estado de exceção provocado por uma emergência imotivada. Artigo de Giorgio Agamben. *Revista IHU On-Line*. Available at: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596584-o-estado-de-excecao-provocado-por-uma-emergencia-imotivada> (Accessed 20 April 2021).

Agamben G (2020b) Uma Pergunta. *Quodlibet*. Available at: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598071-uma-pergunta-artigo-de-giorgio-agamben> (Accessed 21 April 2021).

Agência de notícias da aids (2020) David Uip alerta para aumento de casos: “população está cansada, o vírus não”. Available at: <https://agenciaaids.com.br/noticia/david-uip-alerta-para-aumento-de-casos-populacao-esta-cansada-o-virus-nao/> (Accessed 20 April 2021) .

Aquino EML et al. (2020) *Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: Potenciais impactos e desafios no Brasil*. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 25: 2423-2446.

Atos do Poder Legislativo (2021) Diário oficial da união. Available at: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decretos-de-23-de-marco-de-2021-310037930> (Accessed 19 April 2021).

Boltanski L (1979) *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal.

Bosco E (2020) “COVID-19 e a reconfiguração de fronteiras sociais, culturais e políticas: reflexões sobre corpo, conhecimento e poder”. Ribeiro, W. C. *COVID-19. Passado, presente e futuro*. São Paulo: FFLCH/USP, 196-207.

Bourdieu P (2003) *A economia das trocas simbólicas*. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 99 – 154.

Bourdieu P (2007) *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto

Alegre: Edusp/Zouk.

Deleumeu J (2009) *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 11-52.

Diethelm P, McKee M (2009) “Denialism: what is it and how should scientists respond?” *European Journal of Public Health*, 19(1): 2–4. Available at: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckn139> (Accessed 19 April 2021).

Duby G (1999) *O Ano 1000 ano 2000 – Na pista de nossos medos*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 77-97.

EDP (2020) Faça sua parte #FiqueEmCasa. Uma iniciativa da EDP pela conscientização contra a COVID-19. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=wW9biqbW_Mo (Accessed 20 April 2021).

Elias N (1993) *O processo civilizador*, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 193-263.

Fournier, M (2020) “Rereading Émile Durkheim in this time of a global health crisis”. *History of sociology*. Newsletter, RCO8, ISA. Available at: <https://www.isa-sociology.org/frontend/web/uploads/files/rc08newsletter-may2020.pdf> (Accessed 19 April 2021).

Frateschi, Y (2020) Agamben sendo Agamben: o filósofo e a invenção da pandemia. *Blog da Boitempo*. Available at: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/> (Accessed 20 April 2021).

G1 (2020a) Dória diz que pessoas que fizerem aglomeração nas ruas de sp poderão ser presas pela polícia militar. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/06/doria-diz-que-pessoas-que-fizerem-aglomeracao-nas-ruas-de-sp-poderao-ser-presas-pela-policia-militar.ghtml> (Accessed 20 April 2021).

G1 (2020b), “Fiscais sofrem ataques ao reprimir aglomerações em bares do Rio; veja flagrantes.” Available at: <https://g1.globo.com/fantastico/>

noticia/2020/07/05/fiscais-sofrem-ataques-ao-reprimir-aglomeracoes-em-bares-do-rio-veja-flagrantes.ghtml (Accessed 19 April 2021).

G1 (2020c) Dória recomenda ao comércio que dia das mães seja comemorado em agosto. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/24/doria-recomenda-ao-comercio-que-dias-das-maes-seja-comemorado-em-agosto.ghtml> (Accessed 20 April 2021).

Governo do Estado de São Paulo (2020a) Campanha de Utilidade Pública: Fique em Casa. *YouTube*. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=D2zESBXbauA> (Accessed 20 April 2021).

Governo do Estado de São Paulo (2020b) Utilidade Pública – Fique em casa. *YouTube*. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=1LSGx_ShpVk (Accessed 20 April 2021)

Governo do Estado de São Paulo (2020c) Coletivas de imprensa. Available at <https://www.saopaulo.sp.gov.br/tag/coletiva-de-imprensa/> (Accessed 19 April 2021)

Han BG (2020) O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han. *El País*. Available at: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html> (Accessed 20 April 2021).

Henrique A (2020) Governo orienta uso de criatividade para manter isolamento no dia das mães. Available at: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/governo-orienta-uso-de-criatividade-para-manter-isolamento-no-dia-das-maes.shtml?origin=folha> (Accessed 20 April 2021).

Iamarino A (2020) Quem é o responsável pela pandemia? – Com Deisy Ventura. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=spvxzjMNY-bo> (Accessed 12 April 2021).

Instituto de Pesquisas tecnológicas (2020) Perguntas sobre o isolamento social. Available at: https://www.ipt.br/noticia/1623-_perguntas_sobre_

isolamento_social.htm (Accessed 20 April 2021).

Lebaron F (2020), COVID-19. L'anomie pandémique. *Savoir/Agir*, 52(2) : 7-9.

Lima DLF et al. (2020) COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. *Ciência & Saúde coletiva*, 25(5): 15-77.

Malta DC et al. (2020) Distanciamento social, sentimento de tristeza e estilos de vida da população brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Saúde em debate, Revista do centro brasileiro de estudos de saúde*. 44(4): 170 – 190.

Mariot, N and Mercklé, P and Perdocin, A (2020) Une enquête sur le confinement du printemps. *Personne ne bouge*. Grenoble, UGA Éditions.

Mineo, L (2021) A principal ferramenta de saúde pública durante a pandemia de 1918? Distanciamento social. *MaisConhecer*. Available at: <https://www.maisconhecer.com/saude/6006/A-principal-ferramenta-de-saude-publica-durante-a-pandemia-de-1918?-Distanciamento-social>. (Accessed 19 April 2021).

Moreira, E et al. (2020) Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ. Centro de filosofia e ciências Humanas, Escola de Serviço Social.

Nussbaumer-Steit, B et al. (2020) Quarantine alone or in combination with other public health measures to control COVID 19: a rapid review. *Cochrane database of Syst Rev*. 4(4):CD13574.

Rodrigues, A (2020) Após ameaça de prisão Dória fala em corrente de amor por isolamento social. *Folha de São Paulo*. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/apos-ameaca-de-pri-sao-doria-fala-em-corrente-de-amor-por-isolamento-social.shtml> (Accessed 20 April 2021).

Rodrigues LS, Martins BS (2021) Por que (m) saímos de casa? Uma perspectiva não normativa sobre o isolamento social em São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 20(58): 67-82.

Salvador CE et. al. (2020) Relational mobility predicts faster spread of COVID-19: A 39 country study. *Psychological Science*, 31(10): 1236-1244.

Schmitt G (2020) “Desrespeito ao isolamento social é maior em áreas onde Bolsonaro tem mais apoio, diz estudo”. *Época*. 25, April. Available at: https://epoca.globo.com/sociedade/desrespeito-ao-isolamento-social-maior-em-areas-onde-bolsonaro-tem-mais-apoio-diz-estudo-24391966_ (Accessed 19 April 2021).

Secretaria Extraordinária das Ações Governamentais Integradas da COVID-19 (2020) Painel de indicadores COVID-19 DO Estado do Rio de Janeiro. Available at: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzI2MTM%2C> (Accessed 19 April 2021).

Inloco (2020) Índice de isolamento social. Available at: <https://public.tableau.com/profile/inloco.tableau#!/vizhome/MKTScoredeisolamento-social/VisoGeral> (Accessed 20 April 2021).

Turcan M (2021) Coronavirus: confinement, infractions, fermeture des frontières... ce qui change à partir du 17 mars. *Numerama*. <https://www.numerama.com/politique/611583-coronavirus-restriction-des-deplacements-infractions-fermeture-des-frontieres-ce-qui-change-a-partir-du-17-mars.html> (Accessed 12 April 2021).

Uol (2021) Entenda a diferença entre quarentena, isolamento e distanciamento. Available at <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/07/24/entenda-a-diferenca-entre-quarentena-isolamento-e-distanciamento.htm> (Accessed 19 April 2021).

Ventura D et al. (2021) Atividades consideradas essenciais no Brasil durante a Pandemia: as discrepâncias entre normas federais e estaduais. Boletim n. 10. *Direitos na Pandemia. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil*. Available at: <https://static.poder360.com>.

br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf (Accessed 19 April 2021).

Ventura DFL et al. (2020) A emergência do novo Coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. Revista *Direito e Práxis*, 12(1): 102-138. Available at: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49180/32876> (Accessed 20 April 2021).

PARTE II

**DEMOCRACIA,
DESIGUALDADES E
RESISTÊNCIAS**

Persistiendo. Vivencias de la pandemia de la COVID-19 en la Amazonía ecuatoriana

Ivette Vallejo Real, Lisset Coba Mejía e Marisol Rodríguez Pérez

El 70% de las nuevas enfermedades que han surgido durante los últimos cuarenta años son zoonóticas, es decir transmitidas por animales silvestres (Newman et al., 2020)⁴¹. Más de 200 enfermedades de este tipo han sido detectadas por la Organización Panamericana de la Salud (Sarzoza y Paganini, 2020). En su propagación inciden las altas tasas de deforestación que alteran las complejas relaciones existentes entre los animales y otros seres vivos, descontrolando agentes patógenos, que, de haberse conservado los ecosistemas, no habrían emergido o se mantendrían en equilibrio (PPD, DCC, 2021).

Las pandemias son el resultado del capitalismo extractivista, con sus bemoles: crecimiento económico, procesos de industrialización y urbanización acelerados, modelos de producción y consumo no sostenibles (agroindustria, mercados húmedos de fauna silvestre cautiva, grandes fincas ganaderas, planteles avícolas y porcícolas) que ponen en riesgo tanto la salud humana, como la estabilidad de la biósfera.

La COVID-19, es una de ellas, cuyo origen zoonótico de transmisión, aún en debate, muestra una clara responsabilidad antrópica (Davidson, 2020). Esta enfermedad causada por el Coronavirus SARS-COV-2 beta, que empezó oficialmente a fines de diciembre de 2019 en Wuhan, alcanza escala mundial entre el 2020 y 2021, revelando la fragilidad de

⁴¹ Entre ellas la rabia, leptospirosis, ántrax, Síndrome Respiratorio de Medio Oriente (MERS), Síndrome Agudo Respiratorio (SARS), fiebre amarilla, dengue, Síndrome de Inmunidad Deficiente Aguda (SIDA), ébola, chikungunya, la gripe común y actualmente la COVID-19.

la vida por la cantidad de fallecimientos. Inicialmente las más afectadas fueron, aparentemente, personas de la tercera edad o con enfermedades prevalentes y crónicas, pero progresivamente el rango de edad de contagios y decesos se ha ampliado a distintos grupos de edad, inclusive jóvenes.

En los primeros meses, los fallecimientos se concentraron en China y Corea del Sur en Asia, después la crisis se trasladó a Italia y España, en Europa. En lo subsiguiente, el continente americano, incluyendo Estados Unidos, se tornó epicentro de altas cifras de contagio y muerte, cegando la vida principalmente de población afrodescendiente y latina. Progresivamente, otras regiones del mundo se han visto insertas en esta dinámica y en cada país varía la proporción de muertes, sobre individuos infectados. A lo largo y ancho del planeta, espeluznantes imágenes difundidas en medios de comunicación permanecen grabadas en las retinas: cremaciones masivas en la India por el colapso de los cementerios;⁴² cuerpos desplomados en las calles y morgues colapsadas en los hospitales de Guayaquil en Ecuador;⁴³ miles de fosas cavadas a diario, en cementerios de ciudades amazónicas como Iquitos en Perú y Manaos en Brasil.⁴⁴

En América Latina, los primeros casos fueron confirmados entre

⁴² A 11 de mayo de 2021, en la India con más de 22,6 millones de casos de coronavirus y 246.116 muertes relacionadas con el coronavirus, convertida en epicentro de la pandemia, se procedió a incinerar cuerpos encontrados cerca del río Ganges. Ante la escasez de madera para cremarlos y dado los altos costos de los funerales, las familias los ponían directamente en el río. En <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-57052844>

⁴³ La provincia del Guayas, donde se encuentra Guayaquil, hasta el 1 de abril de 2020 reportaba más víctimas del COVID-19 que países latinoamericanos enteros, lo que llevó a un colapso del sistema funerario y que cuerpos de fallecidos esperen hasta más de 72 horas para ser recogidos por las autoridades. Varios aparecían en veredas. BBC News “Coronavirus en Ecuador: el drama de Guayaquil, que tiene más muertos por COVID-19 que países enteros y lucha a contrarreloj para darles un entierro digno” 1 de abril de 2020. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52116100> (acceso 1 junio 2021).

⁴⁴ Entre enero a mayo de 2020 en medios de comunicación aparecían imágenes de fallecidos enterrados en fosas comunes en Manaos, por el abrumador aumento del 578% en el número de personas que murieron por problemas respiratorios, anunciando así que a la Amazonía también había llegado la pandemia y que el Estado de Amazonas tenía las tasas de infección más altas de Brasil. Reporte de Katy Watson, “Coronavirus en Brasil: Manaos, la ciudad azotada por la pandemia que cava fosas comunes y reclama ayuda”. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52530718> (acceso 1 junio 2021).

febrero y marzo de 2020, con el ingreso de viajeros provenientes de países europeos. En el Ecuador en marzo de 2020, el presidente decreta Estado de Excepción, mediante el cual el Servicio nacional de gestión de riesgos y emergencias dispone cuarentena y “distanciamiento social” obligatorio. Esto también significó la paralización de actividades económicas, excepto las denominadas prioritarias, relacionadas con el suministro de alimentos, entre otras. Así como altos costos económicos y sociales, “insolvencia de empresas, aumento del desempleo, mora bancaria, disminución de ingresos laborales, reducción del consumo y ahorro” (González et al., 2020: 2). Posteriormente, se restringió la movilidad, se adoptó en los casos posibles el tele trabajo, los establecimientos educativos empezaron su funcionamiento virtual como medida de prevención y más adelante, se implementó una semaforización de niveles de contagio por provincia y cantón.

Estas medidas de contención poseen el sesgo anatomopolítico que reside en el control de los cuerpos individuales, a través de prácticas de higienización (sanitaria y de uso de mascarillas), aislamiento domiciliario, control de la movilidad e interacciones sociales, intervención de fuerzas policiales y militares, cierre de fronteras. Así también, tienen sesgos biopolíticos⁴⁵ que permiten la administración de las poblaciones a través de la clínica, las estadísticas, los registros y monitoreos de casos, en que interviene el Estado a través de las instituciones de salud pública, así como

⁴⁵ Sugizaki (2008) analiza las formulaciones efectuadas por la obra de Foucault respecto del contraste entre anatomopolítica y la biopolítica. Encuentra que Foucault establece una cronología de su aparición, primero la anatomopolítica en el transcurrir del XVII cuando ante epidemias y pestes, se impelía a que los individuos enfrenen solos, encerrándose en cuarentena. Había prohibiciones en Europa, de salir bajo pena de muerte. Los encierros en las ciudades eran vigilados por soldados, posteriormente por síndicos. La anatomopolítica sería la tecnología de poder que distribuye y separa los cuerpos individuales, sus movimientos, alineamientos para disciplinarlos, gobernarlos y eventualmente ejercer castigo sobre ellos (Foucault 2000 en Sugizaki 2008). Conforme en el XVIII emerge la clínica, con una preocupación por la productividad y el control de la fuerza de trabajo humano, se tiende a atender las enfermedades, ya no solo las pandemias, sino también las endemias, para que no afecten la productividad; esto en un contexto de fuertes tensiones políticas y comerciales. Surge entonces la biopolítica, al emerger un sistema de observación de poblaciones, de los nacimientos, defunciones, una contabilidad de enfermedades. Si bien en un inicio de su teorización para Foucault anatomopolítica y biopolítica se engarzan; en posteriores obras reconoce sus distinciones. El biopoder sería propio de la modernidad, se distingue de la edad clásica. Ahora bien, la biopolítica es una continuidad de la anatomopolítica, desde el punto de vista del poder.

los gobiernos locales, conformando una “geometrización del espacio” (Sugizaki 2008: 186).

El gobierno ecuatoriano, al igual que otros en la región ha estado entre la disyuntiva de permitir la reactivación de las actividades económicas o limitarlas, en función de los momentos críticos de aceleración de los contagios; también, en función de las presiones de grupos empresariales y del desborde de la crisis económica. A lo largo de la pandemia, las medidas adoptadas, como la flexibilidad laboral y precarizaron a la población, quedando muchos trabajadores sujetos a merced de sus empleadores, quienes les reducían sus salarios o les despedían con una mínima indemnización. En Ecuador, como en otros países de la región, escalaron las cifras de desempleo y subempleo. Las políticas de gobierno para los sectores más empobrecidos como la transferencia de bonos de apoyo y pensiones directas fueron insuficientes.⁴⁶ Así mismo, la entrega de kits alimenticios de parte del gobierno central y municipales, estuvo envuelta en escándalos de sobreprecio y redes de corrupción. Trabajadores y trabajadoras autónomas, así como migrantes, estuvieron entre las personas más afectadas. Para un buen porcentaje de población en el sector informal, no salir a trabajar durante la cuarentena, implicaba un mayor empobrecimiento; por lo que el “quédate en casa”, como medida para evitar los contagios, se tornaba lejano a su realidad.

En el Ecuador como en general en América Latina, la pandemia aterrizó en una región con un creciente descontento social (ECLAC 2020;

⁴⁶ El gobierno dispuso la entrega de tales bonos en los primeros meses de cuarentena en el 2020 y en enero de 2021. Según el gobierno de Moreno en el 2020, 1 247 529 familias recibieron algún tipo de bono o pensión permanente por parte del Gobierno, que invirtió más de \$ 937 millones para ayudar a las personas calificadas, de acuerdo con su registro social, entre los rangos de pobreza y pobreza extrema. En esta cifra se incluye los apoyos de la pandemia y otros previos como el Bono de Desarrollo Humano y Bono Joaquín Gallegos Lara para personas con discapacidad severa. Según el Ministerio de Inclusión Económica y Social, en el último año de gestión gubernamental, hacia mayo de 2021, el denominado bono de Protección Familiar (\$ 120), adoptado por el gobierno por la pandemia atendió a cerca de 950 000 familias, invirtiendo \$ 114 millones para este bono emergente, lo que sumados a los \$ 937 millones para bonos y pensiones permanentes llegaría a una inversión total de \$1 051 millones. Información tomada de El Universo. 19 de mayo de 2021 <https://www.eluniverso.com/noticias/ecuador/la-gestion-de-lenin-moreno-cierra-con-mas-usuarios-del-bono-de-desarrollo-humano-pero-tambien-con-mas-pobreza-nota/> (accesado en 21 junio 2021).

OECD 2020)⁴⁷, altos niveles de endeudamiento, dinámicas de privatización, precarización de la vida, desempleo, limitadas condiciones de salud y educación, sistemas de seguro social debilitados. Las consecuencias han sido críticas y las proyecciones económicas a futuro también (ECLAC 2020). La pandemia ha revelado desigualdades estructurales de clase y género enlazadas con discriminación étnica y racista. Las capacidades para prevención, contención y atención en salud han sido y son, mucho más precarias en regiones en que la pobreza⁴⁸ y la corrupción se juntan y en donde los sistemas de salud pública son frágiles.

Si bien durante la década del gobierno de Rafael Correa (socialista del Siglo XXI), se publicitó mayor inversión en construcción y equipamiento de hospitales; en el 2018, se produjo una reducción de 477 millones en las asignaciones, comparando con el año previo, incumplándose la meta planteada por la Constitución de 2008 que estipula que el porcentaje del presupuesto destinado a la salud no puede ser inferior al 0,5% del PIB.⁴⁹ La pandemia emergió en condiciones en que los servicios de salud son deficitarios en tecnología, equipamiento, insumos médicos y en personal de la salud.⁵⁰

⁴⁷ En octubre de 2019, ocurrió el Paro Nacional Ecuador en el que confluyeron el Movimiento Indígena, Organizaciones de Trabajadores (FUT, CEOSL), transportistas en una primera instancia, estudiantes y sectores populares, ante el anuncio de la eliminación del subsidio a los combustibles y otras medidas. En noviembre de 2020 ocurrió así mismo un Paro en Colombia con incidencia en varias de las ciudades, lo propio ocurrió en Chile, con la movilización masiva de estudiantes ante la subida del pasaje del metro, que despertó un acumulado de insatisfacciones ante el neoliberalismo, de parte de la población de clase media y popular ante la privatización progresiva de la salud, educación, sistema de pensiones, entre otros aspectos. Todas estas movilizaciones fueron violentamente reprimidas por parte de los gobiernos de Moreno, Duque y Piñera, respectivamente, con fallecimientos y heridos.

⁴⁸ En 2020, según cifras del Banco Central, el 32% de la población en Ecuador estaba sumida en la pobreza, 7% más en comparación con el 2019. Mientras que la pobreza extrema se ubicó en 14,9%, un incremento de seis puntos en relación al año anterior. Tomado El Universo. 19 de mayo de 2021 <https://www.eluniverso.com/noticias/ecuador/la-gestion-de-lenin-moreno-cierra-con-mas-usuarios-del-bono-de-desarrollo-humano-pero-tambien-con-mas-pobreza-nota/> (accesado en 21 junio 2021).

⁴⁹ Tomado de Edición Médica. "Ecuador un país que invierte entre el 4% a 6% del PIB en Salud". La OMS recomienda, no obstante, un mínimo de inversión del 6% o más del PIB para Latinoamérica.

⁵⁰ Conforme a Vallejo y Álvarez (2020) en abril de 2019 los despidos habían ascendido a 2512 trabajadores de la salud.

Avanzado el 2020, los países de la región iniciaron la inmunización, a través de las variadas vacunas, gestionada por los gobiernos ante distintas farmacéuticas a nivel mundial. En el Ecuador, cuatro ministros de salud durante el gobierno de Lenín Moreno, no lograron diseñar un Plan de Vacunación, peor aún, favorecieron a los sectores económicos y políticos ligados al régimen gubernamental (parientes, ex presidentes, clubs de rotarios, periodistas afines). La vacunación direccionada a personal de primera línea (personal médico y otros) y a adultos mayores, tampoco progresó. El Ecuador es uno de los países de la región con menor porcentaje de vacunaciones, hasta mayo de 2021.

En este capítulo, abordaremos la pandemia en el Ecuador, específicamente en los pueblos indígenas de la región amazónica, la evolución de contagios y fallecimientos; así también, las respuestas de las organizaciones indígenas en alianza con organizaciones de la sociedad civil, ONGs y organismos internacionales. Las preguntas que este capítulo busca dilucidar son: ¿Cómo ha evolucionado la pandemia de la COVID-19 en la Amazonía ecuatoriana respecto al resto del país, entre 2020 y 2021?, ¿cómo han sido afectadas las comunidades indígenas en la Amazonía? y ¿cuáles son las respuestas de las organizaciones indígenas y de las comunidades frente a las afectaciones a la salud por la pandemia de la COVID -19?. Finalmente, ¿cuál ha sido el papel de las mujeres indígenas, en sostener la vida?

Este capítulo ha sido elaborado a partir de la recopilación de fuentes secundarias a lo largo de la pandemia, revisión de cifras del Ministerio de Salud Pública, del Servicio Nacional de Gestión de Riesgos y Emergencias – COE Nacional –, de las cifras y monitoreo de la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENIAE) y la Red Panamazónica (REPAM). Así también a partir de la revisión de medios de comunicación y reflexiones de artículos previos trabajados en coautoría con otras colegas. Una fuente importante es la proporcionada por el levantamiento de información efectuado para la Docuserie *Sacha Samay* (FLACSO Ecuador/Fundación Rosa Luxemburgo), que recaba las vivencias de la pandemia, relatadas por mujeres indígenas amazónicas.⁵¹

⁵¹ En esta Docuserie *Sacha Samay* (Aliento de Vida proveniente de la Selva) coordinada por Lisset Coba en 2020, intervenimos varias investigadoras, ligadas a FLACSO Ecuador (Celeste Torres, Ivette Vallejo, Marisol Rodríguez, Nathali Saritama, Natalia Valdivieso, Renata Mantilla y Luz Elena Pinzón), con participación de CONFENIAE, Cine Disidente y la Colectiva de Antropólogos del Ecuador. Se efectuaron entrevistas filmadas in

Los contagios en la Amazonía, sus fuentes y efectos

El Ecuador registraba, el 2 de junio de 2021, un total de 428.865 casos confirmados con prueba de reacción en cadena PCR y 15.193 fallecimientos por COVID-19 y 5.488 fallecidos probables.⁵² Los grupos de edad con mayores contagios están entre 20 y 49 años (60%), seguido de 50 a 64 años (20,3%) y de 65 en adelante (12,8%). Las provincias que registraron mayores números de contagio son las provincias de Pichincha (152,767 casos) 35,6%, Guayas (57,801) 13,5%, Manabí (30,887) 7,2%, Azuay (23,187) 5,4% y El Oro (20,577), 4,8% (Ver Figura 1).

Conforme a datos de la Red Panamazónica, los nueve países de la región registran un total de 3 053 816 casos confirmados y 81,381 fallecidos (REPAM, 31 de mayo, 2021). Las situaciones más críticas en términos de contagio y fallecimientos se encuentran en la Amazonía de Brasil, Bolivia, Perú y Colombia, luego están Ecuador, Venezuela, las Guyanas y Surinam.

La Amazonía, en Ecuador reporta 23,290 casos confirmados, comparativamente es la región con menor porcentaje de contagios, lo que podría explicarse en términos de su menor peso demográfico, respecto a las regiones costa y sierra. Porcentajes menores se encuentran en la región insular de Galápagos con 0,3% de contagios;⁵³ la provincia de Morona Santiago presenta 5702 casos de contagio equivalente al 1,3% del total nacional; Sucumbíos 5,179, es decir 1,2%; Orellana 3,215 casos 0,7%; Napo 3,202, lo que equivale al 0,7%; Pastaza 3,189 casos; es decir 0,7% y; Zamora Chinchipe un total de 2,803, correspondiente al 0,7% del total nacional.

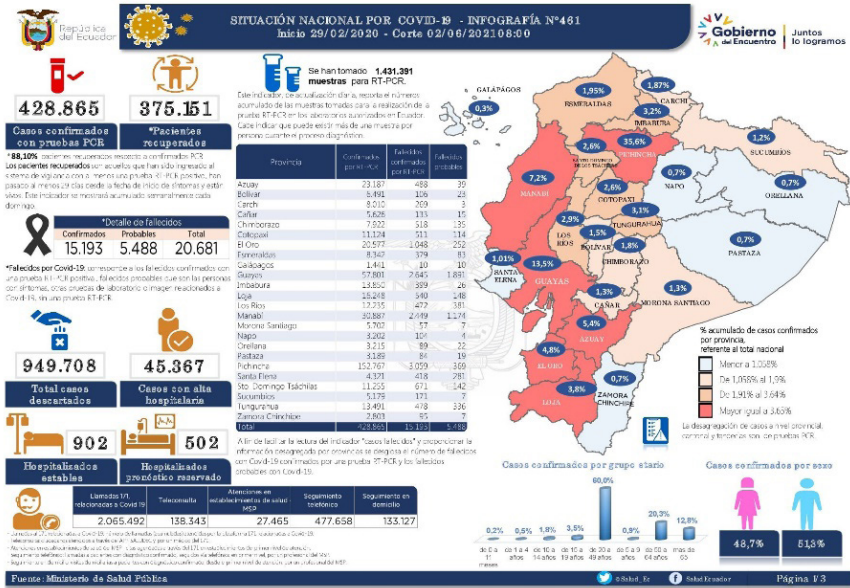
situ y otras a través de videollamadas o uso de zoom y otras plataformas. En otros casos se enviaron guiones a entrevistadas y entrevistados, pidiéndoles nos envíen pequeños videos de sus respuestas. La Docuserie contó con 7 capítulos y se transmitió de forma virtual. Lo central fue llegar a las voces de mujeres indígenas amazónicas resaltando sus vivencias, formas de enfrentar la pandemia, vulnerabilidades y fortalezas.

Para acceder a la Docuserie Sacha Samay. <https://www.google.com/search?q=docuserie+sacha+Samay&oq=docuserie+sacha+Samay&aqs=chrome..69i57j33i10i160l2.4960j-0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

⁵² Ministerio de Salud Pública, 2 de junio de 2021. Soporte.fed@gobiernoelectronico.gob.ec

⁵³ Ministerio de Salud Pública, 2 de junio de 2021. Soporte.fed@gobiernoelectronico.gob.ec

Figura 1. Situación Nacional por COVID-19



Fuente: Ministerio de Salud Pública, 2 de junio de 2021

Los datos desglosados por nacionalidades y pueblos indígenas no han sido perfilados en los registros del Ministerio de Salud Pública y COE Nacional. No obstante, la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía llevó un monitoreo durante los meses de mayo a diciembre de 2020, que permite seguir la evolución de la pandemia. A diciembre de 2020 registraban 3,257 casos positivos en pueblos indígenas, 104 fallecidos (50 confirmados por COVID-19 y 54 con sintomatología). Mayores contagios registraban para eventos en Morona (1,009), Pastaza (715), Orellana (591), Napo (482), Sucumbíos (321) y Zamora (114) (CONFENIAE, 8/12, 2020).

En las nacionalidades siekopai en la provincia de Sucumbios y wao-rani en Orellana se reportaron los primeros casos, en abril de 2020. Conforme a Vallejo y Álvarez (2020), el 14 de abril la nacionalidad siekopai anunció el fallecimiento de un adulto mayor; grave pérdida al tratarse de uno de los primeros profesores de educación intercultural bilingüe. Se adujo habría tenido una sintomatología asociada al coronavirus. A los pocos días, varias personas presentaron similares síntomas en su comu-

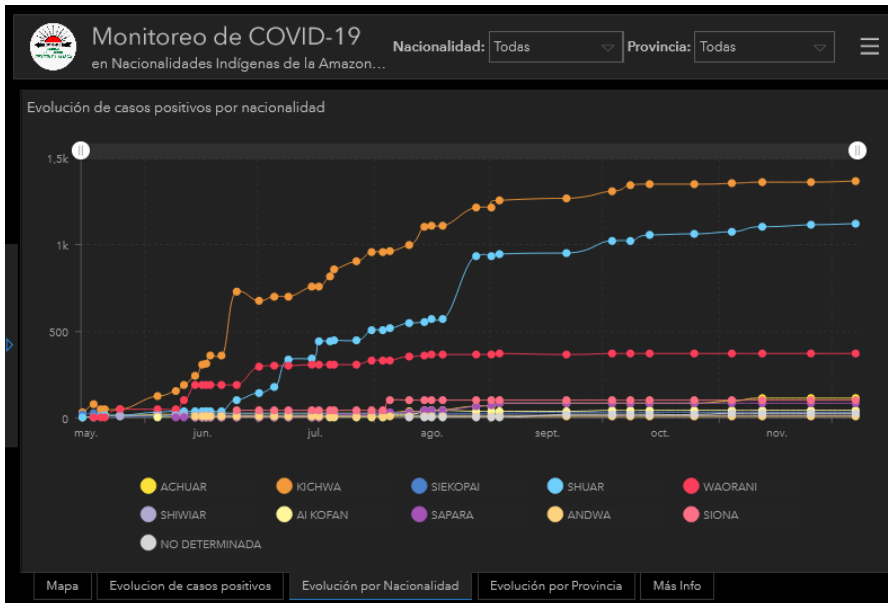
nidad. Equipos del Ministerio de Salud Pública procedentes de Cuyabeno y Shushufindi les diagnosticaron neumonía bacteriana y amigdalitis. Los dirigentes indígenas exigieron al Ministerio de Salud Pública realizar pruebas, las que dieron positivo para COVID-19. En mayo, otro profesor siekopai falleció y se registraron enfermos en la comunidad de San Pablo. El mes de abril, la nacionalidad waorani generó alertas de primeros casos en trabajadores del bloque 16. Poco después en la provincia de Orellana falleció un anciano de la comunidad de Bataboro. A renglón seguido, las comunidades Miwaguno, Dicaro, Guillero (Orellana), Yewepare y Bataboro (Pastaza) revelaron nuevos casos.

La cercanía a carreteras, o la entrada de operarios petroleros a territorios indígenas -como en Orellana- son factores que incidieron en el contagio. A fines del mismo mes, se reportó el contagio de una mujer shuar trabajadora de la minera Cóndor Mining, en la comunidad de Pachicutza (Vallejo y Álvarez 2020). A inicios de mayo, la CONFENIAE anunciaba 47 casos de COVID-19 en la Amazonía⁵⁴ en las nacionalidades indígenas siekopai, kichwa, waorani y shuar. En mayo, 7 casos dieron positivos en las comunidades achuar de Charapa y Copataza en Pastaza (Vallejo y Álvarez 2020).

Conforme a registros de CONFENIAE, de junio a septiembre de 2020 se elevó vertiginosamente el número de casos en las nacionalidades kichwa y shuar; en el caso waorani un pico elevado de contagios, se dio entre junio y julio de 2020, para después estabilizarse hacia fines de año. Las demás nacionalidades indígenas tuvieron situaciones menos críticas (Ver Figura 2).

⁵⁴ El Comercio 01/05/2020. CONAIE presenta lance sobre impacto del COVID-19 en territorios indígenas.
<https://www.elcomercio.com/actualidad/conaie-balance-impacto-covid19-indigenas.html>.

Figura 2. Monitoreo de COVID-19



Fuente: CONFENIAE, diciembre 2020.

Los contagios se debieron a varios factores, entre ellos el retorno a sus comunidades de personas indígenas que perdieron sus empleos en las ciudades; otro factor fue que el Estado de excepción atrapó a hombres y mujeres indígenas que salieron a realizar gestiones en la ciudad, siendo sometidos a situaciones de vulnerabilidad y a enfermarse.⁵⁵ Pese a la cuarentena decretada a fines de febrero, las actividades denominadas por el Estado como “estratégicas”, continuaron sin parar, estimulando la circulación de trabajadores petroleros y la ampliación de concesiones mineras en territorios comunitarios (Vallejo et al., 2020; Castro, 2020; PPD, DCC, 2021). “En territorio wao en el Yasuní, en las provincias de Napo y Orellana, personal de empresas petroleras mantuvieron la rotación de cuadrillas de trabajadores, algo similar ocurrió en la zona del bloque 10 en Pastaza” (Vallejo et al. 2020: 100). En Morona Santiago, el ingreso de mineras ilegales, a territorios indígenas, aprovechando la falta de vigilancia del Esta-

⁵⁵ A algunos indígenas amazónicos “la restricción a la movilidad les atrapó en ciudades y tuvieron serias dificultades durante su estancia forzada. Alrededor de 40 familias waorani permanecieron en la localidad de Shell en Pastaza (Moran 2020 en PPD, DCC, 2021) y tuvieron que quedarse con familiares o conocidos.

do y de las comunidades son causas de contagio (PPD, DCC, 2021).⁵⁶ En comunidades ribereñas o con acceso por ejes viales, los contagios fueron provocados por la extracción forestal de madera de pihue, pero sobre todo por la llegada de comerciantes de balsa provenientes de la costa, primera región en donde se precipitó la pandemia.⁵⁷

En la provincia de Pastaza, a decir de Rosa Aranda,

En nuestro sector hay extracción de balsa y las empresas balseras estaban operando hasta el mes de mayo y nadie controló eso. Entonces yo pienso que por ahí entró el contagio del Covid a nuestras comunidades. En Kamungui ya hubo en el mes de mayo un brote y justo los balseros estaban en Kamungui, de Kiwiri más abajo. Así llegó el covid a nuestras comunidades⁵⁸

En palabras de Nancy Santi,

Se explota madera de balsa por Villano, hasta la cuenca media del Curaray. El Ministerio de Ambiente que debería velar, da permisos para que salgan las balsas y aprovechan negociando pagando sus diarios, estafando a la gente de las comunidades. Esto no ha parado en esta emergencia sanitaria.⁵⁹

Al término de la cuarentena, conforme se flexibilizaron las restricciones a la movilidad, algunos miembros de comunidades se trasladaron

⁵⁶ Al respecto en Reinicia. Respuesta comunitaria a la emergencia sanitaria del COVID-19 en Ecuador, del PPD, DCC, 2021), Josefina Tunki, presidenta del Pueblo Shuar Arutam (PSHA) revela esta situación del ingreso de mineras ilegales a su territorio.

⁵⁷ En entrevistas realizadas para la Docuserie “Sacha Samay” (FLACSO Ecuador/Fundación Rosa Luxemburgo), algunas lideresas amazónicas mencionaban de forma reiterada que personal de empresas balseras principalmente de la ciudad de Guayaquil, en la costa ingresaban continuamente a extraer balsa. Convencían a miembros de las comunidades, colocaban carpas, máquinas y trabajaban durante varios días en los que reclutaban trabajadores, sin manejar medidas de bioseguridad como mascarillas para precautarles (Vallejo et al., 2020).

⁵⁸ Entrevista a Rosa Aranda. Presidenta de la comunidad Piwui y de la Asociación Sumak Kawsai. Territorio de Moretecocha, Pastaza. Realización de entrevista, Celeste Torres. Docuserie Sacha Samay, FLACSO /Fundación Rosa Luxemburgo.

⁵⁹ Entrevista a Nancy Santi. Kuraka del Pueblo Kichwa de Kawsak Sacha, Pastaza. Realización de entrevista, Celeste Torres, Docuserie Sacha Samay, FLACSO /Fundación Rosa Luxemburgo.

hacia otras zonas aledañas y hacia centros urbanos, para abastecerse de aquellos artículos que no producen (jabones, hachas, machetes, fósforos y alimentos procesados, sal, azúcar); lo que generó más contagios. Las mujeres se expusieron, al salir a las ciudades a cobrar el bono de desarrollo humano que reciben del Estado.

Otros factores de contagios fueron las mingas familiares y comunitarias, el brindar y compartir chicha (de yuca o chonta) e incluso participar en festividades. Las comunidades miraban sorprendidas, la velocidad de los contagios al tiempo que las medidas de “distanciamiento social” físico,⁶⁰ decretadas por el gobierno de Moreno, eran inviables por varios motivos. Uno de ellos, es el hecho de que las personas que forman parte de las familias están en estrecha relación cotidianamente y más aún cuando pasan por momentos difíciles como una enfermedad. La kuraka de la Comunidad de Kawsak Sacha de Pastaza menciona la cercanía y el cuidado mutuo, como un elemento clave de su dinámica.

Nosotros como pueblos indígenas siempre estamos compartiendo, somos unidos, entonces uno dice “está enfermo”, dicen este remedio es para tal [enfermedad], entonces hacemos, tomamos y cuando ya uno se mejora, eso lo que aplicamos a todos. [...] los dirigentes de la comunidad dicen “tenemos que hacer esta medicina y compartir a la gente enferma”. Así, en cada ayllu, en cada comunidad, hemos manejado. Hay siempre una mayor o un mayor o un dirigente que se preocupa de su gente. No le dejamos solo, no le dejamos en aislamiento, está con nosotros dentro, los enfermos, todos los días les atendemos, damos comida, medicina, la vaporización, entonces ahí es que en el mundo indígena no hay privacidad, [...] ni conocimiento privado, todo se comparte, por eso es que en Kawsak Sacha, ni un mayor ni un niño, ni una persona hemos perdido, porque nosotros todo compartimos, todos estamos en comunidad, eso es lo que a nosotros nos ayuda...⁶¹

⁶⁰ Según el Centro para el control y prevención de enfermedades, el distanciamiento social es un sinónimo del llamado “distanciamiento físico”, que consiste en mantener una distancia segura entre distintas personas que no pertenecen a un mismo hogar. Esto implica mantenerse a una distancia de al menos dos metros tanto en espacios interiores como al aire libre. Esta es una medida de prevención para reducir la propagación del COVID-19, junto a otras medidas como usar mascarilla.

⁶¹ Entrevista a Nancy Santi, Kuraka del Pueblo Kichwa de Kawsak Sacha, Pastaza. Realización de entrevista, Celeste Torres, Docuserie Sacha Samay, FLACSO /Fundación Rosa

La intensificación de lluvias ocurridas durante la pandemia en el año 2020, desbordó los ríos Bobonaza, Pastaza y Arajuno en la provincia de Pastaza, agravando las condiciones de vulnerabilidad en las comunidades. En mayo de 2021, la crecida y desborde del río Curaray inundó viviendas con pérdida de enseres, afectación de cultivos y de animales de crianza.

El 7 de abril de 2020, unas 27,000 personas, principalmente, de comunidades kichwa, ribereñas del Napo y Coca, fueron impactadas por el derrame de crudo, equivalente a 15,800 barriles, a consecuencia de la rotura del Sistema de Oleoducto Transecuatoriano -SOTE-, el Oleoducto de Crudos Pesados -OCP- y poliducto. Este constituye, el mayor derrame de petróleo ocurrido en los últimos 15 años, conforme a CONFENIAE, a futuro afectará a unas 97 mil personas (Ibarburu 2020). Una tragedia anunciada y advertida por las poblaciones y los expertos, la de erosión regresiva de la zona, provocada por la construcción de la hidroeléctrica Coca Codo Sinclair, que desencadenó la ruptura del Sistema de Oleoductos Transecuatoriano. Este derrame en plena pandemia contaminó ríos, afectando los cuerpos y una de las fuentes principales de aprovisionamiento, como es la pesca.

Pese a procesos legales y de denuncia emprendidos por las comunidades y la Alianza por los Derechos Humanos, se ha impuesto la desidia de las empresas estatales PetroEcuador y OCP, que no asumen sus responsabilidades. Existe una deficiente remediación ambiental y una nula indemnización a las poblaciones afectadas (Vallejo et al., 2020). Si en las comunidades es complicado seguir medidas de higienización como el lavado de manos con jabones y desinfección con uso de gel para prevenir contagios debido a la imposibilidad de acceso a agua limpia, para aquellas comunidades expuestas a los efectos del derrame, esto resultaba angustiante. La nacionalidad siekopai, en la provincia de Sucumbíos, denunció el 26 de marzo de 2020, la contaminación del río Shushunfindi, envenenamiento de peces por sustancias químicas, residuos de las actividades petroleras y palmicultoras de la zona (Castro, 2020).

Las afectaciones de la pandemia y la desatención del Estado

El manejo de la pandemia por el gobierno nacional ha sido errático, debido a la alta inestabilidad en los cargos principales del Ministerio de Salud, y a las contradicciones entre las medidas de emergencia emprendidas por el Servicio Nacional de Gestión de Riesgos y Emergencias (COE) y aquellas adoptadas por las autoridades municipales.

Durante álgidos meses y pese a fuertes críticas de organizaciones sociales y miembros de la Asamblea legislativa, el 24 de marzo del 2020, el ministro de Economía y Finanzas, prefirió pagar USD 326 millones de deuda externa a tenedores de bonos – de los bancos de inversión Goldman Sachs, Ashmore Group Plc y BlackRock Inc. –, en lugar de destinar presupuesto para atender la situación de emergencia sanitaria y económica. La justificación fue que esto le permitiría al Ecuador conseguir un acuerdo con acreedores internacionales y se evitaría el “default”, el que cerraría financiamientos para el país, congelamiento de activos y bloqueo de cuentas en el exterior. Convencer a los acreedores internacionales, llegar a acuerdos para aplazar el pago de USD 811 millones en intereses, de otra deuda en bonos, era el propósito.

El funcionario argumentó que el gobierno lograría que el Fisco reciba USD 2.000 millones del Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Gobierno de China entre abril y mayo.⁶¹ Entre el 24 de marzo y el 30 de abril pagó un total de USD 1,232,7 millones, definidos en USD 343 millones de los bonos 2020 entre capital e intereses, que podría saldarse hasta 2022, decidiendo cubrir la totalidad de la deuda e incluso anticipar pagos.⁶² Hasta agosto de 2020 habría destinado USD 4,458 millones (USD 1,425 correspondientes a intereses y USD 3,032 millones a amortizaciones), siendo pagos de intereses de bonos soberanos, cuotas de

⁶² Ministro de Finanzas aclaró que Ecuador no fue el único país en pagar la deuda externa en medio de la pandemia. 18 de abril de 2020. En <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/ministro-finanzas-ecuador-pago-deuda.html>

⁶³ Ministro de Finanzas prepago deuda externa por USD 889.7 millones en medio de la pandemia, 1 de junio de 2020. En <https://www.pichinchacomunicaciones.com.rc/ministro-de-finanzas-prepago-deuda-externa-por-usd-889-7-millones-en-medio-de-la-pandemia-segun-marco-flores/>

créditos de organismos multilaterales, y una parte de compromisos internos. Los cuestionamientos giraron sobre la inconsistencia de estas decisiones, ya que ese dinero pudo haberse destinado a atender la emergencia sanitaria, a cubrir el pago a médicos y profesores que durante varios meses de la pandemia tenían sus remuneraciones atrasadas.

Los pagos de deuda limitaron el presupuesto para la atención en salud, para la dotación de insumos médicos a los hospitales y equipamiento en medidas de bioseguridad al personal de primera línea; ejercicio necropolítico basado en la desatención de la salud. Mbembe (1999) plantea que en el Tercer Mundo vivimos un estado sistemático de emergencia, necropolítica o dispositivo de muerte como condición de desechabilidad de los sujetos. Podríamos decir, no de todos, sino aquellos de sectores de clase media y populares; y más aún aquellas poblaciones racializadas e históricamente excluidas, de las zonas peri urbanas y rurales, principalmente, poblaciones indígenas. *La pandemia consiste de una serie de vulneraciones y desigualdades pre-existentes, que según Menezes (et al., 2020) actúan mediante la pedagogía del miedo y la ausencia de protección, lo que puede desencadenar genocidios.*

Si las quejas eran constantes en hospitales de las ciudades principales, la situación se volvía más compleja en las ciudades intermedias y pequeñas como aquellas de la Amazonía. El gobierno de Moreno no garantizó el acceso a la salud, a la prevención y la gestión de la pandemia, desatendió las especificidades geográficas y culturales del interior del país (Vallejo y Álvarez 2020) y no intentó una mínima política de atención en salud diferenciada e intercultural.

“Las comunidades han sido invisibles para el Estado, para funcionarios del Ministerio de Salud Pública y para los gobiernos seccionales” (Vallejo et al., 2020: 103-104)⁶³. El Ministerio de Salud Pública no otorgó información preventiva en lenguas indígenas para facilitar la comprensión de protocolos, medidas de bioseguridad y autocuidado para evitar contagios; no se alertó a tiempo a las comunidades; no se efectuaron pruebas rápidas con diligencia; el personal de salud no fue entrenado y temía trasladarse a las comunidades. El acceso desigual salud y cuidados,

⁶⁴ Relatos en esta línea son mencionados por mujeres amazónicas que se sintieron abandonadas por el Estado. Así lo percibe Suritiak Naichamp, de la comunidad de Warintz en Morona Santiago, entrevistada para la Docuserie Sacha Samay. En su expresión “Hemos sido invisibles para ellos” (Vallejo et al., 2020: 104).

oportunidades de diagnóstico, de monitoreo, y tratamiento efectivo son evidencia de que la COVID-19 “tiene color”, es producto de un racismo estructural que impacta desproporcionadamente a las personas racializadas (García et al., 2020). Así, la regulación de la vida se transforma en regulación de la muerte, “dentro de las condiciones extremas producidas por el capital” (Estévez, 2018:20). En ese dejar morir, confluyen raza, género y status legal.⁶⁴ (Grzinic y Táthic, 2014).

En la región amazónica, los sub-centros de salud localizados en las cabeceras de las juntas parroquiales no han sido dotados del equipamiento como respiradores, tanques de oxígeno, medicinas, ni insumos para efectuar pruebas de diagnóstico PCR, ni para atender casos graves. Las distancias por vías carrozables o caminos lastrados que conectan las comunidades y las ciudades amazónicas en donde se encuentran hospitales públicos, son considerables. Para la gran mayoría, salir desde sus comunidades implica horas o días de navegación, pues viajar en avionetas es muy costoso.

Las mujeres indígenas de la Amazonía relatan cómo la pandemia golpeó a sus familias, en el 2020 (Fotografía 1). Sus narrativas revelan los sucesos de inicio de la pandemia, su sorpresa, la gran cantidad de casos, y el detectar síntomas en comunidades enteras:

Desde Pakayaku a Boberas (Pastaza), sufren totalmente... Teresa-mama, Molino, Sarayaku... todos están sufriendo por la pandemia. En Teresamama hay 50 familias y todos han caído. Les ha cogido fuerte a mis sobrinos, cuñada, a una tía. Han escupido sangre. Un tío casi se muere.⁶⁵

En este tema de la pandemia, es muy lamentable. Brotó el covid en Piwiri. en Lipuno y Tarapoto, en Rayayaku también. Hay otros que están pasando el contagio de este virus. Por Warintz en Morona Santiago, la gente no se daba cuenta de que se habían contagiado, e iban donde familiares a visitar y después los que menos defensa y más debilidad tenían, más pronto caían con la enfermedad. Pasó rápido, de inmediato [...]. Los que aplicaron sus conocimientos de

⁶⁵ Esto último para el caso de las poblaciones migrantes, colombianos y venezolanos.

⁶⁶ Entrevista a Zoita Castillo Tuti. Mujeres Defensoras de la Selva. Reside en Puyo y en la comunidad de Teresa Mama. Entrevistada por Marisol Rodríguez. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo)

plantas se apoyaban con esto, pero los que no, por el miedo de que su familiar se muera les llevaron al hospital, pero de ahí ya no regresaban. Iban a morir en el hospital. Así fue el caso de una abuelita de la comunidad de San Carlos se murió allá. Nunca volvimos a saber de ella. No le permitieron al esposo que le retirara. Estábamos aterradas. Fue duro porque la gente empezó a contagiarse más... mayores, jóvenes, niños, de tercera edad. No todos tenían los mismos síntomas. Unos tenían fiebre interna y otros externa, diarrea, vómito. Otros con tos seca, salía sangre por la nariz, llagas en la boca. Cada persona tenía su reacción. No podían degustar la comida y tenían dolor de la espalda, del pulmón. Ahí ya detectábamos.⁶⁶

Fotografía 1. La COVID-19 llega a la Amazonía



Fuente: BBC News, 2020⁶⁷

A decir de Patricia Gualinga, del Pueblo Ancestral Kichwa de Sarayaku, al inicio confundieron los síntomas de la COVID-19, con la gripe común. Era complicado mantener el distanciamiento social y físico entre las personas, recomendado por el Ministerio de Salud Pública y el COE Nacional; casi todos en las comunidades se contagiaron en reuniones, al

⁶⁷ Entrevista Zuritiak Naichamp. Comunidad shuar de Warintz, Morona Santiago. Entrevista realizada para Docuserie Sacha Samay (FLACSO /Fundación Rosa Luxemburgo).

⁶⁸ En <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52781113>

compartir de guayusa temprano en la mañana y brindar chicha. En las ciudades, por el contrario, el distanciamiento aisló a las personas contagiadas e incluso limitó los ritos funerarios, lo que resulta imposible en las comunidades:

La gente pensaba que estaban con gripe fuerte. Hace un mes una señora se desmayó. Enviaron a Sarayaku 100 pruebas rápidas y se dieron cuenta de que estaban contagiados. Somos 1,350 en Sarayaku y casi todos se contagiaron; mis hermanos, mi familia. Es que pesa la chicha, la guayusada, la camaradería. El distanciamiento social es difícil en las comunidades. Los que murieron en Sarayaku lloraron a los muertos y después los enterraron. Los primeros muertos fueron ancianos y para nosotros es importante despedirse. Tal vez por eso los contagios. La carga viral es muy fuerte.⁶⁸

Durante la pandemia, los trabajos del cuidado (búsqueda de agua y leña, preparación de alimentos, lavado de ropa, cuidado de niñas y niños, de personas ancianas) se incrementaron a la par del cuidado de enfermos; recayendo principalmente en las mujeres. También aumentó el cuidado extendido al manejo de los agroecosistemas (*chakra*) de los que depende, en gran medida, la auto subsistencia familiar (Vallejo et al., 2020). La necesidad de intensificar la limpieza, con la desinfección de las casas, agudizó el redoblamiento de tareas. Para mujeres que a la vez ejercen cargos como dirigentes, los trabajos de cuidado se ampliaron a estar pendientes de las y los demás a otras comunidades. “A diferencia de las dinámicas urbanas donde cada quien enfrenta la pandemia, en la Amazonía el tejido social se activó y sostuvo en las mujeres” (Vallejo et al., 2020: 102).

Suritiak de la comunidad de Warintz relata:

Las mujeres somos muy luchadoras en la Amazonía. Tenemos muchas funciones en nuestras casas. Cuando las familias se enfermaban y no había quién les atiende, teníamos que ir a atenderlas, irnos a la *chakra* a traer para la comida. Era la única solución para salir de esto. Si la persona enferma se iba a la *chakra* se enfermaba. Por eso nos ayudábamos. No solamente estuvimos en casa, sino que nos

⁶⁹ Intervención de Patricia Gualinga, pueblo kichwa de Sarayaku en Webinar *Diálogos sobre la pandemia*. Red Waponi. Mujeres amazónicas en tiempos de crisis. 14 de julio de 2020

Las mujeres somos muy luchadoras en la Amazonía. Tenemos muchas funciones en nuestras casas. Cuando las familias se enfermaban y no había quién les atiende, teníamos que ir a atenderlas, irnos a la *chakra* a traer para la comida. Era la única solución para salir de esto. Si la persona enferma se iba a la *chakra* se enfermaba. Por eso nos ayudábamos. No solamente estuvimos en casa, sino que nos expusimos ayudando a los demás. O si no se morían por falta de atención en sus casas. Les llevábamos *changuina* de verde, de papa china. Íbamos a una familia, íbamos a otra, a la *chakra*. Yo terminaba exhausta a las siete, ocho de la noche. Las que no estábamos enfermas hacíamos minga familiar. Siempre hemos trabajado en nuestros cultivos, pero en esta pandemia hemos aumentado más. Hemos estado las mujeres haciendo estacas para sembrar la guayusa que es bueno como energizante. Hemos reforestado con guayusa y canela. Así hemos sobrellevado esta crisis.⁶⁹

Nancy Santi, *kuraka* (dirigente) del pueblo ancestral de Kawsak Sacha relata lo que significó la pandemia, conforme a sus responsabilidades como mujer y dirigente, quien debe cumplir con los roles de género, que implican cargas diferenciales de trabajo:

Para nosotros que somos madres, dirigentes, tenemos muchos roles como esposa, como dirigentes sí nos afectó mucho, porque había más trabajos que hacer... cuidar a los familiares y estar ahí dando tratamiento, cuidando a cada familia. En mi hogar había 12 personas en mi casa con mis hijos que se fueron de la ciudad, mis nietos. No les dio a 4 personas, a toditos los demás sí. Había que hacer la desinfección, humeo de la casa con comején para que no se enfermen los niños.⁷⁰

Los impactos de la pandemia también se experimentan de forma diferenciada, conforme a edad y ciclos de vida. Itaya Andi, del Pueblo Originario kichwa de Sarayaku relata sus vivencias como mujer, joven kichwa, estudiante de la Universidad Estatal Amazónica en Puyo y como madre. Estaba en su quinto mes de embarazo cuando inició la pandemia.

⁷⁰ Entrevista a Suritiak Naichamp. Comunidad shuar de Warintz, Morona Santiago, 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

⁷¹ Entrevista a Nancy Santi. Kuraka del pueblo kichwa de Kawsak Sacha. Entrevista realizada por Celeste Torres, 2020 para la Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

Empezó la pandemia en marzo y ya por el 16 de marzo llegué a Puyo. Las vías se cerraron prácticamente. Fue difícil para mí. La universidad se suspendió también; quedamos recibiendo clases virtuales. Me acababa de casar y estuve sola en el Puyo. Después me recogió [mi esposo] y nos trasladamos a Baños. Pasaron dos meses y a los seis meses tuve una amenaza de parto prematuro, tuve complicaciones fuertes con mi embarazo. Era complicado mantenerme con medidas de seguridad. En Baños, en el hospital corrí peligro, tuve un trato muy malo. Por complicaciones de mi bebé Jatari Inka (levántate con fuerza mi sol), nos trasladamos a Quito. Estuve tres meses con reposo absoluto, más el stress de la pandemia. Saber de familiares morir y estar lejos. Escuchar de amistades enfermarse. Para mí fue muy difícil sobrellevar. Para jóvenes como yo ver a nuestros mayores morir cada día ha sido difícil porque nuestros ancestros, nuestros apayayas y apamamas en las comunidades y que se han ido, se van llevando toda la sabiduría ancestral, la cultura, la gastronomía, el arte de las mujeres, de los abuelos, el pintar mocawas, el tejer canastas, las historias que se llevan. Esto ha sido difícil para nosotros porque los jóvenes aprendemos de ellos, de su sabiduría.⁷¹

Conforme su relato, en varias comunidades, los fallecimientos fueron de personas mayores, lo que significó una grave pérdida para sus pueblos y nacionalidades, la memoria cultural concentrada en ellos y ellas.

“Quédate en casa”, frase reiterada por el Ministerio de Salud Pública a través de medios de comunicación, difícilmente fue cumplida pues las familias, a pesar de los síntomas, continuaron con sus actividades de manejo de cultivos en chakras, recolección de frutos, pesca. Asimismo, la ingesta de cacería disminuía, en la medida en que los hombres se enfermaban. Disponer de territorio empezó a ser valorado por las familias y comunidades, realizar actividades en espacios abiertos precauteló en su salud. El freno de la economía en las ciudades de la Amazonía afectó a indígenas migrantes que dependen de trabajo autónomo y también remunerado en actividades de construcción (en el caso de los hombres), limpieza en casas y restaurantes (en el caso de las mujeres), quienes experimentaron precarización e inseguridad alimentaria. Mujeres indígenas, artesanas residen-

⁷² Entrevista a Itaya Andi. Pueblo Kichwa de Sarayaku residente en Puyo. Entrevista realizada por Ivette Vallejo, 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

tes en las ciudades, que se dedican a elaborar artículos de barro (mocawas) y artesanías (collares de mullu y semillas) no pudieron comercializar sus productos, como sostienen Itaya Andi y Rosa Canelos:

Mi madre en el Puyo, ella se dedica a la agricultura y está luchando con sus hijas, mis hermanas. Ella vende flores silvestres y así da de comer a mis hermanas. Aquellos que salen a la ciudad no tienen un trabajo fijo. Entonces toca salir a buscar alimento para subsistir, o sino de donde dar de comer. Esa es otra realidad de las mujeres de sectores rurales trasladadas a la ciudad.⁷²

Esta pandemia está afectando en educación, salud y en lo económico. Las mujeres que han salido a vivir a la ciudad se han visto más afectadas. Como hacen cerámica, aretes y collares ya no pueden vender sus productos. Si no venden sus productos día a día, de qué van a vivir y comprar su comida. Las que viven dentro de las comunidades en su territorio están más tranquilas porque tienen chacras, cultivan yuca, piña, plátano, tienen chicha, que es alimento principal. Ellas están con su minguita y comen de sus cultivos, aunque sí les ha afectado porque ya no pueden salir a vender sus productos a la ciudad para comprar sal, fósforo y otras necesidades básicas.⁷³

Respuestas para persistir

Dada la estratificación del sistema de salud pública y por ende su limitada cobertura en la Amazonía, la capacidad de prestar atención ante la pandemia ha sido reducida, tal como sucede en otros territorios (Sojo, 2020). En la región hay condiciones deficitarias de atención en salud, una limitada infraestructura sanitaria y débil capacidad de vigilancia epidemiológica; a lo que se agrega la desidia del Estado para generar estrategias

⁷³ Entrevista a Itaya Andi. Pueblo Kichwa de Sarayaku residente en Puyo. Entrevista realizada por Ivette Vallejo en 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

⁷⁴ Entrevista -video Rosita Canelos. Mujer kichwa de la comunidad de Canelos, Pastaza. Entrevista realizada por Ivette Vallejo en 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

de salud hacia poblaciones indígenas (Meneses et al., 2020).

Ante la alarma por el surgimiento de casos en las comunidades, las dirigencias de organizaciones ofrecieron ruedas de prensa, denunciaron la desatención del Estado y solicitaron la presencia de brigadas médicas en los territorios amazónicos.⁷⁴ Existía el temor de que la pandemia diezme a aquellas nacionalidades con poca población como los siekopai, siona, andwa y sapara. Peor aún, su expansión a los pueblos en aislamiento voluntario (Tagaeri, Taromenane y otros) en el Yasuní resulta preocupante.⁷⁵

En palabras de Andrés Tapia, dirigente de comunicación de CONFENIAE:

Desde la CONFENIAE desde un inicio hemos impulsado la respuesta rápida ante la emergencia sanitaria. No habíamos esperado la respuesta estatal porque sabíamos que ésta iba a tardar y más bien asumimos una campaña de prevención, información, difusión para mitigar los impactos y la propagación del COVID en los territorios indígenas. De esta manera las acciones organizativas desde las comunidades y organizaciones de base se activaron inmediatamente cuando inició la emergencia. La respuesta estatal fue tardía y demoró varias semanas, meses, que fueron tiempos valiosos. Si las organizaciones no asumíamos las acciones a implementarse en los territorios prácticamente el saldo hubiera sido negativo y mayor.⁷⁶

Las respuestas organizativas de las comunidades indígenas en la

⁷⁵ Varios pronunciamientos fueron realizados en rueda de prensa por Gilberto Nenkimio presidente de la Nacionalidad Waorani (NAWE) en conjunto con la presidenta de la Coordinadora de la Nacionalidad Waorani de Pastaza (CONCONAWEP) en mayo de 2020. La dirigencia de la Confederación de las Nacionalidades Indígenas Amazónicas (CONFENIAE) emitieron ya desde mayo pronunciamientos alertando sobre los graves impactos que podría ocasionar la pandemia, de ampliarse el número de contagios.

⁷⁶ Varias zonas de movilidad de pueblos indígenas aislados, que hace parte de su territorialidad se encuentran en áreas donde hay bloques petroleros en el Parque Nacional Yasuní. En el caso de los bloques 31 y 43, la construcción de un eje vial, según el Estado “ecológico” en sus dimensiones, ha sido cuestionado por Acción Ecológica, Colectivo de Geografía Crítica y el colectivo Yasunidos, por los graves impactos que estaría ocasionando en una zona altamente biodiversa. Además, la presencia de trabajadores, podría ser un factor de contagio y presión para los pueblos indígenas aislados. Dicha construcción avanzó silenciosamente, en medio de la pandemia.

⁷⁷ Entrevista-video. Andrés Tapia. Dirigente de Comunicación de CONFENIAE. Entrevista efectuada por Ivette Vallejo, 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación

Amazonía durante la emergencia sanitaria por el COVID-19 reveló “la fortaleza de su tejido social, que les ha permitido actuar incluso en comunidades remotas, donde la atención de las instituciones públicas no llega, así como gestionar apoyo desde entidades de cooperación y de la sociedad civil” (PPD, DCC 2021, 50). Desde la perspectiva de CONFENIAE, principalmente en los meses más álgidos del 2020, el autogobierno comunitario fue una herramienta efectiva para controlar la pandemia. Las organizaciones filiales implementaron un sistema de guardias comunitarias para vigilar la entrada y salida de personas, lo que permitió en cierta medida restringir el acceso a los territorios. Además, crearon cercos comunitarios para evitar que se propague el virus, de una comunidad a otra.

Fotografía 2: Cartel de alerta al ingreso a las comunidades



Fuente: CONFENIAE, 2020

La CONFENIAE, desde su equipo de comunicación Lanceros Digitales impulsaron una estrategia comunitaria a través de una campaña

Rosa Luxemburgo).

⁷⁸ Entrevista-video. Andrés Tapia. Dirigente de Comunicación de CONFENIAE. Entrevista efectuada por Ivette Vallejo, 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

de información y prevención para el manejo de la pandemia realizada en 8 lenguas originarias, diseñaron cartillas, cuñas radiales transmitidas en radios comunitarias y comerciales de las provincias. Además, hicieron spots en plataformas digitales. Ante la ausencia de datos desagregados por nacionalidad y territorio, por parte del Ministerio de Salud Pública, la organización implementó una plataforma para el monitoreo y seguimiento de los casos de contagio en los territorios indígenas, con apoyo de aliados de ONG y organismos internacionales. La información fue procesada a partir de los resultados de pruebas rápidas, PCR, información de los distritos de salud para dar cuenta de la evolución de casos por provincia y por nacionalidades indígenas. Durante los períodos más críticos, la CONFENIAE emprendió la dotación de insumos de bioseguridad, así como la repartición de más de 4000 raciones alimentarias en territorios indígenas en 6 provincias amazónicas, a 11 nacionalidades y 23 organizaciones filiales.⁷⁸ En meses subsiguientes coordinaron con gobiernos locales -GAD-, para canalizar apoyos en los territorios.

La CONFENIAE en alianza con las ONGs Alianza Ceibo, Fundación Labaka, Fundación Pachamama, Amazon Frontlines⁷⁹, Aldhea, Fundación Raíz⁸⁰ y universidades (Universidad de Las Américas UDLA, Universidad San Francisco USFQ y Universidad Andina Simón Bolívar UASB), efectuaron brigadas médicas, tomas de muestra y pruebas PCR y rápidas en comunidades, coordinando con Distritos de Salud gubernamentales. Dirigentes de organizaciones por nacionalidades y de base, en varios de los casos mujeres lideresas también comenzaron a realizar gestiones ante los distritos de salud cantonales y activaron redes de aliados. Desde la cooperación internacional, el Programa de Pequeñas Donaciones (PPD) con recursos del Fondo Mundial Medioambiental (FMAM) de

⁷⁹ Al respecto menciona Andres Tapia, dirigente de Comunicación, que estas fueron unas de las principales estrategias adoptadas por CONFENIAE para hacer frente a la pandemia. Video-entrevista solicitada por Ivette Vallejo. Docuserie Sacha Samay (FLACSO-Fundación Rosa Luxemburgo).

⁸⁰ Amazon Frontlines con Alianza Ceibo y CONFENIAE elaboraron un plan de acción de emergencia, elaboraron materiales de difusión en lenguas locales, recursos médicos, entrega de provisiones a comunidades y solicitaron donaciones para este apoyo a nivel internacional (Anderson 2020 en PPD/FMAM/PNUD 2020).

⁸¹ Conforme a Castro (2020) en abril de 2020 la Fundación Raíz entregó kits alimenticios a ancianos de la nacionalidad siekoapai.

Naciones Unidas, activó proyectos ágiles para fortalecer plantales comunitarios de contingencia para organizaciones, a fin de fortalecer su producción agroecológica, agroforestal, producción en *chakras* y fincas o huertos (Varea 2020).

Fotografía 3. Brigadas médicas



Fuente: Primicias⁸¹, 9 de junio de 2020.

Estrategias de autocuidado comunitario

Los primeros meses de la pandemia constituyeron la fase más crítica para los pueblos indígenas. Para frenar los contagios varias organizaciones tomaron sus propias decisiones, respecto a la salud y administración del territorio, en un ejercicio de autonomía. La Nacionalidad Siekopai suspendió mingas y reuniones comunitarias (Moran 2020 en PPD, DCC, 2021); así también las dirigencias waorani de las organizaciones NAWE, CONCONAWEP y de la Asociación de Mujeres Waorani (AMWAE) gestionaron su propio centro de operaciones de emergencia waorani, con la coordinación del Ministerio de Salud Pública, y efectuaron visitas a comunidades alejadas. Sarayaku activó seguridades en el transporte para llegar a la comunidad, permitiéndose solamente servicios médicos y de alimento en transportación fluvial y aérea a las comunidades dentro de su

⁸² En: <https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/covid19-cinco-provincias-amazonicas-tasa-alta-contagio/>

plan de contingencia (PPD, DCC, 2021).

Fotografía 4. Nemo Nenkimo de CONCONAWEP accionando respuestas



Fuente: Mongabay Latam, 2020

También hubo restricciones como otra estrategia de defensa. Algunas comunidades shuar prohibieron la entrada y salida de personas de sus territorios a fin de no poner en riesgo a las y los comuneros, en especial a las personas adultas mayores.

Yadira Sharupi, lideresa shuar comenta las acciones que hicieron desde su organización, la FENASH:

Comunicamos a nuestras bases diciendo que los territorios de la FENASH se prohíba estrictamente la entrada, de quienes no sean afines a las familias y comunidades. Esto bajaron a las bases. Desde allí se hizo vocería a través de medios de comunicación y por internet. prohibimos salidas y entradas de personas particulares. Si alguien de las familias se quedaba afuera, no podía ingresar a las comunidades para que no haya contagios. Esto hicimos tratando de cuidar a las personas de la tercera edad o a otros delicados. El territorio comunitario se restringió. “Nadie puede entrar y nadie puede salir”, dijimos. Se promovieron mingas comunitarias para continuar con la vida cotidiana. Estar encerrados conllevaba a desesperación, se trabajaron *chakras*... cultivos.⁸²

Entre el conjunto de estrategias asumidas para enfrentar la pandemia en sus distintos aspectos, amerita resaltar el crucial impulso que tuvieron las prácticas curativas que “recurren a conocimientos ancestrales, a la memoria histórica del uso de cortezas, lianas y plantas para tomas, vaporizaciones y baños” (Vallejo et al., 2020: 113). En esto, las mujeres tuvieron un papel preponderante; compartieron conocimientos, asistieron a familiares en sus propias comunidades a parientes y conocidos. Su uso evitó el agravamiento y la muerte de las personas infectadas; les permitió renovar la confianza de las comunidades hacia sus saberes curativos y revalorizar sus territorios. También les facultó apoyar a población no indígena, contagiada en las ciudades. Fue así que personas mestizas llegaban en búsqueda de apoyo, a la zona periurbana e intercultural de la ciudad de Puyo, denominada “Te Zulay”⁸³ donde residen mujeres de varias nacionalidades indígenas, reterritorializadas en el lugar.

Dice así, Zoilita Castillo, de Teresa Mama, actualmente residente en Puyo:

La medicina que elaboro ha evitado que mi esposo, hijos y yo misma me infecte con el virus. Y eso que he estado en contacto con familiares y personas del pueblo que dieron positivo en las pruebas PCR y han acudido donde mí para ser curados.⁸⁴

⁸³ Entrevista a Yadira Sharupi, comunidad del Consuelo (Vía Puyo-Macas), dirigente de Relaciones Internacionales FENASH. Entrevista realizada por Lisset Coba, 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

⁸⁴ La zona conocida como “Te Zulay” es un asentamiento indígena conocido como la región de los “Puyu Runa”, territorio que le fue arrebatado a este pueblo a través de regalos y engaños en los años 30, en el siglo anterior. Ana Gualinga cuenta como a cambio de sal y telas un suizo que llegó a la zona, les despojó del territorio a los ayllus que vivían allí. Años más tarde él dedicó estas tierras a sembrar té, cuya marca fue “Zulay”. Las familias que viven en la zona actualmente provienen de varias nacionalidades indígenas que habitan Pastaza entre las cuales se encuentra la nacionalidad kichwa. Entrevista realizada por Celeste Torres. 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/ Fundación Rosa Luxemburgo).

⁸⁵ Entrevista a Zoila Castillo Tuti. Mujeres defensoras de la Selva. Reside entre el Puyo y la comunidad de Teresa Mama. Entrevista realizada por Marisol Rodríguez Pérez, 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

En circunstancias como estas se puede detectar la vigencia de los valores comunitarios, que buscan ejercer el cuidado mutuo denominado para el caso kichwa, *minkanakuy*. “Vivir en términos de *minkanakuy* es negar la economía de la ganancia y la acumulación” (Muyulema 2012, 304); “es un valor que se ejerce en el territorio donde se asienta la comunidad y es parte de la identidad (Rodríguez Pérez 2016, 156); extensivo a los no humanos, es decir a lo que Occidente denomina naturaleza.

Varios relatos de las experiencias de las mujeres indígenas sobre los aprendizajes descubiertos durante el uso de prácticas medicinales propias, con elementos de la selva, reposicionan los saberes transmitidos por las y los mayores. Estos fragmentos de entrevistas y videos grabados desde la Docuserie Sacha Samay, son la evidencia de que fue “un verdadero redescubrir para persistir”:

Ya ahora la gente se cuida a sí mismo. Descubrimos el jengibre, limón, verbena, cúrcuma y la gente por sí mismo se aplica cuando se siente mal y ya estamos acostumbrándonos a la situación. Permanecemos cuidando a nuestros hijos, a nuestras madres y abuelitas que son las más vulnerables. Gracias a nuestros bosques que nos ofrecen nuestra medicina, podemos sobrevivir. Es para nosotros como un mercado. No nos cuesta, pero hay que cuidarlo. Las que conocemos de plantas nos apoyamos. El que tenía kurkuma, jengibre..., nos ayudábamos entre todos. Era como intercambio de ideas, de plantas.⁸⁵

Aquí en la comunidad de Consuelo habíamos hecho una lista de plantas que se necesitaban y estuvimos haciendo preparaciones con todos los socios. Gárgaras con limón y sal en la mañana hacíamos, aprovechando que tenemos limón en abundancia. Esto hacíamos dos veces al día y nos ayudaba a la garganta, ayudaba a respirar. También hicimos jarabes. El síndico estaba a cargo. Todos los demás estaban ya enfermos. Se preparaban jarabes fuertes de jengibre, con limón y naranja y nos daban de tomar mañana y tarde y esto nos ayudaba a respirar. Nos hacíamos baños con malikagua e infusiones tapándose con infusiones con verbena, hierba luisa. Esto ayudaba. Nos enfocamos en la respiración. Para calambres y escalofríos, sabemos que la ortiga se usa para eso y es eficaz. Mi mami

⁸⁶ Entrevista a Zuritiak Naichamp. Comunidad shuar de Warintz, Morona Santiago, 2020.

practica medicina ancestral, entonces utilizamos esto. La ortiga era para mujeres embarazadas, en estado normal, para hombres y todos. Las pastillas de paracetamol no ayudaban, solo pasaba unas horas. Utilizaban entonces alcanfor o chuchuhuaso con trago. Todos los días todos se hacían el tratamiento con medicina natural. Decíamos “resistir es mi derecho”. Nosotros tenemos parte de la solución, con lo que conocemos y tenemos... la medicina natural. El GAD parroquial de Macuma, mandó a preparar medicina natural.⁸⁶

En el caso de la nacionalidad waorani, las *pikenani* (ancianas sabias) han creado medicina natural para poder curarse y son ellas quienes sostienen a los enfermos. Por medio de las vaporizaciones hicieron resistencia al COVID; por medio de su sabiduría han ido a la selva (*omere*) y han tomado ajo de monte, uña de gato, sangre de drago para preparar medicina en base a conocimientos heredados entre generaciones. Una de las plantas más utilizadas es la ortiga (*wento*), utilizada para disminuir el dolor en el cuerpo, también para la quitar la fiebre y los dolores de cabeza.⁸⁷

Más de veinte plantas medicinales de la selva han sido utilizadas para mitigar la sintomatología de la COVID-19 por sus propiedades anti inflamatorias, anti febrífugas, energéticas, antioxidantes y de fortalecimiento del sistema inmune. Plantas como la cascarilla han sido usadas desde tiempo atrás para bajar la fiebre en casos de malaria; también la ayawasca, denominada maestra, doctora y que guía al mundo de las *ayas* (almas), ha sido muy valorada (Vargas 2021).

⁸⁷ Entrevista a Yadira Sharupi, comunidad del Consuelo (Vía Puyo-Macas). Dirigenta de Relaciones Internacionales FENASH. Entrevista realizada por Lisset Coba, 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

⁸⁸ Entrevista a Nemonte Nekimo. Presidenta de CONCONAWEP. Entrevista realizada por Renata Mantilla. 2020. Docuserie Sacha Samay (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

Fotografía 5. Las plantas y la selva tienen vida



Fuente: *Sacha Samay*: el soplo de vida de las mujeres sanadoras en la Amazonía⁸⁸

Estas plantas o seres no-humanos son parte de *Kawsak Sacha*⁸⁹, (Selva Viviente), por lo tanto, están vivas, tienen espíritu, soplo (*samay*), tienen voluntad. Conforme narran las mujeres indígenas amazónicas es esencial dirigirse a ellas y pedirles su fuerza y poder para curar a las personas enfermas; hay que tratarlas con respeto y pedir permiso para recolectar sus hojas, cortezas, resinas y lianas. Entre las plantas más destacadas están: chuchuwaso (*Maytenus leavis*), chalwa caspi, jengibre (*Zingiber officinale*), ajo de monte (*Mansoa alliacea*), tabaco (*Nicotiana tabacum*), chiri kaspi (*Brunfelsia chiricampi Plowman*), mushu waska, sikta (*Tabernaemontana sanano, Apocynaceae*), ortiga (*Urtica*), waysa (*Ilex guayusa*), cruz caspi (*Brownea jaramilloi*), uña de gato (*Rubiaceae-Uncaria guianensis*), ayawaska (*Banisteriopsis caapi*), sumak angu, caspi wasi, verbena (*Verbenaceae-Verbena liroalix Kunth*), llantén (*Plantaginaceae-Plantago major*), matico (*Piperaceae-Piper aduncum L*), sangre de drago (*Euphorbiaceae-Croton Lechleri*), papa jíbara

⁸⁹ Docuserie *Sacha Samay* (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

<https://wambra.ec/sacha-samay-soplo-de-vida-mujeres-sanadoras-amazonia/>

⁹⁰ *Kawsak Sacha* se refiere a: “Un ser vivo, con conciencia, constituido por todos los seres de la Selva, desde los más infinitesimales hasta los seres más grandes y supremos; incluye a los seres de los mundos animal, vegetal, mineral, espiritual y cósmico, en intercomunicación con los seres humanos, brindándoles a estos lo necesario para revitalizar sus facetas psicológicas, físicas, espirituales, restableciendo así la energía, la vida y el equilibrio de los pueblos originarios (Pueblo Originario Kichwa de Sarayaku 2018, 4).

(*Dioscorea trifida* L.F), papa estrella (*Dioscorea tambillensis* Kunth), puka panka (*Alternanthera brasiliana*), yutsu (*calhiandra magdalense*), cascari-lla (*Chinchona officinalis*). Todas ellas seres aliados, en la lucha por salvar vidas⁹⁰.

Otras formas de autocuidado tienen que ver con la desinfección del hogar y del cuerpo con elementos provenientes del bosque, que reemplazan al alcohol y el gel usado en las ciudades, como relatan dos mujeres kichwa:

Para prevenir el virus, ahumo la casa y a las personas enfermas con plantas fuertes como verbena y chimbio, con otras preparo una bebida poniendo ajo de monte, chugchuguaso, sumak ango, uña de gato, ajo macho, naranja, limón y canela, ajiembre ...” También hay plantas que uso en lugar del alcohol-gel. Hay que ponerse en la cara y las manos para salir, además aspiro tabaco que mantiene protegidas las vías respiratorias.⁹¹

Yo desinfecto la casa tarde y mañana haciendo humo con la colmena de comején. También uso ajo del monte que es muy poderoso para sanar esta y otras enfermedades. Eso practicamos desde hace mucho tiempo. El tratamiento es diario y consta de absorciones de agua de tabaco jengibre o sijta por la nariz. Estas mismas plantas sirven para hacer gárgaras y tomar. Con el tratamiento los males-tares de los contagiados desaparecieron en un máximo de diez días. Nos curamos todos, nos recuperamos, por ejemplo, a los mayores de 75 años que son mis padres también [...] se recuperaron” Por eso nosotros sí estamos seguros que si hay tratamiento para este virus.⁹²

Entre los meses de agosto a octubre, las unidades de cuidados inten-

⁹¹ Información recabada en *Docuserie Sacha Samay* (FLACSO/ Fundación Rosa Luxemburgo) y complementada con la revisión de Vargas (2021), *Jambi. Comunidad frente a la pandemia. Manual de uso ancestral de plantas medicinales para la mitigación del COVID-19 en comunidades kichwa amazónicas*. Puyo: CONFENIAE, Lanceros digitales.

⁹² Entrevista Zoila Castillo Tuti. Mujeres defensoras de la Selva. Reside entre el Puyo y la comunidad de Teresa Mama. Entrevista realizada por Marisol Rodríguez, 2020. *Docuserie Sacha Samay* (FLACSO/Fundación Rosa Luxemburgo).

⁹³ Entrevista a Nancy Santi. Kuraka del Pueblo Kichwa de Kawsak Sacha. Comunidad de Sisa. Entrevista realizada por Celeste Torres, 2020. *Docuserie Sacha Samay* (FLACSO/ Fundación Rosa Luxemburgo).

sivos de los hospitales de Lago Agrio, Coca y Puyo colapsaron, en las comunidades prefirieron dejar de acudir y se trataron con sus propias prácticas curativas, con coccciones de plantas y cortezas. Según Paty Gualinga: “la gente no quiere ir a morir a los hospitales, prefieren permanecer en sus casas”.⁹³

Estas experiencias motivaron el rescate y revalorización de las plantas nativas por parte de las organizaciones, incluida la CONFENIAE, legitimando, aún más, la defensa territorial frente a las presiones extractivas. Surgieron así, ideas para sembrar más, destinar tierra para cultivos comunitarios de plantas medicinales, creación de centros de acopio para emergencias (PPD, DCC, 2021).

Retomando las dinámicas organizativas y de defensa territorial

Desde los últimos meses del 2020, las organizaciones indígenas retomaron reuniones, en algunos casos, asambleas y la elaboración de Planes de Vida, iniciados antes de la pandemia. Además, participaron de la primera vuelta electoral de febrero de 2021, en que Yaku Pérez Guartambel, un defensor del agua y los páramos frente a la minería y varios candidatos amazónicos para la Asamblea Legislativa participaron por el partido indígena Pachakutik. A fines de junio de 2021, se elegirá la nueva dirigencia de la CONAIE.

En mayo de 2020, la dirigencia de la Nacionalidad Waorani (NAWE) y la presidenta de la Coordinadora General de la Nacionalidad Waorani de Pastaza (CONCONAWEP) presentaron una Acción de medidas cautelares N° 17203-2020-01992⁹⁴, en la que exigen al Estado ecuatoriano: priorizar su atención, equipamiento para subcentros de salud, exámenes masivos en comunidades, y paralizar las actividades extractivas en su ter-

⁹⁴ Intervención de Patricia Gualinga, pueblo kichwa de Sarayaku en Webinar *Diálogos sobre la pandemia*. Red Waponi. Mujeres amazónicas en tiempos de crisis. 14 de julio de 2020.

⁹⁵ El 17 de junio de 2020, la jueza de la Unidad Judicial de Familia, Mujer, Niñez y Adolescencia de Quito aceptó parcialmente las medidas cautelares interpuesta por la nacionalidad waorani.

ritorio por poner en riesgo su salud.

Así mismo, acompañados por la CONFENIAE, los Obispos de los Vicariatos de Aguarico y de Sucumbíos y la Alianza de Organizaciones por los Derechos Humanos, una Acción de protección y medidas cautelares fue interpuesta por 50 accionantes, de los cuales más de la mitad pertenecen a comunidades kichwa ribereñas filiales a la FCUNAE (Federación de Comunas, Unión de Nativos de la Amazonía Ecuatoriana). En la Unidad Judicial de Orellana demandaron a los Ministerios de Energía y Recursos No Renovables, Ministerio de Ambiente, Ministerio de Salud, Procuraduría General del Estado y las empresas operadoras de los oleoductos Petroecuador EP y OCP, por la negligencia ante el derrame de crudo en los ríos Napo y Coca, en abril de 2020.

Fotografía 5. Derrame nunca más



Fuente: Mongabay, 2020⁹⁵

La Acción de Protección exigía al Estado medidas de reparación ante las acciones y omisiones que desencadenaron en la vulneración de derechos reconocidos en la Constitución de 2008, como el derecho a la vida digna, a la salud, agua, a un medio ambiente sano, alimentación y los derechos de la naturaleza. El 4 de agosto de 2020, un grupo de comuneros

⁹⁶ En <https://es.mongabay.com/2020/09/derrame-petrolero-en-el-rio-coca-ecuador-juez-falla-en-contras-de-indigenas/>

y comuneras del río Napo, presentaron 30 demandas individuales de Acción de Protección, exigiendo resarcimiento de los derechos vulnerados y para presionar la dilación del proceso, la falta de respuestas del sistema judicial y para ejercer la tutela de derechos. Después de un complicado proceso⁹⁶, el juez no reconoció que el derrame haya causado afectaciones a derechos constitucionales y no se pronunció sobre los derechos de la naturaleza.

En todo este proceso, mujeres y hombres de las comunidades afectadas por el derrame, articuladas a FCUNAE, han permanecido firmes en su exigencia de justicia expresadas en varias marchas en la ciudad del Coca en Orellana. Un año después del derrame no se ha efectuado una reparación integral, el río continúa contaminado y por ende las afectaciones continúan deteriorando la salud de las y los comuneros. Adicionalmente, experimentan estragos de la erosión regresiva. En la comunidad de Toyuca, los deslizamientos de tierra en las laderas del río Coca han afectado alrededor de 30 hectáreas de la ribera. El desborde del río se ha llevado casas y sembríos de maíz, yuca y cacao, poniendo en riesgo también, infraestructura con la que cuenta la comunidad.⁹⁷ El 22 de mayo de 2021, cierta esperanza se vislumbra, la Corte Constitucional, seleccionó el caso

⁹⁷ El 12 de agosto de 2020 se reinstaló la audiencia, y en ella se presentaron varios *Amicus Curiae*, respaldando a las comunidades. El 19 de agosto de 2020 tuvo lugar el último día de audiencia y el juez determinó que el 1 de septiembre de 2020 daría su veredicto. El 10 de diciembre la Sala Multicompetente de la Corte Provincial de Justicia de Orellana dejó sin efecto la convocatoria a audiencia pedida por las comunidades. El caso posteriormente fue perdido en dos instancias, expresando los jueces constitucionales, de nivel provincial a cargo, que el caso no era de su competencia sino de la justicia ordinaria. En segunda instancia, jueces de la Corte Provincial de Orellana el 23 de marzo de 2021 dejaron en impunidad la vulneración de derechos de 27.000 kichwa, de 101 comunas afectadas por el derrame de petróleo en los ríos Coca y Napo; argumentando que se trata de un caso de contaminación ambiental cuya vía de reclamo es el de la justicia ordinaria. La Corte Provincial de Orellana incluso incriminó a defensores accionantes (Boletín de prensa / CONFENIAE, 24 de marzo de 2021).

⁹⁸ Desde agosto de 2020 la presidenta de la comunidad de Toyuca, Verónica Grefa, mediante oficios ha solicitado a Obras Públicas del cantón Joya de los Sachas atención y medidas urgentes. Ni el alcalde, ni las autoridades provinciales, ni nacionales han dado respuesta para el manejo de riesgos. La comunidad resolvió al 1ero de marzo de 2021 restringir el acceso a empresas petroleras y al GAD cantonal de Joya de los Sachas, hasta que no atiendan la problemática y apoyen en la detención del derrumbe de las riberas. Datos revisados en Comunicado de Prensa, FCUNAE, CONFENIAE.

del derrame para revisión, considerando que el tema sí es de gravedad y relevancia nacional.

Las actividades extractivas no cesaron durante el estado de excepción nacional, tampoco en los meses subsiguientes a lo largo de la pandemia entre 2020 y 2021. La megaminería y el extractivismo petrolero han seguido operando con la venia del gobierno, enmarcados en el Decreto Ejecutivo 1017, emitido el 16 de marzo de 2020, que establece que las actividades relacionadas a los sectores estratégicos pueden seguir durante la emergencia sanitaria. Situaciones similares se ha vivenciado también en otras zonas del país, con la minería ilegal.⁹⁸

Es así como, en medio de la pandemia, las organizaciones indígenas han tenido que enfrentar las presiones extractivistas en sus territorios. La CONFENIAE denunció en redes sociales que el 27 de marzo de 2020, la empresa Terraeearth Resources S.A estaba realizando extracción de minerales, en los ríos Chimbiyacu y Yutsupino, afectando comunidades kichwa de Napo. El 6 de mayo de 2021, la Federación Interprovincial de Centros Shuar (FICSH) prohibió el ingreso de toda empresa minera en su territorio, frenando así la entrada de la empresa Ecuasolidos S.A y Warints. El 11 de mayo de 2021, Josefina Tunki presidenta del Consejo de Gobierno del Pueblo Shuar Arutam (PSHA) demandó a la Corte Constitucional la garantía de derechos de su pueblo, declarando que el Ministerio de Ambiente y Agua y, el Ministerio de Recursos Naturales No Renovables incumplen con las recomendaciones emitidas previamente por Contraloría, relacionadas con los proyectos megamineros Mirador y San Carlos, ubicados en la Cordillera del Cóndor⁹⁹. PSHA rechazó tam-

⁹⁹ En abril de 2020, la Coordinadora Ecuatoriana de organizaciones para la Defensa de la Naturaleza y el Medio Ambiente (CEDENMA), el Comité Ecuménico de Derechos Humanos (CEDHU), así como ONG internacionales como Amazon Frontlines y Land is Life denunciaron en un comunicado que durante la emergencia sanitaria las actividades mineras de extracción de oro realizada por mineros o pequeñas empresas, se han intensificado en el cantón San Lorenzo, en la provincia costera de Esmeraldas, en la frontera con Colombia, con nulo accionar por parte del Ministerio del Ambiente y la Agencia de Regulación y Control Minero, afectando comunidades afrodescendientes y de la nacionalidad chachi. <https://es.mongabay.com/2020/04/mineria-en-ecuador-peligro-de-contagio-covid19/> (Accesado 22 junio, 2021).

¹⁰⁰ Como antecedente en 2011 la Contraloría realizó auditoría sobre la gestión ambiental de ambos ministerios y dispuso después de un análisis pormenorizado varias recomendaciones. En 2017 PSHA inició una Acción ante la Corte por Incumplimiento y el 15

bién, la judicialización de varios miembros de la nacionalidad shuar.

Conclusiones

A lo largo de este capítulo, hemos abordado las afectaciones experimentadas en comunidades de pueblos y nacionalidades indígenas de la Amazonía ecuatoriana, en un contexto de ejercicio necropolítico, de desechabilidad de los cuerpos, en una región que históricamente ha sido desatendida por la política pública gubernamental. La marginalización se ha intensificado durante de la pandemia, debido a la ausencia de estrategias de prevención y atención de la COVID-19, con las especificidades territoriales de la región y las vulnerabilidades existentes.

En el año 2020, las situaciones fueron críticas, con fallecimientos de personas mayores y de mediana edad, y cifras de contagio considerables entre kichwa, shuar y waorani, en que factores externos como la presencia de trabajadores ligados a actividades extractivas (de petróleo y minería), sumada al extractivismo forestal coadyuvaron; sumados a dinámicas de relacionamiento interno a las comunidades y flujos de movilidad de la población.

En paralelo a la pandemia, han ocurrido diversas catástrofes de origen antrópico que involucra corrupción estatal. La Amazonía norte de Ecuador, sufrió el más grande derrame de crudo de los últimos 15 años, por negligencia del Estado en acciones oportunas de gestión de riesgos, ante un proceso de erosión regresiva desencadenado por una hidroeléctrica construida antes de la pandemia, pero cuyas repercusiones se vivencian en la actualidad. En la provincia del Pastaza, las inundaciones facilitadas por la tala de bosque, arrasaron con casas, escuelas, con las *chakras* y el alimento que proveen.

Como se ha detallado, ante la ausencia del Estado, las organizaciones indígenas en ejercicio de autogobierno y autodeterminación movilizaron redes aliadas de ONGs, cooperación internacional y universidades para diligenciar la implementación de pruebas PCR de diagnóstico, llevar

de abril de 2021 se llevó a cabo una audiencia relacionada con el caso. En ella ambos ministerios presentaron nuevos informes de Contraloría de 2019 y 2020. Uno de ellos realizado en medio de la pandemia.

brigadas médicas, entre otras cuestiones. Empezaron estrategias de cuidado comunitario como son cuarentenas y restricciones a la movilidad para frenar el ingreso a las comunidades para así prevenir contagios.

Emergió el autocuidado como práctica cotidiana, con el uso de plantas medicinales y vaporizaciones, para reforzar el sistema inmunológico, paliar en cierta medida los síntomas y hasta evitar movilizarse a hospitales. Así, salvaron distancias geográficas, dificultades en el acceso y costos económicos. Las estrategias de autocuidado de las comunidades indígenas, con alto protagonismo por parte de las mujeres, constituyeron un verdadero ejercicio de resiliencia frente a la amenaza de la pandemia que ha puesto en peligro las vidas. Sus aliados han sido la memoria histórica, los conocimientos de sus mayores y la Selva Viviente/*Kawsak Sacha*.

Al inicio de 2021, las comunidades y organizaciones retomaron sus actividades, poco a poco han reanudado asambleas, reuniones, jornadas de trabajo para la elaboración de planes de vida. Han proseguido en sus acciones de movilización colectiva y han seguido itinerarios legales, ante instancias del Estado para enfrentar las presiones extractivas sobre sus territorios.

Persisten los pueblos y nacionalidades indígenas amazónicas haciéndole frente no solo a la pandemia, sino a las continuas amenazas existentes. En esa persistencia como expresan las voces de mujeres amazónicas, la pandemia, les llevó a redescubrir y revitalizar sus conocimientos medicinales, basados en plantas y cortezas, evitando situaciones más graves, en lo que concierne a salud. Así mismo han reforzado su motivación por precautelar y defender sus territorios.

Referências

Castro M (2020) Ecuador: Indígenas se enfrentan a más problemas sociales por la emergencia del COVID-19. *Mongabay. Periodismo ambiental independiente en Latinoamérica*. 7 de abril de 2020. Ver: <https://es.mongabay.com/2020/04/COVID=19--ecuador-indigenasamazonia/?fbclid=IwAR0zc04OFuXIWwYh7oaGARquMte-jz5IJzC3OpumFxxzIloa-3UehqXwiMZiE>. Accedido en 27/5/2021.

Davidson J (2020) Scientists warn worse pandemics are on the way if we don't protect nature. *Ecowatch*. Disponible en: <https://www.ecowatch.com/pandemics-environmental-destruction-2645854694.html?rebelltitem=3#rebelltitem3>. Acceso en 27/5/2021.

ECLAC (2020) *Report on the economic impact of coronavirus disease (COVID-19) on Latin America and the Caribbean*. Santiago: ECLAC.

Estévez A (2018) Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos? *Espiral - Estudios sobre Estado y Sociedad*, XXV(7): 9-43.

García M, Homan P, García C, Brown T (2020) "The Color of COVID-19: Structural Racism and the Pandemic's Disproportionate Impact on Older Racial and Ethnic Minorities". In *The Gerontological Society of America*, Oxford University Press.

Grzinić M, Táthic S (2014) *Necropolitics, racialization and global capitalism. Historization of Biopolitics and forensic of politics, art and life*. Lanham: Lexington Books.

González J, Varona L, Dominguez M, Morante M, Ocana V (2020) Pandemia de la COVID-19 y las políticas de salud pública en el Perú: marzo - mayo 2020. *Rev. Salud Pública* 22(2): 1-9.

Ibarburu T (2020) El Napo arrastra la muerte en sus aguas, otra vez. *Plan V*. Disponible en: <https://www.planv.com.ec/historias/sociedad/el-napo-arrastra-la-muerte-sus-aguas-otra-vez?fbclid=IwAR04WJL->

68MV46m8L0d5eMXg0_IOddIE5i04zE3Szk1KHrz8jIu7UbkvdoAc.
Acceso en 28/5/2021.

Meneses-Navarro S, Freyermuth-Enciso MG, Pelcastre-Villafuerte BE (2020) The challenges facing indigenous communities in Latin America as they confront the COVID-19 pandemic. *International Journal for Equity in Health*. 19: 63. <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01178-4>

Muyolema A (2012) “The poetics of Sumak Kawsay on a global Horizon”. In F Houtart, B Daiber (eds.) *A Postcapitalist paradigm: The common good of humanity*, 293-307. Brussels: Rosa –Luxemburg-Foundation Brussels. (Traducción propia).

Newman S, Slingenberg J y Lubroth J (2010) Una salud, un destino: apreciar la conectividad sanitaria entre los ecosistemas, la vida silvestre, el ganado y la población. *FAO*. Disponible en: <http://www.fao.org/3/i1758s/i1758s03.pdf>. Acceso en 30/5/2020).

OECD (2020) COVID-19 in Latin America and the Caribbean. Tackling coronavirus (COVID-19) Contributing to a global effort. *OECD*. https://oecd.org/coronavirus/en?_ga=2.250069702.1708989403.1620805486-1225724350.1613962190

PPD, DCC (2021) *Reinicia: Respuesta comunitaria a la emergencia sanitaria del COVID-19 en Ecuador*. Quito: PPD, FMAM, PNUD.

REPAM (2021) COVID-19 en la Amazonía. Disponible en: <https://redamazonica.org/COVID-19-panamazonia/>. Accedido en 3/6/2021.

Rodríguez Pérez M (2016) “La comunidad indígena ¿ejercicio o utopía? Revitalización comunitaria y defensa territorial, adaptaciones a las nuevas dinámicas del capitalismo: el caso de la comunidad de Cumbijín (Cotopaxi)”. Tesis de maestría, FLACSO-Ecuador.

Sarzoza MJ, Romano P (2020) Deforestación y tráfico de fauna aumentan riesgo para pandemia. En *La Línea de Fuego*. Disponible en:

https://lalineadefuego.info/2020/04/25/deforestacion-y-trafico-de-fauna-aumentan-riesgo-parapandemia/?fbclid=IwAR06tToJxmr-7vxQHxyzhtaT14_yRS3ViUGUa6sse8K048M1yf6fIC7akDPA. Accedido en 30/5/2020.

Sojo A (2020) Encrucijadas de la salud pública latinoamericana en un mundo global. Pandemia y/o pandemónium. *Documentos de Trabajo*, 37. Fundación Carolina. https://www.researchgate.net/profile/Ana-Sojo/publication/343321780_Pandemia_yo_pandemonium_Encrucijadas_de_la_salud_publica_latinoamericana_en_un_mundo_global/links/5f236362299bf1340494bb8a/

Pratesi I, Galvareni M, Antonelli M, Suarez L, Asunción M, Rivera L (2020) *Pérdida de naturaleza y pandemias. Un planeta sano por la salud de la humanidad*. Madrid: Amaya Asiain Iraeta, WWF España.

Sugizaki E (2008) “Da Anátomo-política a biopolítica”. In R rd Souza, N Fernandez de Oliveira (orgs.) *Fenomenologia hoje. Bioética, Biotecnologia e Biopolítica*. Porto Alegre: ediPUCRS.

Vallejo I, Álvarez K (2020) La pandemia del Coronavirus en la Amazonía ecuatoriana: vulnerabilidades y olvido del Estado. *Cadernos de Campo*, 29 (1): 95-110

Vallejo I, Coba L, Rodriguez M, Mantilla R, Valdiviezo N, Torres C (2020) Mujeres indígenas en tiempos de pandemia en la Amazonia ecuatoriana. *Abya-Yala. Revista Sobre Acesso à Justiça E Direitos Nas Américas*, 4(3): 95-120.

Varea A (2020) *Comunicación en tiempos de COVID19. Día mundial de la diversidad biológica* Disponible en: <https://mailchi.mp/97ab93fe0a38/ppd-ecuadorcomunicacin-en-tiempos-de-COVID-4237741>. Accedido en 20/8/2020.

Vargas I (2021) *Jambi. Comunidad frente a la Pandemia. Manual de uso ancestral de plantas medicinales para la mitigación del COVID-19 en comunidades kichwa amazónicas*. Puyo: CONFENIAE, Lanceros Digita-

les, Interveneus. Disponible en: https://issuu.com/lancerosdigitales/docs/manual_plantas_covid19. Accedido en 22/6/2021.

La pandemia COVID-19 como acontecimiento y la disputa política de los discursos negacionista y científico

Jorge O. Romano, Thais P. Bittencourt, Liza Uema, Caroline B. O. Aguiar y Larissa R. Ferreira

La pandemia de COVID-19 se está extendiendo por todo el planeta, amenaza la vida humana y cambia la vida diaria de miles de millones de personas. A menudo se percibe como un “accidente” o “desastre natural”, lo que oculta el debate sobre sus causas y posibles responsabilidades. Pero ¿habría alguna naturaleza intacta y excluida de la relación con los seres humanos hoy? Cuando se tiene en cuenta la complejidad de las sociedades en las que vivimos, no hay nada que sea exclusivamente “natural” y desconectado de las prácticas culturales, de las relaciones de dominación, de las decisiones políticas que articulan los vínculos entre los humanos y la naturaleza.

Intentando superar una interpretación que opaca las responsabilidades humanas por el fenómeno, se han construido diferentes perspectivas, que van desde la reducción de la pandemia a una crisis de salud hasta otras que – recordando a Mauss – entienden la pandemia como un “hecho social total” (ver los capítulos de Vandenberghe y Vérán, y de Cumberlo, Gutierrez y Rossal). Es decir, al resaltar una dimensión estructural durkheimiana, la pandemia impactaría el conjunto de relaciones sociales (Ramonet, 2020). Sin negar la importancia y alcance de los impactos de la pandemia, pero poniendo menos énfasis en lo que se entiende como estructural y más en las discontinuidades y procesos del evento, a la luz

del pensamiento de Byung-Chul Han (2018, 2020), los invitamos a mirar en la pandemia como un acontecimiento. El filósofo Han, recuperando a Nietzsche, Deleuze y Foucault, señala que el acontecimiento abre una fisura en las certezas del orden dominante.¹⁰⁰ A pesar de ser tan impredecible y repentino como un evento natural, el evento está vinculado a lo social y lo político, abre la puerta a lo imprevisto, rompe con regularidades, estándares y uniformidades involucradas en la capacidad de diseñar y gestionar el mundo (Han, 2018).

Más que acaso o fortuito, Han ve en el acontecimiento la posibilidad de romper, por un lado, con la voluntad estadística que, para Foucault, guía la gestión biopolítica de cuerpos y poblaciones. Por otro, también quebraría la gestión psicopolítica, que Han encuentra en la manipulación algorítmica de los deseos, de la psique individual y colectiva en sociedades conectadas y sometidas a minería y correlación de datos por el Big Data. Han se da cuenta de que la biopolítica y la psicopolítica se basan en la normalidad, la recurrencia y las predicciones para domesticar el futuro y reproducir más de lo mismo (Han, 2018). El acontecimiento, en cambio, se relaciona con lo singular, el desvío y lo imponderable, que rompe con la política como gestión y abre la puerta a lo político como creación colectiva de lo nuevo (Mouffe, 2011:15-16)¹⁰¹. El acontecimiento produciría una suspensión de la política como gestión para abrir espacios de lucha y transformación, como un espacio para lo político.

Así, en este capítulo, considerando la pandemia de COVID-19 como un acontecimiento y reconociendo que el virus no es democrático – ya que va directo a las grietas de nuestra sociedad, exacerbando las brechas entre los que tienen y los que no, entre países y dentro de ellos¹⁰² – opta-

¹⁰¹ Deleuze vio en el evento algo así como un ruido en el fluir entre el orden del lenguaje y el desorden del mundo, que fractura la cadena de significados y produce lo nuevo en el lenguaje, las subjetividades y, también, en el mundo (Zourabichvili, 2009).

¹⁰² Lo político tiene que ver con el plano ontológico, como dimensión del antagonismo constitutivo de las sociedades humanas. La política tiene que ver con el nivel óptico, en cuanto el conjunto de prácticas e instituciones a través de las cuales se crea un orden determinado, organizando la convivencia humana en el contexto de una colectividad derivada de lo político (Mouffe, 2011).

¹⁰³ En marzo de 2020, el PNUD (2020) apuntaba que, con la pandemia, el índice de desarrollo humano disminuyera por primera vez desde su concepción en 1990. Con sus impactos en la salud, la educación y los ingresos, la COVID-19 promueve un retroceso sin precedentes, revelando no solo las deficiencias de cada sociedad más profundizando

mos por identificar y analizar los principales discursos antagónicos sobre la pandemia, el “negacionista” y el “científico”, considerando la disputa política entre ellos como manifestación de los procesos de construcción y reconstrucción de hegemonía tanto en el contexto brasileño como en el internacional, marcados por el momento populista (Mouffe, 2019: 154-158; Rosanvallon, 2020: 11-27).

Utilizando un instrumental metodológico basado en el análisis político de los discursos y en el abordaje de los marcos interpretativos, buscamos reconstruir sucintamente el campo discursivo con los discursos en debate – el “negacionista” y el “científico” – a partir de las prácticas discursivas de diferentes portavoces. Al final traemos algunas consideraciones que los resultados de este análisis destacan sobre el acontecimiento, la hegemonía y la disputa de discursos.

Disputa de hegemonía y discurso político

Cualquier tipo de orden social es el resultado de prácticas hegemónicas. No hay un fundamento final. Hablar de hegemonía significa reconocer que un orden social es una articulación contingente de relaciones de poder que carece de un fundamento racional último. Así, toda sociedad es siempre producto de una serie de prácticas hegemónicas que crean un cierto orden en un contexto contingente. Las cosas siempre podrían haber sido diferentes. Un orden implica la exclusión de otras posibilidades. Un orden es siempre político, no “natural” (Mouffe, 2014: 69). Como recuerda Mouffe, se afirma que el orden establecido por la globalización neoliberal es un destino que hay que aceptar, ya que no habría más alternativas. Pero el estado actual de la globalización, lejos de ser natural, es el

las desigualdades, en expansión en todos los países incluso antes de ese acontecimiento. Las desigualdades internas y externas en cada país envuelven la falta de acceso al agua, saneamiento e higiene básica, salud y medicinas, lo que facilita la propagación del virus y afecta a grupos aún más vulnerables y ya en riesgo, como aquellos que dependen de la economía informal: trabajadores con salarios bajos, mujeres, jóvenes, ancianos, personas con discapacidad, refugiados y desplazados, negros, indígenas y otros pueblos tradicionales determinado, organizando la convivencia humana en el contexto de una colectividad derivada de lo político (Mouffe, 2011).

resultado de una hegemonía neoliberal y se estructura a través de relaciones de poder específicas. Puede ser cuestionado y transformado y, para eso, existen alternativas disponibles o que se pueden crear en el proceso de disputa de discursos políticos. Es posible cambiar las cosas políticamente (Mouffe, 2014).

Cabe recordar también que los momentos de crisis proporcionan o crean las condiciones favorables para el populismo, que puede ser reaccionario o progresista, como recuerda Mouffe (2020). El populismo es un modo de articulación política que se manifiesta en una situación social en la que las demandas de la población tienden a reagruparse por no haber sido satisfechas. Pero esta condición previa no es suficiente. Sólo hay populismo si hay un conjunto de prácticas político-discursivas que construyen un sujeto popular (el pueblo), a partir de la delimitación de una frontera interna que divide el espacio social en dos campos antagónicos: ellos (el dominante, las élites) y el nosotros (los dominados, el pueblo). La lógica de esta división se establece mediante la creación de una cadena de significados entre una serie de demandas sociales en las que prevalece el momento equivalente sobre el carácter diferencial de las demandas. Esta cadena de significados, o cadena equivalencial, no es el resultado de una coincidencia puramente fortuita. Debe consolidarse mediante la emergencia de un elemento, el significante vacío¹⁰³, que da coherencia a la cadena al significarla como una totalidad (Laclau, 2009). El sentido reaccionario o progresista y los impactos en la sociedad y el estado del populismo como articulación política dependen de tener la igualdad en el centro de sus demandas (Biglieri, 2017), de la forma en que está construido el ellos y el nosotros, de la capacidad de movilización de esas identidades¹⁰⁴, de

¹⁰⁴ Para la teoría del discurso político de la Escuela de Essex, la noción de significante vacío se refiere al momento en que las palabras o elementos de un discurso político pierden su singularidad original para significar todo el conjunto de demandas. Ocurre cuando un discurso universaliza sus contenidos hasta el punto de que es imposible tener un significado exacto. Es un significante vacío debido a su naturaleza polisémica que hace que vacíe sus contenidos específicos. Consiste en una práctica recurrente en los discursos políticos populistas.

¹⁰⁵ La identidad como producto de relaciones antagónicas, es decir, se construye a partir de la diferencia. Existe la creación de un “nosotros”, que sólo existe por la demarcación de un “ellos”. Además, se sabe que un mismo sujeto social puede tener distintas identidades, accionadas según el contexto en el que se inserte.

las correlaciones de fuerza y las estructuras socioeconómicas en las que se desarrolla.

El análisis político de los discursos y los marcos interpretativos de la pandemia

Acontecimiento, hegemonía y disputa de discursos: a partir de estas nociones proponemos un abordaje de la pandemia COVID-19 y sus efectos políticos que articula metodológicamente los principios del análisis político del discurso y el enfoque de los marcos interpretativos. El análisis político del discurso se basa en las contribuciones de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe (1987); (Laclau, 2014; Mouffe, 2014) con sus reflexiones sobre democracia y hegemonía, para quienes las disputas de narrativas presentes en el contexto democrático remiten a un enfrentamiento entre diferentes prácticas y proyectos antagónicos.

El antagonismo es inherente a lo político y revela las posiciones extremas de la sociedad, en las que el significado social es, en cierta medida, siempre impugnado y no puede estabilizarse completamente. Los asuntos políticos siempre implican elecciones entre alternativas sociales a menudo opuestas. Y las opciones ante situaciones que van más allá de la normalidad gerencial de las políticas públicas y sus componentes técnicos y administrativos configuran situaciones disruptivas y opciones como las asociadas a las pandemias y se insertan en el campo de los enfrentamientos y disputas antagónicas (Mouffe, 2014).

Al mismo tiempo, siguiendo a Stuart Hall, consideramos que en el mundo actual hay una pluralidad de posiciones ocupadas por los sujetos. Estas identidades son múltiples, descentralizadas, desplazadas y fragmentadas. Es decir, están en proceso de reconstrucción y abiertas a distintas articulaciones, siempre parciales y no definitivas (Hall, 2003). El discurso político presente en las narrativas en disputas tiene la virtud - y el poder - de articular estas identidades múltiples y contingentes de los sujetos.

A su vez, el análisis de los marcos interpretativos (*frame analysis*) desarrollado por autores como Lakoff (2007), Snow y Benford (1988), y Galván (2012) considera, en la misma perspectiva, el discurso político como un conjunto articulado de marcos para la interpretación de la

realidad que funciona estructurando pensamiento, habla y acciones individuales y colectivas. Los marcos son estructuras mentales que conforman nuestra forma de mirar el mundo. Cambiar el marco es cambiar la forma en que las personas ven el mundo. Es cambiar lo que se entiende por sentido común (Lakoff, 2007: 4). En política, por un lado, los marcos configuran las políticas públicas y las instituciones que creamos para llevarlas a cabo. Los marcos son el resultado de la lucha discursiva que busca imponer interpretaciones compartidas del mundo y de los sujetos, legitimando y motivando la acción colectiva (Gálvan, 2012). Así, la práctica política discursiva, que incluye discursos, textos, performances y acciones significativas de los sujetos, y los marcos de interpretación de la realidad que expresan, están entre los principales medios en los que se manifiesta la disputa hegemónica, proporcionando la articulación de las identidades múltiples de los sujetos.

Para nuestro análisis, siguiendo a Galván (2012) reconstruimos los marcos interpretativos relacionados con el análisis del discurso de los actores seleccionados, señalando el problema y la situación intolerable e inscritos en una injusticia (marco del diagnóstico), la formulación de una solución al problema con la construcción del alineamiento político de “nosotros” y “ellos”, en el que se demarca el campo político (marco del pronóstico) y la movilización de recursos para llegar a un proyecto político (marco motivacional). En este análisis tratamos de hacer explícitas las identidades antagónicas que se conforman a partir de la identificación del otro constitutivo, el “ellos” (las élites) que permite reconformar políticamente un “nosotros” como representación real de los intereses del pueblo, y que expresa la razón populista (Laclau, 2005).

Es con estos instrumentos metodológicos que en el contexto del acontecimiento pandémico buscamos reconstruir el campo discursivo sobre COVID-19 con los principales discursos en disputa: el “negacionista” y el “científico”.¹⁰⁵

¹⁰⁶ Metodológicamente, a lo largo del texto, hemos puesto en cursiva palabras o significados expresados por los portavoces que destacamos en el análisis de los discursos logrado.

Reconstrucción del campo discursivo, los discursos en debate y sus portavoces

El campo discursivo sobre la pandemia a nivel nacional brasileño y sus influencias internacionales se reconstruye principalmente a partir de las prácticas discursivas expresadas en discursos, documentos, performances y decisiones de portavoces nacionales brasileños e internacionales. Estas prácticas discursivas se expresaron en noticias, posiciones y testimonios transmitidos en los medios de comunicación masiva (diarios, televisión), redes sociales¹⁰⁶, entrevistas y artículos que conforman el debate sobre el tratamiento de la pandemia y los impactos sistémicos futuros.

En este campo discursivo se delimitan dos discursos maestros, que oscilan y se articulan con diferentes énfasis desde dos polos temáticos: la sustentabilidad de la vida y la sustentabilidad de la economía. Por un lado, tenemos el discurso “negacionista” que minimiza o no reconoce la amplitud y gravedad de la pandemia privilegiando la sostenibilidad de la economía, incentivando la no interrupción de las actividades económicas y la no implementación de medidas restrictivas de aislamiento social.

Por otro lado, el discurso “científico”, que privilegia el cuidado de la salud y la sostenibilidad de la vida, defendiendo el aislamiento social con cuarentena e incluso el aislamiento social como la mejor forma de garantizar la vida y también el éxito futuro en términos de sostenibilidad económica.

La elección de los portavoces se dio a partir de diferentes criterios, como: visibilidad de sus posicionamientos y actuaciones en los medios de comunicación; diversidad en término de continentes; importancia en cuanto actores políticos claves en el orden internacional; representatividad institucional en el área de salud pública internacional; liderazgo religioso influyente en los debates internacionales y reconocimiento público internacional de países con mejores y peores desempeños en la respuesta a la pandemia. Específicamente en el caso brasileño, la elección de los por-

¹⁰⁷ Ante la relevancia creciente y la reproducción de disputas políticas en los espacios de las redes sociales, también se analizaron las páginas y perfiles de Twitter y Facebook de cada uno de los portavoces que se indican a continuación, especialmente en el período comprendido entre marzo y diciembre de 2020.

tavoces tuvo en cuenta tanto las diferentes respuestas y posicionamientos sobre la pandemia de autoridades gubernamentales federales (mayoritariamente “negacionistas”) y estatales (ampliamente “científicas”) como la reconfiguración de alianzas y apoyos en la disputa política de cara a las futuras elecciones presidenciales, particularmente en lo que toca a gobernadores estatales claves políticamente en los campos oficialista y de oposición.

Así entre los portavoces a nivel internacional del discurso “negacionista”¹⁰⁷ nos centramos en el presidente de Estados Unidos de América, Donald Trump, y el Primer Ministro de Gran Bretaña, Boris Johnson, particularmente antes de ser contagiado por COVID-19.

Presidente de los Estados Unidos de América por el Partido Republicano en 2016, Donald Trump dejó el cargo en enero de 2021 con un país que lideró el ranking mundial en número de muertes y contagios y en medio de una severa crisis económica. Su gestión para enfrentar la pandemia, adoptando un discurso negacionista, buscó elogiar los buenos resultados económicos logrados anteriormente durante su mandato, con la intención de obtener la reelección en 2020, pero no lo logró. Boris Johnson, primer ministro de Gran Bretaña por el partido conservador, al inicio y en el transcurso de la pandemia, presentó discursos y acciones negacionistas, tratando de mantener su popularidad a costa de medidas sanitarias adecuadas. Sin embargo, con un crecimiento acelerado en el número de casos y muertes, incluida su propia infección, el colapso del sistema de salud y la disminución de su popularidad, comenzó a adoptar un discurso favorable a la ciencia y la atención.

En Brasil, entre los portavoces a nivel nacional del discurso “negacionista” todavía se destacan el presidente Jair Bolsonaro y líderes de iglesias pentecostales y neopentecostales fieles apoyadores políticos de su gestión.

Jair Messias Bolsonaro fue elegido presidente de Brasil en 2018 con una narrativa que articulaba posiciones morales contra la política, la corrupción y el izquierdismo y a favor del armamento de los buenos ciu-

¹⁰⁸ Entre los pocos portavoces del discurso negacionista también encontramos a líderes de países como India (Narendra Modi), Bielorrusia (Aleksandr Lukashenko), Tayikistán (Gurbanguly Berdymukhamedov), Tanzania (John Magufuli) y Nicaragua (Daniel Ortega).

dadanos y los valores familiares cristianos, además de la exaltación a la dictadura militar y la tortura. Desde el advenimiento de la pandemia ha adoptado un discurso que niega la gravedad de la enfermedad y su enfrentamiento. Particularmente nos referimos a líderes de las iglesias neopentecostales, como la Iglesia Universal del Reino de Dios, la Iglesia Mundial del Poder de Dios y la Iglesia Internacional de la Gracia de Dios, y los pentecostales, como la Asamblea de Dios Victoria en Cristo que son vistos como interlocutores e incluso tutores del presidente Jair Bolsonaro. Estos líderes también están alineados con el presidente en el discurso negacionista sobre el enfrentamiento de la pandemia de la COVID-19.

Entre los diversos portavoces del discurso “científico” y sus variantes, escogimos a actores políticos claves en el orden internacional como los presidentes Ji Xi-Jiping de China y Vladimir Putin de Rusia; el Papa Francisco; la Organización Mundial de la Salud; líderes de países considerados entre los mejores desempeños en la respuesta a la pandemia, como la primer ministra Jacinda Arden de Nueva Zelanda y los presidentes Alberto Fernández de Argentina y Sebastián Piñera de Chile en América Latina; así como, en África, Cyril Ramaphosa presidente de Sudáfrica.

A pesar de presentar inicialmente prácticas discursivas más relativistas, el presidente de la República Popular China y secretario general del Partido Comunista no niega la gravedad de la situación. Se posiciona fuertemente a nivel internacional en la lucha contra el COVID-19, argumentando que la solución a la pandemia pasa por acciones multilaterales. Presidente de Rusia desde 2012, la popularidad de Putin es en gran parte el resultado de un alto crecimiento económico, pero también de su papel como gobernante fuerte y capaz de resolver los problemas que han contribuido a la reconstrucción de la identidad nacional rusa. En sus discursos, el mandatario enfatiza que su prioridad es la vida, la salud y la seguridad de la población y tiene un firme defensor de la cooperación en el escenario internacional. Ya el Papa Francisco (Jorge Bergoglio) es el líder de la Iglesia Católica y Jefe de Estado de la Ciudad del Vaticano. Se coloca a favor de las recomendaciones de las instituciones de salud y orienta a la Iglesia Católica a seguir esta posición; pide la cooperación de la comunidad científica para descubrir una vacuna disponible a nivel mundial y cree que la COVID-19 puede ser derrotada primero con los anticuerpos de la solidaridad.

La Organización Mundial de la Salud es la agencia vinculada a las

Naciones Unidas responsable de la promoción de la salud a nivel mundial, con 194 estados miembros. La OMS desarrolla pautas de salud para la COVID-19 para orientar los países miembros de la ONU, proporciona datos diarios sobre la pandemia, lleva a cabo iniciativas, fomenta la investigación dirigida a combatir el virus y brinda asistencia en conjunto con otras organizaciones internacionales, con especial preocupación por las poblaciones económicamente más vulnerables.

Jacinda es la tercera mujer elegida primera ministra en Nueva Zelanda. En 2017, representando al Partido Laborista, se convirtió en una de las líderes más jóvenes en comandar el país. Activa en varios temas progresistas se destacó por promover la empatía y el cuidado para enfrentar la pandemia, obteniendo un amplio apoyo de la población. Alberto Ángel Fernández es presidente de Argentina desde diciembre de 2019. Fue jefe de gabinete del expresidente Néstor Kirchner entre 2003 y 2008. En alianza con Cristina Kirchner, derrotaron al presidente Mauricio Macri, quien aspiraba a la reelección. Fernández asumió la presidencia en un momento de profunda división política de la sociedad, con una aguda crisis económica y tasas de pobreza que alcanzaban el 40% de la población. Mientras que, elegido por una coalición de partidos de derecha, Piñera ocupa su segundo mandato (2018-2022) como presidente de Chile. Desde fines de 2019, Piñera se ha enfrentado a una serie de protestas que crecieron rápidamente y llevaron a la legislatura a establecer un plebiscito para redactar una nueva constitución. Ha tratado de contener su declive en popularidad accediendo a las diversas demandas de la oposición mientras se enfrenta a los impactos de la pandemia COVID-19. Y Matamela Cyril Ramaphosa, actual presidente de Sudáfrica, fue activista sindical y miembro activo de la lucha contra el régimen del apartheid, convocado por Mandela para participar en la negociación de la transición política con el poder blanco.

Ya en el contexto brasileño, en función de la reconfiguración de la disputa política nacional elegimos a Rodrigo Maia, entonces presidente de la Cámara de Diputados, y a los gobernadores João Doria de São Paulo, Ronaldo Caiado de Goiás y Flavio Dino de Maranhão. Con seis mandatos como diputado federal y afiliado al partido Demócrata, Rodrigo Maia fue presidente de la Cámara de Diputados de Brasil hasta febrero de 2021. Dirigió la Cámara Legislativa prácticamente desde la caída de la presidenta Dilma Rousseff y formó parte de la base aliada del presidente Bolsonaro. Todavía se distanció por ser un defensor de las instituciones del

orden democrática y tener sus propias expectativas en cuanto a la sucesión presidencial. Sus críticas se hicieron mayores con las prácticas negativas del gobierno federal con respecto a la pandemia. João Doria es el actual gobernador de São Paulo elegido por el Partido de la Social Democracia Brasileña. Movilizando un discurso anticorrupción y anti-partido de los trabajadores del expresidente Lula, fue aliado inicial del presidente Bolsonaro. Todavía, también con ambiciones presidenciales, se distanció de él en el contexto de la pandemia. Ronaldo Caiado es médico, gobernador del estado de Goiás por el partido Demócratas y fundador de la Unión Democrática Ruralista (UDR) en la exaltada defensa de los grandes propietarios rurales, contra la reforma agraria y los movimientos sociales campesinos. Aliado del presidente Bolsonaro, ha tenido tensiones en su relación con el gobierno federal debido al negativismo con respecto a la pandemia del presidente. Ya Flavio Dino es gobernador del estado de Maranhão por el Partido Comunista de Brasil. Junto a los gobernadores de izquierda de la región, ha creado el Consorcio Nordeste como un espacio de resistencia a las políticas del gobierno federal y ha seguido las recomendaciones del Comité Científico de Combate al Coronavirus (C4NE), vinculado a este consorcio.

Las prácticas discursivas de los actores claves están en el origen de los discursos “negacionista” y “científico”, pero también reproducen o actualizan esos discursos maestros, conformando diferentes variantes según las disputas políticas en los diversos contextos. Cabe recordar que las prácticas discursivas se desarrollan en el plano óptico de la política, es decir, en la diversidad de prácticas e instituciones cotidianas, mientras que el discurso que organiza estas prácticas se sitúa en el plano ontológico del político, es decir, en el proceso de institución o conformación de lo social.

El discurso negacionista

El diagnóstico, el problema y la injusticia. En la práctica discursiva de los portavoces del discurso negacionista, el problema no radica en la gravedad de la COVID-19, sino en el daño causado en las economías de los países por medidas restrictivas para contener la pandemia. Así en las prácticas discursivas de Bolsonaro y de líderes de las iglesias

evangélicas pentecostales y neopentecostales, el problema es atribuido principalmente a las *medidas de aislamiento social* que conducen al *colapso económico*. Además, se critica la *histeria* y el *pánico* creado por los medios de comunicación y las autoridades de oposición en Estados Unidos y Brasil (Malafaia, 2020a; Malafaia, 2020b; Presidência da República, 2020a). En la misma línea negacionista, Donald Trump construye una narrativa de que el poder estadounidense como la *economía más grande del mundo* sería suficiente para luchar contra la COVID-19 (The White House, 2020a). Boris Johnson también afirma que, además de una crisis de salud pública, es una *crisis económica* (HM Treasury et al., 2020). Señalando la situación como un *desastre* para el Reino Unido, el primer ministro reitera en sus prácticas discursivas el virus como un *enemigo mortal* (Rawlinson, 2020) que debe *ser derrotado*.

En este sentido, entre las injusticias provocadas por las medidas de combate a la pandemia que acentúan las *restricciones* al buen funcionamiento de los mercados, destacan el *desempleo*, el *hambre* y la *miseria*. Por lo tanto, estas medidas serían *más dañinas* que la propia COVID-19 (Presidência da República, 2020a). Trump también dice que algunas personas *se perderán a causa de la gripe*, pero que *se perderán aún más* al poner al país en una *recesión económica*. Y que esta depresión provocaría *miles de suicidios* (The White House, 2020b).

Soluciones y propuestas. Las soluciones y propuestas señaladas por los portavoces del discurso negacionista para enfrentar y salir de la pandemia pasan principalmente por la primacía de la sustentabilidad económica, poniendo en primer lugar los *intereses nacionales*: *América primero* (como aforismo de Trump) y *Brasil no puede parar* -como refrán de Bolsonaro (Poder 360, 2020). En el caso del presidente de Brasil el programa de acción reside en la *continuidad de la economía* que se puede asegurar *no adoptando* medidas de aislamiento social y permitiendo la *apertura permanente* de todas las actividades económicas (Presidência da República, 2020b).

Las soluciones también contienen una fuerte apelación religiosa, como en el caso del presidente de Brasil, que defiende la *apertura permanente* de los templos (Terra noticias, 2020; Pires, 2020), ya que la iglesia sería el último refugio del pueblo, donde necesita estar presente para *dar esperanza*, porque *quien tiene fe en Dios* estaría *protegido de todo daño*. Varios

líderes de iglesias pentecostales y neopentecostales en el caso brasileño refuerzan la solución por la fe, el *coronafé* en el discurso negacionista: los que tienen fe en Dios están *protegidos del virus*. Así, defienden *curas milagrosas* y grupos de trabajo en estaciones terminales de transporte público, con el objetivo de *limpiar la fe* para mitigar la propagación de la enfermedad. Este discurso también está en línea con la defensa de la *plena liberación* de las actividades económicas, aceptando que la gente morirá por el COVID-19, pero el *caos social* provocado por la *crisis económica* sería *peor* (Deutsche Welle, 2020).

El presidente Trump, a pesar de haber aprobado una Guía de Contención de la Propagación COVID-19, en la que otorgó a los gobernadores estadounidenses autonomía sobre las medidas epidemiológicas locales facilitando el combate a la pandemia, y también la Ley CARES que brinda asistencia financiera al sistema de atención médica, los trabajadores y las empresas, al mismo tiempo anunció la suspensión de la financiación para la OMS y alentó la búsqueda de medicamentos, no comprobados científicamente para el tratamiento del COVID-19, como *hidroxicloroquina* y *remdesivir* (BBC News, 2020a; The White House, 2020b).

Boris Johnson, por su parte – procurando activar la memoria de la movilización nacional durante la segunda guerra mundial - utilizó el concepto de *guerra* para definir la gravedad del acontecimiento, refiriéndose al virus como un *enemigo mortal*, enfatizando la necesidad de actuar como cualquier gobierno en tiempos de guerra y de *apoyar la economía*, reforzando que este tipo de recesión ocurre solo en periodos de conflicto (BBC News, 2020b). El hecho de que Boris Johnson se recuperara de COVID-19 reafirmó la confianza en el Sistema de Salud Pública (NHS) e instó a la población a seguir correctamente los protocolos de salud. Sin embargo, poco a poco esta postura se fue perdiendo y dio lugar a prácticas contradictorias con orientaciones a veces “negacionistas” y otras “científicas” (ABC NEWS, 2020).

El tono. En general, el tono discursivo negacionista es emocional, a veces místico, dramático, irónico e incluso agresivo en muchos contextos. Este tono apuntala las prácticas discursivas de Trump y Bolsonaro de descalificar las medidas de priorización de la salud, con el estímulo de aglomeraciones como las manifestaciones pro-Trump contra gobernadores de oposición, la no utilización de máscaras protectoras y el uso de

cloroquina. En sus perfiles de redes sociales se comparten videos en un tono conmovedor y dramático y, en el caso de Bolsonaro, se suelen citar versos bíblicos, en una estrategia de movilización por la adherencia a su discurso basada en una idea de verdad que trasciende la razón. Cuando el COVID-19 recibió el estatus de pandemia, Trump apeló a los elementos nacionales de Estados Unidos como una forma de tranquilizar a la población. Al mismo tiempo uso del sarcasmo en la performance en la que sugiere la ingestión de un tipo de desinfectante como una medida para combatir el coronavirus (Guardian News, 2020).

Las performances de Boris Johnson también están impulsadas por la emoción, al definir la lucha contra el virus cómo enfrentar una *guerra* defendiendo la *nación libre*. Asimismo, las iglesias pentecostales y neopentecostales en Brasil utilizan un tono místico para convencer y persuadir a su audiencia de seguir sus indicaciones contra el aislamiento, destacando el *coraje* sobre el *miedo* y que se necesita *fe* para superar el coronavirus.

Identidades antagónicas: “ellos”. El análisis del discurso político permite identificar identidades antagónicas entre “ellos”, enemigos, defensores de una serie de valores y demandas que se articulan en el discurso científico, que por contraste permite articular y conformar las demandas y grupos del “nosotros”, *nuestro pueblo*.

El “ellos” del discurso negacionista articula una cadena de significados (Laclau, 2019)¹⁰⁸ y elementos negativos en torno al punto nodal representado por la *privación de libertad*. Los elementos de la cadena - o demandas en la teoría del discurso - se presentan como consecuencia del *confinamiento (lockdown)* que priva la *libertad* del mercado y la del individuo para circular, llevando a retracción económica, *desempleo, hambre y miseria* (Presidência da República, 2020a). La privación de libertades estaría provocada por el *injusto intervencionismo estatal* que tiene como objetivo promover el *aislamiento social*, por el *oportunismo político* de los opositores y ex aliados, *agitadores, sin moral*, que promueven *ataques personalistas* y la propagación del *pánico, la histeria* y la *mentira* por parte de

¹⁰⁸O “cadena de equivalencias”, donde se pueden identificar “puntos nodales” que, en una práctica discursiva, asumen la función de fijar parcialmente los significados de lo social, que es abierto, contingente y polisémico, y se caracterizan como elementos que articulan las diferencias entre “ellos” y “nosotros” (Laclau, 2009).

los *medios de noticias desleales*. Esta *privación de libertad* también se traduce en *sumisión a intereses* que amenazan a la nación, como la *injerencia* de la OMS y el consenso científico basado en pautas internacionales defendida por los *antipatriotas*.

Figura 1. Cadena de equivalencia del “ellos” en el discurso negacionista



Esta cadena de equivalencias de “ellos” también presenta elementos o demandas específicas en las prácticas discursivas de los diferentes portavoces, según los contextos y disputas nacionales específicos. En el caso de Trump, aparecen elementos como el *virus chino*, *anti-Trump* y *demócratas*. Bolsonaro y las iglesias pentecostales y neopentecostales reúnen en “ellos” a quienes promueven el *quede en casa*, que defienden la *vacunación obligatoria*, los *vagabundos* y la *prensa dictatorial* que propaga el *pánico*, la *histeria* y el *caos social*. En el caso de Johnson en su práctica discursiva negacionistas destaca la *reducción de libertades* y la *retracción económica*.

Las identidades antagónicas: el “nosotros”. Tomando como referencia el “ellos”, el punto nodal del “nosotros” del discurso negacionista es la *defensa de la libertad*, aglutinando demandas que valoran la no injerencia estatal en el freno de las libertades económica e individual. Además, en este “nosotros” también hay varios elementos y demandas en torno a la *defensa de los intereses nacionales* - frente a la injerencia internacional-, *gobierno fuerte*, *lealtad política*, *respeto al líder nacional*, *patriotismo*, mantenimiento de los *empleos*, el *valor del mercado*, el *valor de la fe y la familia*, la *honestidad y sinceridad de los medios de comunicación*.

Figura 2. Cadena de equivalencia del “nosotros” en el discurso negacionista



En las prácticas discursivas de Trump, hay un reajuste del punto nodal nacionalista de su campaña electoral *América primero* articulada con mantener *América grande y tierra de libertad*. A estos elementos se suman: *expertos gubernamentales confiables* y *liderazgo incomparable*. En el caso de Bolsonaro, también se destaca el nacionalismo del punto nodal *Brasil no*

puede parar con la articulación de empresarios e industriales que aseguran puestos de trabajo y trabajadores que garantizan la fuerza de trabajo y que no se quedan en casa. Aliados políticos del presidente, líderes de iglesias brasileñas pentecostales y neopentecostales destacan el mito¹⁰⁹, sus fieles seguidores, el pueblo verde y amarillo, los buenos ciudadanos, complementando la cadena de equivalencias con el uso del término corona-fe (aludiendo a que con la fe se supera el Coronavirus).

El discurso científico

El diagnóstico, el problema y la injusticia. La práctica discursiva de los portavoces del discurso “científico” apunta a la pandemia COVID-19 como una *crisis planetaria que amenaza la vida, la salud y la seguridad* de la población. En este campo discursivo, se reconoce que la pandemia también es un *riesgo para la economía global, un problema mayor que la crisis de 2008* (Maia, 2020a). Sin embargo, el problema de la pandemia se agudiza cuando la cuestión de la economía se antepone a la preservación de la vida. La *cultura del descarte* adoptada en el mundo de las finanzas acompañada por la *irresponsabilidad* y el *egoísmo* conducen a la *falta de respeto* a las directrices y medidas preventivas de la OMS por *codicia* (Cubias y Collet, 2020). Para algunos, la pandemia asumiría el carácter de una *guerra global* que amenaza la vida y la economía (XinhuaNet, 2020a).

Además de ser una *emergencia sanitaria mundial*, algunas variantes del discurso científico también apuntan al *agravamiento* de problemas socioeconómicos preexistentes, como la fragilidad de los sistemas de salud y del modelo económico; la desigualdad entre países desarrollados y en desarrollo; y la *desigualdad socioeconómica* interna de los países. En el contexto brasileño, la pandemia también se destaca como un problema en un escenario de grandes dificultades generadas por la *extrema desigualdad social* - como las condiciones de vida sin saneamiento y agua - que incide en la posibilidad misma de lograr el aislamiento social, posibilitando la propagación del virus, principalmente entre la población más vulnerable

¹¹⁰ *Mito* es uno de los apodos más populares del candidato y, después, presidente Bolsonaro.

¹¹¹ Con referencia a los colores de la bandera brasileña.

(Maia, 2020a; WHO, 2020a; WHO, 2020b).

Aún en Brasil, las prácticas discursivas en el campo científico destacan que, además del coronavirus, está el problema que representa la *posición del presidente* que, en lugar de estar en el *Palacio coordinando el gobierno* para dar respuestas y soluciones para el país, perjudica la necesidad de aislamiento social y fomenta un *falso conflicto* entre la salud y la economía (Maia, 2020b; Alcolumbre & Maia, 2020). Así, el presidente *desalienta el aislamiento social*; ignora y desautoriza a su (ex) Ministro de Salud Mandetta y a los técnicos del Ministerio; anima a la población a *salir a las calles e incita manifestaciones* contra las instituciones que atentan a la salud de la población; minimiza la enfermedad; difunde *noticias falsas* sobre el tema; *promueve el odio* atacando a los profesionales de la salud, los políticos y la prensa; *limita la ayuda* económica a las provincias, individuos y empresas; ve a gobernadores y alcaldes como *enemigos*. En este diagnóstico, el propio presidente asume, así, el papel de uno de los *principales problemas* en el contexto de la pandemia. Uno estaría combatiendo el coronavirus y el *bolsonaravirus*, es decir, *el virus del extremismo*, cuyo peor efecto es *ignorar la ciencia y negar* la realidad de la pandemia (Maia, 2020c; Dória, 2020a).

Como injusticia, destacamos las *terribles pérdidas de vidas* humanas, las *historias*, los *sueños* y las *expectativas frustradas* que se esconden detrás de los números; la mayor vulnerabilidad y *riesgo de muerte*, así como la *rápida propagación* del virus en determinados países y poblaciones, que sufren de *falta* de acceso a salud, ingresos básicos, saneamiento, agua, medicamentos y alimentos. También cabe destacar la *falta de responsabilidad global*; y el impacto de la crisis en la vida de los grupos más vulnerables con *muertes, despidos masivos, desempleo, quiebras, miseria y hambre*. A nivel privado, las prácticas discursivas resaltan la *soledad* que genera el virus, el *egoísmo* y los intereses personales que se destacan durante la pandemia, donde debe haber *solidaridad* (WHO, 2020c; Vatican News, 2020b).

Soluciones y propuestas. En el discurso “científico”, las soluciones y propuestas para enfrentar y superar la pandemia privilegian el *cuidado de la salud* y la sostenibilidad de la vida, como una forma de garantizar también el éxito futuro en términos de sostenibilidad económica. En general, las propuestas se complementan con acentos diversificados según el portavoz. Todos defienden la adopción y el respeto de las principales *medidas de prevención* del contagio guiadas por la OMS y otros organismos de

salud, como el *aislamiento* y la *distancia social*, el *uso obligatorio de máscaras* y cuidados higiénicos como el *lavado frecuente de manos*, con el objetivo de *frenar la propagación* de la enfermedad y evitar un largo período de falta de camas, médicos y equipo. También todos argumentan que el desarrollo y la aplicación masiva de *vacunas* son fundamentales para superar la pandemia. Al mismo tiempo, en términos de sostenibilidad de la economía, se apoya la necesidad de un *paquete de ayudas* para la población y las empresas, así como el papel de un *Estado fuerte y presente* para afrontar mejor la crisis (Casa Rosada, 2020; South Africa Government, 2020).

En Nueva Zelanda, Jacinda Ardern ha establecido la cuarentena más estricta del mundo. Se tuvieron en cuenta los *valores científicos*, especialmente cuando se relacionan con el aislamiento social (Wilson, 2020). Esto contribuyó a que el país fuese uno de los más exitosos en el control de la pandemia. En Chile, Sebastián Piñera destaca la importancia de la *eficiencia* en la *gestión gerencial* de las acciones públicas y apela a nociones de *unidad* y *responsabilidad*, buscando disminuir la tensión política que rodea a su gobierno (La Tercera, 2020). Sus prácticas discursivas destacan los temas de *salud* enmarcados en las consecuencias de la *crisis económica* que la pandemia tiende a profundizar. Para el presidente Alberto Fernández de Argentina, la solución a la crisis pasa también por la necesidad de *repensar el orden global*, es decir, *cambiar un sistema capitalista* mucho más preocupado por lo financiero que por lo productivo, que *concentra los ingresos* entre unos pocos y *distribuye la pobreza* entre millones.

Portavoces internacionales como el Papa Francisco, Putin y Xi-Jinping destacan la *solidaridad internacional* como propuesta, con amplia articulación y *cooperación internacional* tanto en la economía como en el área de fomento de la investigación para la *producción y distribución de vacunas* y medicamentos (Vatican News, 2020a; Putin, 2020; XinhuaNet, 2020a). Para el Papa, es importante *tener fe y esperanza* en un mundo mejor, extendiendo la *solidaridad* especialmente a *los más pobres*. Según el pontífice, el *contagio de la esperanza* es necesario para derrotar a la COVID-19 (Vatican News, 2020b). Económicamente, las propuestas de los líderes de China y Rusia se centran en *ayudar a los países* que sufren de falta de recursos para hacer frente a la pandemia, así como en *incrementar el apoyo* brindado a la OMS. Proponen la creación de un *fondo especial*, la implementación de *políticas fiscales y monetarias eficaces* que favorezcan el *crecimiento*, la *suspensión de sanciones*, la creación de *corredores verdes* para el abastecimiento y un

incremento en la oferta de ingredientes farmacéuticos, el fortalecimiento de las *relaciones bilaterales* y un *plan de acción* del G-20. (XinhuaNet, 2020a; Putin, 2020; Reuters, 2020). En el caso brasileño, ante las diversas facetas de la desigualdad, el entonces presidente de la Cámara de Diputados, por ejemplo, sostiene que las medidas restrictivas deben ir acompañadas de *apoyo a poblaciones vulnerables* - como las que dependen del trabajo informal o precario - para que puedan *cumplir con el aislamiento*; así como apoyar a las pequeñas empresas que *generan empleo* ante el impacto de la pandemia. Los gobernadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás y Maranhão, destacando buscar el *equilibrio* entre salvar vidas y mantener la economía, proponen la *alineación de agendas y acciones*, en un intento de, mediante una *gestión eficiente*, constituirse como líderes capaces de *unir a la población* (Sakamoto, 2020; Dória, 2020b; Caiado R y Santos MV, 2020). Por ejemplo, ante la *falta de coordinación* efectiva por parte del gobierno federal, los gobernadores del Noreste crearon un Comité Científico de Combate al Coronavirus (C4NE), que busca asociar las acciones de los gestores estatales y municipales, con la difusión y respeto al conocimiento de científicos, investigadores y médicos, actuando, sobre todo, contra la desinformación mediante la amplia difusión de protocolos de tratamiento seguros, alertando sobre los *peligros de soluciones* que se presentan como *milagrosas*, como la hidroxiclороquina. Defienden el *fortalecimiento del Sistema Único de Salud* (SUS), la ampliación de camas con la construcción de *hospitales de campaña* y la *contratación de profesionales* de la salud. Sin embargo, algunos de estos gobernadores han suavizado las medidas de aislamiento social en sus estados, generando muchas críticas de expertos y médicos debido al creciente número de contagios y muertes por COVID-19.

El tono. Las prácticas discursivas articulan el tono técnico, basado en informes de la Organización Mundial de la Salud y recomendaciones de médicos y sanitarios nacionales e internacionales, con un componente emocional y moral. Por ejemplo, en el caso de Putin, comparando el país con una *gran familia*. El tono emocional asume, en algunos momentos, un sentido positivo, cuando se trata de la *necesidad de fe, esperanza, auténtica solidaridad, unidad, respeto por los demás, comunión* de sentimientos, *cercanía emocional* y sentido de *destino común*. La emoción también adquiere un sentido negativo moralmente mediante la culpa, por ejemplo, cuando el gobernador de São Paulo alerta a quienes defienden la apertura, las aglo-

meraciones y quienes minimizan la crisis para que *estén preparados para llevar los ataúdes* con las víctimas del coronavirus, es decir, para asumir la culpa por haber ayudado a *matarlas con su negacionismo*.

Identidades antagónicas: “ellos”. En el discurso “científico”, la construcción de identidades políticas antagónicas delimita un “ellos” que articula elementos negativos que provocan o refuerzan la injusticia. El punto nodal - tanto en el plano internacional como en el nacional - está compuesto por la crítica moral al *individualismo*, conforma una cadena de equivalencias compuestas por grupos *negacionistas* que *minimizan el COVID-19* y *desacreditan* las medidas guiadas por la OMS; que *no respetan las cuarentenas*; *irresponsables* que estimulan un *falso conflicto entre salud y economía*. También el *liberalismo* - en el caso de la práctica discursiva del presidente chino, más específicamente el *liberalismo occidental* - con su énfasis en el *individualismo egoísta*; *los que despiden* en la crisis, generando mayor desempleo; los que adoptan *políticas aislacionistas* no colaborando internacionalmente y manteniendo deudas y sanciones económicas. Entran también en la cadena de equivalencias los elementos que promueven los *ataques a la prensa*; difunden *noticias falsas*; *xenofobia*; *promotores del odio* que atacan a científicos y expertos en salud pública y, por tanto, utilizan la pandemia para hacer política. También se incluyen aquellos que mantienen los *intereses personales* por encima del bien común y adoptan la *cultura del descarte* (Dino, 2020; Dória, 2020c; Vatican News, 2020a; XinhuaNet, 2020b).

Figura 3. Cadena de equivalencias de “ellos” en el discurso científico.



Algunas prácticas discursivas tienen especificidades, como es el caso de la OMS, en el que se evita la construcción de antagonismos, ya que la organización produce un *llamado a todos* los gobiernos y empresas a apreciar la *solidaridad global* en este momento. Sin embargo, es posible percibir enfrentamientos en los momentos en que se responden las críticas que se hacen a sus posiciones y recomendaciones. Por ejemplo, en respuesta al discurso xenófobo del presidente de los Estados Unidos sobre el coronavirus como un *virus chino* creado en el laboratorio de ese país; o en respuesta al presidente de Brasil, cuando utilizó un discurso del director de la OMS fuera de contexto para *desacreditar la distancia social*.

En el caso de Sebastián Piñera, se suma en la cadena de equivalencia del “ellos” los *irresponsables de la izquierda extremista* y, en el caso del

presidente Alberto Fernández, los *dirigentes de derecha*. En el caso brasileño, además de algunos elementos antes mencionados, la construcción del antagonismo engloba la política de la muerte y el *virus del extremismo y autoritarismo* - apellidado de *bolsonavirus* - representado por el presidente de la República y sus hijos, los *caballeros del apocalipsis* que *incentivan la desesperación* por poder *sembrar sus tesis autoritarias y fascistas*, además de los *manifestantes* de caravanas, *milicianos ideológicos*, *aliados de la enfermedad*.

Identidades antagónicas: el “nosotros”. Teniendo como referencia el significado político de “ellos”, las prácticas discursivas de los portavoces del discurso científico buscan construir el “nosotros” en una oposición binaria de significados, articulando en torno a un punto nodal una cadena de equivalencias de demandas, identidades sociopolíticas y contenidos moral positivos. El punto principal de estas prácticas discursivas es la *solidaridad*. La cadena de equivalencias articula la necesidad de una respuesta *multilateral* y la *cooperación internacional* para enfrentar la emergencia global, considerando a la humanidad como una *unidad* y la necesidad de *vacuna para todos*. Ante la pandemia, reivindican un Estado activo y protagonista. Valoran el cuidado de “todas y todos”. Destacan el papel de la *prensa confiable*, que *arriesga* su propia salud para informar a la población y también los *defensores del aislamiento social*, quienes priorizan la *preservación de la vida*, la salud y la seguridad de la población mientras buscan la *preservación de empleos* y brindar asistencia a empresas. Y, además, quienes tienen *responsabilidad*, actúan con empatía, *respetan las recomendaciones científicas* y *apoyan* a los *profesionales* de la ciencia y la *salud*.

Figura 4. Cadena de equivalencias de “nosotros” en el discurso científico.



Aquí también surgen particularidades. En el caso de Xi Jinping, el “nosotros” incluye en la cadena de equivalencias el sistema del *socialismo con características chinas* (XinhuaNet, 2020b). El Papa Francisco incorpora las demandas de que la humanidad utilice los *anticuerpos de la solidaridad*, con la reconstrucción de un mundo post pandémico mejor, con *más unidad, menos desigualdad y sin contaminar* y depredar el planeta. Para Piñera, en Chile, buscando construir una idea de *gran mayoría* en relación con sus opositores, articula a sus compatriotas, *los chilenos*, bajo el signo de la *colaboración* frente a la pandemia (La Tercera, 2020). En las prácticas discursivas de Jacinda Arden, valores como la *gentileza*, la *empatía* y la *gratitud* también se suman en la construcción del “nosotros” (Arden, 2020a; 2020b).

Finalmente, en el ámbito nacional brasileño, encontramos como rasgo particular el surgimiento del protagonismo político de *gobernadores y alcaldes*, la exigencia de *unidad y diálogo* entre los poderes, el *respeto a la*

democracia y los brasileños que *quieren la paz*; además de la demanda de *asistencia de emergencia* y el llamamiento *#fiqueemcasa*.

Concluyendo: acontecimiento pandemia, disputa de discursos y hegemonía

Habíamos colocado como objeto de nuestro trabajo la identificación y análisis de los principales discursos sobre la pandemia, el “negacionista” y el “científico”, tentando comprender la disputa política entre ellos como manifestación de los procesos de construcción y reconstrucción de la hegemonía tanto en el contexto brasileño como en el internacional marcados por el populismo.

Así, en el campo discursivo creado en torno al acontecimiento pandemia, a través del análisis basado en la teoría del discurso y en el abordaje de los marcos interpretativos, hemos identificado y caracterizado dos discursos maestros: el “negacionista” y el “científico”. Estos discursos antagónicos estarían en disputa tanto a nivel nacional como internacional, con el objetivo de construir y legitimar acciones, narrativas y prácticas a ser implementadas por los actores públicos frente a la pandemia. Por un lado, los marcos interpretativos que ambos discursos maestros accionan apuntan para diferentes caminos en cuanto al diagnóstico del problema, las injusticias, las soluciones propuestas y las motivaciones encaminadas para convocar a la acción. Estos marcos combinan de manera diferente en cada discurso el peso de la sostenibilidad de la vida y de la sostenibilidad de la economía. Por otro lado, el establecimiento de la frontera que el acontecimiento pandemia impulsa entre “ellos” y “nosotros” en cada discurso maestro, es también un espacio donde se expresan estas diferencias sobre el enfrentamiento de la pandemia y cosmovisiones, demandas y valores diversos, creando o recreando grupos e identidades antagónicas.

Pero esta disputa trasciende el alcance de las medidas sanitarias y económicas anti pandémicas, ya que en los discursos hay diferentes visiones sobre el cuidado y las relaciones entre las personas, el involucramiento de la sociedad, los roles y responsabilidades de los gobiernos y del Estado, el espacio y el papel de la economía y papel del mercado. Es decir, entramos en el espacio de la disputa de visiones más amplias sobre la vida

humana en relación con la naturaleza y la dinámica de su reproducción social, económica y política en el mundo. En esta disputa hegemónica, los discursos antagónicos crearían una especie de gramática capaz de consolidar o reconfigurar el sentido común de las personas – para organizar sus prácticas y acciones – frente a la pandemia, a partir de concepciones que presentan divergencias sobre la forma de ser y estar en el mundo.

Así, en términos de visiones del mundo, podríamos decir que el discurso “negacionista” reproduce ampliamente elementos de lo que Dardot y Laval (2019) denominan de “nuevo neoliberalismo”. Cabe destacar que el neoliberalismo como sistema de poder y razón del mundo hegemónico tiene un carácter plástico y plural. Junto al neoliberalismo clásico, que articula el valor del libre mercado sin regulaciones, el individualismo y la libertad individual, el anti-estatismo, la mercantilización de la vida, la naturaleza y el intercambio con una imagen liberal en términos de derechos humanos y democracia, ha surgido un “nuevo neoliberalismo” del cual el presidente Trump es un ejemplo paradigmático. Este “nuevo neoliberalismo” ha mantenido e incrementado los valores económicos, en particular la competitividad y mercantilización de las relaciones sociales (Zuboff, 2018)¹¹¹, articulados al autoritarismo (culto al líder y gobierno fuerte que prioriza la seguridad nacional junto con un modelo naturalizado de guerra civil y crítica a los derechos humanos), al nacionalismo (con el culto a la nación, la soberanía y el aislacionismo, por ejemplo con Trump recuperando el lema de “América primero” de Charles Lindbergh) y a fundamentalismos (reavivando valores familiares patriarcales, religiosos, etnocéntricos y xenófobos), criticando la ciencia y los intelectuales y adoptando la lógica antagónica y estilo del populismo – de derecha – para obtener el apoyo de las masas descontentas en tiempos de múltiples crisis, mientras fortalece y radicaliza el dominio del capital sobre la sociedad (Dardot y Laval, 2019).

Por su vez, en términos de visiones del mundo, los elementos identificados del discurso “científico” se distancian de este “nuevo neoliberalismo” que reproduce el negacionismo. Aunque varios de los portavoces del discurso “científico” defienden en sus políticas gubernamentales pro-

¹¹² Según Zuboff (2018), se está dando también la mercantilización de la realidad, subyugada a la monetización y renacida como comportamiento a través de la mediación digital en el capitalismo de vigilancia actual.

puestas neoliberales y recuperan, en sus prácticas discursivas sobre la pandemia, elementos valorizados por ese ideario, como eficiencia y gestión gerencial de la acción pública; en ese discurso aparecen otros elementos disonantes del neoliberalismo. Entre los principales, encontramos: solidaridad, empatía, inclusión, cuidado de todas y todos, humanidad como unidad, cooperación, colaboración, bienes públicos, Estado activo y protagonista, servicios de salud pública, apoyo a los vulnerables, políticas redistributivas y compensatorias, ciencia al servicio de la vida, prensa confiable y contagio de esperanza. Todos ellos conforman un abanico de valores, principios y propuestas que están ausentes no sólo del léxico del “nuevo neoliberalismo”, sino también del neoliberalismo como un todo.

Así, al romper con regularidades, con el orden de cosas ya establecido y aceptado como “normal”, la pandemia COVID-19 como acontecimiento al mismo tiempo que expone y agrava las desigualdades existentes en el neoliberalismo dominante, resucita demandas y expectativas sobre el Estado, eclipsa en el imaginario el papel redentor del mercado y reconoce la importancia de la solidaridad y el cuidado en la sociedad. Se abre la puerta para la disputa política de discursos, como hemos destacado, no solo sobre la pandemia sino también sobre las visiones del mundo. O sea, se coloca en suspensión la hegemonía. ¿El orden ya establecido perdería su aura de verdad y destino inmutables, y se revelaría como sólo una entre otras posibles alternativas para diseñar y gestionar el mundo? El desenlace de esta disputa política puede resultar en la profundización de las dominaciones existentes con la consolidación del “nuevo neoliberalismo” y el “neoliberalismo” (Mbembe, 2020), o en la renovación e incluso transformación del sistema existente. Hasta dónde estos elementos “disonantes” de la cadena articuladora del discurso científico que están teniendo mayor visibilidad pública y valoración por un número significativo de líderes políticos, así como de amplios sectores de la población, se convertirán en componentes de visiones alternativas en los procesos de construcción y reproducción de hegemonías, es una cuestión política en abierto.

Referencias

ABC NEWS (2020) Coronavirus update: UK PM Boris Johnson says the Government has a 'moral duty' to open schools, scientists warn of dangerous COVID-19 threshold. Disponible en: <https://www.abc.net.au/news/2020-08-09/coronavirus-update-covid19--brazil-deaths-pass-100,000/12538262> (accedido 18 agosto 2020).

Alcolumbre D y Maia R (2020) Nota à imprensa. *Agência Senado*, 16 abril. Disponible en: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/em-nota-davi-e-maia-afirmam-que-saude-dos-brasileiros-e-prioridade> (accedido 03 marzo 2021).

Arden J (2020a) COVID questions and answers. *Instagram @jacindaarden*, 24 mayo. Disponible en: <https://www.instagram.com/tv/B-HCO3Ng-nEF/> (accedido 08 mayo 2021).

Arden J (2020b) A few messages as life becomes very different over the next wee while. *Instagram @jacindaarden*, 25 mayo. Disponible en: <https://www.instagram.com/tv/B-JmCmCgeeE/> (accedido 08 mayo, 2021).

BBC News (2020a) Coronavirus: Trump stands by China lab origin theory for virus. *BBC News*, 01 mayo. Disponible en: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-52496098> (accedido 10 mayo 2020).

BBC News (2020b) Coronavírus: 'We must act like any wartime government'. *BBC News*, 17 marzo. Disponible en: <https://www.bbc.com/news/av/uk-51936760> (accedido 27 junio 2020).

Biglieri P (2017) Populismo y emancipaciones: La política radical hoy - Una aproximación (con variaciones) al pensamiento de Ernesto Laclau. In: *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 229: 245-262.

Caiado R y Santos MV (2020) Isolamento e Combate ao COVID-19, com Ronaldo Caiado e Mario Vitor Santos. *Casa do Saber*, 06 mayo. Disponible

en: <https://www.youtube.com/watch?v=H4jSYmhtjKs> (accedido 02 oct. 2020).

Casa Rosada (2020) Palabras del Presidente de la Nación, Alberto Fernández, acerca de la pandemia del coronavirus COVID-19, desde Olivos. *Presidencia de la República Argentina*. Disponible en: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/46803-palabras-del-presidente-de-la-nacion-alberto-fernandez-acerca-de-la-pandemia-del-coronavirus-COVID-19-desde-olivos> (accedido 07 diciembre 2020).

Cubias M y Collet, A (2020) Papa Francisco: enfrentar a cultura do descarte com a fraternidade humana. *Vatican News*, 07 octubre. Disponible en: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-10/papa-francisco-entrevista-revista-il-mio-papa-espanhol-pandemia.html> (accedido 16 enero 2022).

Dardot P y Laval C (2019) Anatomía del nuevo neoliberalismo. *Revista Viento Sur*, XXVII, pp. 5-16.

Deutsche Welle (2020a) Evangélicos fazem coro com Bolsonaro e negam riscos do coronavírus. *Deutsche Welle*, 02 abril. Disponible en: <https://www.dw.com/pt-br/evang%C3%A9licos-fazem-coro-com-bolsonaro-e-negam-riscos-do-coronav%C3%ADrus/a-53000050> (accedido 06 mayo 2020).

Dino F (2020) Governador Flávio Dino decreta situação de calamidade pública. *TV Mirante*, 20 marzo. Disponible en: <https://globoplay.globo.com/v/8416221> (accedido 14 septiembre 2020).

Dória J (2020a) Doria diz que Bolsonaro dificulta combate à Covid-19: 'Ele dá exemplo errado. *CNN Internacional*, 09 julio. Disponible en: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/doria-diz-que-bolsonaro-dificulta-combate-a-covid-19-ele-da-exemplo-errado/> (accedido 07 marzo 2021).

Dória J (2020b) Butantan, a fábrica de saúde dos brasileiros. *O Estado de São Paulo*, 25 septiembre. Disponible en: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,butantan-a-fabrica-de-saude-dos-brasilei->

ros,70003451598 (accedido 08 noviembre 2020).

Dória J (2020c) São Paulo: confiança na economia e no combate à pandemia. *Folha de São Paulo*, 05 junio. Disponible en: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/sao-paulo-confianca-na-economia-e-no-combate-a-pandemia.shtml> (accedido 02 noviembre 2020).

El Economista (2020) Fernández: “Entre la economía y la salud, yo elegí la salud”. Disponible en: <https://eleconomista.com.ar/2020-03-fernandez-entre-la-economia-y-la-salud-yo-elegi-la-salud/>. Accedido en 12/12/2020.

Emburry-Dennis, T Independent (2020) Coronavirus: A timeline of how Britain went from ‘low risk’ to an unprecedented national shutdown. Independent. Disponible en: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/coronavirus-uk-timeline-deaths-cases-COVID-19-nhs-social-distancing-a9416331.html> (accedido 8 marzo 2020).

Falconer R (2020) New Zealand is now free of coronavirus. Axios Media, 8 junio. Disponible en: https://www.axios.com/new-zealand-no-coronavirus-cases-COVID-19-free-1f209ae3-46e5-4343-b076-189bde8c3953.html?stream=top&utm_source=alert&utm_medium=email&utm_campaign=alerts_all (accedido 08 mayo 2021).

Galván IE (2012) *La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo*. Tesis de doctorado, Madrid: Universidad Complutense, ES.

Garret Jr G (2020) Sem data, Ministério da Saúde apresenta plano de vacinação contra COVID-19. Revista Exame. Disponible en: <https://exame.com/brasil/sem-data-ministerio-da-saude-apresenta-plano-de-vacinacao-contra-COVID-19/> (accedido 18 diciembre 2020).

Guardian News (2020) Trump floats dangerous coronavirus treatment ideas as Dr Birx looks. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=BalDN6iGYpE&ab_channel=GuardianNews (accedido 02 mayo 2020).

Hall S (2003) *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 8a ed.

Han BC (2018) *Psicopolítica*. Belo Horizonte: Ayne.

Han BC (2020) La emergencia viral y el mundo de mañana. In: Giorgio A et al. (eds) *Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias*. Ed.: ASPO, pp. 97-112.

HM Treasury et al. (2020) Coronavirus - Business support to launch from today. GOV.UK, 23 marzo. Disponible en: <https://www.gov.uk/government/news/coronavirus-business-support-to-launch-from-today> (accedido 28 marzo 2020).

Laclau E (2005) *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Laclau E (2009) Populismo: qué nos dice el nombre? In: Panizza F (org) *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 51-70.

Laclau E (2014) *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Laclau E y Mouffe C (1987) *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.

Lakoff G (2007) *No pienses en un elefante. Lenguaje y debate político*. Madrid: Editorial Complutense.

La Tercera (2020) Piñera evoca a Prat en discurso del 21 de mayo y llama a la unidad frente al coronavirus. Youtube, 21 mayo. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=ZNxfNzgc9g> (accedido 10 noviembre 2020).

Maia R (2020a) Coletiva do presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia. TV Câmara, 17 marzo. Disponible en: <https://www.youtube.com/>

watch?v=GbWZx8Dgf7I (accedido 15 abril 2021).

Maia R (2020b) A economia mundial desacelera rapidamente; a economia brasileira sofrerá as consequências diretas. O Presidente da República deveria estar no Palácio coordenando um gabinete de crise para dar respostas e soluções para o país. *Twitter*, @RodrigoMaia, 15 marzo. Disponible en: <https://twitter.com/RodrigoMaia/status/1239326115505811456> (accedido 04 marzo 2021).

Maia R (2020c) O mundo inteiro está unido contra o coronavírus. No Brasil, temos de lutar contra o corona e o vírus do autoritarismo. É mais trabalhoso, mas venceremos. Em nome da Câmara dos Deputados, repudio todo e qualquer ato que defenda a ditadura, atentando contra a Constituição. *Twitter*, @RodrigoMaia.Brasil, 19 abril. Disponible en: <https://twitter.com/RodrigoMaia/status/1251997329999179778> (accedido 04 marzo 2021).

Malafaia S (2020a) Pr. Silas Malafaia: Decida! Em tempo de coronavírus, medo ou coragem? *Youtube*, 14 abril. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=RIHt-X4pt1g&list=PL7BSOIjIQ7SrdgCMsVCQ_8D1isSaGDztk&index=178 (accedido 17 mayo 2020).

Malafaia S (2020b) Por que a imprensa brasileira esconde estes dados sobre coronavírus? Será por causa de Bolsonaro? *Youtube*, 14 abril. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=vEw6KhMx1Gc&list=PL7BSOIjIQ7SrdgCMsVCQ_8D1isSaGDztk&index=180 (accedido 17 mayo 2020).

Mbembe A (2020) Pandemia democratizou o poder de matar, diz autor da teoria da necropolítica. *Folha de São Paulo* - Entrevista, 30 de marzo. Disponible en: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. (accedido 30 enero 2021).

Mouffe C (2011) *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Mouffe C (2014) *Agonística: Pensar el mundo políticamente*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Mouffe C (2019) O momento populista. *Revista Simbiótica*, pp. 154-158.

Mouffe C (2020) Controvérsia sobre o populismo de esquerda. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ed. 154, 30 abril. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/controversia-sobre-o-populismo-de-esquerda/> (accedido em 15 marzo 2020).

Pires B (2020) Igrejas desafiam recomendação de suspender missas e cultos diante da pandemia do coronavírus. *El País Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-20/igrejas-desafiam-recomendacao-de-suspender-missas-e-cultos-diante-da-pandemia-do-coronavirus.html> (accedido 06 abril 2020).

PNUD - United Nations Development Programme (2020) Human Development Report 2020: The next frontier Human development and the Anthropocene. Report, United Nations Development Programme, EUA, marzo.

Poder 360 (2020) Bolsonaro lança vídeo com slogan #OBrasilNãoPodeParar. Poder 360, 27 marzo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/bolsonaro-lanca-video-com-slogan-obrasilnaopodeparar/> (accedido 07 abril 2020).

Presidência da República (2020a) Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão. *Presidência da República Federativa do Brasil*, 08 abril. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-de-radio-e-televisao-4> (accedido 09 abril 2020).

Presidência da República (2020b) Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Anúncio do Resultado do Estudo Clínico COVID-19 - MCTI - Palácio do Planalto. *Presidência da República Feder-*

ativa do Brasil, 19 octubre. Disponible en: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-anuncio-do-resulta-do-do-estudo-clinico-covid-19-mcti-palacio-do-planalto> (accedido 25 octubre 2020).

Ramonet I (2020) La pandemia y el sistema mundial. *Le Monde Diplomatique en Español*, 25 de abril. Disponible en: <https://mondiplo.com/la-pandemia-y-el-sistema-mundo> (accedido 09 mayo 2020).

Rawlinson K (2020) 'This enemy can be deadly': Boris Johnson invokes wartime language. *The Guardian*. Disponible en: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/17/enemy-deadly-boris-johnson-invokes-wartime-language-coronavirus> (accedido 20 out. 2020).

Reuters (2020) 'Lead by example': China urges debt suspension for poor nations. *Aljazeera*, 17 abril. Disponible en: <https://www.aljazeera.com/economy/2020/4/17/lead-by-example-china-urges-debt-suspension-for-poor-nations> (accedido 20 mayo 2020).

Rosanvallón P (2020) *El siglo del populismo: Historia, teoría, crítica*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 1-27.

Sakamoto L (2020) Coronavírus e bolsonarismo são doenças que desafiam o país, diz Flávio Dino. *Portal UOL*, 30 marzo. Disponible en: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/30/coronavirus-e-bolsonarismo-sao-doencas-que-desafiam-o-pais-diz-flavio-dino.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola> (accedido 02 mayo 2020).

Snow D y Benford R (1988) Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. In: Tarrow S et al. (ed) *From Structure to Action: Comparing Social Movement Research across Cultures*. Greenwich: JAI Press.

South Africa Government (2020) President Cyril Ramaphosa: South Africa's Economic Reconstruction and Recovery Plan. Disponible en: <https://www.gov.za/speeches/president-cyril-ramaphosa-south-africa%E2%80%99s-economic-reconstruction-and-recovery-plan-15-oct#>

(accedido 28 noviembre 2020).

Terra Notícias (2020) Religiosos se unem a Bolsonaro e negam riscos da COVID-19. Deutsche Welle, 02 abril. Disponible en: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/religiosos-se-unem-a-bolsonaro-e-negam-riscos-da-COVID-19,c6162ef99548c156c502776ed2af5739ji0jct26.html> (accedido 08 abril 2020).

The Moscow Times (2020) Russia to Start Mass Deliveries of Coronavirus Vaccine Next Month. Disponible en: <https://www.themoscowtimes.com/2020/08/31/russia-to-start-mass-deliveries-of-coronavirus-vaccine-next-month-a71285> (accedido en 30/08/2020).

The White House (2020a) President Trump Addresses the Nation. *The White House Archived*, Washington. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=6a1Mdq8-_wo&list=PLRJNAhZxtqH-fd1x12yYa-hKux-oZ8Npnz&index=67&ab_channel=TheWhiteHouse (accedido 28 marzo 2021).

The White House (2020b) Remarks by President Trump, Vice President Pence, and Members of the Coronavirus Task Force in a Fox News Virtual Town Hall. *The White House Archived*, Washington, 24 marzo. Disponible en: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-vice-president-pence-members-coronavirus-task-force-fox-news-virtual-town-hall/> (accedido 21 julio 2020).

Lockdown no Brasil: polarização política infectando o discurso sanitário sobre a COVID-19

Marcelo Santos, Oscar Jaramillo Castro e Verónica Rocamora

Dia 26 de fevereiro foi detectado o primeiro caso de infecção por SARS-CoV-2 no Brasil, um mês depois seria anunciada a primeira morte. Os meses que viriam deixariam a desnudo o paradoxo entre a estrutura sanitária adequada do SUS para responder à emergência (Henriques, Pessanha e Vasconcelos, 2020) e as limitações profundas da estrutura política e da conjuntura brasileira, por conta da divisão federativa (Schaefer et al., 2020) e da polarização política, para o combate a uma pandemia de tais proporções. Em meados de maio de 2020, o Brasil avançava rápido para as 20.000 mortes, enquanto seis governadores e diversos prefeitos implementavam medidas não farmacológicas mais restritivas, sendo a mais radical o *lockdown* (Duarte de Souza, 2020). A polarização no campo político pouco a pouco extravasava para o campo da crise sanitária (Henriques, Pessanha e Vasconcelos, 2020; Valverde, 2021) e, desde então, parece que a orientação política passou a identificar um posicionamento quanto aos tratamentos e medidas, de forma perigosamente promíscua, como outra dimensão de infecção da pandemia.

Esta complexidade se dá em um país em que a confiança em partidos, congresso e governo ronda a casa dos 10% após uma queda brusca no esteio do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (Latinobarómetro, 2018) e no qual o atual presidente constantemente ataca a imprensa que não joga seu jogo. Em 2018 - antes, portanto, da crise do COVID-19

–, Bolsonaro realizou 116 ataques verbais contra jornalistas (Newman et al., 2020), número que subiu para 299 nos primeiros 9 meses de 2020, impressionante média superior a um por dia (FENAJ, 2020). O governo federal, no lugar de trabalhar em conjunto com a comunidade científica, a critica, frequentemente minimizando a pandemia. Em vários episódios, fica evidente uma espécie de tentativa de sabotagem, tais como a resistência do governo em repatriar cidadãos no exterior, reticências em relação à vacina e demora exacerbada em obter acordos comerciais, obstrução no congresso do apoio financeiro à população entre outros. Ao fracassar, tem lugar uma mudança brusca de rumo (Henriques e Vasconcelos, 2020), seguida de uma tentativa torpe de capitalizar politicamente todos estes pontos. Tal atitude, legando quase que completamente a responsabilidade aos governos locais, pulverizou a reação da sociedade brasileira e gerou uma resposta incoerente e descoordenada, com perda de eficiência. Neste cenário, é de se esperar que o cidadão fique confuso com relação a que fonte deve consultar para deliberar sobre questões centrais para a sua vida (como o risco de adoecimento), gerando um terreno extremamente fértil para a propagação de desinformação (Henriques e Vasconcelos, 2020).

O presente capítulo é um estudo exploratório desta situação em, ao menos, dois sentidos: metodológico e epistemológico. Por um lado, a exploração se dirige à combinação de métodos digitais (Rogers, 2015) que tratam de dar conta de um “alvo em movimento” (Weller, 2020). Para tanto, identificamos e analisamos as principais fontes difundidas por usuários de declarada posição política em meio à discussão sobre as medidas não farmacológicas de restrição da mobilidade e da sociabilidade (alinhado a Bolsonaro ou ao lulopetismo; ou ao revés: anti-bolsonaro ou anti-lulista/ antipetista). Por outro lado, o estudo indaga, de forma também exploratória, como se dão as dinâmicas de discussão de temas polêmicos como este, que são contaminados por uma polarização política cujos traços apontam mais para elementos afetivos do que ideológicos (Santos, 2020). Sem dúvida, a prevalência de elementos afetivos foi potencializada pela gestão negacionista do governo federal, acusado inclusive de adotar uma “estratégia institucional para espalhar o coronavírus” (Brum, 2021). Em particular, o presidente Bolsonaro tem sido amplamente acusado de *genocida*, inclusive pelo ex-presidente Lula (Blasberg, Glüsing e Kollenbroich, 2021), e sua gestão foi responsabilizada pelos milhões de adoecidos e os centenas de milhares de mortos - mais de 500 mil a princípios de agosto de 2021. Es-

tudaremos tais dinâmicas através das principais URLs compartilhadas por diferentes tipos e grupos de usuários, assumindo que a escolha dos referentes compartilhados em uma discussão pública no Twitter aponta para um processo de seleção potencialmente revelador de sesgos ideológicos.

Este capítulo se estrutura da seguinte forma: em primeiro lugar, apresentaremos um marco teórico sobre polarização, pandemia e desinformação, do qual surgem nossas perguntas. Em seguida, apresentaremos os aspectos metodológicos, incluindo a coleta, visualização e análise dos dados. Finalmente, discutimos resultados e formulamos algumas conclusões.

Infodemia e sobrecarga informativa

A pandemia do Covid-19 tem sido acompanhada de um aumento exponencial dos fluxos de informação sobre saúde, chegando a provocar aquilo que a OMS denunciou como Infodemia. De acordo com tal organização internacional, a infodemia ocorre quando há “informação em demasia, incluindo informação falsa ou enganosa em entornos digitais ou físicos durante o surto de uma doença” (WHO, 2021). O entorno informativo desta pandemia, que à mídia tradicional somou um cenário de alta penetração da internet e de redes sociais digitais, provocou uma alta exposição das pessoas à informação de saúde em um curto espaço de tempo. Desta forma, por um lado houve maior circulação de informação científico-técnica, que requer um certo treino ou conhecimentos específicos para sua adequada compreensão. Por outro lado, também houve maior exposição à informação não verificada, tanto falsa como enganosa (Viswanath et al., 2020). Uma das principais consequências deste cenário para as pessoas foi a sobrecarga informativa, entendida como a situação em que tanta informação disponível se converte em um obstáculo para a tomada de decisão, em vez de ajudar (Bawden e Robinson, 2020). Diversas pesquisas têm focado na sobrecarga informativa para compreender alguns fenômenos associados à comunicação em saúde durante a crise do Covid-19 (Khalil et al., 2020; Mohammed et al., 2021; Soroya et al., 2021). Dentre as consequências da sobrecarga informativa estão o aumento da ansiedade, a sensação de incerteza, de falta de controle, levando as pessoas, em certos

casos, a tomar decisões prejudiciais para sua saúde (Galhardi et al., 2020; Mohammed et al., 2021). No caso brasileiro, por exemplo, um monitoramento de informação falsa realizado por Galhardi et al. (2020) aponta que 85% das informações falsas denunciadas a um aplicativo de verificação de conteúdo diziam respeito a tratamentos caseiros para prevenir ou curar o Covid-19.

A capacidade de entregar informação oportuna à população afetada é reconhecida, no campo da comunicação de riscos, como um dos elementos centrais para a gestão das crises sanitárias (OMS, 2018). Não obstante, se não tomar em consideração a sobrecarga informativa, isto poderia representar um fracasso em ditas estratégias comunicacionais. Portanto, é necessário compreender o fenômeno de forma integral e não focalizar somente na informação que circula. Em linha com Viswanath et al. (2020), cabe perguntar como as desigualdades sociais se traduzem no campo comunicacional, reproduzindo ou gerando novas desigualdades tanto em relação ao acesso à informação de qualidade como na capacidade de processá-la. Por outro lado, no marco da comunicação de riscos, enfatiza-se a importância da confiança como elemento relevante para conseguir que a população leve em consideração as medidas recomendadas. Em um contexto em que governo central, governos regionais e locais e organizações científicas dificilmente estão alinhadas, é de se esperar grande dificuldade em selecionar e discernir fontes confiáveis de informação.

Para complicar este cenário, um estudo da ONG AVAAZ aponta que 73% dos brasileiros acreditou, pelo menos, em uma informação falsa sobre a pandemia, uma média superior a outros países medidos no estudo (AVAAZ, 2020). O WhatsApp é apontado como a fonte principal de desinformação (AVAAZ, 2020), contabilizando mais de 70% das informações falsas denunciadas para o aplicativo de Galhardi et al. (2020).

Polarização e Lockdown no Brasil

Quando falamos de polarização, estamos falando de um fenômeno complexo e com muitas arestas. O Brasil vem imerso em um processo de polarização crescente desde as jornadas de junho de 2013 (Machado e Miskolci, 2019). Essa polarização não avançou de forma linear, mudando

de configuração na medida em que a conjuntura nacional evoluía. Embora o antipetismo fosse uma das facetas mais visíveis nas ruas, o que alimentou os protestos contra o governo Dilma Rousseff não foi a ideologia, mas, sim, a desconfiança generalizada com a política institucional, epitomizada na alcunha de fim da corrupção (Ortellado, Solano e Moretto, 2016).

Portanto, a mobilização social de 2016 foi antes um desenlace do que um catalisador. Desde as jornadas de junho, em 2013, cresceu no país uma “retórica anti-partidária” (Machado e Miskolski, 2019) disfarçada de combate à corrupção, que teve como resultado o que Lula chamou de “criminalização da política” (Blasberg, Glüsing, e Kollenbroic, 2021). A partir das jornadas de junho, o esvaziamento paulatino do embate de ideias (Porto e Brandt, 2015) deu lugar à identificação política a partir da negação do outro (Ortellado, 2019) e afirmação ideológica absoluta: socialismo, petismo, lulismo, bolsonarismo gradualmente perderam importância ante o antipetismo, o antilulismo e um nascente anti-bolsonarismo.

A modo de exemplo, Santos (2020) observou na ascensão da hashtag #bolsonaro2018 no contexto do impeachment de Dilma Rousseff (31/08/2016) uma atividade incomum em que, após um primeiro impulso artificial (robô ou ciborgue), os próprios detratores de Bolsonaro deram visibilidade para a hashtag. A explicação dada para tal fenômeno é a polarização, não obstante um tipo particular que é a polarização afetiva, em que “a comunidade de opositores, em vez de ignorar a anomalia, respondeu com uma indignação plasmada em tuits contrários a Bolsonaro, porém incorporando a hashtag, que a tornou mais e mais visível” (Santos, 2020: 192). Argumentamos que este movimento de negação política do outro a partir dos afetos gerou um paralelismo entre orientação política e posicionamento sobre as medidas sanitárias, mais fundamentado nas emoções que na deliberação racional, argumentativa. Este estudo se limita a analisar tal paralelismo, sem, no entanto, aprofundar no campo das emoções, que poderia, não obstante, ser outra linha de pesquisa importante no contexto atual.

Portanto, à infodemia e à sobrecarga informacional cabe agregar outra particularidade da atual crise socio-sanitária, presente em uma diversidade de nações: a instrumentalização política da pandemia, em especial considerando que as medidas sanitárias vêm afetando a governabilidade e gerado enfrentamentos entre governos, situação e oposição (Tetelboin et al., 2021). Em contextos em que a pandemia se entremeia na

polarização política, abrem-se precedentes para um paralelismo perigoso entre radicalismo político e certa linha de ação em meio à crise sanitária. Hedahl e Rieder defendem que, em contextos de radicalização das posições extremas, “não é possível ganhar um argumento com alguém cujo objetivo é manter os outros falando sobre suas arraigadas crenças infundadas” (Hedahl e Rieder, 2017: 8, tradução livre). No caso brasileiro, não apenas o desalinhamento, mas as frequentes colisões frontais do governo federal, em particular Jair Bolsonaro, com a comunidade científica, contradizendo as medidas recomendadas por esta última, gerou grande confusão e as pessoas ficaram sem saber em quê ou quem acreditar (Galhardi, 2020; de Pierro, 2020).

Método

O procedimento metodológico apresentado abaixo segue a linha de outros projetos também focados na polarização no Twitter (Santos, Jaramillo Castro e Aguirre, 2021; Barberá et al., 2015). Consiste em um método misto que une análises quantitativas e qualitativas, principalmente sustentados por Análise de Redes Sociais (ARS), Análise de Conteúdo e Analítica de Mídia Social. A ARS serve para mapear os nexos entre usuários do Twitter, identificar os clusters de usuários (que se relacionam através de retuits, menções, favoritos e respostas) e colocar uma lupa sobre ditos grupos. A Analítica de Mídia Social (Zeng, 2010; Stieglitz et al., 2014) serve para codificar os usuários de forma automática, segundo princípios da Análise de Conteúdo, e para identificar padrões quantitativos nos dados. Ambos os métodos voltam a se cruzar quando os usuários, então codificados, são mapeados em cada cluster, para identificar a orientação política do cluster em si e a posição dos usuários na rede. Em seguida, procede-se à extração e análise quantitativa e qualitativa das URLs usadas, cruzando a categorização dos usuários e seus respectivos clusters com os padrões e uso de URL na amostra geral e nos clusters em particular. Assim, realiza-se uma espécie de *auditoria de fontes de informação*, com o propósito de discutir as URLs selecionadas por cada usuário e os padrões que se geram como resultado de tais escolhas.

Captura de dados

O corpus de estudo está composto por uma rede de 16.674 vértices (ou nós) que apresentam entre si 20.190 relações que os conectam. Cabe notar que cada retuit, favorito, resposta ou menção contabiliza uma relação. Portanto, um tuit pode conter mais de uma relação. Os dados foram obtidos diretamente através da API de Twitter com o software de Análise de Redes Sociais (ARS) NodeXL Pro. A busca coletou dados principalmente entre 18 e 20 de maio de 2020, momento em que se discutiam medidas não farmacêuticas mais restritivas. Neste período, diversos prefeitos e governadores estavam aplicando medidas mais rigorosas para conter o avanço do vírus (Duarte de Souza, 2020). Em particular, dia 19 se votou a antecipação de dois feriados em São Paulo, região mais populosa do país com aproximadamente 46 milhões de habitantes (IBGE, 2020), como medida para aumentar o isolamento. A *query* usada foi:

(Brasil AND (quarentena OR isolamento OR lockdown OR “lock down” OR #fiqueemcasa OR “fique em casa”))

A aplicação dos operadores booleanos AND e OR visa obter resultados mais precisos e exaustivos em torno ao tema de interesse, pois diversas palavras-chave foram usadas para referir-se às medidas de distanciamento e restrições de movimento. Traduzindo a *query*, o software capturou as mensagens que tivessem alguma das seguintes expressões, obrigatoriamente relacionadas à palavra “Brasil”: *quarentena, isolamento, lockdown, lock down, fique em casa, #fiqueemcasa*. Possivelmente, esta opção, cujo objetivo foi situar as mensagens no contexto brasileiro, possa ter gerado um sesgo nacionalista na amostra, que, ao final, revelou-se muito mais representada por usuários vinculados ao bolsonarismo e ao anti-lulopetismo.

Análise de Clusters

Após obter a rede de nós e relações, utilizou-se NodeXL Pro para processar os dados e identificar as medidas de centralidade da rede como

um todo, bem como de cada vértice. Além disso, realizou-se mineração de texto para extrair as URLs, palavras-chave, bigramas e hashtags usadas nos textos dos tuits. Finalmente, realizou-se uma análise de clusters dos vértices (Hansen et. al., 2019) e gerou-se um grafo para visualizar a estrutura da rede gerada pelos clusters.

É importante ressaltar que a análise de cluster que se realiza no âmbito da ARS tem diferenças importantes com a análise no campo dos métodos estatísticos de análise multivariada de classificação (Hansen y otros, 2020; Rodrigues, 2011). A principal diferença reside em que, na ARS, os clusters se estabelecem através de conexões que os vértices geram entre eles como retuits, respostas etc. (Himmelboim et al., 2017; Hansen et al., 2020), ao passo que, nos métodos estatísticos, as variáveis ou casos são classificados a partir de padrões observados nos dados ou variáveis colhidos na base de dados (Cea D’Ancona, 2004).

Para a análise de cluster realizada no NodeXL, utilizou-se o algoritmo Clauset-Newman-Moore, o qual, como apontam seus criadores, consiste em um método de classificação hierárquico aglomerativo, baseado em dendrogramas ou árvores hierárquicas (Clauset e outros, 2008). O método é de caráter ascendente. Isto implica que, no início da análise, temos a mesma quantidade de grupos e vértices, mas em seguida se aglomera um nível, de forma a criar um grupo com cada par que se relaciona; depois outro grupo com que outro vértice este par se relaciona e assim por diante, até que todos os vértices da rede estejam classificados em um grupo ou cluster (Cea D’Ancona, 2004; Clauset et al., 2008). O algoritmo, portanto, usa como critério de corte a modularidade de cada cluster (Clauset et al., 2004, 2007, 2008).

A modularidade de uma rede ou cluster mede o quão bem conformado está um grupo, ou seja, calcula a proporção de relações que se produzem no interior do grupo (Clauset et al., 2004; De Nooy, 2005; Hansen, 2019). O algoritmo Clauset-Newman-Moore funciona segundo a premissa que a maior parte das relações se produzem no interior do cluster e somente um pequeno número de relações conecta usuários entre clusters (Clauset y otros, 2008).

Não são todos os clusters que nos interessam no marco desta pesquisa, mas somente aqueles que giram em torno de discussões com fontes; em outras palavras, aqueles que têm URLs no corpo do tuit. Para a análise, foram selecionados os clusters com mais de 10% de presença de URL nas

mensagens, conforme vê-se a seguir:

Tabela 1: Porcentagem de URLs nos clusters. Os que têm 10% ou mais são 3, 4, 6, 7, 8, 11, 16 e 20

Clusters com URL

Cluster	URL/NoURL	
	NoURL	URL
1	100%	0%
2	100%	0%
3	84%	16%
4	23%	77%
5	99%	1%
6	73%	27%
7	59%	41%
8	87%	13%
9	99%	1%
10	99%	1%
11	90%	10%
12	99%	1%
13	92%	8%
14	98%	2%
15	99%	1%
16	54%	46%
17	94%	6%
18	91%	9%
19	96%	4%
20	70%	30%

Análise de Conteúdo

Em paralelo à análise de cluster, procedeu-se a uma análise de conteúdo com base no perfil dos usuários da amostra. O procedimento consistiu em uma categorização em duas etapas: inicialmente, codificou-se os usuários por presença de palavras-chave significativas presentes na biografia (ver Tabela 2); em seguida, os usuários selecionados foram revisados manualmente, um por um, para assegurar a interpretação adequada da palavra-chave (e.g.: “bolsonaro” ou “anti-bolsonaro”).

Tabela 2: Lista de palavras-chave para identificar usuários cuja posição política está declarada em seu perfil

Lista de Palabras-Chave		
Direita	Esquerda	Científicos
mito	antifa	ciência
conservador	socialista	medic*
patri* (patriota, patria etc.)	progressista	médic*
pátria	bozo	acadêmic*
anti-pt	humanista	mestre
anti-petista	petista	pesquisador
anti-esquerdista	PT	doutor
anti-esquerda	esquerda	instituto
anti-comunista		professor universitário
anti pt		professora universitária
anti petista		
anti esquerda		
família		
direita		
BR		
Bolsonaro		

Enquanto *direita* está identificada com o patriotismo, a bandeira do Brasil, Bolsonaro e variedades de “anti” (Lula, PT, comunismo), a *esquerda* foi operacionalizada como apoio a Lula ou ao PT, progressismo e rejeição a Bolsonaro, mediante a seleção de termos depreciativos como “Bozo”. Finalmente, *científicos* são aqueles cujas biografias têm palavras-chave vinculadas ao conhecimento formal, como professor/a universitário/a, acadêmico/a, mestre etc. A revisão manual assegurou que não houvesse “falsos positivos” na interpretação das palavras-chave no contexto da mensagem, procedendo, caso necessário, a uma revisão das publicações no Twitter ou outras redes sociais declaradas no próprio perfil.

As etiquetas usadas não têm a pretensão de realizar uma leitura profunda destes termos: *esquerda*, *direita*, *científicos*. Não ignoramos que se, por um lado, grande parte de quem se define como direita não se sente identificado com Bolsonaro, analogamente, Lula, PT e progressismo estão longe de ser uma síntese da “esquerda” no Brasil. O procedimento tem como objetivo distinguir vertentes antagônicas em um cenário de polari-

zação, mais do que discutir as sutilezas da orientação política do brasileiro neste momento da história nacional.

Resultados e Discussão

Usuários e Clusters

A partir da análise de conteúdo, foram codificados 1.728 usuários de um total de 16.301 (11%). Os mesmos foram responsáveis por 2.157 de 18.251 tuits (12% da amostra). O primeiro resultado digno de nota é o predomínio absoluto de usuários que identificamos como “direita”, com quase três quartos dos usuários codificados com esta orientação (Tabela 3), o que pode ser efeito do uso da palavra “Brasil” na busca, bem como da maior quantidade de palavras-chave relacionadas a esta orientação política no processo de codificação.

Tabela 3: Número e proporção de usuários codificados segundo palavras-chave de sua biografia

Orientação	#	%
Esquerda	362	21%
Direita	1.274	74%
Científicos	92	5%
Total	1.728	

Os usuários codificados foram, então, identificados em seus respectivos clusters, com o fim de observar se havia predominância de um ou outro tipo de usuário (Tabela 4). Dos oito clusters selecionados por ter mais de 10% de URLs em suas mensagens, quatro tem o predomínio claro de usuários de direita (3, 11, 16, 20) e um de esquerda (cluster 6). O cluster 4 não parece ter orientação marcada (já veremos a razão disso). O cluster 7 é relativamente distribuído, sem apresentar orientação evidente. Já o cluster 8 tem uma leve predominância de usuários de esquerda, mas com uma proporção razoável de usuários científicos. A ausência de usuários

mais radicais nos clusters 4 e 7 é um indicador de que, provavelmente, são grupos mais moderados e/ou diversos.

Tabela 4: Incidência de usuários codificados como Científicos, Direita e Esquerda nos clusters com mais de 10% de URLs, codificados segundo o perfil do usuário

Cluster	Modularidade	Código				Classificação Cluster
		Científicos	Direita	Esquerda	Outros	
3	0.96	1.1%	26.1%	1.2%	71.6%	Direita
4	1.00	1.3%	4.7%	3.2%	90.7%	Equilibrado
6	0.95	0.8%	0.5%	18.0%	80.6%	Esquerda
7	0.93	1.7%	4.7%	2.8%	90.9%	Equilibrado
8	0.96	1.2%	0.0%	6.4%	92.4%	Esquerda
11	0.89	0.8%	26.5%	0.5%	72.1%	Direita
16	0.92	1.0%	43.3%	0.0%	55.7%	Direita
20	0.89	0.0%	42.1%	0.7%	57.2%	Direita

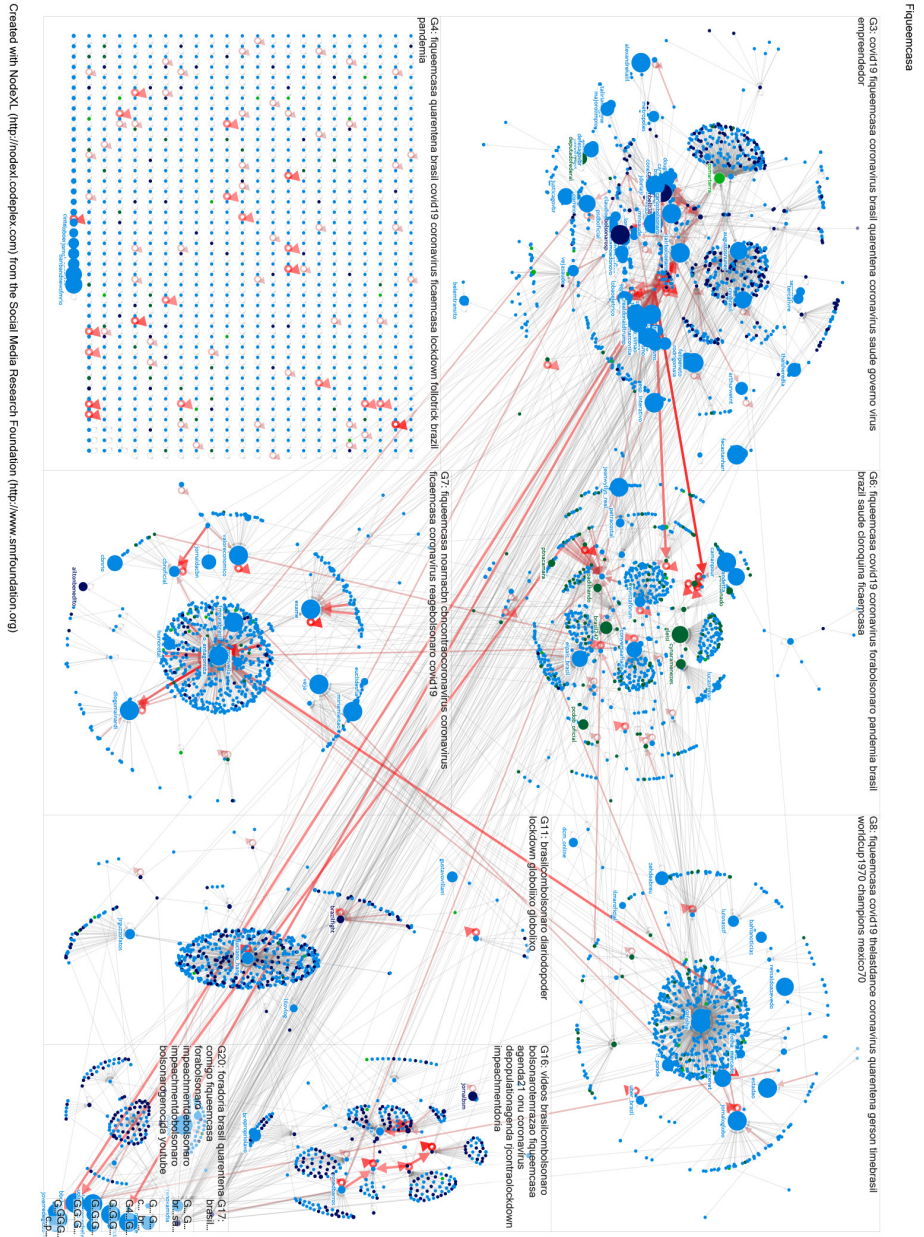
Métricas e visualização de ARS

Para poder apreciar o nível de hermetismo dos clusters, calculamos a modularidade, um índice que mede a proporção de conexões internas (com outros membros do mesmo cluster) em relação à totalidade de conexões dentro do cluster. Os resultados estão na tabela 4 e mostram uma alta modularidade em geral, ou seja, um baixo grau de conexões com os outros clusters. A título de exemplo, se o cluster 3 tem modularidade = 0.96, isso significa que 96% das relações se dão entre vértices que estão dentro do cluster.

A figura 1 (grafo) e as tabelas 5 (hashtags, bigramas e palavras mais usadas), 6 e 7 (fontes mais usadas em cada grupo de clusters) permitem observar mais de perto a estrutura e os conteúdos circulados nos clusters e a posição dos usuários codificados como radicais ou científicos em seus respectivos grupos. O cluster 3, com mais membros e conexões, apesar de

contar com algumas conversas favoráveis ao *lockdown*, está dominado por mensagens em torno de dois célebres bolsonaristas: o jornalista Augusto Nunes e o deputado (e médico) Osmar Terra, ex-ministro da Cidadania do governo Bolsonaro. Suas mensagens são desfavoráveis ao *lockdown* e a mensagem mais popular do cluster tem caráter conspiracionista, pleiteando a instrumentalização do *lockdown* para a posterior venda “a preço de banana para o PCC”, e foi propagada por um usuário que foi posteriormente suspenso, chamado “@Bolsotroopers”. O cluster 4, por sua vez, é um conjunto de usuários desconectados não apenas dos demais clusters, mas também entre si (ver Figura 1), lembrando aquilo que Castells chamou de *autismo eletrônico*: “garrafas lançadas no oceano da comunicação global” (2009: 102-3), na vã esperança de que alguém leia. Já o cluster 6 gira em torno de meios com características mais associadas à esquerda, como a Revista Fórum e o Conversa Afiada, blog de Paulo Henrique Amorim, agora desativado após o falecimento do jornalista em 2019. É o único cluster que apresenta fontes marcadamente identificadas com a esquerda ou com valores frequentemente associados com a esquerda (progressismo, anti-capitalismo, anti-neoliberalismo), como Sputnik News (a agência de notícias do estado Russo), Brasil 24/7 e Jornal GGN (ver Tabela 7).

Figura 1: Grafo da rede com os clusters analisados. Esquema de cores: Direita em azul escuro, científicos em verde claro, esquerda em verde escuro e outros em azul claro (Fonte: Elaborado com NodeXL Pro).



Nota-se certa isonomia entre os clusters 7 e 8, provavelmente devido ao fato de que a conversa se dá em torno de meios de comunicação: O Antagonista e a Folha, respectivamente. A presença de outros meios no cluster 7 é o elo que une os usuários de diferentes tendências em um dos únicos clusters classificados como “equilibrado” (o outro sendo o 4, no qual não se gera uma rede propriamente dita). Já o Grupo 11 orbita em torno de Luciano Hang, empresário e um dos mais emblemáticos apoiadores de Bolsonaro, e dois outros “influenciadores” com a mesma orientação política. Hang também está com sua conta suspensa no Twitter, no contexto do inquérito das *fake news*, sob acusação de espalhar notícias falsas (Istoé, 2020). O cluster 16 gira em torno das críticas ao isolamento, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo. A um ano da coleta de dados, dos dez conteúdos mais compartilhados neste grupo, enquanto escrevemos este texto, três deles não estão acessíveis, porque o conteúdo não está na URL compartilhada, e um dos usuários está suspenso. Já no cluster 20, também muito crítico ao isolamento, a conta do “usuário” mais retuitado (CarlosA45690926, um nome com característica de usuário criado por software), também está suspensa.

A Tabela 5 ajuda a interpretar qualitativamente as temáticas principais que emergem nas estruturas de rede mostradas na figura 1, mostrando as principais hashtags, palavras e bigramas (pares de palavras). Apesar de não ser o foco principal deste estudo, pode-se inferir um grau de polarização afetiva naqueles clusters classificados como Direita, no quais observa-se, por exemplo, o uso de adjetivos e chamados à ação nos bigramas, (C3: “radical,irresponsável” e “irresponsável,imposto”; C11: “acorda,brasil”) ou nas hashtags (C11: globolixo; C16: depopulationagenda, impeachmentdoria).

Tabela 5: Propriedades básicas e palavras mais usadas dos clusters analisados

Cluster	Vértices	Relações	Valência *	Principais Hash-tags	Principais palavras	Principais Bigramas
C3	1024	1991	Direita	covid19 fiqueemcasa coronavirus brasil quarentena coronavírus saude governo virus empreendedor	brasil não isolamento em lockdown quarentena governadores estão mais pandemia	quebrar,brasil agosto,nunes nunes,augustosnunes augustosnunes,falando falando,verdades verdades,isolamento isolamento,radical radical,irresponsável irresponsável,imposto imposto,governadores
C4	927	1029	Eq.	fiqueemcasa quarentena covid19 coronavirus ficaemcasa lockdown follo trick brazil pandemia	brasil em quarentena não isolamento os mais lockdown uma dia	isolamento,social covid,19 em,casa quarentena,brasil brasil,não em,quarentena aqui,brasil brasil,em são,paulo brasil,tem
C6	762	1042	Esq.	fiqueemcasa covid19 coronavirus forabolsonaro pandemia brasil brazil saude cloroquina ficaem-casa	isolamento em bolsonaro brasil não quarentena contra social os fora	isolamento,social covid,19 contra,isolamento morre,suspeita suspeita,covid isolamento,morre em,são participou,ato ato,contra professor,participou
C7	725	902	Eq.	fiqueemcasa noar-nacbn cbncontrao-coronavírus coronavirus ficaemcasa coronavirus reagebolsonaro covid19	verdade não faz tem em lockdown quarentena brasil saúde ministro	verdade,não não,faz não,-tem brasil,não faz,quarentena quarentena,verdade faz,lockdown lockdown,-verdade faz,testes testes,em
C8	703	1267	Esq.	fiqueemcasa covid19 thelastdance coronavirus quarentena gerson timebrasil worldcup1970 champions mexico70	em brasil isolamento não os uma casa hoje folha minha	brasil,uma em,casa casa,em paradoxo,prevenção prevenção,sucesso sucesso,isolamento isolamento,deixa deixa,pessoas pessoas,relaxarem relaxarem,achando
C11	599	641	Direita	brasilcombolsonaro diariodopoder lockdown globoliixo globolixo	não brasil em isolamento voltar vamos lockdown nas ao trabalho	ao,trabalho acorda,brasil voltar,ao lockdown,não não,tem tem,nenhum nenhum,embasamento embasamento,cientifico cientifico,em em,florianópolis

Tabela 5: Propriedades básicas e palavras mais usadas dos clusters analisados

Cluster	Vértices	Relações	Valência*	Principais Hash-tags	Principais palavras	Principais Bigramas
C16	310	459	Direita	vídeos brasil-combolsonaro bolsonarotemrazaofiqueemcasa agenda21 onu coronavirus depopulationagenda rjcontraolockdown impeachmentdoria	brasil notícias em não isolamento lockdown agora isso contra tem	gazeta,brasil brasil,apresenta apresenta,últimas últimas,notícias notícias, governo governo,bolsonaro bolsonaro,lava lava,jato jato,planalto planalto,-congresso
C20	146	162	Direita	foradoria brasil quarentena comigo fiqueemcasa forabolsonaro impeachmentbolsonaro impeachmentbolsonaro bolsonarogenocida youtube	brasil isolamento os stf exclusivo corruptos carta branca médico fala	carta,branca branca,stf exclusivo,médico médico, fala fala,toda toda,verdade verdade,isolamento isolamento,diz diz,pior pior, distanciamento

* Esq. = Esquerda; Eq = Equilibrado

Fontes

Observando mais de perto as 5 fontes mais mencionadas em cada cluster, temos que, de forma geral, os clusters identificados como “direita” usam mais fontes de duvidosa qualidade, inclusive fontes denunciadas pela reiterada circulação de desinformação, como é o caso de *Conexão Política*, *Gazeta Brasil* (Nalon e Ribeiro, 2020) e *Notícias Brasil Online* (Caesar, 2018).

Tabela 6: Principais fontes usadas nas conversas nos clusters de direita. Fontes ressaltadas em vermelho são aquelas com histórico de propagar desinformação

Tuits	Cluster	Valencia	Top 5 Domínios	# Tuits	% tuits	Soma % URL
945	3	Direita	jornalcontabil.com.br	115	12%	28%
			oantagonista.com	61	6%	
			noticiasdatv.uol.com.br	52	6%	
			correiobrasiliense.com.br	22	2%	
			noticiasbrasilonline.com.br	16	2%	
596	11	Direita	oantagonista.com	27	5%	11%
			veja.abril.com.br	27	5%	
			diariodopoder.com.br	7	1%	
			conexapolitica.com.br	6	1%	
			valorinveste.globo.com	1	0%	
305	16	Direita	gazetabrasil.com.br	190	62%	77%
			agoranoticiasbrasil.com.br	18	6%	
			msn.com	17	6%	
			tribunadebrasil.com.br	5	2%	
			conexapolitica.com.br	4	1%	
145	20	Direita	youtube.com	34	23%	37%
			ipco.org.br	16	11%	
			br.noticias.yahoo.com	1	1%	
			exame.com	1	1%	
			meioemensagem.com.br	1	1%	

Chama também a atenção a baixa incidência de fontes tradicionais como G1, El País, Estadão, O Globo, Veja, Exame, entre outros, que aparecem em clusters de esquerda e equilibrados (Tabela 7). No cômputo geral, estes veículos tradicionais de mídia têm menos projeção do que fontes como O Antagonista e, mais importante, Gazeta Brasil (ver Gráfico 1). Finalmente, é relevante notar como o cluster 16 tem 0.92 de modularidade e 62% de suas URL pertencem ao domínio da *Gazeta Brasil*, site propagador de desinformação. Este tipo de configuração pode ter como efeito um “aumento do extremismo e das crenças políticas, o que contribui para constituir uma esfera pública parcial, com falsa percepção de consenso”

(Recuero e Gruzd, 2019: 46).

A tabela 7 mostra os principais domínios usados nos clusters classificados como *esquerda* ou *equilibrados*. O cluster 4, como vimos, tem 100% de conexões internas, ou seja, não apresenta interface com nenhum outro cluster. Trata-se de um agrupamento auto-referenciado de usuários que publicam seus conteúdos no Instagram e difundem no Twitter (Twitter.com é o principal domínio), como fica evidente no grafo (Figura 1). É digno de nota que os clusters de esquerda, tal como os de direita, tem alto índice de modularidade, isto é, também mostram-se muito herméticos. Não obstante, apesar do cluster 6 ter fontes mais identificadas com a esquerda, tanto o cluster 6 como o 8 mostram maior diversidade de fontes “mainstream”. A vantagem desta configuração é que os usuários estão mais expostos a meios que possivelmente podem desmentir notícias falsas circuladas, inclusive por meios alinhados com a esquerda (Faris et al., 2017). Finalmente, é digno de nota a presença d’O Antagonista, meio mais associado com a direita no sentido atribuído neste estudo (antipetismo, por exemplo), em clusters de diferente orientação política, tanto de esquerda como de direita (ver também Gráfico 1 abaixo).

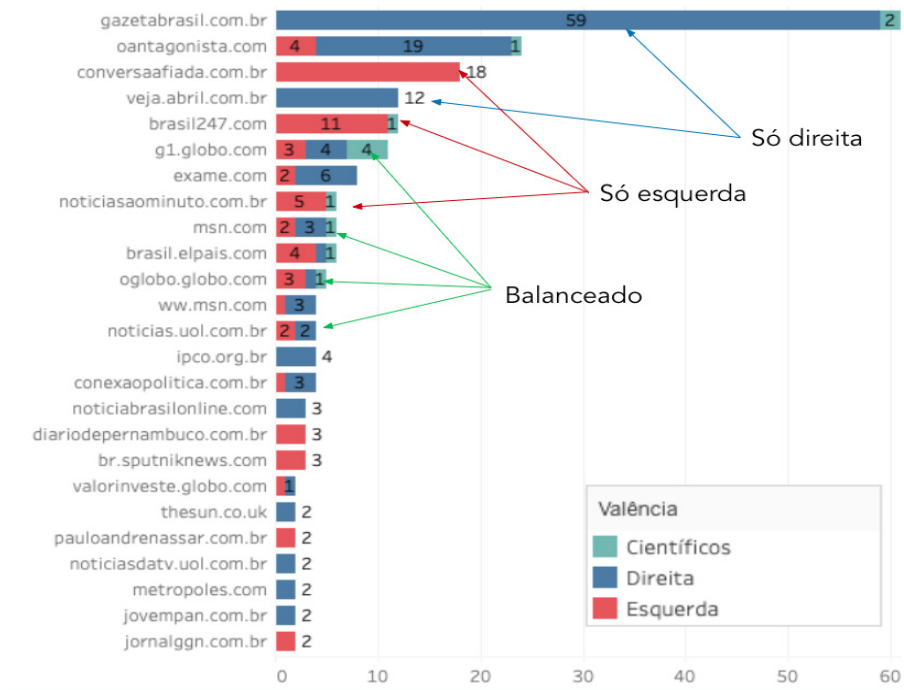
Tabela 7: Principais fontes usadas nas conversas nos clusters de esquerda e equilibrados

Tuits	Cluster	Valencia	Top 5 Domínios	# Tuits	% tuits	Soma % URL
754	6	Esquerda	conversaafiada.com.br	140	19%	32%
			brasil.elpais.com	37	5%	
			brasil247.com	30	4%	
			br.sputniknews.com	17	2%	
			jornalggn.com.br	16	2%	
685	8	Esquerda	oglobo.globo.com	45	7%	14%
			jornalggn.com.br	17	2%	
			oantagonista.com	15	2%	
			brasil.estadao.com.br	12	2%	
			revistaforum.com.br	10	1%	
722	7	Equilibrado	oantagonista.com	276	38%	60%
			exame.com	85	12%	
			valor.globo.com	47	7%	

Tabela 7: Principais fontes usadas nas conversas nos clusters de esquerda e equilibrados

Tuits	Cluster	Valencia	Top 5 Domínios	# Tuits	% tuits	Soma % URL
927	4	Equilibrado	veja.abril.com.br	21	3%	51%
			conversaafiada.com.br	6	1%	
			twitter.com	302	33%	
			instagram.com	98	11%	
			msn.com	27	3%	
			g1.globo.com	24	3%	
			youtube.com	24	3%	

Gráfico 1: Domínios mais usados segundo valência (tipo de usuário codificado)



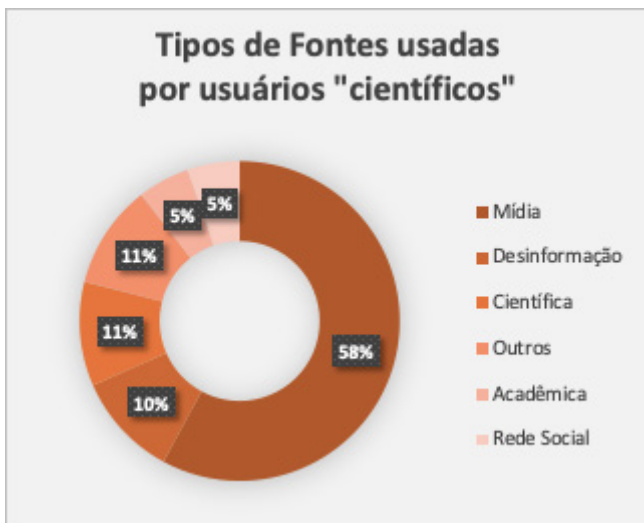
O gráfico 1 deixa em evidência quais meios são adotados por usuários de diferentes orientações. Gazeta Brasil e Veja são referentes difundidos somente por usuários de direita, enquanto o Conversa Afiada, Brasil

24/7 e Notícias ao Minuto (um meio originalmente português) são exclusivos da esquerda. Apesar do baixo número de itens, que pode comprometer conclusões mais definitivas, os meios que aparecem como citados por ambos de forma relativamente balanceada são O Globo, G1 e as notícias do UOL, sendo que os dois primeiros são citados também por usuários científicos.

Também chama a atenção no gráfico 1 que meios como Gazeta Brasil, O Antagonista, Conversa Afiada e Brasil 24/7 recebam mais menções que os meios do grupo Globo, por exemplo. Uma possível interpretação para este resultado seria uma tendência nas redes sociais de perder o sentido de discriminação sobre a confiabilidade da fonte, juntando, por assim dizer, o “joio ao trigo”.

Em relação aos usuários científicos, encontramos um número limitado (92, 5% de toda a amostra), gerando um número limitado de fontes usadas. Mesmo assim, vale observar no Gráfico 2: não apenas se usam poucas fontes científicas específicas do setor da saúde (como o Instituto Butantan) ou acadêmicas (como a Universidade de São Paulo), como também este tipo de usuário, apesar de sua vinculação aparente com o mundo da ciência, também está sujeito à desinformação (em particular a infame “Gazeta Brasil”).

Gráfico 2: Tipos de fontes difundidas pelos usuários codificados como “científicos”



Conclusões

Este estudo aponta para um alinhamento notável entre a orientação política detectada desde a codificação pelas palavras-chave do perfil dos usuários (e posterior extrapolação para os clusters) e a valência das opiniões em relação às medidas não farmacêuticas de contenção da pandemia SARS-CoV-2, tais como: *lockdown*, quarentena, isolamento, #fiqueemcasa. Quem se identifica com o bolsonarismo e/ou anti-lulopetismo se alinha com o discurso crítico e, muitas vezes, com conteúdo infundado sobre a ineficácia de tais medidas; por outro lado, quem se identifica com o anti-bolsonarismo ou com o lulopetismo defende as medidas.

Outro aspecto digno de nota é que, em todos os clusters classificados como “direita”, os autores das mensagens mais populares (o usuário principal nos clusters 3, 11 e 20 e o sexto usuário com mais relações no cluster 16) são usuários cujas contas estão suspensas no Twitter. Adicionalmente, quando não se difunde um canal do YouTube, possivelmente de duvidosa qualidade informativa, a fonte é, frequentemente, um site de notícias falsas, como os já repetidamente denunciados Notícias Brasil Online, Gazeta Brasil e Conexão Política. Surpreendentemente, até mesmo usuários codificados como “cientistas” usam este tipo de fonte que poderíamos chamar, no mínimo, de fontes de baixa qualidade.

Evidentemente, este estudo é exploratório e não queremos afirmar categoricamente o que fazem ou deixam de fazer os acadêmicos e outros profissionais vinculados às ciências no Twitter. Entretanto, fica um alerta para a possível gravidade e profundidade do problema da desinformação no contexto de uma crise sanitária, em que possivelmente até mesmo pessoas com alto nível de educação formal podem se enganar ao escolher suas fontes de informação, em particular no contexto de polarização política que se emaranha com a crise sanitária, como no Brasil, nos Estados Unidos de Trump e tantos outros países. Pesquisas futuras poderiam centrar-se simplesmente em estudar as fontes difundidas pelos usuários científicos, pois muitas vezes podem operar como referentes, como fonte confiável, que cumpriria o papel de curador de conteúdo (Rheingold, 2010). Na amostra estudada, no entanto, nenhum ator central nas discussões é parte dos caracterizados como “científico”, o que em si também é revelador.

É curioso notar que, apesar de um histórico de embate da esquerda

contra a Folha em função de seu alinhamento com a ditadura no Brasil, este estudo sugere que há uma aceitação desse meio ao menos quando se trata de jornalismo científico, no contexto da discussão sobre o *lockdown*. O cluster mais radical de esquerda também faz uso de fontes de duvidosa qualidade. Entretanto, nele, a veiculação de notícias falsas é consideravelmente menor em comparação aos clusters de direita. Portanto, podemos dizer que, no caso de informação veiculada sobre a pandemia no Brasil, também se observa a assimetria segundo a orientação política nas dinâmicas de propagação de fontes no Twitter em meio a um debate polarizado: a direita parece estar mais vulnerável à desinformação ou, em outras palavras, acolhe com mais frequência fontes publicamente denunciadas como falsas.

A mídia tradicional parece ser um ponto de convergência, ao menos na temática abordada neste estudo, pois é usada como referência por ambos os “bandos”. No entanto, cabe destacar que pode ser mencionada criticamente, como no caso do cluster 11, no qual é proeminente a hashtag “globolixo” (ver tabela 5). Possíveis linhas de trabalho futuras poderiam destringir o uso de fontes tradicionais em situações de deliberação polarizadas como esta.

A baixa incidência relativa dos meios tradicionais é, possivelmente, outro sintoma do baixo nível de confiança neste tipo de instituição: em média, 53% dos brasileiros dizem que confiam na mídia (Newman et al., 2020). Esta tendência pode estar associada aos constantes ataques de grupos vinculados a Bolsonaro e do próprio presidente, como citado anteriormente. O cenário atual mostra um aumento de confiança em noticiários menos criticados pelo presidente como a Band News e a Record News, enquanto o grupo Globo (G1, O Globo, Globo News) e o grupo Abril (Veja, UOL, Folha) despencam na confiabilidade dos brasileiros (Newman et al., 2020).

Por fim, chamamos a atenção para os perigos da combinação de três elementos: polarização, hermetismo e desinformação. No atual cenário de polarização, possivelmente de caráter afetivo, com estratégias orquestradas de propaganda computacional para desinformar a população, em meio a redes herméticas de comunicação social e interpessoal, criam-se condições para que usuários tenham uma falsa percepção de consenso. Esta combinação não é apenas deletéria para a democracia, mas também para a saúde dos cidadãos.

Referências

Barberá P, Jost J T, Nagler J, Tucker J A e Bonneau R (2015) Tweeting from left to right: Is online political communication more than an echo chamber?. *Psychological science*, 26(10): 1531-1542. DOI: 10.1177/0956797615594620.

Bawden D and Robinson L (2020) “Information Overload: An Introduction”. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford: Oxford University Press. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228637.013.1360.

Blasberg M, Glüsing, J e Kollenbroic B (2021) Ex-President Lula on Brazil’s Corona Disaster: “It’s the Biggest Genocide in Our History. *Der Spiegel*, 30 de março. Disponível em <https://www.spiegel.de/international/world/ex-president-lula-on-brazil-s-corona-disaster-it-s-the-biggest-genocide-in-our-history-a-ada6e391-14a5-4231-9d9f-212194ecf914>. Acesso em 30/4/ 2021.

Brum E (2020) Study finds that Brazil’s Jair Bolsonaro carried out an ‘institutional strategy to spread the coronavirus’. *El País*, 29 de janeiro. Disponível em <https://english.elpais.com/americas/2021-01-29/study-finds-that-brazils-jair-bolsonaro-carried-out-an-institutional-strategy-to-spread-the-coronavirus.html>. Acesso em 5/5/2021.

Caesar G (2018) Marcela Ross NÃO existe, pesquisa NÃO mostra 94% de apoio à intervenção militar e país NÃO está em estado de sítio: como funciona uma das fábricas de fake news no Brasil. *G1*, 25 de junho. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/marcela-ross-nao-existe-pesquisa-nao-mostra-94-de-apoio-a-intervencao-militar-e-pais-nao-esta-em-estado-de-sitio-como-funciona-uma-das-fabricas-de-fake-news-no-brasil.ghtml>. Acesso em 4/5/2021.

Cea D’ancona MaA (2004) *Análisis multivariable teoría y práctica de la investigación social*. Madrid: Síntesis.

Clauset A, Newman MEJ, Moore C (2004) Finding community structure

in very large networks. *Physical Review E*, 70(6): 066111. DOI: 10.1103/PhysRevE.70.066111.

Clauset A, Moore C, Newman MEJ (2007) “Structural Inference of Hierarchies in Networks”. In E Airoldi, DM Blei, SE Fienberg, et al. (eds.) *Statistical Network Analysis: Models, Issues, and New Directions*. Berlin/Heidelberg: Springer, 1–13.

Clauset A, Moore C, Newman MEJ (2008) Hierarchical structure and the prediction of missing links in networks. *Nature* 453(7191): 98–101. DOI: 10.1038/nature06830.

De Nooy W, Mrvar A, Batagelj V (2018) “Exploratory Social Network Analysis with Pajek: Revised and Expanded Edition for Updated Software”. In *Structural Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press. DOI: 10.1017/9781108565691.

De Pierro B (2020) Epidemia de fake news. *Revista Pesquisa Fapesp*, 7 de abril. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/epidemia-de-fake-news/>. Acesso em 9/5/2021.

Duarte de Souza M (2020) Coronavírus: 11 estados brasileiros registram lockdown em pelo menos uma cidade. *Brasil de Fato*, 20 de maio. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/20/coronavirus-11-estados-brasileiros-registram-lockdown-em-pelo-menos-uma-cidade>. Acesso em 30/5/2021.

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) (2020) Em nove meses, Bolsonaro cometeu 299 ataques ao jornalismo. In: *FENAJ* Disponível em: <https://fenaj.org.br/nove-meses-bolsonaro-299-ataques/>. Acesso em 5/5/2021.

Galhardi CP, Freire NP, Minayo MC de S, et al. (2020) Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* 25: 4201–4210. DOI: 10.1590/1413-812320202510.2.28922020.

Garrett, RK, Long JA, Jeong MS (2019) From Partisan Media to Misperception: Affective Polarization as Mediator, *Journal of Communication*, 69(5): 490–512. DOI: 10.1093/joc/jqz028

Hansen D, Shneiderman, Smith M (2020) *Analyzing Social Media with NodeXL: Insight from a Connected World*. Burlington: Morgan Kaufmann. ISBN-13: 978-0123822291.

Hedahl, M, Rieder, T (2017) Don't Feed the Trolls: Bold Climate Action in a New, Golden Age of Denialism (Special Issue: Trump and the 2016 Election). *Kennedy Institut of Ethics Journal*. Georgetown University. Disponível em: <https://kiej.georgetown.edu/dont-feed-trolls-bold-climate-action-new-golden-age-denialism/>. Acesso em 17/6/2020.

Henriques C, Pessanha M, Vasconcelos W (2020). Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Estudos Avançados*, 34(99): 25-44. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.003.

Himmelboim I, Smith MA, Rainie L, et al. (2017) Classifying Twitter Topic-Networks Using Social Network Analysis. *Social Media + Society* 3(1): 2056305117691545. DOI: 10.1177/2056305117691545.

How to use advanced search – find Tweets, hashtags, and more (n.d.). Disponível em: <https://help.twitter.com/en/using-twitter/twitter-advanced-search>. Acesso em 4/5/2021.

IBGE. (2020) Cidades e Estados. In: IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp.html>. Acessado em 29/4/2021.

Istoé (2020) Twitter bloqueia contas de Luciano Hang, Allan dos Santos, Sara Winter e mais 13. *Istoé*, 24 de julho. Disponível em: <https://istoe.com.br/twitter-bloqueia-contas-de-luciano-hang-allan-dos-santos-sara-winter-e-mais-13/>. Acesso em 5/5/2021.

Khaleel I, Wimmer BC, Peterson GM, et al. (2020) Health information overload among health consumers: A scoping review. *Patient Education and Counseling* 103(1): 15–32. DOI: 10.1016/j.pec.2019.08.008.

Latinobarómetro (2018) *Confianza en instituciones nacionales (Brasil)*. Latinobarómetro. Disponível em <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em 5/5/2021.

Machado J, Miskolci R (2019) Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia* 9(3): 945–970. DOI: 10.1590/2238-38752019v9310.

Mohammed M, Sha’aban A, Jatau AI, et al. (2021) Assessment of COVID-19 Information Overload Among the General Public. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*. DOI: 10.1007/s40615-020-00942-0.

Nalon T, Ribeiro A (2020) Como sete sites lucraram com anúncios no Google ao publicar desinformação sobre a pandemia. *Conexão Política*, 21 de maio. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/como-sete-sites-lucraram-com-anuncios-no-google-ao-publicar-desinformacao-sobre-pandemia/>. Acesso em 5/5/2021.

Newman N, Fletcher, R Schulz, A Andi S, Kleis Nielsen R (2020) Digital News Report 2020. Report, Reuters Institute for the Study of Journalism. Available at: <https://www.digitalnewsreport.org/>. Acesso em 5/5/2021.

Ortellado P, Solano E, Moretto M (2016) Uma sociedade polarizada? In I Jinkings, K Doria, M Cleto (orgs.) *Por que gritamos golpe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 136-140.

Organización Mundial de la Salud (2018) Comunicación de riesgos en emergencias de salud pública. Reporte, Organización Mundial de la Salud, Suíza. Disponível em: <https://t.co/wb5aNrovIH?amp=1>. Acesso em 10/5/2021.

Ortellado P (2019) A divisão consolidada. *Folha de São Paulo*, s.f. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/01/a-divisao-consolidada.shtml>. Acesso em 17/6/2020.

Porto M.P, Brant J (2015) “Social media and the 2013 protests in Brazil”. In L Dencik, O Leistert (Eds.) *Critical Perspectives on Social Media and Pro-*

test. New York: Rowman & Littlefield, 181-201.

Recuero R, Gruzd A (2019) Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia (São Paulo)*, 41: 31-47.

Rheingold H (2012) *Net smart: How to thrive online*. Cambridge: MIT Press.

Rogers R (2015) “Digital methods for web research”. In S Kosslyn, M Buchmann (eds.) *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences*. Hoboken: John Wiley and Sons. <http://dx.doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0076>

Rodrigues EM, Milic-Frayling N, Smith M, et al. (2011) Group-in-a-Box Layout for Multi-faceted Analysis of Communities. *2011 IEEE Third International Conference on Privacy, Security, Risk and Trust and 2011 IEEE Third International Conference on Social Computing, October 2011*, 354–361. DOI: 10.1109/PASSAT/SocialCom.2011.139.

Santos M (2020) NÃO ALIMENTE O MINION! Polarização afetiva e ativismo de rede às avessas na gênese e ascensão da hashtag# Bolsonaro2018 após o impeachment de Dilma Rousseff. *Confluências/ Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 22(3): 172-197.

Santos M, Jaramillo Castro O, Aguirre D (2021) “Vital testimonio confirmado...”: Polarización de fuentes y redes en el Caso Catrillanca en Twitter. *Cuadernos.info*, 49: 26-50. DOI: 10.7764/cdi.49.27509.

Schaefer BM, Resende RC, Epitácio S de SF, et al. (2020) Government actions against the new coronavirus: evidence from the Brazilian states. *Revista de Administração Pública* 54(5): 1429–1445. DOI: 10.1590/0034-761220200503.

Soares FB, Recuero R (2021) Hashtag Wars: Political Disinformation and Discursive Struggles on Twitter Conversations During the 2018 Brazilian Presidential Campaign. *Social Media + Society* 7(2): 205630512110090. DOI: 10.1177/20563051211009073.

Soroya SH, Farooq A, Mahmood K, et al. (2021) From information seeking to information avoidance: Understanding the health information behavior during a global health crisis. *Information Processing & Management* 58(2): 102440. DOI: 10.1016/j.ipm.2020.102440.

Stieglitz S, Dang-Xuan L, Bruns A, et al. (2014) Social Media Analytics - An Interdisciplinary Approach and Its Implications for Information Systems. *Business & Information Systems Engineering* 6(2): 89–96.

Tetelboin C, Iturrieta D, Schor-Landman C (2021) *América Latina, Sociedad, Política y Salud en tiempos de Pandemias*. Buenos Aires: CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20210312065632/America-Latina-Sociedad-politica-y-salud.pdf>. Acesso em 10/4/2021.

Valverde F (2021) Dória ataca gestão de Bolsonaro e rejeita politização da pandemia: ‘Nosso debate é pela saúde’. *A Tarde*, 22 de fevereiro Disponível em <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2158705-doria-ataca-gestao-de-bolsonaro-e-rejeita-politizacao-da-pandemia-nosso-debate-e-pela-saude>. Acesso em 30/5/2021.

Viswanath K, Lee EWJ, Pinnamaneni R (2020) We Need the Lens of Equity in COVID-19 Communication. *Health Communication* 35(14): 1743–1746. DOI: 10.1080/10410236.2020.1837445.

Weller K (2015) Accepting the challenges of social media research. *Online Information Review*, 39(3): 281–289. <https://doi.org/10.1108/OIR-03-2015-0069>

World Health Organization (2021) Infodemic. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1. Acesso em 10/5/2021.

Zeng D, Chen H, Lusch R, et al. (2010) Social Media Analytics and Intelligence. *IEEE Intelligent Systems*, 25(6): 13–16. DOI: 10.1109/MIS.2010.151.

Fé em tempos de pandemia: discurso(s) e contradições

Fabrizio Antônio Antunes Soares e Luana Josephino de Melo

Introdução

As medidas sanitárias de proibição de atividades coletivas colidiram com interesses das principais igrejas (neo)pentecostais do país, as quais passaram a reivindicar o direito de culto e a necessidade de os templos continuarem abertos sob a justificativa de oferecer orientação e conforto aos fiéis em tempos de pandemia.¹¹² É importante salientar que essa posição não representa o conjunto das igrejas. O pentecostalismo é um segmento religioso plural e marcado por grande diversidade estética, litúrgica, comportamental e de organização (Spohr, 2010). Isso também se reflete em diferentes posicionamentos e ações no atual contexto de pandemia. Se, de um lado, temos flagrantes casos de desrespeito às normas sanitárias e às orientações de saúde pública de parte de lideranças evangélicas como Edir Macedo¹¹³ (Igreja Universal do Reino de Deus) e Valdemiro Santiago¹¹⁴ (Igreja Mundial do Poder de Deus), por outro, temos grupos

¹¹² Sobre a alegação da orientação espiritual e o conforto dos templos em meio à crise sanitária, Bandeira e Carranza (2020: s.p.) apontam como as lideranças evangélicas “pressionam as autoridades para a manutenção dos espaços de cultos abertos, sob o argumento de que as igrejas seriam serviço essencial em sua dupla tarefa espiritual e assistencial”.

¹¹³ Em vídeo publicado, Edir Macedo (PALAVRA AMIGA DO BISPO MACEDO, 2020, 2m58s) pediu que os fiéis “não se preocupem com o coronavírus, pois essa é uma tática de satanás” e que as pessoas estão “apavoradas com algo que não condiz com a realidade”.

¹¹⁴ Atualmente, o pastor Valdemiro Santiago responde no Ministério Público Federal (MPF) por possível prática de estelionato em decorrência do vídeo que viralizou, onde ele anuncia feijões mágicos como cura para a COVID-19 (MOTA, 2020).

e pastores de diferentes segmentos religiosos que defendem o isolamento social como medida protetiva contra o vírus, caso do pastor Kenner Terra, coordenador do Fórum Evangelho e Justiça no Espírito Santo (Mori, 2020). Terra propõe outras formas de congregar os fiéis, como cultos *online* e transmissões ao vivo em redes sociais.

No Brasil, as diretrizes institucionais de algumas igrejas que promovem o desrespeito à limitação da mobilidade impostam pelas autoridades competentes se proliferaram a partir do momento em que foi publicado o decreto presidencial n.º 10.292/2020, que inclui “[...] atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde” (Brasil, 2020: 1) como atividade essencial. Isso foi resultado de uma intensa movimentação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) para assegurar que templos e igrejas ficassem abertas, como demonstra a nota publicada pelo líder da bancada evangélica, o deputado Silas Câmara (Republicanos/AM), na qual sustenta ser “fundamental que os templos, guardadas as devidas medidas de prevenção, estejam de portas abertas para receber os abatidos e acolher os desesperados” (Borges, 2020: s.p.).

Usando como plano de fundo as relações estreitas entre governo federal e grupos (neo)pentecostais no contexto da gestão da COVID-19 pandemia, este capítulo investiga como ocorrem essas associações na esfera estadual, analisando a atuação dos cinco deputados estaduais de Santa Catarina¹¹⁵, que também atuam como pastores em igrejas evangélicas e formam a “bancada evangélica”. Quais medidas políticas têm sido adotadas por esses parlamentares num panorama regional durante a crise sanitária COVID-19? Quais projetos de lei foram elaborados? Como articulam seus discursos políticos sobre o tema nas sessões da Assembleia Legislativa? No que segue, inquirimos sobre contradições nos discursos e práticas políticas destas lideranças religiosas, cujos interesses e convicções religiosas informam sua atuação político-institucional. As fontes utilizadas para a investigação são discursos nas sessões da Assembleia Estadual projetos de lei, proposições e demais materiais publicados no site oficial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), bem como os conteúdos postados nas redes sociais dos deputados, que funcionam como principal canal de comunicação entre o parlamentar e a sua base eleitoral.

¹¹⁵ Ismael dos Santos (PSD), Kennedy Nunes (PSD), Jair Mioto (PSC), Sergio Motta (Republicanos) e Felipe Estevão (PSL).

A metodologia que relaciona nossa problemática com as fontes é a abordagem conceitual do político de Pierre Rosanvallon (2010), segundo a qual a história do político tem caráter central e sintético. Ao analisar o político, pensa-se em uma existência comum e uma ação coletiva na vida social. Disso decorre uma diferenciação entre o político e a política: enquanto a política se caracteriza pela competição partidária e pelo exercício do poder, a política trata de analisar o poder da lei, do Estado e da nação, da justiça, da igualdade, da identidade e da diferença, isto é, tudo aquilo que configura a vida na *pólis* (Rosavallon, 2010). No plano metodológico, essa diferenciação permite reconstruir o modo como os indivíduos, os grupos e a sociedade elaboraram a compreensão de sua situação histórico-política, indo da política ao político.

O presente capítulo comporta seis partes. Na primeira, analisamos a pandemia da COVID-19 e suas consequências de um ponto de vista global e nacional. Em seguida, voltamo-nos para o contexto de Santa Catarina. Num terceiro momento, investigamos o retorno da atividade econômica e a volta às aulas. Isso prepara o terreno para analisar a crise política deflagrada na esteira da gestão estadual da pandemia, que culminou no *impeachment* do Governador Carlos Moisés. Por fim, abordamos o retorno das atividades religiosas. O que percorre cada um desses momentos da análise é a atuação política da bancada de pastores-deputados estaduais de Santa Catarina.

(Neo)pentecostais e a pandemia: a movimentação dos agentes religiosos no contexto nacional

O coronavírus tem desencadeado diversas alterações na vida cotidiana, com mudanças substanciais nas formas de interação social, rupturas dos laços de convivência e na organização econômica, política e cultural de milhões de pessoas. No plano econômico e social, tem tido consequências que vêm afetando principalmente as parcelas mais vulneráveis da população (Melo e Cabral, 2020), contribuindo com a reprodução das desigualdades sociais (Tedesco, 2020). Como argumenta Arruda (2020), “se as doenças são fenômenos coletivos, dado seu caráter de desequilibrar as relações humanas, as pandemias e pandemias são males sociais por exce-

lência, dada sua abrangência frente à desigualdade dos efeitos que provoca.”

No campo político, o vetor da pandemia tem tido outros desdobramentos, com o acirramento da tensão entre as esferas pública e privada (Melo, 2016) e um redimensionamento entre o político e o religioso, expondo as complexas relações que se estabelecem entre esses campos, e as disputas em torno das interpretações sobre a pandemia. A fronteira fluída entre a política e a religião, como aponta Oro (2006: 75), “com continuidades, pontes, passagens e trânsitos, ora mais intensos, ora mais reduzidos, segundo as situações e os momentos históricos”, ganhou contornos mais porosos no Brasil no contexto da COVID-19, sobretudo com o aprofundamento da aliança político-religiosa entre o governo Bolsonaro e igrejas evangélicas. Campos (2020) nos mostra como as principais dificuldades no enfrentamento da pandemia decorrem do discurso e de ações defendidas pelo governo federal: “o Presidente da República vem continuamente a público desqualificar tanto os riscos, quanto a adoção das medidas de prevenção fundamentadas cientificamente, em especial o isolamento social [...]” (Campos, 2020: 1). Santos (2020d) reforça o argumento de Campos ao ressaltar que “os governos de direita não só se revelaram incompetentes para proteger a vida, como em alguns casos extremos (EUA e Brasil) tomaram medidas que diretamente puseram em risco a vida dos cidadãos”.

As ações defendidas pelo governo Bolsonaro ganham contornos de legitimidade religiosa com a chancela de igrejas evangélicas (e de líderes religiosos católicos), que vão atribuir ao presidente o que o teólogo Guilherme Carvalho, em entrevista à BBC Brasil, definiu “como uma aura de autoridade religiosa” (Mori, 2020,)¹¹⁶. Existe uma dupla função nesse alinhamento entre governo e igrejas evangélicas. Se, de um lado, o presidente herda esse capital político dos pentecostais e tem suas ações legitimadas por esse segmento religioso, de outro, as “ações de combate ao COVID-19 têm sido utilizadas por setores conservadores no fortalecimento do papel

¹¹⁶ “Essa aura foi evidentemente cultivada e explorada na ‘Santa Convocação’ ao jejum do dia 5 de abril, com um vídeo bastante divulgado em redes sociais com palavras de apoio de importantes lideranças evangélicas”. Apoiaram o jejum lideranças importantes das mais variadas denominações religiosas: as igrejas Sara Nossa Terra, Mundial do Poder de Deus, Renascer em Cristo, Presbiteriana do Brasil, Quadrangular do Reino de Deus, Batista Getsêmani e outras igrejas batistas” (Mori, 2020: s.p).

da religio na decises polticas” (Bandeira e Carranza, 2020: s.p.).

A mobilizao evanglica na Assembleia Legislativa de Santa Catarina

A agenda poltica dos deputados evanglicos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina segue diferentes orientaes poltico-partidrias, como tambm, prioridades e nveis de intensidade no acionamento do religioso. Uns mais prximos da base religiosa, com a qual compartilham normas e valores, como os deputados Jair Miotto¹¹⁷ e Sergio Motta,¹¹⁸ outros mais prximos da chamada ala bolsonarista da Cmara estadual, o ncleo forte de apoio ao presidente Jair Bolsonaro e, tambm, os envolvidos nos processos de *impeachment* do governador Carlos Moiss, como so os casos dos deputados Kennedy Nunes¹¹⁹ e Felipe Estevao¹²⁰. Ainda existem outros que mobilizam seus esforos em torno da pauta de defesa da economia e do retorno das atividades presenciais, caso do deputado Ismael dos Santos¹²¹. É importante destacar que os discursos e aes, dos

¹¹⁷ Jair Miotto é professor, administrador e pastor titular na Igreja do Evangelho Quadrangular do Estreito, em Florianópolis, natural de São Lourenço do Oeste-SC. Foi eleito vereador em Florianópolis e, em 2018, se elegeu Deputado Estadual pelo Partido Social Cristão (PSC) com 38.554 votos (Memória política de Santa Catarina, 2019).

¹¹⁸ Sergio Motta é administrador, apresentador de TV e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, natural do Rio de Janeiro. Foi eleito Deputado Estadual de Santa Catarina pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) em 2018 com 45.181 (Memória política de Santa Catarina, 2020a).

¹¹⁹ Kennedy Nunes é jornalista, membro da Assembleia de Deus e natural de Joinville. Foi vereador na sua cidade natal e eleito 4 vezes Deputado Estadual em Santa Catarina, com quatro mandatos consecutivos, nas 16ª (2007-2011) e 17ª (2011-2015) legislaturas pelo Partido Progressista (PP) e na 18ª (2015-2019) e, atualmente, 19ª (2019-2023) legislaturas pelo Partido Social Democrático (PSD) (Memória política de Santa Catarina, 2020b).

¹²⁰ Felipe Estevao é pastor da Igreja União em Cristo, músico e youtuber, natural de Laguna. Foi eleito pela primeira vez em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL) com 47.390 votos (Memória política de Santa Catarina, 2019b).

¹²¹ Ismael dos Santos é doutor em literatura, membro da Assembleia de Deus, escritor e administrador, natural de Blumenau. Foi vereador em sua cidade natal, Deputado Estadual suplente na 16ª (2007-2011) e eleito 3 vezes consecutivas Deputado Estadual na As-

personagens aqui investigados, entrecruzam e se interpõem. Muitas das pautas defendidas por eles penetram outros interesses e preocupações. Um exemplo é a postura adotada pelos deputados em relação à abertura dos templos religiosos. Todos são pastores em igrejas de segmentos evangélicos, mas se mobilizaram de formas muito distintas, alguns mais efetivos e propositivos, e outros não se envolvendo de maneira direta. Isso demonstra uma heterogeneidade política e religiosa, que perpassa a atuação e a forma como agiram (e agem) durante a pandemia.¹²² Reflete o que em nível nacional foi discutido por Fagundes e Gomes (2020: 1) quando argumentam que “engajados politicamente desde os anos 80 as igrejas evangélicas não formam um grupo homogêneo e podem agir ou não de forma conjunta, de acordo com seus dogmas e interesses.”

Antes de começarmos a tecer reflexões sobre as fontes, é importante discutir alguns termos que aparecem ao longo deste texto, como evangélicos, pentecostais e neopentecostais, e de que maneira eles são mobilizados. Assim, entre os deputados pesquisados existem quatro instituições religiosas diferentes, com orientações teológicas diversas e situadas em locais diferentes dentro do universo evangélico brasileiro. Para tornar mais compreensível a diversidade das correntes e segmentos pentecostais no Brasil e evitar generalizações, situamos os grupos respeitando suas especificidades teológicas, normas de conduta e distinções doutrinárias. Para isso, lançamos mão da argumentação de Mariano (2004) que sugere uma classificação desses grupos em três categorias: o pentecostalismo clássico, o pentecostalismo neoclássico e os neopentecostais.

O pentecostalismo clássico tem como seu principal expoente a igreja Assembleia de Deus.¹²³ Mariano (2004: 123) discute que essa corrente centra seu discurso no “anticatolicismo, sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo [...] e no plano teológico, enfatizaram o dom de línguas

sembleia Legislativa de Santa Catarina, tendo sido eleito no primeiro mandato pelo Democratas (DEM), e os dois mandatos seguintes pelo Partido Social Democrático (PSD) (Memória política de Santa Catarina, 2019a).

¹²³ Isso reflete o que em nível nacional foi discutido por Fagundes e Gomes (2020, p. 1) quando argumentam que “engajados politicamente desde os anos 80 as igrejas evangélicas não formam um grupo homogêneo e podem agir ou não de forma conjunta, de acordo com seus dogmas e interesses.”

¹²⁴ Apesar de ser identificada pelos traços mais sectários, a Assembleia de Deus mostrou, sobretudo nas duas últimas décadas, uma maior disposição para adaptar-se às mudanças em processo no pentecostalismo e na sociedade brasileira (Mariano, 2004).

(glossolalia), seguindo a ênfase doutrinria primitiva¹²⁴ dessa religio.” O pentecostalismo neoclássico se situa na onda do evangelismo norte-americano da década de 1950, portanto, seguindo as prticas estadunidenses, esse segundo grupo pentecostal conservou a base pentecostal clássica, ou seja, o batismo no espírito santo e a cura divina. Wolfart (2010) escreve que esse pentecostalismo se tornou mais urbano e uma das igrejas expontes desse movimento é a do Evangelho Quadrangular. Também, aliado a isso, centrou seus esforos de evangelizao por meio de pregaes em programas de rdio e em grandes eventos de mobilizao em tendas para aproximar os pastores da populao.

O terceiro grupo, o neopentecostalismo¹²⁵, comea suas atividades nos anos 1970, ganhando corpo e visibilidade nos anos seguintes. A Igreja Universal do Reino de Deus (RJ/1977), fundada por Edir Bezerra Macedo é a principal denominao dessa corrente religiosa. Mariano (2004: 124) destaca que, no plano teológico, esse segmento se fundamenta na

guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crenaa de que o cristio deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversao e pertencimento ao pentecostalismo.

Logo, temos na pesquisa a presena de igrejas das trs vertentes: As-

¹²⁵ Segundo Maia (2005), o termo pentecostes é adotado para designar as igrejas que surgiram a partir do avivamento que foi relatado na passagem seguinte bíblica: “Estando alguns apóstolos reunidos com Maria Madalena e Maria mãe de Jesus, na festa comemorativa da 50ª dia após a Páscoa [...] ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar línguas estranhas, conforme o Espírito Santo concedia que falasse”. Esse acontecimento é, para os pentecostais, o evento inspirador do avivamento acontecido no final do século XIX. Entre os dons utilizados pelos pentecostais estavam a cura divina, a profecia e falar línguas estranhas.

¹²⁶ Encabeado pela Igreja Universal, o neopentecostalismo é a vertente pentecostal que mais cresce e a que ocupa maior espao na televiso brasileira, seja como proprietria de emissoras de TV, seja como produtora e difusora de programas de televangelismo. Do ponto de vista comportamental, é a mais liberal, haja vista que suprimiu característias sectrias tradicionais do pentecostalismo e rompeu com boa parte do ascetismo contracultural tipificado no estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, volta e meia, estigmatizados (Mariano, 2004).

sembleia de Deus e União em Cristo dentro do pentecostalismo clássico; Evangelho Quadrangular, representante do pentecostalismo neoclássico; e Igreja Universal do Reino de Deus, situada dentro do neopentecostalismo. Aqui, o termo evangélico adotado obedece ao critério unicamente de referência, embora entendendo que existam diferenciações entre as correntes pentecostais e suas terminologias. Para fins desse estudo, tratamos todos os grupos como evangélicos.

Em vista de analisar a maneira como se constitui a dinâmica entre o religioso e o político na Alesc, a presente investigação se concentra no campo do pensamento político, buscando compreender a participação desses atores na política estadual, como também, suas motivações, ideias e discursos e qual papel desempenham no debate político sobre a pandemia. Para isso, dividimos as principais preocupações e interesses dos parlamentares, manifestados entre março de 2020 e fevereiro de 2021, em quatro eixos de análise: a) o retorno das atividades econômicas, b) a abertura dos templos religiosos, c) a volta das atividades escolares presenciais em escolas públicas e privadas, e d) o processo de *impeachment* do governador Carlos Moisés. A partir desses eixos, questionamos como os atores se mobilizaram em torno dessas questões e como acionaram seus esforços práticos na Assembleia, elaborando projetos de lei, posicionando-se publicamente e articulando-se para pressionar o governo estadual.

O retorno das atividades econômicas catarinenses: “SC não pode parar”

Em Santa Catarina, o governo estadual instituiu, em 17 de março de 2020, o decreto n.º 509,¹²⁶ “que trata da suspensão no território catarinense, por 30 dias, do ensino educacional infantil, fundamental, médio, superior e técnico, na rede pública e privada. Suspenso eventos e atividades com aglomeração [...]”, e o decreto n.º 515¹²⁷, que suspende “as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral.” Nesse cenário de restrições

¹²⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3bU1AOK>. Acesso em: 28 fev. 2021.

¹²⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2PiM1sl>. Acesso em: 28 fev. 2021.

globais rigorosas, em Santa Catarina podemos observar situaes semelhantes de “bloqueios de mobilidade, da privao das liberdades, do fechamento de postos de trabalho, do estancamento do processo produtivo, permanecendo apenas os elencados como trabalhos e setores essenciais” (Tedesco, 2020, p. 8). Diante disso, lideranas polticas, religiosas e empresariais comearam a articular alternativas polticas para mitigar os efeitos da pandemia e da crise sanitria, com medidas pblicas de proteo da economia catarinense.

Como aconteceu em mbito nacional, a exemplo da postura da Frente Parlamentar Evanglica (FPE),¹²⁸ que “[...] quando esse isolamento [social] coloca em xeque a abertura dos templos religiosos, a FPE se posiciona de modo contraditrio, defendendo que as pessoas devem ficar casa, mas que as igrejas precisam se manter abertas [...]” (Py; Shiota; Possmozer, 2020: 388). Em Santa Catarina, isso se desenhou de maneira semelhante nas estruturas institucionais do poder legislativo estadual.

O projeto Cincia Contaminada, realizado em maio de 2020 pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitrio (Cepedisa), que analisa o uso da plataforma do YouTube para a disseminao de desinformao na internet, apurou a propagao de desinformao sobre a pandemia e seus efeitos em canais religiosos na internet, como o canal, no YouTube, do pastor Silas Malafaia. Os autores apontam que

H [..] casos em que o discurso religioso empregado nos vdeos serve para desqualificar elementos da cincia ligados a pandemia, muito embora a cincia no esteja completamente ausente das discusses. H casos, por exemplo, em que leituras seletivas, parciais e descontextualizadas de dados cientficos, que acabam incorporadas a um discurso de vocabulrio religioso para desacreditar a gravida-

¹²⁹ A bancada evanglica uma das mais importantes e atuantes do Congresso e, junto com as bancadas da bala e do boi, est na base do grupo mais conservador do Congresso. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) considera como integrante da bancada evanglica apenas os que so reconhecidamente evanglicos, sejam eles ocupantes de cargos nas estruturas das instituies religiosas, como pastores, missionrios, bispos e sacerdotes, ou polticos ligados s igrejas ou eleito com o voto delas, como cantores gospel e aqueles que professam a f segundo a doutrina evanglica e se utilizam disso nas eleies. Ou seja, aqueles que, de alguma forma, podem se beneficiar eleitoralmente da aproximao com alguma igreja evanglica ou aqueles que utilizam o seu cargo e o espao de representao para questes relacionadas s estruturas religiosas (Fagundes; Gomes, 2020).

de da doença que se alastra na população (Machado et al., 2020: 27).

É importante frisar que, assim como os parlamentares evangélicos federais não negam o discurso científico de maneira direta e “realizam um movimento no sentido de se mostrar favorável a ciência” (Py; Shiota; Kossmozer 2020: 387), eles continuam opondo-se às medidas de isolamento. Ou seja, ancoraram-se numa leitura científica, mas fazem recortes parciais e seletivos dessas indicações sanitárias, excluindo a necessidade do isolamento.

A busca de soluções para minimizar os impactos da COVID-19 na economia e nos serviços de Santa Catarina tem sido o elemento central nos discursos dos pastores evangélicos na Alesc desde o início da pandemia, como observado na solicitação feita pelo deputado Ismael dos Santos junto ao governador Carlos Moisés para estabelecer, no estado, a mesma estratégia adotada pelo Ministério da Saúde. Ou seja, o modelo de distanciamento no qual as pessoas saudáveis e abaixo de 60 anos possam estar livres para circular com a abertura gradual do comércio.

O deputado Jair Miotto, membro da Comissão de Economia da Assembleia Legislativa, em entrevista realizada no quadro Fala Deputado¹²⁹ no canal do YouTube da Alesc, também defende o fim do isolamento e a adoção de outras medidas e protocolos para segurança da população. Diz ele: “Hoje na minha ótica não cabe mais o isolamento, hoje o que cabe é o distanciamento, ou seja, os setores atuando com excesso de rigor nos protocolos, essa é a minha visão. É o momento que precisamos conviver com essa situação” (Assembleia Santa Catarina, 2020).

A participação no debate público sobre a pandemia, além dos canais e meios de comunicação convencionais como jornais, revistas e portais oficiais da Alesc, também se deu de maneira efetiva nas redes sociais desses parlamentares. Em vídeo publicado no Instagram, o deputado Felipe Estevão discorreu sobre a possibilidade de novo *lockdown* no estado e se posicionou contrariamente à tal medida, ponderando que “a gente falando a favor do *lockdown* é a declaração de falência de inúmeras empresas [...], ou seja, é uma sentença de morte para inúmeros microempreendedores

¹³⁰ O programa Fala Deputado acompanha as ações e atividades dos parlamentares que fazem parte da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A entrevista com o Deputado Jair Miotto foi publicada no canal da ALESC em 3 de setembro de 2020.

¹³¹ Disponível em: <https://bit.ly/3raod84>. Acesso em: 10 out. 2020.

dos maiores aos menores” (Estevão, 2020: s.p.)¹³¹ e afirma que “a exemplo de Nova York, a gente procurou fazer um estudo aprofundado e viu que o *lockdown* em Nova York no conteve o avano da pandemia, no conteve o avano do vrus, ele s3 proporcionou uma quebra econ3mica, al3m da crise do vrus uma crise econ3mica” (Estevão, 2020: s.p.).

Em discurso na 56ª Sess3o Extraordin3ria na Assembleia, realizada dia 25 de agosto de 2020, o deputado Kennedy Nunes, refora a cr3tica sobre a atua3o do governo estadual no enfrentamento da crise e os decretos de restri3es das atividades econ3micas e indaga “como fica a situa3o das 690 mil pessoas que ficaram desempregadas devido ao Decreto do dia 17 de maro, fechando tudo” (Santa Catarina, 2020a: s.p.). No trabalho di3rio na Assembleia, a narrativa de equilibrar a crise na sa3de com a quest3o econ3mica se reflete em projetos de lei e proposi3es que pressionam o governo para liberar as atividades em diversos ramos econ3micos, como observado nas proposi3es elaboradas pelo deputado Ismael dos Santos e dirigidas ao governador Carlos Mois3s, requisitando a libera3o das seguintes atividades: restaurantes (Santa Catarina, 2020q: s.p.)¹³², feira de neg3cios (Santa Catarina, 2020s: s.p.)¹³³, escolas de futebol (Santa Catarina, 2020t: s.p.)¹³⁴ e pequenas academias (Santa Catarina, 2020u: s.p.)¹³⁵. O deputado Jair Miotto tamb3m se manifestou por meio das proposi3es. Um exemplo 3 o oficio n.º 0465.6/2020, “sugerindo a libera3o do funcionamento das academias de gin3stica do Estado” (Santa Catarina, 2020x: s.p.)¹³⁶.

Essa quest3o da libera3o das atividades se resolveu parcialmente com um projeto de lei do deputado Felipe Estevão, o PL n.º 0134.3/2020, que posteriormente foi transformado na lei n.º 17.974/2020, que “reconhece os servi3os de alimenta3o, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como essenciais para a popula3o, ainda que em estado de calamidade, emerg3ncia, epidemia ou pandemia” (Santa Catarina, 2020b: 4)¹³⁷. E foi complementada, posteriormente, com a portaria SES

¹³² Dispon3vel em: <https://bit.ly/3sHh27E>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹³³ Dispon3vel em: <https://bit.ly/3q3RSPa>. Acesso em: 12 out. 2020.

¹³⁴ Dispon3vel em: <https://bit.ly/3kASg6y>. Acesso em: 12 out. 2020.

¹³⁵ Dispon3vel em: <https://bit.ly/3uLIZwW>. Acesso em: 12 out. 2020.

¹³⁶ Dispon3vel em: <https://bit.ly/30231p0>. Acesso em: 12 out. 2020.

¹³⁷ Dispon3vel em: encurtador.com.br/fgmC2. Acesso em: 12 out. 2020.

¹³⁸ Dispon3vel em: <https://bit.ly/3uLWfBK>. Acesso em: 12 out. 2020.

n.º 710/2020, em que fica “autorizada a retomada, de forma gradual e monitorada, dos eventos sociais, no Estado de Santa Catarina, considerando a Avaliação de Risco Potencial para COVID-19 nas regiões de Saúde” (Santa Catarina, 2020c: 10-11).¹³⁸

Com grande parte das atividades produtivas liberadas em território catarinense, em início de outubro, uma nova movimentação na Assembleia Legislativa de diversos partidos indicava a preocupação dos parlamentares com alguns setores econômicos do estado que estavam sendo afetados pelas medidas restritivas decorrentes do decreto de calamidade pública que ainda estava em vigor. Eles reivindicavam a retomada dos eventos e das atividades da educação infantil, em texto publicado pela agência oficial de notícias da Assembleia Legislativa catarinense em 8 de outubro de 2020, os parlamentares defenderam que esses setores afetados “precisam de apoio imediato e entre as medidas sugeridas estão à criação de protocolos sanitários e linhas de crédito” (Back, 2020: s.p.)¹³⁹. Sobre o tema, o deputado Jair Miotto se posicionou favoravelmente, defendendo a retomada segura das atividades nesses setores, observando que

Sete meses após o início das restrições impostas pela pandemia causada pelo novo coronavírus, o quadro no estado evoluiu significativamente, com os índices de infectados e mortos diminuindo continuamente e a taxa de ocupação de leitos de UTI destinados ao tratamento dos pacientes com a doença caindo para 15% (Back, 2020: s.p.).

Diante dessa circunstância, o deputado defende a retomada das atividades dos setores citados, obedecendo a medidas sanitárias e protocolos de segurança e acreditando no bom senso e responsabilidade das pessoas no seu autocuidado. Na já citada matéria publicada pela Agência AL, em 8 de outubro, o deputado afirma que “A nossa visão não é mais a de março, de abril, quando não sabíamos nem com o que estávamos lidando. O cidadão informado hoje sabe como se defender. Acredito que não devemos tratar de isolamento, mas de convivência responsável” (Back, 2020: s.p.).¹⁴⁰

Na esteira dessas reivindicações, em proposição dirigida à então

¹³⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3dXvh4r>. Acesso em: 12 out. 2020.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://bit.ly/303YguY>. Acesso em: 20 out. 2020.

¹⁴¹ Disponível em: <https://bit.ly/3q6OCmb>. Acesso em: 20 out. 2020.

governadora interina, Daniela Reinehr, em 10 de novembro de 2020, o deputado Ismael dos Santos sugere “a retomada urgente dos eventos no mbito do Estado de Santa Catarina, com o fim de impulsionar a economia catarinense” (Santa Catarina, 2020v: s.p.).¹⁴¹

Com esses dados levantados, algumas consideraes devem ser feitas a partir das falas, das proposies e dos projetos de lei criados pelos deputados pesquisados. Sobre a pandemia, tanto no incio, com as medidas restritivas e muitos servios proibidos pelos decretos estaduais, quanto recentemente, com basicamente todas as atividades liberadas no estado, é evidente que o isolamento social e, por consequência, as atividades econmicas estagnadas são o verdadeiro problema a ser resolvido pelos deputados pesquisados. E que muitas das medidas que foram propostas estão vinculadas a interesses de suas bases eleitorais locais. A despeito das sugestões de protocolos rigorosos de proteção defendidos por alguns dos parlamentares, alinhados ao discurso científico, observa-se a contradição no discurso que se afasta da principal medida de enfrentamento do coronavírus, adotada em todo mundo, que aponta o isolamento social como atenuador da disseminação do vírus, e uma medida importante para evitar a sobrecarga no sistema de saúde. Logo, apesar das posturas comedidas e alinhadas  ciência, os deputados, ao serem contra “uma utilização ampla da quarentena horizontal, de isolamento social de todas as camadas sociais [...]” (Py; Shiota; Possmozer 2020: 392), estão sendo dissonantes em relação ao indicado pela OMS.

Esses discursos acionados pelos deputados escondem a perversa afirmação de que a recuperação da economia seria tão ou mais importante do que as mortes provocadas pelo coronavírus (Carranza; Bandeira, 2020). Essa alegação é corroborada na fala do deputado Jair Miotto, durante a já referida entrevista no quadro Fala Deputado, em que o representante público afirma ser “a favor da vida, equalizando a economia com a saúde, para o efeito colateral não ser muito nocivo à economia, para preservar os empregos, cuidar da questão econmica das pessoas” (Assembleia Santa Catarina, 2020: s.p.).

Na contramão desse empenho e movimento sobre o retorno das atividades econmicas sob o pretexto de resguardar empregos e proteger

¹⁴² Disponível em: <https://bit.ly/308e9k1>. Acesso em: 9 fev. 2021.

a população vulnerável e sem renda, as medidas de apoio econômico a trabalhadoras e trabalhadores impedidos de trabalhar durante a pandemia têm se movimentado em ritmo lento. Com alguns PLs em trâmite e outros arquivados, “as medidas [...] tardam bastante e têm sido implementadas, quando o são, com bastante vagareza e dificuldades de operacionalização” (Campos, 2020: 4).

Um exemplo dessa lentidão é o PL n.º 0232.4/2020¹⁴² apresentado pelo deputado Felipe Estevão em 1 de julho de 2020, que “Dispõe sobre o Auxílio Financeiro Emergencial aos motoristas de transporte escolar, motoristas de transporte escolar auxiliar e monitores do transporte escolar, enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais nas escolas do Estado de Santa Catarina” (Santa Catarina, 2020z: s.p.) e que continua em tramitação na Assembleia Legislativa. Outro exemplo é o PL n.º 0073.7/2020¹⁴³ apresentado pelo deputado Ismael dos Santos, que “dispõe sobre a suspensão das cobranças, por parte das concessionárias de serviços públicos, relativas ao fornecimento de telefonia, energia elétrica, água e gás, pelo período de noventa dias, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito de Santa Catarina”. (Santa Catarina, 2020A: s.p.). O projeto foi arquivado. Em ofício encaminhado pelo deputado Jair Miotto ao governador, em 21 de setembro de 2020, ele sugere “que sejam adotadas as providências cabíveis, no sentido de prolongar os programas de financiamento e parcelamento de impostos, para as empresas que tiveram suspensas as suas atividades, total ou parcialmente, em decorrência do estado de calamidade pública decretado devido à pandemia da COVID-19” (Santa Catarina, 2020d: s.p.).¹⁴⁴

O PL n.º 171/2020, apresentado pelo deputado Kennedy Nunes em 12 de maio de 2020, adota medidas protetivas para profissionais de saúde e, por extensão, a seus familiares que convivem no mesmo lar enquanto durar a pandemia. O texto prevê a “[...] excepcional hospedagem de profissionais da saúde pública em hotéis, pousadas ou espaços de alojamento similares, por requisição do Estado, durante o período de calamidade pública resultante da pandemia da COVID-19” (Santa Catarina, 2020e: 3). O PL só foi aprovado em 16 de setembro de 2020, quatro meses depois de

¹⁴³ Disponível em: <https://bit.ly/3uGwuTv>. Acesso em: 2 fev. 2021.

¹⁴⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3bRofeB>. Acesso em: 21 fev. 2021.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2ZYBtRk>. Acesso em: 21 fev. 2021.

apresentado. E transformado na lei n.º 18.014, em 6 de outubro de 2020.¹⁴⁵

A retomada das aulas presenciais

Como analisa Filgueiras (2020: 1) sobre o ensino em tempos de pandemia, a “escola é importante e cumpre uma srie de funes sociais. É lugar da instruo, do ensino e da aprendizagem, é lugar da socializao e o lugar do cuidado” (Filgueiras, 2020: 1) e completa, que a pandemia da COVID-19 fez perceber que, alm da importncia social da escola, tambm est em debate a importncia e a “dimenso profissional da docncia” (Filgueiras, 2020: 1) em perodos de crise sanitria. Dito isso, as medidas de isolamento social adotadas para reduo da disseminao do coronavrus no setor da educao demandaram, no incio da pandemia, o fechamento das escolas e a total interrupo das atividades presenciais, sendo essas substitudas por atividades no presenciais e/ou on-line. Segundo o Unicef (2020: s.p.), na Amrica Latina e no Caribe, durante o incio da pandemia, “mais de 154 milhes de crianas, cerca de 95% dos alunos matriculados na regio, esto temporariamente fora da escola devido a COVID-19”. Ainda segundo essas informaes, “cerca de 90% dos centros de educao infantil e escolas de ensino fundamental e mdio da Amrica Latina e do Caribe permanecero fechados pelas prximas semanas [...]” (Unicef, 2020: s.p.). De acordo com as tendncias latino americanas, at ento grande parte dos estados brasileiros tambm haviam adotado essa estratgia.

Em Santa Catarina, na esteira da movimentao dos parlamentares sobre o retorno integral de todas as funes e servios em Santa Catarina, entra tambm em discusso a volta das atividades escolares. Tema muito discutido no parlamento, pelos personagens aqui pesquisados, desde abril, com a instituio do decreto n.º 509, de 17 de maro de 2020, que, entre outras atribuies, instituiu por tempo indeterminado “a suspenso no territrio catarinense, por 30 dias, do ensino educacional infantil, fundamental, mdio, superior e tcnico, na rede pblica e privada” (Santa Catarina, 2020f: 1). O decreto de suspenso das atividades escolares foi

¹⁴⁶ Disponvel em: <https://bit.ly/3sERnfW>. Acesso em: 20 fev. 2021.

sendo prorrogado em decorrência do aumento do contágio em território catarinense, até 6 outubro de 2020, quando a Secretaria da Educação e a Secretaria da Saúde, por meio da portaria n.º 778, autorizaram a volta gradual das atividades presenciais nas escolas catarinenses, estipulando critérios para esse retorno (Santa Catarina, 2020k: s.p.).¹⁴⁶

Durante esses meses, houve intensa movimentação na Alesc pressionando o governo para a liberação total das atividades escolares presenciais, em estabelecimentos públicos e privados. Essa movimentação coletiva dos deputados materializou-se no PL n.º 0360.0/2020, de 26 de novembro de 2020. Esse projeto coletivo, assinado por diversos parlamentares, entre eles os cinco deputados pastores pesquisados nesses trabalhos, “reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais para o Estado de Santa Catarina em tempos de calamidade pública” (Santa Catarina, 2020g: s.p.).¹⁴⁷ O que diferencia esse projeto das portarias estaduais do governo até aqui são que as portarias consideram fatores de grau de risco e o mapa de infecção por região para balizar o nível de abertura e ocupação das escolas. Por outro lado, no projeto de lei citado, as escolas não estão “sujeitas a suspensão ou interrupção, independente de qualquer classificação de risco da região onde se realizam, estando sujeitas somente a medidas restritivas de prevenção” (Santa Catarina, 2020g: s.p.). Esse projeto ainda tramita no parlamento estadual.

Em meio a polêmicas e discussões sobre o tema, os deputados evangélicos tiveram atuações alinhadas sobre o tema, a começar pelo deputado Ismael dos Santos, membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ele já havia defendido, em agosto de 2020, num vídeo publicado em seu Instagram, no dia 13 de agosto de 2020,¹⁴⁸ o direito de a família escolher se os filhos devem ou não retornar para as aulas e pontua que “a escola privada está preparada para perfeitamente atender essa demanda social, a escola nunca foi grande setor ou foco propagador de doenças” (Santos, 2020a: s.p.). Ele reforça o “apoio para que mediante as condições sanitárias e epidemiológicas favoráveis, sejam liberadas as aulas na rede privada, atendidos os protocolos e respeitada à escolha de livre arbítrio das famílias” (Santos, 2020a: s.p.). No

¹⁴⁷ Disponível em: <https://bit.ly/37Yk7Zs>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3syelVW>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3b6mmfe>. Acesso em: 9 out. 2020.

final de 2020, com a portaria de retorno das aulas presenciais jรก emitida, o deputado Ismael, em nova postagem em rede social, informa que seguiam em debate, na Comissão da Educao, da qual fazia parte, as diretrizes e os “protocolos de segurança que as escolas da rede pública estadual deverão adotar no retorno às aulas previsto para fevereiro de 2021” (Santos, 2020b: s.p.).¹⁴⁹

Alguns elementos comuns são encontrados nos discursos adotados pelos deputados que defendem o retorno das aulas. O principal deles é o impacto econmico nas instituies de ensino particulares, que, sem condies de se manterem em funcionamento durante a pandemia, fechariam as portas, ocasionando uma sobrecarga de alunos nas escolas públicas, além da perda da receita que essas escolas geram ao estado e as problemáticas que creches e maternais em recesso trazem aos pais e mães que precisam trabalhar. A atuao mais contundente nessa questão tem sido a do deputado Kennedy Nunes, que, em agosto de 2020, envolveu-se em uma fala pol mica, sugerindo que os professores “estão em casa sem perder nada [...] e que não querem voltar a trabalhar, ainda mais podendo trabalhar em casa e fazer uma boquinha sem precisar trabalhar” (O Município de Joinville, 2020: s.p.).¹⁵⁰ Imediatamente, sindicatos e associaes de professores se mobilizaram em notas de repúdio, como a publicada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região (Sinsej).¹⁵¹ Em outros discursos feitos em sessões da Alesc, o deputado jรก havia se posicionado sobre o retorno das aulas e sugerido que professores estariam se beneficiando do recesso das aulas para manter dupla jornada e receber sem trabalhar pelo estado/município, como publicado na Agência AL em 15 de setembro de 2020, em que Nunes relata o depoimento de uma proprietária de escola de ensino infantil de Joinville: “A neta está desde abril sendo atendida na casa da professora, que está atendendo sete

¹⁵⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2OdrfK8>. Acesso em: 2 fev. 2021.

¹⁵¹ Disponível em: <https://bit.ly/3dWzmWi>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹⁵² “Por fim, dizer ao Deputado Estadual Kennedy Nunes (PSD) que nossos educadores são valorosos, verdadeiros guerreiros. Sobrevivem  pressão, aos baixos salários, ao assédio moral, ao preconceito e aos ataques de pessoas que, como o senhor, não conhecem as mazelas do dia a dia da sala de aula, da falta de condies de trabalho e da defasagem salarial histórica. E, apesar disso tudo, seguem firmes, sabedores da sua importância na construo de uma sociedade mais justa, igualitária, sem preconceitos e livre de declaraes levianas como esta. Senhor deputado: nossas vidas valem muito!” (Sinsej, 20: s.p.).

crianças, mas ela sequer pode demitir a professor, que está recebendo pela creche e atendendo clandestinamente” (Santos, 2020c: s.p.).¹⁵²

Dois deputados se dirigiram ao governador e ao secretário estadual de Educação por meio de proposições, solicitando informações sobre o retorno das aulas. Foi o caso do deputado Jair Miotto, em 13 de julho de 2020, por meio da PIC n.º 0479.0/2020,¹⁵³ solicitando ao secretário de Educação “informações acerca da previsão para o retorno das aulas presenciais, suspensas em razão da pandemia do coronavírus” (Santa Catarina, 2020B: s.p.). E do deputado Sergio Motta, em 13 de maio de 2020, por meio IND 0750.8/2020,¹⁵⁴ sugerindo ao governo estadual “a retomada das aulas nas unidades das redes de ensino público e privada em Santa Catarina” (Santa Catarina, 2020C: s.p.). O deputado do Republicanos, Sergio Motta, também se posicionou em sua rede social sobre a volta das atividades escolares, em publicação em sua conta no Instagram em 13 de maio 2020.¹⁵⁵ O deputado fala da sabatina com o então secretário de Educação Natalino Uggioni em sessão especial na Assembleia Legislativa, questionando sobre “se está sendo feito algum estudo sobre o retorno das aulas presenciais” (Motta, 2020a: s.p.). Ele completa dizendo que na Dinamarca, no Japão, na China já voltaram mesmo em meio à pandemia. Segundo ele afirma, todos criaram alternativas, com restrições e medidas de higienização que garantiram o retorno dos alunos com distanciamento. Finaliza afirmando que, se todos os setores estão retomando suas atividades, “a educação não pode ser esquecida. Minha preocupação é com o colapso na educação mais adiante. Podemos ter fechamento de muitas escolas privadas de pequeno porte” (Motta, 2020a: s.p.).

Preocupação semelhante é apresentada pelo deputado Kennedy Nunes, que, em 13 de agosto de 2020, via pronunciamento na 52ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa, demonstra ser favorável ao retorno das atividades em berçários, creches e maternais, e argumenta sobre o “longo tempo de inatividade dessas instituições, 147 dias, e a necessidade dos pais que precisam desse suporte para exercer suas profissões” (Santa Catarina,

¹⁵³ Disponível em: <https://bit.ly/3dXiRJH>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3sAcOin>. Acesso em: 25 jan. 2021.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3bND3uV>. Acesso em: 25 jan. 2021.

¹⁵⁶ Disponível em: <https://bit.ly/37Zcd1M>. Acesso em: 10 out. 2020.

2020h: s.p.). O parlamentar se lembra da grave crise econmica que esto enfrentando instituies de ensino privadas, destacando a economia de

R\$10 bilhes ao ano que os centros educacionais particulares representam para o errio pblico e expoe a necessidade do Governo fornecer algum tipo de apoio financeiro a essas organizaes durante a pandemia. Adverte que, se no houver nenhum incentivo, a conseqncia ser uma futura saturao na rede do ensino pblico (Santa Catarina, 2020h: s.p.).¹⁵⁶

Em nova publicao em rede social, no dia 16 de setembro de 2020, o deputado Kennedy volta a defender o retorno das atividades escolares presenciais e que o poder decisrio sobre esse retorno das crianas as escolas em meio a pandemia cabe somente aos pais e responsveis:

ATÉ QUANDO ESTA SAFADEZA COM A EDUCAÇÃO???? Eu defendo a LIBERDADE DOS PAIS. Eles que tem que decidir o que é o melhor para seus filhos, se vai pra escola ou não. Os funcionarios da rede de educao privada também precisam trabalhar!!!! Só esse governo desleal, imaturo, incompetente e corrupto que não vê!!!! O POVO NÃO AGUENTA MAIS!!! (Nunes, 2020: s.p.).

Importa apresentar aqui a discusso que Fernando Cássio, da Universidade Federal do ABC (UFABC), levanta em entrevista à revista *Carta Capital*,¹⁵⁷ sobre o retorno das aulas. Ele assinala que a defesa dos empresários e mantenedores das escolas privadas acontece em larga escala pela decorrncia da perda de matrículas e contratos educacionais, e o lobby do setor das escolas privadas se sustenta na falsa premissa de insistir “que o dano econmico ao país por conta do fechamento das escolas é a justificativa suficiente para abertura massiva das unidades escolares” (Basilio, 2020, s.p.). Esse é justamente o fundamento do discurso de que o deputado Kennedy Nunes faz uso em pronunciamento na 51ª Sessão Ordinária, em 12 agosto de 2020, quando menciona o decreto estadual de 17 março, que instituiu o fechamento de estabelecimentos comerciais e educacionais, e afirma: “Até a presente data 146 dias com as escolas fechadas,

¹⁵⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3dXh4UR>. Acesso em: 27 fev. 2021.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3bND3uV>. Acesso em: 25 jan. 2021.

mas aluguéis e impostos precisam ser pagos, situação esta que ocasionou o cancelamento de 45% das matrículas” (Santa Catarina, 2020i: s.p.).¹⁵⁸ O deputado cobra, em mais de uma situação, ações do governo para minimizar as perdas das escolas e instituições privadas, lembrando dos custos que a demanda desses alunos, migrando para as escolas públicas, vai gerar aos cofres públicos, apontando as creches clandestinas e os problemas de pais e mães trabalhadores sem local para deixar os filhos enquanto desenvolvem suas atividades laborais. Contudo, a única solução que o deputado propõe é o retorno dos estabelecimentos de ensino. Nenhum projeto de lei foi proposto pelo referido deputado para atenuar o problema.

Em publicação no Instagram, em 26 de novembro de 2020, o deputado Jair Miotto afirma: “Somos a favor da volta às aulas” (Miotto, 2020a: s.p.), e reitera seu apoio ao projeto coletivo que reconhece as atividades educacionais como essenciais, e completa:

Vários estudos científicos mostram que é possível reabrir com segurança, a exemplo que países que conseguiram manter as escolas funcionando durante a pandemia. Pediatras recomendam o retorno, a Unesco e OMS destacam os reflexos negativos diante do fechamento prolongado das escolas (Miotto, 2020a: s.p.).¹⁵⁹

Em pronunciamento no dia 18 de novembro de 2020, na 92ª Sessão Ordinária, o deputado Kennedy Nunes faz novo discurso em defesa da abertura das escolas catarinenses, em virtude da pressão da sociedade para que aconteça essa retomada. Na ocasião, ele comunica que

haverá audiência pública na Assembleia para pedir retorno de todas as escolas catarinenses. Lembra aos pais que a Alesc já tomou decisão com relação à questão, e que também a Governadora em exercício mudou o decreto, dando a possibilidade para a retomada do ano letivo. Sugere aos pais e diretores de Escolas Particulares para que pressionem o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, porque agora a decisão é jurídica. Por fim, finaliza mencionando que as igrejas já abriram suas portas, os mercados e o comércio, e nestas questões a decisão é das pessoas e dos pais (Santa Catarina, 2020d: s.p.).¹⁶⁰

¹⁵⁹ Disponível em: <https://bit.ly/37Zcd1M>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁶⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3dXh4UR>. Acesso em: 27 fev. 2021.

¹⁶¹ Disponível em: <https://bit.ly/3r8iWOj>. Acesso em: 20 fev. 2021.

A presso exercida por instituies privadas de ensino, pais e responsveis, e dos deputados estaduais, surtiu efeito, e foram estabelecidas, por meio do decreto n.º 1.003, de 14 de dezembro de 2020, “as condies gerais para a retomada das atividades presenciais na rea da Educao, nas redes pblica e privada de ensino durante a pandemia de COVID-19” (Santa Catarina, 2020j; p. 5).¹⁶¹ O decreto prevê no Art.2º que

Cada rede de ensino, pblica e privada, definir a estratgia de retorno e a forma de atendimento presencial, considerando todas as medidas sanitrias em vigor e o distanciamento social de, no mnimo, 1,5 m (um metro e meio), primando por retomar as atividades educacionais presenciais no primeiro dia letivo de 2021. § 1º Cabe a cada rede de ensino, pblica ou privada, estabelecer em seu Plano de Contingncia Escolar para a COVID-19 (PlanCon-Edu/COVID-19) os critrios de alternncia de grupos para o retorno presencial, quando necessrio, a fim de manter o distanciamento social de 1,5 m (um metro e meio) em todos os ambientes e espaos da instituio (Santa Catarina, 2020j: 5).

Pouco antes de ser emitido o decreto, em postagem no Instagram do dia 10 de dezembro de 2020, o deputado Ismael dos Santos informa sobre o debate de projetos na Comisso de Educao da Assembleia Legislativa, com destaque aos protocolos de segurana que as escolas de rede pblica estadual devem adotar no retorno s aulas previsto para fevereiro de 2021. Em levantamento realizado em 5 de janeiro de 2021, a revista *Fórum* constata que 15 redes pblicas estaduais anunciaram a retomada das atividades presenciais. Entre elas est a rede de Santa Catarina.¹⁶² Em entrevista Rádío Bandeirantes no dia 5 de janeiro de 2021, um pesquisador da Fiocruz, Rivaldo Venncio, defende que

[...] o ideal seria fechar as escolas. No temos elementos para sugerir a reabertura da rede escolar agora, por maiores que sejam os transtornos do ponto de vista emocional, psicolgico e social nas crianas. Do ponto de vista de cautela, precauo, precisamos ter maturidade e serenidade (Canal do Datena, 2021: s.p.).¹⁶³

¹⁶² Disponvel em: <https://bit.ly/37WyJIs>. Acesso em: 28 fev. 2021.

¹⁶³ Disponvel em: <https://bit.ly/3kxDzRP>. Acesso em: 28 fev. 2021.

¹⁶⁴ Disponvel em: <https://bit.ly/3bRZJu4>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Ele aponta que seria “um contrassenso reabrir as escolas sem vacinar alunos e professores” (Canal do Datena: 2021, s.p.). Sobre o tema, o deputado Ismael Santos, por meio da proposição n.º 0129.4/2021, de 12 de fevereiro de 2021, dirigida ao governador, sugere “a urgente vacinação contra a COVID-19, dos professores do Estado, não apenas dos efetivos, mas também dos ACTs e estagiários que atuam em sala de aula” (Santa Catarina, 2021: s.p.).¹⁶⁴

A situação em território catarinense ganhou contornos mais graves com o decreto n.º 1.153, de 15 de fevereiro de 2021, documento que altera a lei sobre atividades essenciais em Santa Catarina (2021: s.p.)¹⁶⁵ e que autoriza as escolas a funcionarem com 100% de capacidade de lotação nas salas (Caldas, 2021)¹⁶⁶, independentemente da classificação da região no mapa de risco. Ou seja, os dados de contágio por região foram desconsiderados, prevalecendo as diretrizes básicas de distanciamento que consistem no mínimo de 1,5 metro entre as pessoas e o uso de máscaras para alunos a partir dos 6 anos (Caldas, 2021).¹⁶⁷

O retorno precipitado das atividades escolares presenciais vem impor ao governo uma dura realidade, para além dos prognósticos e das diretrizes. O conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da educação não imunizados e as escolas com lotações, podendo chegar a capacidade máxima, vem se tornado laboratório para a contaminação de estudantes e professores. O caso de Blumenau é emblemático nesse sentido. A prefeitura confirmou, em 22 de fevereiro de 2021, a ocorrência de 101 casos de COVID-19 em escolas e creches locais, contabilizando a infecção de professores e alunos (Redação Nd, 2021).¹⁶⁸ Eis uma situação que pode acontecer em outras cidades, o que demandará do governo flexibilidade, sensibilidade e uma avaliação precisa dos riscos de manter abertas escolas em tempos de pandemia e da necessidade de elas serem novamente fechadas caso o número de contaminações aumente.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3kxzNb5>. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3sQPpTh>. Acesso em: 22 fev. 2021.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://glo.bo/3kxzUDx>. Acesso em: 22 fev. 2021.

¹⁶⁸ Disponível em: <https://glo.bo/2OdsdpK>. Acesso em: 22 fev. 2021.

¹⁶⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3q3I7Af>. Acesso em: 22 fev. 2021.

A crise poltica e sanitria em Santa Catarina: o processo de impeachment do governador Carlos Moiss

Em Santa Catarina, a crise sanitria veio acompanhada de uma profunda crise poltica e institucional atravessada por disputas entre o poder legislativo e o poder executivo e escndalos de corrupo em meio a pandemia. O governador Carlos Moiss, em 2020, foi alvo de dois processos de *impeachment*. O primeiro envolve crime de responsabilidade pelo aumento do salrio dos procuradores estaduais¹⁶⁹ e o segundo refere-se a compra de 200 respiradores “por 33 milhes de reais, pagos antecipadamente e sem garantia de entrega, e irregularidades na construo do hospital de campanha de Itaja” (Redao, 2020: s.p.)¹⁷⁰ e que nunca foram entregues.

Eleito na chamada onda bolsonarista em 2018, Carlos Moiss, debutando na poltica e sem experincia em administrao pblica, elegeu-se com votao expressiva pelo Partido Social Liberal (PSL), derrotando o candidato Gelson Merisio (PSB) no segundo turno das eleicoes. Contudo, os embates frequentes com outros membros do PSL que o acusam “ter usado as pautas bolsonaristas para se eleger e, aps tomar posse, fazer uma gesto mais prxima ao centro poltico” (Roxo, 2020: s.p.)¹⁷¹, o desgaste com o presidente Jair Bolsonaro e a deteriorao das relaes do governador com a Assembleia Legislativa, alm das irregularidades apontadas nas denncias, figuram como os principais motivos para o andamento dos processos de *impeachment* na Alesc.

A principal relao que os deputados pastores estudados nessa pesquisa mantm com os processos de *impeachment* decorre principalmente das ligaoes estreitas de alguns deles com a ala bolsonarista no parlamen-

¹⁷⁰ “O governador afastado de Santa Catarina, Carlos Moiss (PSL), foi absolvido nesta sexta-feira, 27, no processo de impeachment de que era alvo e voltara ao cargo. Formado por cinco desembargadores e cinco deputados estaduais, o Tribunal Especial encarregado de julgar Moiss por crime de responsabilidade tomou a deciso por seis votos a trs, com uma abstenao. O governador era acusado de irregularidades no aumento salarial concedido a procuradores do estado” (redao, 2020: s.p.).

¹⁷¹ Disponvel em: <https://bit.ly/3uJoIZe>. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹⁷² Disponvel em: <https://glo.bo/3sEByfA>. Acesso em: 15 fev. 2021.

to, caso sobretudo do deputado Kennedy Nunes, opositor declarado do governador. Ele foi relator do primeiro processo de afastamento do qual Moisés foi inocentado. E atualmente vem sendo voz ativa, pressionando para que seja marcado o julgamento do segundo processo, sobre o caso dos respiradores.

O caso dos respiradores fantasmas vem mobilizando a atenção da sociedade catarinense, da mídia e, claro, dos deputados estaduais, que têm se articulado para investigar, publicizar e responsabilizar o governador por suposto conhecimento – se não envolvimento – do caso. No início da pandemia, em março, o governo adquiriu “200 aparelhos pelo valor de R\$ 33 milhões da empresa Veigamed. A empresa acabou não entregando a mercadoria e sumindo com parte do dinheiro” (Oliveira, 2021: s.p.).¹⁷² Em meio às investigações da fraude contra a administração pública, surge o nome de Moisés, e o processo é transferido para STJ. No pronunciamento, na 59ª Sessão Ordinária, de 1 de setembro de 2020, sobre o caso, o deputado Kennedy Nunes

diz que ora todos os dias para que o STJ dê alguma notícia, e refere-se à questão dos R\$33 milhões, o roubo que ficou comprovado, no relatório da CPI, que o Governador sabia. Por fim, comenta que um Governo com essas atitudes não merece respeito, e conclui que estará aqui, denunciando, cobrando e exigindo a saída do Governador Moisés (Santa Catarina, 2020: s.p.).¹⁷³

Assim que as denúncias começaram a aparecer em jornais, revistas e telejornais locais e nacionais, surgiram análises políticas discorrendo sobre uma possível politização da pandemia de parte dos deputados estaduais no contexto de articulação dos processos de afastamento de Carlos Moisés, apontando para a utilização do *impeachment* como manobra jurídica dos parlamentares opositores para destituir do poder um desafeto político. Sobre o tema, em pronunciamento na 60ª Sessão Ordinária, em 2 de setembro de 2020, o deputado Kennedy Nunes critica os “veículos de comunicação catarinenses e comentaristas políticos que tratam o pedido de *impeachment* como uma articulação política” (Santa Catarina, 2020m:

¹⁷³ Disponível em: <https://bit.ly/3q3Pd88>. Acesso em: 19 fev. 2021.

¹⁷⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3bS09AE>. Acesso em: 2 fev. 2021

s.p.).¹⁷⁴ Baseado no parecer do ministro do Supremo Tribunal de Justia, Benedito Gonçaves, afirma que existem “fortes indcios da participao do governador Carlos Moisés nas ilicitudes praticadas, que causaram danos graves a o povo de Santa Catarina [...]” (Santa Catarina, 2020m: s.p.).

A Procuradoria Juridica da Assembleia Legislativa recomendou o recebimento da representao por crime de responsabilidade em 3 de setembro de 2020, dando origem ao pedido de afastamento do governador de Santa Catarina. Em votao no plenrio da Assembleia, em 20 de outubro de 2020, a maioria dos deputados decide pelo prosseguimento do processo de *impeachment* do governador Moisés. Com relao à votao, o deputado Ismael dos Santos, em vdeo postado no Instagram, discorre sobre seu voto favorável à abertura do processo de afastamento e se posicionou sobre o caso:

A não responsabilizao do governador pelo sumio dos 33 milhes na compra dos respiradores implicaria para todos nós, senhores deputados, numa clara e explícita opao pela impunidade e por aquilo que nós chamamos de anarquia administrativa. Dessa forma, em nome da lucidez a respeito das tentaoes do poder, eu voto para além da possibilidade da dvida (Santos, 2020: s.p.).¹⁷⁵

Sobre a votao do segundo pedido de *impeachment*, não só o deputado Ismael votou favoravelmente pela abertura do processo, mas a pauta teve amplo consenso entre os parlamentares pesquisados. Todos votaram favoravelmente pelo afastamento do governador.¹⁷⁶ Dando prosseguimento ao rito, conforme determina a lei n.º 1.079/1950, também conhecida como a Lei do Impeachment (Brasil, 1950), após o presidente do Tribunal de Justia receber o processo, foi formalizada a escolha de um tribunal misto de julgamento formado por cinco desembargadores e cinco deputados, em ambos os casos escolhidos por meio de votao.¹⁷⁷ A sesso que analisaria a abertura do processo de afastamento, marcada para

¹⁷⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3dUjZhf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

¹⁷⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3q6QXxt>. Acesso em: 18 jan. 2021.

¹⁷⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3kyeFBv>. Acesso em: 20 fev. 2020.

¹⁷⁸ São eles “os desembargadores João Zanelato, Sônia Maria Schmitz, Rosane Portella Wolff, Luiz Antônio Forneroli e Roberto Lucas Pacheco e mais os deputados Estaduais Valdir Cobalchini (MDB), Fabiano da Luz (PT), José Milton Scheffer (PP), Marcos Vieira (PSDB) e Laércio Schuster (PSB)” (Oliveira, 2021: s.p.).

14 de dezembro de 2020, foi suspensa a pedido da defesa de Moisés e segue até o presente momento sem data estabelecida. Enquanto isso, as relações fragilizadas entre o governador e a Alesc ganham um novo capítulo, com a movimentação de deputados estaduais pedindo que seja marcada definitivamente a data do julgamento do *impeachment*,¹⁷⁸ entre eles o deputado Kennedy Nunes. O impasse da data já vinha sendo tema de reclamações por parte de Nunes, que em publicação em rede social, no dia 12 de dezembro de 2020, escreve: “Posso ficar só nessa batalha, mas não esquecerei dos R\$33 milhões dos respiradores que foram roubados dos catarinenses [...] eu vou continuar COBRANDO o dinheiro de volta ou a prisão dos culpados” (Nunes, 2020b: s.p.).¹⁷⁹

O fato é que o *timing* dos deputados não poderia ser mais suspeito. Em meio às polêmicas sobre o enfrentamento da pandemia, Carlos Moisés assumiu, no início da crise sanitária, medidas de isolamento e de distanciamento social, que pudemos observar no início desse trabalho via decretos 509 e 505, o que o distanciou do grupo de parlamentares da sua legenda partidária que partilhavam do mesmo posicionamento do governo Bolsonaro sobre as medidas de isolamento e combate à pandemia de COVID-19.

Também, outras posições políticas adotadas pelo governador antes mesmo da pandemia, como receber em seu gabinete deputados do PT e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para discorrer sobre agricultura familiar,¹⁸⁰ ou a retirada da isenção do ICMS de agrotóxicos, colocaram a ala radical do PSL em alerta, sob a possibilidade de uma centralização do governador, em oposição às práticas e discursos adotados por Bolsonaro e aliados. Outro caso parecido ao que tem ocorrido com o governador Moisés aconteceu com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, também denunciado por suspeitas de corrupção na área da saúde em meio à pandemia.¹⁸¹ Em comum, os dois

¹⁷⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2PjFT37>. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹⁸⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3kzt4xe>. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹⁸¹ Disponível em: <https://bit.ly/381AC6K>. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹⁸² “As investigações da Procuradoria Geral da República indicam que houve fraude nos contratos de compra de respiradores e medicamentos e de construção de hospitais de campanha durante a pandemia de coronavírus. E que o governador teria ‘participação ativa no conhecimento e comando das contratações com as empresas investigadas’, tendo recebido ao menos 554.000 reais em propinas das empresas do setor da saúde através

compartilham de um afastamento gradual com o presidente da Repblica e, conseqentemente, de um esfacelamento das suas bases de apoio legislativas¹⁸² e, no caso do governador catarinense, o coloca em perigo constante de ser afastado do poder.

“A vitria do povo de Deus”: o retorno das atividades religiosas

A criao do decreto n.º 10.282, de 20 de maro de 2020, que regula a lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os servios pblicos e atividades essenciais, inclui, por decreto presidencial, no art. 3º as atividades religiosas de qualquer natureza, desde que obedecidas s determinaes do Ministrio da Saude. Essa postura do governo federal causou diferentes posicionamentos em estados e municpios (Py; Shiota; Possmozer, 2020), os quais possuem autonomia para legislar sobre medidas de enfrentamento ao coronavrus, conforme deciso do Supremo Tribunal Federal (STF, 2020).

Giumbelli (2020) argumenta que a interrupo dos servios e o fechamento das igrejas geraram dois comportamentos distintos entre os evanglicos. De um lado, a anuincia como forma de colaborao com as medidas de isolamento, colaborao que pode ir at a converso de espaos de culto em ambulatrios, e, de outro, a utilizao do princpio da liberdade religiosa como fundamento para a manuteno das portas abertas e da realizao de cultos, com a chance de isso se estender ao anncio de curas ou a promessas de imunizao contra o vrus.

Em Santa Catarina, o decreto n.º 509 manteve suspensos os eventos e as atividades com aglomerao, incluindo os trabalhos em templos religiosos. Um exemplo foram as lideranas religiosas da FPE, que fizeram presso nas autoridades para manter os espaos religiosos abertos sob o argumento de que as igrejas seriam um servio essencial em sua dupla tarefa espiritual e assistencial (Carranza e Bandeira, 2020). Os deputados

de contratos falsos assinados com o escritrio de advocacia da primeira-dama, Helena Witzel” (Betim, 2020; s.p).

¹⁸³ Disponvel em: <https://bit.ly/302XdeY>. Acesso em: 2 fev. 2021.

evangélicos de Santa Catarina manifestaram-se de maneira semelhante a favor da manutenção dos templos abertos. Sobretudo esse discurso foi ser acionado pelos deputados Jair Miotto e Sergio Motta, pastores das igrejas Quadrangular em Florianópolis e da Igreja Universal do Reino de Deus, respectivamente.

O principal alicerce argumentativo nas declarações dos parlamentares gira em torno da função social da igreja como local de acolhimento e do trabalho pastoral, além do conforto espiritual oferecido aos fiéis em tempos de pandemia, como mostra o pronunciamento realizado na 44ª Sessão Ordinária na Alesc, em 28 de julho 2020, na qual o deputado Jair Miotto pede que os prefeitos “mantenham as igrejas em atividade, e destaca além da questão religiosa o trabalho social e de aconselhamento mental dessas instituições, extremamente importante durante o momento de pandemia que vive a sociedade” (Santa Catarina, 2020n: s.p.).¹⁸³ Discurso muito semelhante ao do deputado Sergio Motta, em 6 de agosto 2020 na 49ª, Sessão Ordinária, onde ele discorre sobre a “fragilidade emocional das pessoas durante a pandemia, comprovada pelo aumento registrado no número de suicídios e depressão neste período” (Santa Catarina, 2020o: s.p.). E critica os “prefeitos que fecharam as igrejas, pois considera as entidades religiosas essências à população neste momento delicado, em que o consumo alcoólico e a violência doméstica também têm aumentado” (Santa Catarina, 2020o: s.p.).¹⁸⁴

Com os templos religiosos fechados pelo decreto do governo estadual, partiu do deputado Jair Miotto o projeto de lei, que posteriormente foi transformado na lei n.º 17.940, de 8 de maio de 2020¹⁸⁵, que “reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de pandemia” (Santa Catarina, 2020p, p. 1). Com nova lei em vigor, o governo instituiu a portaria n.º 254 GAB/SES,¹⁸⁶ de 20 de abril de 2020, estabelecendo a normativa de funcionamento de igrejas, templos religiosos e afins. A aprovação dessa lei e conseqüentemente, a portaria n.º 254, foi muito comemorada pelo deputado Sergio Motta, que em publicação, em sua conta

¹⁸⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3q1DfM1> Acesso em: 15 dez. 2020.

¹⁸⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2PeVUY2>. Acesso em: 15 dez. 2020.

¹⁸⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3uIeqse>. Acesso em: 15 dez. 2020.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2O9FslI>. Acesso em: 15 dez. 2020.

no Instagram em 20 de abril de 2020,¹⁸⁷ declarou

Vitria do povo de Deus! Finalmente conseguimos para os fijs das igrejas evanglicas a regulamentao da abertura das igrejas com 30% do pblico possibilitando o culto presencial a partir de hoje. Claro que com conscincia de que  necessrio obedecer a todas as formas de prevenao. E principalmente, ter todos os cuidados que impeam a contaminaao (Motta, 2020b: s.p.).

Entre outras coisas, Py, Shiota e Possmozer (2020: 391) destacam que a movimentao de deputados e deputadas evanglicos federais para que as igrejas sigam abertas, mesmo diante dos riscos de contaminaao, pode estar motivada “pela queda na arrecadaao de dízimos e ofertas no decorrer desse perodo.” Discussao que também é acionada na pesquisa de Almeida e Guerreiro (2020), que sugerem ser o fator econmico uma determinante importante na atuao das igrejas evanglicas durante a pandemia, já que suas arrecadaoes estão vinculadass atividades presenciais.¹⁸⁸ “Afim, como fica a arrecadaao de ofertas e dízimos se os templos estão fechados?” (Almeida; Guerreiro, 2020: s.p.).

Em agosto, os deputados vieram novamente a pblico defender a ampliaao da ocupaao dos templos e igrejas, dos 30% atuais para 50%, em cidades com risco moderado de contaminaao da COVID-19. Em matéria publicada na Agência AL, em 15 de setembro de 2020, o deputado Jair Miotto em discurso afirma:

Estamos pleiteando desde o início de setembro que se construa um protocolo para ampliar a taxa de ocupaao das igrejas. Desde o dia 20 de abril estão funcionando com 30% da capacidade, muitos setores estão ampliando a taxa de ocupaao, pleiteamos 50% nas regiões com risco moderado (Santos, 2020c: s.p.).¹⁸⁹

A pauta foi apoiada pelo deputado Ismael dos Santos que argumen-

¹⁸⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3r2u8fs>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁸⁹ Em reportagem publicada dia 8 de maio de 2020, a revista Veja visitou os cultos das igrejas Universal, Mundial e Renascer, que estão com as portas abertas recebendo fijs para as atividades. “Embora respeitem a regra de ocupar 30% da capacidade de lugares, elas colocam sob um mesmo teto 3000 pessoas. Afim, o show da fe e da arrecadaao não pode ser parado por um vírus” (Batista Junior, 2020: s.p.).

¹⁹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3bP4BQx>. Acesso em: 19 set. 2020.

tou: “É meio ano com 30% de ocupação e sem contar que ficaram 30 dias fechados. Há templos que têm condições de abrigar com segurança, sem cair no estigma que a igreja é vetor do vírus” (Santos; 2020c: s.p.). O esforço de ambos foi recompensando, com a autorização do secretário da Saúde, André Motta Ribeiro, por meio da Portaria SES n.º 736, de 23 de setembro de 2020,¹⁹⁰ que “Resolve alterar o inciso I do Art. 2º, da Portaria SES n.º 254, de 20 de abril de 2020” (Santa Catarina, 2020r: 75) e passam a vigorar novas diretrizes sobre a lotação máxima autorizada em templos e igrejas. Assim, fica estabelecido que as capacidades de lotação desses espaços religiosos vão ser mediadas de acordo com a região e a avaliação de riscos das cidades. Sobre o tema, em postagem no Instagram o deputado Jair Miotto celebrou a autorização do aumento da capacidade de ocupação das igrejas.¹⁹¹ Vale relembrar que, diferentemente do que os deputados citados afirmaram, igrejas são locais de contaminação, como mostram os casos indicados por Machado (2020), que cita as igrejas de La Porte Ouverte (na França) e Shincheonji Church of Jesus (na Coreia do Sul), que “tornaram-se exemplares de igrejas que insistiram em uma ‘imunidade espiritual’ contra o novo coronavírus e contribuíram para a contaminação de seus membros e o aumento dos casos de COVID-19 em suas cidades” (Machado, 2020: 4).

Considerações finais

Nessa investigação, buscamos compreender como se organizou a formação discursiva e a prática dos atores políticos religiosos catarinenses durante a pandemia de COVID-19. Tentamos verificar como esses indivíduos dão significados para os seus discursos, quais bases são mobilizadas e, a partir disso, observar quais os procedimentos adotados por eles. Entre outros elementos, o que podemos constatar sobre esses agentes religiosos em espaços institucionais de poder é que suas ações e projetos se constroem a partir de diferentes caminhos decisórios, seja por orientações partidárias de suas bancadas, seja por seus afetos e desafetos políticos, ou

¹⁹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3sDDBu1> Acesso em: 15 dez. 2020.

¹⁹² Disponível em: <https://bit.ly/3uLG5Iy>. Acesso em: 20 out. 2020.

mesmo de acordo com sua experincia e tempo de casa. O fato que diversos fatores influenciaram seus posicionamentos e a elaborao de suas estratgias polticas, e esses fatores tiveram efeito nas decises e nas movimentaes dos parlamentares pesquisados no contexto da pandemia.

Tambm podemos observar, a partir desse levantamento preliminar, que, ainda que o grupo faa parte do mesmo segmento religioso, por si s isso no indica atuaes conjuntas, e ainda que tenham assumido posicionamentos parecidos em algumas situaes ao longo dos ltimos onze meses, os parlamentares vo atuar de maneiras muito diferentes para concretizar suas propostas. Como discute Cassota (2006: 76), “[...] apesar de grande parte da bibliografia sobre tema apontar para a formao de uma bancada evanglica, com vontade de legislar segundo seus preceitos religiosos, esses deputados atuam de acordo com o partido poltico que esto filiados”. Podemos verificar essa situao na atuao dos deputados pesquisados.

As disputas polticas e sociais acionadas durante a pandemia se intensificam e complexificam com a participao, cada vez mais acentuada, de grupos religiosos no debate pblico e nos espaos polticos institucionais, bem como nos embates sobre a legitimidade de atuao e melhores estratgias para enfrentar a COVID-19. natural que segmentos religiosos lancem mo de interpretaes sobre o coronavrus inseridas dentro do universo de suas crenas, e que essas explicaes no seriam incompatveis com informao cientfica qualificada (Machado et al., 2020). O que se verifica, no entanto, que o desvirtuamento dos dados cientficos, mobilizados parcialmente para legitimar discursos religiosos e polticos contrrios a medidas sanitrias que so essenciais para conter o avano da pandemia. A respeito das tenses entre cincia e religio, entre o interesse pblico e a crena privada, na Assembleia Legislativa a atuao dos deputados investigados, ainda que no se contraponham diretamente a cincia, eles negam a efetividade do isolamento social ao se posicionarem favoravelmente, e se articulam para criar condies institucionais para abertura total, no s de igrejas e escolas, mas de todos os servios, atividades econmicas, comerciais em todo territrio catarinense.

Referências

Almeida R, Guerreiro C (2020) Templos em tempo de pandemia. *Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus*, n. 19, 13 de abril. Disponível em: <https://bit.ly/2OjujO>. Acesso em 12/7/2020.

Arruda M A N (2020). Tempos e pandemia. A essencialidade das ciências humanas, sociais e das artes. *Jornal USP*. Disponível em: <https://bit.ly/3sHUGwM>. Acesso em 20/2/2021.

ASSEMBLEIA SANTA CATARINA (2020). *Fala Deputado – Jair Miotto*. Disponível em: <https://bit.ly/2MEusSN>. Acesso em 10/10/2020.

Back A (2020) Covid: Deputados pedem flexibilização de decreto e apoio a setores. *Agência AL (Assembleia Legislativa)*, Brasil, 8 de outubro. Disponível em: <https://bit.ly/3b7Ky0z>. Acesso em 20/10/2020.

Bandeira O, Carranza B (2020) Só o Brasil cristão salva do COVID-19? *Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus*, n. 33, 5 de maio. Disponível em: <https://bit.ly/3sGEfXU>. Acesso em 3/6/2020.

Basilio A L (2020) Volta às aulas: “Quem vai se responsabilizar quando o primeiro aluno ou professor morrer?”. *Carta Capital*, Brasil, 27 de julho. Disponível em: <https://bit.ly/3bR9gkY>. Acesso em 25/1/2021.

Batista Junior J (2020) “Exu Corona”, empréstimo para dízimo e semente milagrosa contra a covid. *Veja*, 8 mai. Disponível em 20/2/2021.

Betim F (2020) *Impeachment* vira arma fácil contra governadores neófitos e ex-bolsonaristas do Rio e Santa Catarina. *El País*, Brasil, 23 set. Disponível em: <https://bit.ly/3uHpbL>. Acesso em 20/2/2020

Borges A (2020) Bancada evangélica pede reabertura de templos para enfrentar pandemia maligna. *Estadão*, Brasil, 18 de março. Disponível em: <https://saude>. <https://bit.ly/2NXf7gB>. Acesso em 13/5/2020.

BRASIL (2020) Decreto n.º 10.292, de 25 de maro. Altera o Decreto n.º 10.282, de 20 de maro de 2020, que regulamenta a lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os servios pblicos e atividades essenciais. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, 59, p. 1, 26 maro de 2020.

BRASIL. Lei 1.079 de 10 de abril. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. *Diário Oficial da União*, 12 de abril de 1950.

Caldas J (2021) Mesmo com pandemia, decreto autoriza aulas presenciais em SC com 100% da capacidade das salas. *G1 SC*, Brasil, 16 fev. Disponível em: <https://glo.bo/3sKs7Vw>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Campos G W S (2020) O pesadelo macabro da COVID-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educao e Saude*, 18(3): e00279111.

Canal do Datena (2021) “Não existe vacina ideal” diz pesquisador. *Manhã Bandeirantes*. Disponível em: <https://cutt.ly/OlNyi9H>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Cassota P L (2016) Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no legislativo brasileiro. *E-legis*, 20: 75-101.

Coalizão pelo Evangelho (2020) *Pela pacificação da nação em meio à pandemia*. Coalizão pelo evangelho, fé e trabalho, 4 de maio. Disponível em: <https://cutt.ly/hlNycmT>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Estevão F (2020) *Meu pronunciamento sobre o lockdown*. 15 jul. Instagram: @deputadofelipeestevao. Disponível em: <https://cutt.ly/RlNyn4X>. Acesso em: 9 out. 2020.

Fagundes A L C, Gomes B C M (2020) O poder da bíblia: crenças e organização das igrejas evangélicas na política brasileira. *Opsis*, 20(1): 1-11.

Filgueiras J M (2020) O ensino de história em tempos de pandemia. *I ciclo de debates “Questões para a história do tempo presente em tempos pandemônicos”*. Junho/julho.

Giumbelli E (2020). Religiões em tempo de pandemia. *Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus*, 33(5). Disponível em: <https://cutt.ly/kINyR2L>. Acesso em 12/6/2021.

Machado C (2020). Rebanho de quem? Sobre religião, contágio e ideias que viralizam em tempos de pandemia. *Dilemas - Reflexões na Pandemia*: 1-14.

Machado C C V et al (2020) *Desinformação em redes religiosas: Ciência contaminada. Analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via YouTube*. São Paulo: CEPEDISA, NAP-DISA/USP, 25-29.

Maia L O (2005) *Símbolos e ritos na Igreja Universal do Reino de Deus*. 2005. Curso de História, UFRGN, Rio Grande do Norte.

Mariano R (2004). Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18(52): 121-138.

Mariano R, Pierucci A F (1992). O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos*, 34: 92-106.

Melo S (2016) Um pensamento político da “bancada evangélica”? Notas iniciais de uma investigação. *GPMPP Working Papers*, Campinas, 5.

Melo C, Cabral S (2020) A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalizados da COVID-19. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, 14(39): 3681-3688.

Memória Política de Santa Catarina (2019). *Biografia Jair Miotto*. Disponível em: <https://cutt.ly/SINyFsM>. Acesso em: 8 out. 2020.

Memória Política de Santa Catarina (2019b). *Biografia Felipe Estevão*. Disponível em: <https://cutt.ly/MINyLc7>. Acesso em: 8 out. 2020.

Memória Política de Santa Catarina (2019c). *Biografia Ismael dos Santos*. Disponível em: <https://cutt.ly/WINyVEy>. Acesso em: 8 out. 2020.

Memória Política de Santa Catarina (2020a). *Biografia Sergio Motta*. Disponível em: <https://cutt.ly/NINy0ev>. Acesso em: 8 out. 2020.

Memória Política de Santa Catarina (2020b). *Biografia Kennedy Nunes*. Disponível em: <https://cutt.ly/kINy5gD>. Acesso em: 8 out. 2020.

Miotto J (2020) *Deputado Jair Miotto apoia projeto que reconhece as atividades educacionais como essenciais*. 26 nov. Instagram: @jairmiotto. Disponível em: <https://cutt.ly/UINutbw>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Mori L (2020) Como a crise do coronavírus expõe racha entre evangélicos no Brasil. *BBC Brasil*, 28 abr. Disponível em: <https://cutt.ly/Kl1g6Rz>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Mota E (2020) Valdemiro Santiago é alvo de notícia-crime por vender “feijão mágico” contra COVID-19. *Congresso em Foco*, Brasil, 9 de maio. Disponível em: <https://cutt.ly/3lNufqe>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Motta S (2020a) *Sessão Especial na ALESC*. 13 mai. Instagram: @sergio-motta10sc. Disponível em: <https://cutt.ly/dlNukeA>. Acesso em: 10 out. 2020.

Motta S (2020b) *Vitória para o povo de Deus!* 20 abr. Instagram: @sergio-motta10sc. Disponível em: <https://cutt.ly/2lNuxof>. Acesso em: 10 out. 2020.

Nunes K (2020) *Volta às aulas*. 17 nov. Instagram: @kennedynunes.sc. Disponível em: <https://cutt.ly/clNumMq>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Nunes K (2020a) *Não esquecerei dos R\$33 milhões dos respiradores que foram roubados dos catarinenses*. 9 dez. Instagram: @kennedynunes.sc. Disponível em: <https://cutt.ly/GlNuT4n>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Oliveria S (2021) Julgamento do segundo processo de *impeachment* de Carlos Moisés deve ser marcado depois do carnaval. *O Município Blumenau*, Brasil, 13 de fevereiro Disponível em: <https://cutt.ly/9lNuSr2>. Acesso em: 19 fev. 2021.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde (2020). *Considerações sobre medidas de distanciamento social e medidas relacionadas* [...]. 3 de abril. Disponível em: <https://cutt.ly/IINuLEl>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Oro A P (2006) *Religião e política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar.

Palavra amiga do Bispo Macedo (2020). (2m58s). Disponível em: <https://cutt.ly/ylNuMpa>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Py F, Shiota R, Possmozer M (2020). Evangélicos e governo Bolsonaro: aliança nos tempos de COVID-19. *Confluências*, 22(2): 384-406.

Rafael RMR et al (2020) Epidemiologia, políticas públicas e COVID-19: o que esperar no Brasil? *Revista Enfermagem-UERJ*, 28: 1-6.

REDAÇÃO (2020) Carlos Moisés é absolvido em *impeachment* e reassumirá governo de SC. *Veja*, Brasil, 27 de novembro. Disponível em: <https://cutt.ly/jlNiqjJ>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Redação ND (2021) Blumenau tem 101 casos de COVID-19 em creches e escolas. *ND+*, Brasil, 22 fev. Disponível em: <https://cutt.ly/HINitMB>. Acesso em: 22 fev.2021.

Rosanvallon P (2010) *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda.

Roxo S (2020) Decidido a ficar no PSL, governador de SC é acusado de “trair” o bolsonarismo. *O Globo*, Brasil, 17 de novembro. Disponível em: <https://cutt.ly/NINipcQ>. Acesso em: 15 fev. 2021

Santa Catarina (2020) Portaria GAB/SES n.º 254 de 20 de abril de 2020. Ficam estabelecidas as normativas de funcionamento de igrejas, templos religiosos e afins, a partir de 20 de abril. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, 20 de abril de 2020.

Santa Catarina (2020a) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 56ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Kennedy Nunes* [...]. Dis-

ponvel em: <https://cutt.ly/olNigQs>. Acesso em: 20 out. 2020.

Santa Catarina (2020b) Lei n.º 17.974 de 31 de julho de 2020. Reconhece os servios de alimentao, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares como essenciais para a populao, ainda que em estado de calamidade, emergncia, pandemia ou pandemia. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*: Florianópolis, SC, n. 21.322, p. 4, 31 de julho.

Santa Catarina (2020c) Portaria SES n.º 710 de 18 de setembro de 2020. Autorizar à retomada, de forma gradual e monitorada, dos eventos sociais, no Estado de Santa Catarina, considerando a avaliao de risco potencial para COVID-19 nas regies de saude. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*: Florianópolis, SC, n. 21.356, p. 10-11, 18 de setembro.

Santa Catarina (2020d) Assembleia Legislativa. *Ofício IND/1845.7/2020* do dia 21 de setembro. Dirigido ao governador do estado. Disponível em: <https://cutt.ly/nlNixak>. Acesso em: 20 out. 2020.

Santa Catarina (2020e) Lei n.º 18.014 de 6 de outubro de 2020. Dispõe sobre a excepcional hospedagem de profissionais da saude pública em hotéis, pousadas ou espaos de alojamento similares, por requisiao do Estado, durante o período de calamidade pública resultante da pandemia de COVID-19. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*: Florianópolis, n. 21.369, p. 3, 7 de outubro.

Santa Catarina (2020f) Decreto n.º 509 de 17 de março de 2020. Dá continuidade à adoo progressiva de medidas de prevenao [...]. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*: Florianópolis, n. 21.223a, p. 1-2, 17 de março.

Santa Catarina (2020g) Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei PL 0360.0/2020*. Reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais para o Estado de Santa Catarina em tempos de calamidade pública. Disponível em: <https://cutt.ly/BINinOx>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Santa Catarina (2020h) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 52ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Kennedy Nunes* [...]. Disponível em: <https://cutt.ly/ilNiELx>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Santa Catarina (2020i) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 51ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Kennedy Nunes [...]* Disponível em: <https://cutt.ly/KlNiUzI>. Acesso em: 20 set. 2020.

Santa Catarina (2020j) Decreto n.º 1.003, de 14 de dezembro de 2020. Regulamenta a lei n.º 18.032, de 2020, que dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. Publicada no *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*: Florianópolis, n. 21.417, p. 5, 14 de dezembro.

Santa Catarina (2020k) Portaria Conjunta SES/SED n.º 778 de 6 de outubro de 2020. Resolvem autorizar e estabelecer critérios para o retorno de atividades escolares/educacionais [...] a partir da publicação desta Portaria. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, 6 de outubro. Disponível em: <https://bit.ly/37XVKuN>. Acesso em: 10 out. 2020.

Santa Catarina (2021) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 59ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Kennedy Nunes [...]*. Disponível em: <https://cutt.ly/ClNiFgo>. Acesso em: 25 set. 2020.

Santa Catarina (2020m) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 60ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Kennedy Nunes [...]*. Disponível em: <https://cutt.ly/GlNiKQE>. Acesso em: 25 set. 2020.

Santa Catarina (2020n) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 44ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Jair Miotto [...]*. Disponível em: <https://cutt.ly/dlNiVPe>. Acesso em: 15 set. 2020.

Santa Catarina (2020o) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 49ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Sergio Motta rememora [...]*. Disponível em: <https://cutt.ly/jlNi0xJ>. Acesso em: 28 set. 2020.

Santa Catarina (2020p) Lei n.º 17.940 de 8 de maio de 2020. Reconhece a atividade religiosa como essencial para população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia. Publicada no *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*: Florianópolis, n. 21.265, p. 1, 11 de maio.

Santa Catarina (2020q) Assembleia Legislativa. *Ofcio IND/0476.9/2020 de 14 abr.* Dirigida ao governador do estado. Disponvel em: <https://cutt.ly/GINi8K7>. Acesso em: 12 out. 2020.

Santa Catarina (2020r) Portaria SES n.º 736 de 23 de setembro de 2020. Altera o inciso I do Art. 2º, da Portaria SES n.º 254, de 20 de abril de 2020. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, n. 21.359, p. 75, 23 de setembro.*

Santa Catarina (2020s) Assembleia Legislativa. *Ofcio IND/0550.2/2020 de 27 abr.* Dirigida ao governador do Estado. Disponvel em: <https://cutt.ly/PINoqIy>. Acesso em: 12 out. 2020.

Santa Catarina (2020t) Assembleia Legislativa. *Ofcio IND/0480.5/2020 de 14 abr.* Dirigida ao governador do Estado. Disponvel em: <https://cutt.ly/NINorZb>. Acesso em: 12 out. 2020.

Santa Catarina (2020u) Assembleia Legislativa. *Ofcio IND/0435.0/2020 de 13 abr.* Dirigida ao governador do Estado. Disponvel em: <https://cutt.ly/flNoiTC>. Acesso em: 12 out. 2020.

Santa Catarina (2020v) Assembleia Legislativa. *Ofcio IND/2115.6/2020 de 10 nov.* Dirigida à governadora interina do Estado. Disponvel em: <https://cutt.ly/PINod8h>. Acesso em: 9 fev. 2021.

Santa Catarina (2020x) Assembleia Legislativa. *Ofcio IND/0465.6/2020 de 14 abr.* Dirigida ao Governador do Estado. Disponvel em: <https://cutt.ly/SINojLz>. Acesso em: 12 out. 2020.

Santa Catarina (2020z) Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei PL 0232.4/2020.* Disponvel em: <https://cutt.ly/blNocmb>. Acesso em: 2 fev. 2020.

Santa Catarina (2020A) Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei PL 0073.7/2020.* Disponvel em: <https://cutt.ly/alNomFT>. Acesso em: 21 fev. 2020.

Santa Catarina (2020B) Assembleia Legislativa. *Ofcio PIC/0479.0/2020 de 13 jul.* Dirigida ao Secretário do Estado da Educao. Disponvel em: ht-

[tps://cutt.ly/BINoRN5](https://cutt.ly/BINoRN5). Acesso em: 25 jan. 2020.

Santa Catarina (2020C) Assembleia Legislativa. *Ofício IND/0750.8/2020 de 13 mai.* Dirigida ao Governador do Estado. Disponível em: <https://cutt.ly/HINoOAV>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Santa Catarina (2020D) Assembleia Legislativa. *Pronunciamento na 92ª Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa do deputado Kennedy Nunes [...]*. Disponível em: <https://cutt.ly/RINoFiA>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Santa Catarina (2021) Assembleia Legislativa. *Ofício IND/0129.4/2020* do dia 12 de fevereiro. Dirigido ao governador do estado. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/wlNoJMi>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portal STF JUS (2020) *STF reconhece competência concorrente de estados, Distrito Federal, municípios e União no combate à COVID-19*. Brasília, 15 abr. Disponível em: <https://cutt.ly/ulNoX4o>. Acesso em: 22 set. 2020.

Santos B S (2020) Educação, grande alvo da extrema-direita. *Terra*, Brasil, 28 de setembro. Disponível em: <https://cutt.ly/1lNoM5o>. Acesso em: 10 out. 2020.

Santos V (2020) Deputados sugerem igrejas com ocupação de 50% em regiões com risco moderado. *Agência AL* (Assembleia Legislativa), Brasil, 15 de setembro. Disponível em: <https://cutt.ly/ylNo32k>. Acesso em: 19 set. 2020.

Santos I (2020a) *Educação, liberdade e democracia começam aqui*. 13 ago. Instagram: @deputadoismael. Disponível em: <https://cutt.ly/UIInphXD>. Acesso em: 9 out. 2020.

Santos I (2020b). *Debate de projetos na comissão de educação da Assembleia Legislativa*. 10 dez. Instagram: @deputadoismael. Disponível em: <https://cutt.ly/5lNplX7>. Acesso em: 2 fev. 2021.

Santos I (2020c) *Parlamento aprova por 36 votos o segundo pedido de admissibilidade de processo para investigação do governador catarinense*. 20 out. Ins-

tagram: @deputadoismael. Disponível em: encurtador.com.br/dCOPV. Acesso em: 18 jan. 2021.

SINSEJ (2020). Nota de repúdio à declaração do Deputado Estadual Kennedy Nunes (PSD). *Sinsej* (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região), Brasil, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/FINpnc7>. Acesso em: 15 set. 2020.

Spohr I (2010). Os pentecostais e a democracia da cultura religiosa brasileira. *Revista IHU On-Line*, 329: 17-19.

Tedesco J C (2020) *Desejados e expulsos: trabalhadores imigrantes na/ como pandemia: notas de uma leitura conjuntural*. Passo Fundo: Acervus.

UNICEF (2020). *COVID-19: mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e Caribe, estima o Unicef*. Unicef (Fundo das Nações Unidas para Infância). Disponível em: <https://cutt.ly/3lNpRXC>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Wolfart G (2010) Pentecostalismo: traços históricos. *Revista IHU On-Line*, 329: 8-11.

El inédito rostro de la ultraderecha mexicana: el caso del Frente Nacional Anti AMLO (FRENAA)¹⁹³*

Jaime Aragón-Falomir

A Nahué, por ser nuestra vía láctea

“La sobrevivencia del nazismo en democracia era más peligroso que contra la democracia”
T. Adorno 1984, *Modeles Critiques*, Payot, Paris pp. 97-98

“Nuestro increíble viaje no ha hecho más que empezar”
Donald Trump, 2021

En los años treinta, México, Argentina y Brasil se alinean con los llamados “populismos históricos”, los cuales mediante estrategias heterogéneas buscaban invertir los lastres y rezagos sociales de sus países (Capdevila, Vergniolle y Vinel, 2019). Después de esa coincidencia, México se convertirá en una excepcionalidad latinoamericana: sin dictadura militar o golpes de estado; con estabilidad y continuidad institucional; sin transición a la democracia en el sentido estricto y sin adherirse a la “marea rosa” progresista de principios del siglo XXI. Cabe destacar que el régimen fue considerado como “la dictadura perfecta” y recientes propues-

^{192*} Esta es una versión revisada y editada de un texto originalmente publicado en el 2021 con el título: “¿Emergencia de la derecha radical en México?” en la Revista *Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales*, volumen 22, del dossier “Alt right, neofascismos y movimientos de extrema derecha del siglo XXI”. Se agradece a los editores el permiso de publicación.

tas consideran que vivió la transición más larga de la región, desde 1977 hasta 2018 (Aragón, Fernández, Lucca e Iglesias, 2020: 593-594). Esto corresponde con la llegada de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) a la presidencia vinculándose con el giro a la izquierda latinoamericana tardío.

Desde los noventa se observan destellos de polarización en México (Moreno, 1999), una década después la volatilidad del voto y la polarización seguían moderadas, aunque con tendencias al alta (Coppedge, 2010: 83). No obstante, la llegada de AMLO es determinante para impulsar un agravamiento de la polarización social según analistas (Moreno, 2021) lo cual es replicado por la percepción de la población puesto que el 64% cree que hay mucha o algo de polarización (Moreno, 2020a). Si bien dicha tendencia revela la morfología del espacio público y sociedades actuales (Aruguete y Calvo, 2020: 60-70), una grieta importante se está estableciendo entre seguidores y detractores de AMLO (Aragón y Lucca, 2020: 231-232). Dentro de los segundos, es llamativo que un grupo de individuos con tendencias de ultraderecha impulsan el surgimiento, en plena pandemia, del Frente Nacional Anti-AMLO (FRENAAA). Esto da un tono especial al caso mexicano, en relación con la gran mayoría de países, puesto que se aprovecha del cansancio y miedo político que dicha crisis está provocando en la ciudadanía. El principal objetivo de FRENAAA, según sus declaraciones oficiales, es destruir al presidente AMLO quien preside lo que ellos nombran una “dictadura comunista”¹⁹⁴.

Dicho movimiento puede ser identificado con ciertos valores conservadores puesto que apelan, por un lado, a defender la identidad mexicana, los valores católicos y la familia y, por otro, construye un discurso xenófobo hacia migrantes, atribuyendo la mayoría de los problemas del país a los “comunistas” y en contra del movimiento LGBT o pro-aborto. A decir del sociólogo Bernardo Barranco (2020b) la llegada de AMLO ha reactivado un sentimiento “revanchista”¹⁹⁵ de la ultraderecha católica excluida desde la revolución¹⁹⁶. Esta coyuntura nos obliga a preguntarnos: ¿En

¹⁹⁴ <https://frena.com.mx/galeria-de-la-dictadura-comunista/>

¹⁹⁵ Remite a la Guerra Cristera (1926-1929) durante la revolución mexicana, cuando se cerraron iglesias y expropiaron propiedades eclesiásticas, provocando un levantamiento armado campesino bajo el estandarte de “Viva Cristo Rey” anticomunista, antimasonico y antisemita (Meyer, 2014).

¹⁹⁶ El estado postrevolucionario (1929-2000) con el objetivo de construir una hegemonía política integra múltiples sectores a costa de excluir a segmentos conservadores y/o católicos,

qué medida dichos grupos pueden ser enmarcados dentro de un proceso de radicalización conservadora global?, ¿Qué condiciones sociales y estructurales existían para favorecerlo? O aún, ¿cuál es el estilo político-discursivo que busca conectar con una población enconada por la pandemia?

En efecto, múltiples trabajos han estudiado a la derecha latinoamericana (Domínguez, Lievesley y Ludlam, 2011; Vommaro y Moressi, 2015: 15; Delgado, 2003). Lo novedoso de nuestra contribución es que, se enfoca en las particularidades locales y coyunturales del fenómeno para México durante la crisis sanitaria, lo cual buscamos vincular con los marcos teóricos occidentales que analizan a movimientos de derecha. Las características inéditas de FRENAAA son, por un lado, la atención mediática que se le ha dado (a pesar de ser minoritario) y, por otro, el “discurso de odio” en el espacio público como estrategia política – mediante el uso de innovadores mecanismos de persuasión¹⁹⁷, probablemente observadas en otras latitudes (Albertini y Doucet, 2016; Chagas, Modesto y Magalhaes, 2019: 14). La hipótesis central de nuestro trabajo es que este movimiento construye un discurso radical y eficaz vinculado con el desencantamiento hacia la democracia general, anclándose en la desafección y ruptura del sistema de partidos tradicionales mexicano, del cual emerge un alter ego o enemigo interno (AMLO) y un enemigo externo (comunistas y migrantes). Todo ello, en una coyuntura de pandemia, tiende a exacerbar posicionamientos por parte de la población. Para demostrarlo, utilizaremos los textos de referencia sobre las ultraderechas europeas (Mudde, 2007; Traverso, 2018), complementados por un análisis de sus causas (Eatwell y Goodwin, 2018: 11). A estos referentes incluiremos los estilos políticos y de comportamiento (Ostiguy, 2017: 78-81). Para entender el movimiento, recurrimos a una estrategia metodológica que analiza cualitativamente los discursos del principal líder de FRENAAA.

Dividimos el trabajo en dos partes. La primera sección realiza un recuento teórico e histórico sobre las ideologías de ultraderecha profundizando sobre el derrotero de la derecha mexicana y el cambio que ha ido viviendo el país. En la segunda parte desglosamos los principales puntos

los cuales se vincularán a agrupaciones secretas de ultraderecha (Lozada y Rivera, 2017).

¹⁹⁷ Enfocándose en el uso del miedo y emociones a través de la conquista principalmente en medios cibernéticos (YouTube, Facebook, Twitter, WhatsApp), lo cual fue punta de lanza tanto para el *Front National* en Francia como para el presidente brasileño Jair Bolsonaro.

teóricos que permitieron la aparición de la ultraderecha mundial, lo cual nos permite comparar las percepciones ciudadanas y el discurso del FRE-NAAA.

La “ideología” de ultraderecha: un fenómeno global

En su más reciente publicación el economista Thomas Piketty pone la lucha de la ideología en el centro del debate, la cual define como “un grupo de ideas y discursos que buscan describir cómo se debería estructurar la sociedad” lo cual tiene como objetivo proponer modelos ideales de convivencia social (Piketty, 2019:16 y 1191). Estas propuestas deben ser la expresión de posiciones claramente definidas y antagonismos asumidos. El deslindarse de la clase es debido a que, el lugar socio-económico no siempre determina el posicionamiento ideológico-político o comportamiento cultural, trascendental para entender que, quienes se adhieren a la ideología de derecha no pertenecen forzosamente a sectores privilegiados, ni viceversa (Ostiguy y Roberts, 2016:29).

Ahora bien, enmarcados dentro de las ideologías europeas más trascendentales del siglo XX, la extrema derecha tuvo distintos exponentes: el nazismo alemán (1933-1945) y fascismo italiano (1922-1943), aunque otros movimientos similares sobreviven a la posguerra en el sur de Europa como el dirigido por Francisco Franco en España (1936-1975) o el controlado por Antonio Salazar en Portugal (1932-1968). Empero, según Bertonha (2013:31) es en América latina “el área no europea donde más se manifestaron tendencias hacia el fascismo”, el cual tendió a estar vinculado con diferentes grupos de intereses económicos, políticos, bélicos y dictatoriales hasta la llegada de las transiciones a la democracia de los ochenta. Dichas transiciones desde regímenes autoritarios hacia la democracia en el sur de Europa y América latina, coincide con el resurgimiento de movimientos de derecha en Europa central cada vez más visibles (Mudde, 2007), en esta ocasión respetando las reglas de la democracia liberal (Eatwell y Goodwin, 2018) aunque también amenazándola (Mudde, 2021).

Francia es el país en donde la mayoría de analistas coinciden, aunque la fecha sea fuente de querellas: la fundación por Jean Marie Le Pen

del *Front National* (FN) en 1971 (Traverso, 2018: 19); la elección de 1984 donde el FN obtiene 10,9% de los sufragios (Diamanti y Lazar, 2019: 39); los 6 millones de votos obtenidos en el 2002 (Shields, 2007: 303) o los 10 millones de votos de la hija de Jean Marie, Marine en el 2017. En todo caso, es evidente el crecimiento del electorado de fuerzas de extrema derecha que comienza a recorrer uno de los países mas importantes y posteriormente el resto del continente europeo. Mientras que dichos movimientos de extrema derecha cobraban fuerza al inicio del siglo XXI, en América latina se vivía la ola de gobiernos progresistas.

Las derechas occidentales y latino-americanas

Los movimientos de ultraderecha han sido estudiados por múltiples investigadores que buscan clasificar y entender un sinnúmero de fenómenos característicos. Algunos tratan de identificar las razones recurriendo al análisis de un electorado europeo que tiene un sentimiento de baja representatividad; un rechazo a las elites políticas y económicas; una desconfianza del modelo social y económico de occidente (y de la Unión Europea) y/o un rechazo tanto al comunismo como al liberalismo (Camus y Lebourg, 2015: 238). No obstante, para Cos Mudde (2007: 155) es imposible generalizar tantas sociedades sin considerar las particularidades nacionales, aunque acepta que casi todos cuentan con una mezcla de nativismo (xenofobia y nacionalismo), autoritarismo y populismo. De hecho, el crecimiento de dichos movimientos no puede ser entendido sin considerar el fracaso, cobardía y oportunismo miope de la derecha partidaria (Mudde, 2007: 146). Para aclarar mejor, una década después Mudde y Rovira (2017: 7-8) ubican a dichos grupos con un posicionamiento en contra de las elites y del pluralismo. En este punto coincide con Pierre Ostiguy quien construye un gráfico con elementos y comportamientos culturales a través de dos ejes: *high* (elitismo, anti-populismo) que conlleva algunas características (formal, ordenado, limpio) y *low* (populismo, anti-elitismo) que implica la informalidad, proximidad física y “suciedad” (Ostiguy, 2017: 79). El cuadrante *Low* es subdividido en populismo de izquierda socio-cultural (grosero, desinhibido, culturalmente popular, “de aquí”, nativista) y en populismo de derecha el político-cultural (personalista, autoritario, liderazgo fuerte y viril, provocador).

Conceptualmente, según Traverso, el termino post-fascismo es más apropiado que el populismo (el cual perdió valor interpretativo como sustantivo o concepto, puesto que para Traverso es un estilo político) y, por otro lado, el post-fascismo le permite vincular los movimientos del siglo XXI al fascismo histórico (Traverso, 2018: 26 y 47). En efecto, aunque ambos buscaban cambiar el sistema, el populismo histórico lo buscaba desde fuera (con un discurso enconado hacia el enemigo externo: los comunistas bolcheviques) y el actual tiene como objetivo modificarlo desde dentro (con una diatriba xenófoba hacia el enemigo externo: los migrantes y hacia el interno: comunistas izquierdistas). Sin embargo, reconoce que su concepto es temporal puesto que todos esos movimientos son política e ideológicamente muy fluctuantes, inestables y/o contradictorios (Traverso, 2018: 18).

En todo caso, son movimientos históricamente enmarcados en el siglo XXI y geográficamente en Europa, con una potente capacidad de seducción al capturar momentos y descontentos sociales mediante distintos pilares discursivos. Si bien el presente trabajo no pretende debatir el uso de populismo, recupera algunas características generales: 1) necesita una crisis política o económica; 2) es un fenómeno puramente político, puesto que en la economía no existen representantes; 3) es una demanda a la democracia que desacredita a los actores políticos del *establishment* y 4) necesita algún liderazgo que construya una frontera identitaria entre el nosotros y ellos (Mudde y Rovira, 2012; Garciamarin, 2018: 261).

En efecto, al comienzo del siglo XXI América latina vivía ajena a movimientos de derechas radicales puesto que era gobernada principalmente por los gobiernos progresistas que daban poca cabida a su emergencia – a pesar de que fuerzas electorales de derecha gobernarán (Svampa, 2017; Domínguez et al., 2011). Al parecer los observadores no previeron la posibilidad de que, después de la llamada marea rosa, podría venir una derecha más recalcitrante, pero en democracia.

Es así como, por un lado, Mauricio Macri obtiene la presidencia en Argentina en el 2015 (Lucca e Iglesias, 2020) y por otro, un nuevo tipo de golpe parlamentario que, mediante las acusaciones de corrupción hacia el Partido de los Trabajadores (PT), destituye a la presidenta Dilma Rousseff en Brasil en 2016 –impulsando a J. Bolsonaro a la presidencia en el 2018. Así un ex capitán del ejército gobierna el país, por un lado, con un posicionamiento ideológico nacionalista, conservador, en defensa de la

religión, los valores castrenses y de la dictadura militar y, por otro, abiertamente ofensivo hacia mujeres, homosexuales, indios, negros, LGBT, la izquierda, entre otros (Aragón et al, 2020a: 598). Bolsonaro incorpora, tanto los elementos mencionados por teóricos acerca de occidente como las características propias de la región latinoamericana. Entre las cuales se encuentra la vigencia e impacto que tiene sus ataques al PT con el discurso anticomunista “castro-chavista” (Fidel Castro y Hugo Chávez), eficaz en Colombia, México y Brasil (Chagas et al., 2019). A esto se adhiere, la defensa de valores vinculados al catolicismo (pro familia, en contra de la ideología de género, anti-aborto, etc.), los cuales, en otros casos como el brasileño, están vinculados al cristianismo evangélico, particularmente el pentecostal. Sin embargo, México parecía estar ajeno a expresiones de dicha envergadura. Esto nos obliga a indagar acerca del por qué mediante el análisis del derrotero de la derecha mexicana y un análisis de los valores que la sociedad prioriza.

La derecha mexicana

En efecto, al finalizar la revolución, los sectores conservadores se refugiaron en el mundo empresarial y en agrupaciones secretas de ultraderecha¹⁹⁸ (Lozada y Rivera, 2017: 130), en ocasiones vinculadas tímidamente a la política. No obstante, cuando la única organización de derecha partidaria, el Partido Acción Nacional (PAN) adopta, por un lado, una organización burocrática-profesional y, por otro, en los ochenta y noventa se convierte en una opción real para ganar (Hernández, 2011), una parte de estos grupos comienzan un arduo activismo político en su seno (Campos y Velázquez, 2017: 234).

Dicho apoyo de la ultraderecha, entre otros factores, ayuda a que el PAN obtenga la presidencia en el 2000 y 2006 (Delgado, 2003). Sin embargo, debido a múltiples críticas (Aguayo, 2010¹⁹⁹) el PAN deja de seducir a

¹⁹⁸ Yunque, Muro, Tecos, pero también en el Sinarquismo, una forma análoga de la Falange española adscrita en el nacionalismo católico radical, se fundará el Partido Fascista Mexicano (1922-1924), entre otras tentativas tanto laicas como católicas (Savarino, 2017 :154).

¹⁹⁹ El gobierno del PAN mostró experiencias tanto positivas de estabilidad macroeconómica, como negativas al verse inmiscuidos en actos de corrupción, represión y violaciones de

su votante, perdiendo claramente en las últimas elecciones (2012 y 2018). Frente a querellas internas y falta de liderazgo, el PAN recluta cuadros de otros partidos (Aragón y Cárdenas, 2020:84-85) diluyendo por lo tanto su esencia, clave para entender la debacle en el 2018 (Aragón, Fernández, Lucca, 2019: 297). De hecho, algunos afirman que el PAN “vacío toda su identidad tradicionalista y civilista” y sin el control político del ejecutivo, omitió sus valores tradicionales a expensas de los tecnócratas que se apoderaron del partido (Campos y Velázquez, 2017: 223).

El fracaso y miopía del PAN, como Mudde (2007:146) observa para la derecha europea, proporciona las condiciones necesarias para la emergencia de un grupo de derecha radical. Es así como, el 3 de abril 2020, en plena pandemia sanitaria el movimiento FRENAAA es inaugurado a través de su página de internet (<https://frena.com.mx>)²⁰⁰ y canal de *YouTube*. Sus expresiones se concentraron primero en ganar la batalla del internet y, desde el mes de mayo en tomar las calles en manifestaciones de autos y de personas.

Aparece de esta manera un discurso cautivante que atrapa el momento, toca fibras nacionalistas e identitarias, pero, sobre todo, aprovecha el descontento social que la pandemia provoca para atacar a un enemigo interno: AMLO. Según Barranco es un híbrido que reúne, tanto al descontento empresarial de las clases medias altas, como al sector católico (Barranco, 2020a). Estas características podrían alinearse con una tendencia conservadora, pero ¿en qué medida puede ser un movimiento de ultraderecha?

Su principal portavoz es Gilberto Lozano, originario de la ciudad de Monterrey, Nuevo León (zonas con mayor poder adquisitivo y movilidad social del país) y graduado de una institución educativa privada pro-empresarial (Tecnológico de Monterrey). En el sector privado colabora con el Grupo FEMSA (una de las empresas más importantes del país) fue presidente del Club de fútbol Monterrey de primera división y algunos consideran es miembro de distintos consejos de administración empresariales²⁰¹. Pareciera que es una persona con componentes autoritarios de

derechos humanos así como a la implementación de la guerra en contra del narcotráfico.

²⁰⁰ Como continuidad del “Congreso Nacional Ciudadano” fundado por Gilberto Lozano en el 2017 (Lozano, 2017).

²⁰¹ <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/freanaa-gilberto-lozano-el-ingeniero-que-trabajo-con-fox-y-busca-derrocar-amlo>

superioridad y respeto de jerarquías, que alza la voz e insulta fácilmente²⁰². El haberse impregnado del habitus empresarial de los sectores más privilegiados del país puede haber influido en su comportamiento, buscando reproducir la dominación entre intérprete y ejecutor²⁰³.

FRENAAA se define como un movimiento social de mexicanos que pagan impuestos según su página de internet²⁰⁴. Esto, en un país con 56,6% del PIB en el sector informal, implica un sesgo poblacional evidente puesto que más de la mitad de la población no puede formar parte (INEGI, 2019). A pesar de eso dicha agrupación considera representar a todo México²⁰⁵ y se concibe con altos niveles de tolerancia²⁰⁶. En la práctica, vemos que existe una selectividad vinculada a categorías socio-profesionales superiores. Al mismo tiempo, Lozano se denomina como parte de la clase media que, según sus palabras, AMLO busca destruir – lo justifica al decir que al no contar con avión privado, es clase media²⁰⁷. Observamos otro sesgo puesto que, el 61% de los mexicanos creen pertenecer a las clases medias, aunque solo el 12% lo es realmente (Ríos, 2020). Por otra parte, es evidente que ser propietario de un avión, no es un criterio para pertenecer a la clase media.

Para construir empatía con sus seguidores y reforzar la frontera identitaria entre (nos)otros, apela a un futuro caótico para la tierra de origen de los mexicanos en caso de no destituir a AMLO. Insiste en que dicho presidente traerá consecuencias importantes para las familias e hijos²⁰⁸. De hecho, su único plan es que renuncie²⁰⁹, una postura, por lo tanto, puramente destructiva y sin proyecto político.

²⁰² “Ya no queremos gente tibia, pusilánime que hasta Dios los vomita” (Lozano, 2019a)

²⁰³ “Actúan como mandantes constitucionales, jefes, patrones de los servidores públicos a quienes pagamos sus sueldos para servirnos. Nos sentimos los dueños de México (FRENAAA, 2020) Las mayúsculas son originales.

²⁰⁴ “Un movimiento social de los mexicanos que pagan impuestos” (FRENAAA, 2020)

²⁰⁵ “No somos un sector de México, somos todo México” (FRENAAA, 2020)

²⁰⁶ “FRENA es incluyente a todas las religiones, credos, orientaciones ideológicas, étnicas, razas y niveles socioeconómicos” (FRENAAA, 2020)

²⁰⁷ “Está en alto riesgo la clase Acción media, a la que pertenecemos tu y yo...yo no soy de aquellas gentes que tienen la posibilidad de irse en avión privado. No, es la tuya y la mía” (Lozano, 2019d)

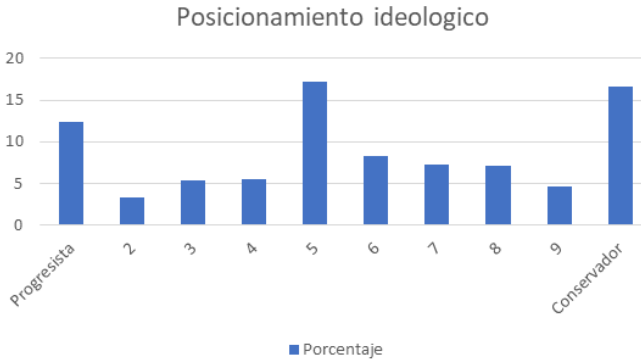
²⁰⁸ “Está en riesgo el futuro de tu tierra, de tus hijos y nietos, está en alto riesgo la clase media, a la que pertenecemos tu y yo” (Lozano, 2019d)

²⁰⁹: “PLAN A es hacer que renuncie López [AMLO]” (Lozano, 2020c).

¿Una sociedad conservadora?

Según Karl Ekeman (2018) la derecha busca transformar las percepciones, afectos o visiones para naturalizar su visión política. En ese sentido, ¿podemos observar algún cambio en los valores de la sociedad mexicana? Para responder observaremos la Encuesta Mundial de Valores buscando identificar los posicionamientos políticos entre tres segmentos sociales: i) los radicales o revolucionarios son aquellos que consideran necesarios cambios drásticos (progresistas); ii) los reformistas que creen en modificaciones lentas y paulatinas (neutrales); iii) aquellas posturas en contra de cualquier transformación (conservadora). El resultado de la encuesta es que, el 24,4% pertenece al primero, 24,8% al último y casi la mitad es reformista (WVS, 2017-2020:20). En otra pregunta, se pide que se autodefina entre un rango de progresista (1) y conservador (10), mostrando la misma tendencia: dos polos radicales y un pilar central (Gráfica #1). Al agruparlos observamos que 27% se identifican con el progresismo (1, 2, 3 y 4); 25% son moderados (5 y 6); y que el 36% se considera conservador (WVS, 2017-2020:98). Se revela, por lo tanto, una tendencia conservadora de +10%, la cual, teóricamente, apoyaría un movimiento de derecha.

Huelga decir que, en cierta medida, la extrema derecha también reivindica cambios drásticos y radicales – incluso revolucionarios – aunque no progresistas. Es decir, existe una articulación del conservadurismo en términos culturales con un radicalismo que promueve la reorganización social de la política y lo político, pero también de lo económico puesto que defiende el proteccionismo al desafiar al modelo económico dominante con el neoliberalismo.



Realizado por el autor. Fuente: (WSV, 2017-2020:97)

El conservadurismo mexicano: percepción social y discurso de FRENAA

A continuación, observaremos cuales son los pilares discursivos (conectores) que moviliza FRENAA para seducir a sus posibles seguidores. Los ejes centrales que analizamos se desagregan en función de las características aceptadas por la literatura especializada y los componentes latinoamericanos, vinculados con las percepciones y encuestas de valores.

A pesar de que México pareciera haber estado ajeno a radicalismos, nos parece importante observar en qué medida propuestas europeas pueden tener cabida en las exigencias por parte de una sociedad latinoamericana. Para eso Eatwell y Goodwin (2018) proponen cuatro transformaciones sociales que pueden estar en el origen de la aparición de movimientos radicales: 1) La ciudadanía tiene la sensación de que la clase política es cada vez más elitista. 2) Comienza a haber un descrédito y desafección hacia los partidos políticos tradicionales, los cuales pierden centralidad; 3) Los connacionales tienen un sentimiento de “privación” de beneficios y ventajas económicas a expensas de una migración descontrolada; 4) La consecuencia es que, se tiende a exacerbar la identidad nacional la cual está “en peligro” a costas del multiculturalismo, globalización e inmigración. A estas incluimos el desencantamiento de la población europea hacia la democracia (Rosanvallon, 2006; Camus y Lebourg, 2015). Ahora bien, de

éstas condiciones ¿cuáles pueden ser vistas en México y hacia cuales apela el movimiento FRENAAA?

Democracia, elites y partidos

El apoyo hacia la democracia es cada año un indicador en decadencia (Latino-barometro, 2018), razón por la cual, según M. Alcántara (2020) las democracias (y las economías de *commodities*) se encuentran fuertemente fatigadas. En efecto, estudios recientes han mostrado los elevados índices de elitismo, algunos trabajos mostraron la cohesión y la inédita clase político-económica que se ha ido estableciendo (Aragón y Cárdenas, 2020) y otros revelan como las elites alteran su propia percepción y subestiman su papel, demostrando que viven en “burbujas de privilegio” (Krozer, 2020:9). Pero, ¿qué percepción tiene la población? Según la encuesta de Latinobarometro (2018: 66), los mexicanos perciben que 61% de la clase política (presidente y funcionarios) están vinculados con la corrupción, revelando un desencanto profundo hacia las élites políticas. El 88% considera que se gobierna para “para unos cuantos grupos poderosos en su propio beneficio” (Latinobarometro, 2018: 38-39)

Asimismo, durante el siglo XXI se ha demostrado ampliamente como el voto mexicano tiende a una fuerte despartidización de fuerzas tradicionales (Aragón et al, 2019: 288), aunque este va de la mano de una ideologización del espectro político (Moreno, 2017:11-85). De hecho, solo el 11% de la población confía en los partidos políticos –de las instituciones peor valoradas en el país (Latinobarometro, 2018: 53). Por otro lado, desde el 2018, el sistema de partidos se ha transformado y reestructurado profundamente (Garrido y Freidenberg, 2020:17-18).

Dicho esto, podemos observar que FRENAAA cuenta con componentes importantes que hacen eco en dicha percepción ciudadana puesto que se enfocan en establecer un rechazo hacia la élite política²¹⁰, impugnando a todos y todas las y los políticos y partidos tradicionales²¹¹.

²¹⁰ “Todos los políticos pretenden ser de diferentes partidos, pero en realidad, son los mismos” o “En México, todos los políticos se defienden entre ellos” (FRENAAA, s.f.)

²¹¹ “A diferencia de todos los partidos políticos, FRENA si ama a MEXICO”; “Todos los partidos políticos son la misma GATA revolcada” (FRENAAA, s.f.)

Nativista (Xenófobo)

De acuerdo con la Encuesta Mundial de Valores, el 25,5% considera muy o suficientemente malo el impacto de los inmigrantes; el 30,2% cree que se debe “limitar el número de extranjeros” y casi 10% prohibiría su entrada (WVS, 2020: 41-43). Después de las caravanas centroamericanas del 2018, la opinión se endureció: el 56% considera que se les debe cerrar la frontera (Moreno, 2019) y 53% cree que deben regresar a sus países (Mitofsky, 2019). Por su parte, la Encuesta Nacional de identidad determina que el 33% cree que existe una correlación entre el aumento de criminalidad y la presencia de inmigrantes y para el 36,9% los migrantes no benefician la economía del país. Igualmente, el 33% cree que los inmigrantes afectan o socavan la cultura mexicana por lo cual 40% los excluiría del país (IMO, 2015: 54-60).

Uno de los principales ejes del discurso de Lozano es tocar dicha fibra xenófoba y nativista, enfocándose con Centroamericanos y “comunistas” (incluyendo el mantra europeo de la islamofobia para México²¹²) los cuales no solo están invadiendo el país²¹³ sino que los mexicanos los mantienen económicamente, lo cual implica que el nacional pierda privilegios²¹⁴. Para Lozano (haciendo eco con la encuesta) los migrantes son criminales²¹⁵. Incluso considera que AMLO es salvadoreño²¹⁶ (razón por la cual está beneficiando a los centroamericanos) y debe ser considerado

²¹² “El mandatario permitió el ingreso de miembros de la Mara salva trucha al país y el arribo de células islámicas como parte de acuerdos firmados por el gobierno mexicano” (Lozano, 2019e). “Someteda a intereses extranjeros, por la entrada de centroamericanos, cubanos, células del ISIS islámicas, africanos, gentes de las maras salva truchas, en el que hoy en solo 4 meses se ha invadido a México bajo la sombra de esa firma del pacto migratorio y de refugiados” (Lozano, 2019c).

²¹³ “A los mexicanos no nos interés que vengan los centroamericanos aquí, no queremos que vengan cubanos aquí, de turistas sí, pero los mexicanos no queremos células de las ISIS, mucho menos a la mara salvatrucha, no queremos gente de medio oriente, rusos, gente que está invadiendo, no migrando” (Lozano, 2019c).

²¹⁴ “Porque ahora tienen que mantener a migrantes y a ninis” (Lozano, 2019d)

²¹⁵ “El gobierno busca “quitar las fronteras de México para convertirnos en un recipiente de migrantes criminales y que por lo tanto todo atenta a los fundamentos de la sociedad mexicana” (Lozano, 2019a)

²¹⁶ “aunque hay rumores muy fuertes que dicen que él nació en El Salvador” (Lozano, 2020c)

como un “anti-mexicano” e incluso juzgado como traidor a la patria²¹⁷. El Pacto Migratorio con América Central es, a decir de Lozano, una traición a la patria que pone en riesgo la identidad mexicana²¹⁸; juicios en los que se basa para justificar la destitución del presidente. Considera que el gobierno se está sometiendo a intereses extranjeros en una amalgama de actores que incluye una organización internacional basada en Estados Unidos de América, un foro progresista en Brasil o a comunistas chinos, cubanos, venezolanos, rusos y africanos²¹⁹.

Identitario

Según la Encuesta Mundial de Valores, casi un cuarto de la población (22,5%) considera que en su barrio existen actos racistas muy y frecuentemente (WVS, 2017-2020:44). Otros sondeos estipulan que, para ser un verdadero mexicano, el 55% opina que es muy o bastante importante ser católico y para el 75% es muy o bastante importante tener ascendencia mexicana, por lo tanto, no ser hijo(a) de extranjero(a) (IMO, 2015:19 y 22). Las encuestas muestran que, solo ¼ de aquellos que se definen como conservadores son pro-aborto, mientras que de los progresistas ½ apoya las leyes a favor del aborto (Moreno, 2020b), cifras relativamente bajas. Estas encuestas muestran la importancia de la identidad mexicana y su vínculo con el catolicismo, pero también la importancia del origen de

²¹⁷ “conducta [que] obedece a la de un antimexicano. Un traidor a la patria, que prefiera apoyar a El Salvador, Honduras, Cuba y Venezuela que apoyar a los niños con cáncer en México” (Lozano, 2020c)

²¹⁸ “Son hechos documentados entre lo que destaca el poner la soberanía, la independencia y la integridad del pueblo mexicano sometida a intereses extranjeros, por la entrada de centroamericanos, cubanos, células del ISIS islámicas, africanas, gentes de los maras-salva truchas, en el que hoy en solo cuatro meses se ha invadido a México bajo la sombra de ese pacto migratorio y de refugiados” (Lozano, 2019c)

²¹⁹ “Cuando [se] somete a intereses extranjeros la soberanía, la independencia y la integridad del pueblo de México, se tipifica como una traición a la patria, hoy el pacto migratorio y de refugiados obedece a intereses extranjeros de la ONU, la entrada de migrantes que México está sufriendo en todos sus rincones obedece a los intereses extranjeros del foro de Sao Paulo de un grupo comunista, Cuba, Venezuela, Rusia, China en donde nos están mandando africanos, cubanos, centroamericanos. Eso es dejar en manos y pies extranjeros la tierra de nuestros hijos” (Lozano, 2019c)

los progenitores (tres cuartas partes de la población no considerará como connacionales a los migrantes que se regularicen).

Parte del discurso de Lozano se enfoca en dichos segmentos identitarios²²⁰, la cual está siendo “vulnerada” por la inmigración “incontrolada”²²¹. Dicho discurso se enfoca en la defensa de los valores tradicionales que emana de un discurso a favor de la familia “correcta”²²² y en contra de la ideología de género²²³. Sus discursos muestra la glorificación del nacionalismo con insistencia hacia “la mexicanidad”²²⁴ y su vínculo con el catolicismo, los cuales están según Lozano en riesgo²²⁵ bajo el gobierno de AMLO. Puesto que, para Lozano el objetivo de todo régimen comunista es poner en riesgo la identidad mexicana²²⁶, religiosa, sexual y familiar²²⁷, es importante que todos los mexicanos defiendan su identidad antes de que el régimen “comunista” destruya templos y maten niños como “pretende” el gobierno²²⁸. Igualmente Lozano se posiciona abiertamente en

²²⁰ “Para que no vivan nuestros hijos una herencia del chavismo, del socialismo, una herencia que destruye la familia, los valores y el carácter y que hace y enaltece la miseria, la escasez, el pasado” (Lozano, 2020c)

²²¹ “Permitir la invasión [de centroamericanos] para convertir a México en un pueblo sin fronteras y romper con la identidad nacional” (Lozano, 2019a)

²²² “La agenda del foro de San Pablo busca destruir la familia, en las actas de nacimiento del gobierno de AMLO ya no tienen padre y madre” (Lozano, 2019f)

²²³ “La agenda de ideología de género, pro-aborto, matrimonio igualitario, es la forma en que destruyen y han destruido las sociedades europeas y latinoamericanas, metiéndolos en la moda de una bola de tonterías que ni tienen base científica, mucho menos espiritual. La ideología de género es una construcción social” (Lozano, 2019a)

²²⁴ “Tu mexicano”, “a nosotros los mexicanos” (Lozano, 2019a)

²²⁵ “Defender a nuestra familia, ante todo defender nuestra familia, el pilar más envidiable a nivel mundial que tenemos los mexicanos es la familia” (Lozano, 2019a)

²²⁶ “Hay que alentar otras religiones, darles fuerza para romper con la homogeneidad de una forma de ser del mexicano que preponderantemente es católico (...) es parte del juego comunista, romper, crearte chamanes, madre tierra, diosa luna, el dios del fuego, la luz del mundo, te creo del todo para desparramar y a los mexicanos dividirlos” (Lozano, 2019d)

²²⁷ “El comunismo atenta a las bases de la sociedad mexicana, identidad nacional, identidad religiosa, identidad sexual y su identidad, familia” (Lozano, 2019a)

²²⁸ “Tenemos que luchar, la gente que venimos de abajo y que hemos luchado toda la vida, no vamos a dejarle esta tierra para que la venga a depredar un mendigo comunista socialista, que le venga a dar en la torre a nuestros valores católicos cristianos, que nos venga al rato como Plutarco Elías Calles a cerrar las iglesias, no vamos a permitir que la cantidad de niños que maten este año, como se ha puesto la agenda comunista, matar en aborto 750 mil niños este año, esa es la meta del régimen comunista” (Lozano, 2019d)

contra de la ideología de género²²⁹ y del aborto²³⁰.

Anticomunista y autoritario

Una particularidad latinoamericana es la instrumentalización del discurso castro-chavista por medios de comunicación y/o actores de derecha (Chagas et al., 2019:4). Este punto toca fibras sensibles para ciertos sectores que creen que se degradaran sus condiciones y que vivirán una desposesión de méritos, de rangos, de privilegios que son naturalizados y consideran como justos.

De esta manera, Lozano parece deslegitimar a AMLO por “idolatrar”²³¹ a Castro, el Che o Chávez, pero lo ataca sobre todo por haber asilado y mantenido económicamente al expresidente boliviano Evo Morales, considerado como parte del grupo castro-chavista²³². De hecho decreta que AMLO está enriqueciéndose como Hugo Chávez o Nicolás Maduro²³³. En sus discursos hay una insistencia sobre el Foro de San Pablo y la agenda comunista que está implementando en Venezuela y Cuba²³⁴, en contra de los cuales cree que están todos los mexicanos²³⁵. Al denunciar supuestas acciones “comunistas” por parte del gobierno de AMLO,

²²⁹ “Tu hijo puede ser adoptado por gentes simpatizantes de López Obrador de la comunidad LGBT” (Lozano, 2019d)

²³⁰ “Si tú nos llamas racistas, porque también no queremos ver que despedacen a los niños en el vientre materno. Nosotros los mexicanos sabemos que por cada sangre que se derrama en el vientre materno, es sangre que se derrama en las calles, es una maldición para nuestro país. ¿Por qué rompes con el derecho natural a la vida? (Lozano, 2019a)

²³¹ (Lozano, 2020c)

²³² “En nombre de nosotros los mexicanos, a un narcotraficante como Evo Morales, a un dictador asesino como Nicolás Maduro” (Lozano, 2020c)

²³³ “Replicando lo que hizo Hugo Chávez en Venezuela, convertir a México en una Venezuela del norte donde su familia, como la familia de Chávez, Castro, Maduro, gozan de una riqueza que nunca hubiesen merecido por la vía del trabajo, por la vía del esfuerzo, del mérito” (Lozano, 2020c)

²³⁴ “Agenda del foro de Sao Paulo [busca], implementar el comunismo en México y ya en este momento no les queda otra que declarar abiertamente, públicamente, oficialmente que todo lo que se ha referido AMLO dice que va contra el neoliberalismo es para llevar a México para convertirlo en otro Venezuela, en otro Cuba” (Lozano, 2019a).

²³⁵ “No queremos ser un país comunista” (Lozano, 2019b).

Lozano considera que los apoyos sociales son contraproducentes²³⁶. Para Lozano cualquier seguidor de AMLO es un defensor del comunismo²³⁷. Igualmente ha considerado al gobierno una dictadura militar²³⁸ que está vapuleando los derechos humanos debido a detalles nimios²³⁹.

En efecto, uno de los seguidores de FRENAAA afirma “nada me gustaría más que un golpe de Estado”²⁴⁰. Por su parte, Lozano fue a la Séptima Zona Militar con sede en el estado de Nuevo León para pedirles a las Fuerzas Armadas su apoyo y lealtad con el pueblo mexicano, sugiriendo una intervención militar como la que realizaron las fuerzas armadas en Bolivia para destituir a Morales, pidiéndoles que reflexionen para “tumbar a al ganso bolivariano, AMLO”²⁴¹. También ha llegado a hacer una apología a la violencia y a las armas con el objetivo de defenderse y prepararse, por lo que aconseja a la población ir ahorrando para comprar armas²⁴². Al pedir que ahorren para armarse (en un país donde la mitad de la población vive en pobreza y que cuenta con tasas de violencia de país en guerra) demuestra su profundo distanciamiento de la realidad y problemáticas nacionales.

²³⁶ Porque “se les da dinero gratis” y por lo tanto “no lo merecen” (Lozano, 2019d)

²³⁷ “Si alguien defiende a AMLO, está defendiendo el comunismo” (Lozano, 2019a).

²³⁸ (Lozano, 2020b)

²³⁹ “Simplemente [el gobierno de AMLO] es una dictadura militar, se han pisoteado todos los derechos humanos, no tuvimos sanitarios los primeros tres días, no tuvimos comida las primeras 12 horas y se comportaron como un *ghetto* de Varsovia en la época hitleriana” (Lozano, 2020a)

²⁴⁰<https://elsoberano.mx/actualidad/ferriz-jr-llama-a-golpe-de-estado-en-plena-pandemia>

²⁴¹ “Está pidiendo apoyo a las Fuerzas Armadas, para que su lealtad este con el pueblo de México, así como ayer el señor Trump felicitaba a las Fuerzas Armadas de Bolivia, para apoyar el proceso de salida de un dictador [Evo Morales] un dictador comunista de la agenda de Sao Paulo” (...) “estamos luchando para que la lealtad de las Fuerzas Armadas este con el pueblo de México. Toda vez que vemos con claridad que debemos tumbar al ganso bolivariano [AMLO] vamos a pedirles que hagan una reflexión” (Lozano, 2019b)

²⁴² “Creo en la defensa propia. Vamos a requerir armarnos, para la defensa propia. No para delinquir. No para asaltar. Pero si tú tienes un pequeño ahorro, velo preparando para tener, como cristeros, preparada la defensa propia. Tenemos que estar armados. Se nos viene la posibilidad de no tener que andar batallando con los venezolanos” (Lozano, 2019d)

Conclusión

El presente capítulo ha mostrado que FRENAAA, con sus particularidades, se enmarca dentro de los movimientos de extrema derecha global. Observamos la gran capacidad para adaptarse y apropiarse del momento pandémico, canalizar el descontento y movilizar identidades nacionalistas. Así se reveló que, mediante el uso de mecanismos innovadores de persuasión, un discurso innovador, en el fondo y en la forma se ha posicionado en el espacio público.

En cuanto al fondo, observamos que ha sabido interpretar el sentimiento de una parte de la población mexicana susceptible de apoyar al conservadurismo, pero también ha identificado la tendencia a la polarización que está viviendo la sociedad mexicana. De hecho, recientemente apoyó la iniciativa separatista de algunos gobernadores opositores (a quienes Lozano critica²⁴³) en dos grupos: los estados libres y soberanos (anti-AMLO) y aquellos donde se impone la ideología perdedora de AMLO²⁴⁴ (pidiendo de manera agresiva que, aquellos que la apoyan, se vayan²⁴⁵).

En cuanto a la forma, observamos tanto el uso de plataformas digitales (*YouTube, Facebook, Twitter*) con videos cada vez mejor editados, como el uso de *WhatsApp* – lo cual hace referencia a las estrategias piramidales usadas generalmente en empresas para promover ascensión²⁴⁶. Da muestra principalmente que la ultraderecha ha llegado a México, que son

²⁴³ “Separar a los estados de México libres y soberanos, que no queremos tener nada que ver con un gobierno autoritario, tiránico, que busca la militarización” (Lozano, 2020c)

²⁴⁴ “El PLAN B de FRENAAA es separa de López todos los que rechazamos el Chavismo, de ser una Venezuela del norte, esta ideología perdedora, fracasada y que solamente enriquece a los cuatrerros” (...) “No queremos a López, que antes que aceptar que nos siga condenando a un futuro de miseria, de pobreza, de injusticia, de criminalidad de falsos servicios de salud, de pésima educación, de tremenda división, nos separamos los mexicanos” (Lozano, 2020c)

²⁴⁵ “Los que quieran quedarse (...) quédense con ellos (...) ¿quieren un país como Venezuela y Cuba? les pagamos el boleto y lárquense ya” (Lozano, 2020c)

²⁴⁶ Gilberto Lozano hace un llamado a posicionarse y no tener miedo de decirlo públicamente, de reenviar mensajes de *WhatsApp* al menos a diez contactos para defender la integridad mexicana, funcionamiento que hace referencia al esquema piramidal de ciertas empresas en donde los miembros deben recomendar y reclutar nuevos miembros para obtener beneficios (Lozano, 2020c).

grupos capaces de entender los mecanismos modernos de comunicación (tanto redes sociales como videos), pueden defender la democracia usando conceptos y construyendo enemigos internos y externos que, aunque parecieran parafrasear mantras europeos. Esto muestra que la ultraderecha se ha alejado de la hermenéutica (apegada a los textos sagrados) y de los grupos cerrados, recalcitrantes y secretistas puesto que actualmente movilizan técnicas y conceptos empresariales o de superación personal (Barranco, 2011). En efecto, el uso de plataformas digitales y redes sociales es un aspecto común y determinante en los países occidentales, pero también en Brasil e incluso en la India. Dicha nueva forma de expresión de la acción política está reconfigurando el escenario, puesto que tienen ventajas operativas determinantes: una difusión rápida, viral y en algunos casos con *fake news* (Grupo de pesquisa discurso, 2021).

En un contexto pandémico global en donde se exacerbar fibras nacionalistas xenóforas e identitarias (al “culpabilizar” al extranjero por traer el virus), el terreno es fértil para un movimiento de ultraderecha. Aunque las extremas derechas no sean un fenómeno reciente, para el caso mexicano es inédita su apropiación del espacio público y mediático. Frente a la desafección generalizada hacia fuerzas tradicionales y al papel que juega internet en la sociedad contemporánea, vemos transformaciones tanto de la política como de los actores en algunos casos enfocándose en el reforzamiento de comunidades imaginadas. Este fenómeno no es un accidente ni un desvío y como demostramos hace eco con una parte importante de la población. Por esta razón, a modo de autocrítica el ex vicepresidente de Bolivia declara que sus políticas se concentraron en los sectores populares, olvidando a los segmentos medios y medios altos, para los cuales también hay que promover mecanismos de movilidad, evitando que sientan un agravio (García Linera, 2020).

Ahora bien, a pesar de que FRENAA es todavía minoritario, demostramos el potencial con que cuenta: condiciones de desafección ciudadana, el hipotético apoyo de la población y un discurso seductor que apela valores e identidad en un contexto de pandemia, son ingredientes idóneos para incrementar su apoyo. Revelamos que tiene la virtud de recurrir a sectores enconados y la fortuna de vivir una crisis sanitaria con claroscuros. La pregunta es: ¿seguirá acumulando seguidores que desestabilicen la constitucionalidad y precaria democracia o pasará a la historia como un movimiento antisistema efímero?

Referencias

Albertini D, Doucet D (2016) *La Fachosphere. Comment l'extrême droite remporte la bataille du net*. Paris: Flammarion.

Alcántara M (2020) América Latina vota (2017-19). Elecciones en el marco de una democracia fatigada. In Alcántara M. (dir.), *América Latina vota, 2017- 2019*, Madrid: Tecnos.

Aragón Falomir J, Cárdenas J (2020) Análisis de redes empresariales y puertas giratorias en México: Cartografía de una clase dominante público-privada. *Temas y Debates* (39):81-103. DOI: <https://doi.org/10.35305/tyd.v0i39.458>

Aragón Falomir J, Fernández A, Lucca J (2019). Las elecciones de 2018 en México y el triunfo del Movimiento de Regeneración Nacional (Morena). *Estudios Políticos* (54): 286-308. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n54a14>

Aragón Falomir J, Fernández A, Lucca J, Pérez M (2019) Análisis comparado de las elecciones presidenciales de 2018 en Colombia, México, Paraguay y Brasil. *Apuntes electorales, Instituto Electoral del Estado de México* (61): 39-74.

Aragón Falomir J, Fernández A, Iglesias E, Lucca J (2020a) Brasil y México bajo el enigma del cambio de 2018. In de Oliveira L, Domínguez CF y Fonseca V (org.) *A Qualidade da democracia no Brasil: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa*. Curitiba, CRV Editora.

Aragón Falomir J, Lucca J (2020b) ¿La “grieta” mexicana? La polarización de la opinión pública en la era de Andrés Manuel López Obrador y del COVID-19. *Abya-Yala: Revista sobre acceso a justicia y derechos en las Américas*, 4(3): 228-245. Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/36369>

Aruguete N, Calvo E (2020) *Fake news, trolls y otros encantos*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Barranco B (2011) Casa sobre la Roca en Gobernación. *La Jornada*, 7 diciembre.

Barranco B (2020a) FRENA, la derecha desenfrenada. *La Jornada*, 5 agosto.

Barranco B (2020b) Frena y la ultraderecha católica. *Proceso*, 28 septiembre.

Bertonha JF (2013) Los fascismos en América Latina. Ecos europeos y valores nacionales en una perspectiva comparada. In Bertonha, JF y Savarino F (eds.) *El fascismo en Brasil y América latina: ecos europeos y desarrollos autóctonos*. México: INAH.

Bertonha JF, Savarino F (2013) *El fascismo en Brasil y América latina: ecos europeos y desarrollos autóctonos*, México: INAH.

Capdevila L, Vergniolle F, Vinel JC (2019) Populismos en las Américas, *Ideas* (14). DOI: <https://doi.org/10.4000/ideas.6612>

Campos P y Velázquez D (coords.) (2017) *La derecha mexicana en el siglo XX. Agonía, transformación y supervivencia*. México: Montiel & Soriano.

Chagas V, Modesto M, Magalhaes D (2019) O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramento emocionais no WhatsApp pró-bolsonaro. *Esfera* (14): 1-17. DOI: <http://dx.doi.org/10.31501/esf.v0i14.10374>

Coppedge M (2010) Continuidad y cambio en los sistemas de partidos en América Latina. In Bizberg I (ed.) *México en el espejo latinoamericano. ¿Democracia o crisis?* México: El Colegio de México.

Delgado Á (2003) *El Yunque: La ultraderecha en el poder*. México: Editorial Plaza Janés

Diamnti I, Lazar M (2019) *Peuplecratie. La métamorphose de nos démocraties*. Paris: Gallimard.

Dominguez F, Lievesley G, Ludlam S (2011) *Right-Wing Politics in the New Latin America: Reaction and Revolt*. Reino Unido: Zed Books Ltd.

Eatwell R, Goodwin M (2018) *National Populism: The Revolt against Liberal Democracy*. Reino Unido: Penguin Books.

Ekeman K (2018) On Gramscianism of the Right. *Critique and Praxis* (13/13).

Garrido S y Freidenberg F (2020) El poder del voto. Cambio electoral y sistema de partidos a nivel federal en México en 2018. *Política y Gobierno*. XXVIII (2):1-22.

Grupo de pesquisa discurso (2021) Populismo e crises. *Le Monde Diplomatique*. 11 enero. Recuperado de <https://diplomatique.org.br/especial/populismo-e-crisis/> (accedido el 25 de marzo 2021).

FRENAAA (2020) Qué es FRENAAA. 27 septiembre. Recuperado de: <https://frena.com.mx/2020/09/27/que-es-frena/> (accedido el 25 de marzo 2021).

FRENAAA (s.f.). ¿Quiénes somos?. Recuperado de: <https://evolucionmexicana.wordpress.com/quienes-somos/> (accedido el 25 de marzo 2021).

Garciamarin H (2018) Populismo en el siglo XXI: un análisis comparado entre Asia y América Latina (Tailandia, Corea del Sur, Venezuela y Bolivia). *Revista Mexicana de Ciencias Políticas*. 63(233).

García Linera Á (2020) Curva del elefante y clase media. *La Jornada*. 2 agosto.

Hernández T (2011) El Partido Acción Nacional y la democracia cristiana. *Perfiles latinoamericanos* (37).

Instituto de mercadotecnia y opinión (2015) *Encuesta Nacional en México sobre identidad nacional*, IMO. Recuperado de: <http://www.imocorp.com>.

[mx/imo2/index.php/encuestas/34-15-issp-encuesta-nacional-identidad-nacional](https://www.inegi.org.mx/imo2/index.php/encuestas/34-15-issp-encuesta-nacional-identidad-nacional) (accedido el 25 de marzo 2021).

INEGI (2019) Resultados de la encuesta nacional de ocupación y empleo. Reporte Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Recuperado de: <https://www.inegi.org.mx/rnm/index.php/catalog/497> (accedido el 25 de marzo 2021).

Krozer A (2020) Seeing Inequality? Relative affluence and elite perceptions in Mexico. *UNRISD Occasional Paper* 8.

Lozada G, Rivera H (2017) La ultraderecha y sus agrupaciones en la política mexicana. Muro, Yunque y Tecos. In Campos P y Velázquez D (coords.). *La derecha mexicana en el siglo XX. Agonía, transformación y supervivencia*. México: Montiel & Soriano.

Lozano G (2017) ¿Qué es el Congreso Nacional Ciudadano? 31 agosto. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=2199lradbZs&ab_channel=ProyectoPuente (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2019a) Salvemos México de AMLO. 8 septiembre. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=I10Bi6Rr5b0&ab_channel=GilbertoLozano (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2019b) Gilberto Lozano va a base militar y exige golpe de estado contra AMLO. *Sin censura Media*. 14 noviembre. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=YMk4QryJmss&ab_channel=SinCensuraMedia (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2019c) AMLO será sometido a juicio político. *Gilberto Lozano YouTube*. 13 mayo. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=QjnNCg7em9s&ab_channel=GilbertoLozano (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2019d) La lucha que nos espera contra la agenda comunista. *Gilberto Lozano YouTube*. 19 de mayo. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=CxFjCPbuxEU> (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2019e) Organización civil pidió juicio político contra AMLO por permitir la entrada de supuestos mara salvatruchas. *Infobae*. 14 mayo. Recuperado de: <https://www.infobae.com/america/mexico/2019/05/14/organizacion-civil-pidio-juicio-politico-contra-amlo-por-permitir-la-entrada-de-supuestos-mara-salvatrucha/> (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2019f) Gilberto Lozano es el Trump mexicano. *Sin Censura*. 29 mayo. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=YphXcbLT-Eo&list=PLN2WdVKZQG5ylwv9OrBauDaaw35oFR6v-g&index=93&ab_channel=SinCensuraMedia (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2020a) Gilberto Lozano, líder de FRENAAA compara a AMLO con Hitler. *Quinto Poder*. 16 diciembre. Recuperado de: https://quinto-poder.mx/post_trendys/gilberto-lozano-lider-del-frenaaa-compara-a-amlo-con-hitler/ (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2020b) AMLO saca a mi hijo Carlos de televisa: estamos viendo una dictadura. *La Octava*. 1 octubre. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=wT9CeAsyfR4&feature=youtu.be&ab_channel=LAOCTAVA (accedido el 25 de marzo 2021).

Lozano G (2020c) Frena Plan B, romper pacto federal con AMLO. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=yS5Q7_A8dfE&ab_channel=GilbertoLozano (accedido el 25 de marzo 2021).

Lucca J, Iglesias E (2019) *La Argentina de cambiemos*. Rosario, Argentina: UNR.

Mitofsky (2019) Migrantes centroamericanos. *Consulta Daily Tracking Poll*.

Moreno A (1999) Ideología y voto: dimensiones de competencia política en México en los noventa. *Política y gobierno*, VI(1).

Moreno A (2017) *El cambio electoral. Votantes, encuestas y democracia en México*. México: Fondo de Cultura económica.

Moreno A (2019) Migrantes. *El Financiero*, 14 junio.

Moreno A (2020a) Polarización presidencial. *El Financiero*. 4 septiembre.

Moreno A (2020b) Liberales y conservadores: los significados. *El Financiero*. 7 Agosto

Moreno, Alejandro (2021) Y hablando de polarización. *El Financiero*. 22 de enero

Mudde C, Rovira C (2017) *Populism: A very short Introduction*. Oxford: Oxford University Press

Mudde C, Rovira C (2012) *Populism in Europe and the Americas. Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press.

Mudde C (2007) *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mudde C (2021) What happened in Washington DC is happening around the world. *The Guardian*. 21 enero.

Ostiguy P, Roberts KM (2016) Putting Trump in comparative perspective: Populism and the politicization of the sociocultural low. *Brown Journal of World Affairs*, XXIII(1).

Ostiguy P (2017) Populism: A socio-cultural Approach. In Rovira C, Taggart P, Ochoa P y Ostiguy P (2017) *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford Press.

Rosanvallon P (2006) *La contre-démocratie: La politique à l'âge de la défiance*. Paris : Seuil.

Ríos V (2020) No, no eres clase media. *The New York Times*. 6 de julio.

Savarino F (2017) Los avatares del fascismo en México. In Campos P y Velázquez D (coord.). *La derecha mexicana en el siglo XX. Agonía, transfor-*

mación y supervivencia. México: Montiel & Soriano.

Shields JR (2007) *The extreme right in France: From Pétain to Le Pen*. Reino Unido: Routledge.

Svampa M (2017) *Del cambio de época al fin de ciclo. Gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: Edhasa.

Traverso E (2015) *Las nuevas caras de la derecha*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Vommaro G, Morresi S (comps.) (2015) *Hagamos equipo. PRO y la construcción de la nueva derecha en Argentina*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento.

WVS (2020) World Values Survey: Mexico. Reporte: Wave 7 vo1.5. Recuperado de: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp> (accedido el 25 de marzo 2021).

PARTE III

**GOVERNANÇA E
GEOPOLÍTICA**

Pandemia y política en países del Sur

Jorge O. Romano, Liza Uema, Juanita Cuellar Benavides,
Daniel S.S. Borges, Daniel Macedo L. V. Monteiro
y Pâmella Silvestre de Assumpção

Introducción

La pandemia de COVID-19 irrumpió en la vida de las personas y en los diversos países, alterando la normalidad existente, aumentando las desigualdades, exacerbando viejos y nuevos antagonismos políticos y geopolíticos, evidenciando la existencia y práctica de valores -y éticas- diversas e inclusive opuestas dentro de las familias, comunidades, países y generando interrogantes sobre la cohesión de las naciones como “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983).

En este contexto, es posible identificar un campo discursivo sobre la pandemia, conformado a partir de prácticas discursivas que se expresan en documentos, intervenciones, *performances* y decisiones de diversos actores políticos y sociales a nivel nacional e internacional. En el caso de los actores gubernamentales, incluye también acciones administrativas y de política pública. En la disputa política expresada en este campo discursivo, se delimitan dos discursos maestros: el “negacionista” y el “científico”, los cuales se articulan, con diferentes énfasis, en dos polos temáticos: la sustentabilidad de la vida y la sustentabilidad de la economía²⁴⁷.

²⁴⁷ Siguiendo las orientaciones de la Teoría del Discurso de Laclau y Mouffe (1987), las disputas de las narrativas contenidas en estos discursos expresan la confrontación entre diferentes prácticas y proyectos antagónicos. Estos discursos políticos tienen la capacidad de articular las identidades múltiples y contingentes de los sujetos. Un análisis más detallado de estos discursos en disputa se puede encontrar en el artículo de este libro *La pandemia COVID-19 como acontecimiento y la disputa política de los discursos negacionista y científico*.

Estos discursos, a partir de proyectos y visiones sobre la sociedad y de antagonismos políticos preexistentes, entran en disputa buscando reconocer, o no, la importancia de la propia pandemia, profundizando o menospreciando las diversas acciones político-administrativas (técnico-sanitarias y económicas) para enfrentarla. Tanto el discurso negacionista como el científico apuntan a la construcción de un sentido común que legitime estas acciones. Podemos denominar este movimiento de politización de la pandemia.

De forma paralela, se conforma otro movimiento, el de “pandemización” de la política, el cual se refiere, justamente, a la influencia de la pandemia sobre la política. En un contexto de globalización, la expansión de la pandemia se dio de manera rápida, escapando del control de los gobiernos. Aunque el desarrollo de la pandemia está estrechamente asociado a la forma como los gobiernos actúan a partir de sus discursos políticos negacionistas y científicos, este tiene un efecto diferencial tanto en la política, en términos de acción pública para controlar y enfrentar los retos en salud y la economía, como en el estado del campo político. Así, se presentan cambios, por ejemplo, en la correlación de fuerzas, en la reconfiguración de las coaliciones políticas preexistentes y se presentan variaciones en las tendencias en los índices de aprobación de los gobiernos, que abren las posibilidades para una reorganización de la valoración y el reconocimiento por parte de la población de proyectos y visiones sobre la sociedad.

Actualizando la metáfora de la esfinge - *descíframe o te devoro* - la pandemia también ha fomentado análisis y reflexiones por parte de estudiosos de diferentes campos científicos y de distintas regiones, como lo ejemplifica este libro. En nuestro caso, tomando como referencia los resultados de un proyecto más amplio, desarrollado colectivamente en el Grupo de Investigación Discurso²⁴⁸, en este trabajo buscamos comprender este doble movimiento de politización de la pandemia y de “pandemización” de la política.

Para ello, hacemos uso de un conjunto de referencias provenientes tanto de las reflexiones de Han (2020) sobre la pandemia como

²⁴⁸ El proyecto sobre discurso y pandemia está siendo desarrollado por el Grupo de Investigación DISCURSO del Posgrado en Desarrollo, Agricultura y Sociedad (CPDA) y del curso de Relaciones Internacionales de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, con el apoyo de ActionAid Brasil.

acontecimiento, como de la distinción entre lo político y la política propuesta por Laclau (2014) y Mouffe (2011), incorporada en la Teoría del Discurso, que fue desarrollada por estos autores y sus adeptos de la Escuela de Essex.

Al entender la pandemia de COVID-19 como un acontecimiento, Han (2020) hace énfasis en las discontinuidades procedimentales y en las fisuras que se encuentran en las certezas dominantes. Un acontecimiento se articula a lo social y a lo político y cambia las regularidades involucradas en las acciones de proyectar y dirigir el mundo.

El acontecimiento rompería con la biopolítica (que en Foucault orienta la gestión estadística de cuerpos y poblaciones) y con la psicopolítica, que se ubica en la manipulación algorítmica de la psique (Han, 2018). Tanto la biopolítica como la psicopolítica se apoyarían, así, en la normalidad y la recurrencia para reproducir más de lo mismo, mientras que el acontecimiento permite enfatizar en las dimensiones imprevistas de la pandemia, como, por ejemplo, la creación de fisuras e incluso la ruptura con las regularidades y con las estandarizaciones asociadas a la capacidad de proyectar y gestionar el mundo a partir de cambios en las disputas discursivas hegemónicas.

De esta forma, se abren espacios para disputas y reconfiguraciones tanto en lo que Laclau y Mouffe llaman de la política, es decir, lo óntico, lo instituido, la administración y gestión de lo políticamente institucionalizado, como también en lo político, lo ontológico, lo instituyente, la construcción y transformación de sujetos y de lo social (Mouffe, 2011). Esta distinción entre la dimensión óntica y la ontológica de la política sería la clave para entender las disputas y reconfiguraciones que se dan a partir de lo que llamamos de doble movimiento de politización de la pandemia y de “pandemización” de la política.

En el proyecto más amplio, la elección de los actores fue realizada con base en diversos criterios, como la visibilidad de sus posicionamientos y actuaciones en los medios de comunicación; la diversidad en términos de continentes; la importancia en cuanto actores políticos claves en el orden internacional; la representatividad institucional en el área de la salud pública internacional; el liderazgo religioso influyente en los debates internacionales; y el reconocimiento público internacional como países con mejores y peores desempeños en la respuesta a la pandemia. En el caso brasileño, la elección de los actores consideró tanto las respuestas

y posicionamientos sobre la pandemia de autoridades gubernamentales federales y estatales como la reconfiguración de alianzas y apoyos en la disputa política de cara a las futuras elecciones presidenciales. Sin embargo, dadas las características de este libro, decidimos trabajar aquí en torno a los líderes latinoamericanos analizados - los presidentes Bolsonaro de Brasil, Fernández de Argentina y Piñera de Chile - así como otros dos dirigentes también representativos de países del Sur en el contexto de la pandemia: el presidente Ramaphosa de Sudáfrica y la primera ministra Ardern de Nueva Zelanda²⁴⁹.

Además de esta introducción -en la que contextualizamos brevemente la problemática, nuestro abordaje y el esbozo de los casos analizados- en las siguientes secciones se realizará una breve presentación de los actores, de sus contextos políticos y del enfrentamiento de la pandemia, para finalmente dar algunas pistas sobre este doble movimiento de politización de la pandemia y de “pandemización” de la política.

Los actores, sus contextos y el enfrentamiento de la pandemia

Jair Bolsonaro, el contexto político y el enfrentamiento de la pandemia en Brasil

Jair Messias Bolsonaro es un hombre blanco, de 65 años, que nació en la ciudad de Glicério, estado de São Paulo. Fue elegido presidente de Brasil en 2018, con el 55% de los votos válidos en la segunda vuelta por el Partido Social Liberal (PSL), del cual se retiró en noviembre de

²⁴⁹ La investigación más amplia consideró un universo de 16 voceros representativos de los discursos negacionista y científico. Los resultados de los estudios fueron divulgados en 2020 a través de Le Monde Diplomatique Brasil online, en la serie Populismo y Crisis. Particularmente con respecto a los líderes incluidos en este trabajo, se prepararon los siguientes trabajos: “*Ahora todo es una pandemia, hay que acabar con este negocio!: el discurso de Jair Bolsonaro*”; “*Cuidar de todos, de todas y de todes: el discurso de Alberto Fernández en Argentina*”; “*Preservar la vida, el trabajo y el mandato: el discurso de Sebastián Piñera*”; “*Unión en la lucha contra la pandemia: el discurso del presidente de Sudáfrica*”; y “*La realización de la utopía: el papel de Jacinda Ardern en la gestión contra COVID-19 en Nueva Zelanda*”.

2019, sin que a la fecha se haya vinculado a otro partido. A finales de los ochenta pasó a ser reservista del Ejército. Fue concejal de la ciudad de Río de Janeiro y diputado federal durante siete períodos, a través de nueve partidos diferentes.

Su campaña electoral se basó en una narrativa que articulaba posiciones morales contra la política, la corrupción, el *homosexualismo*, el *izquierdismo* y a favor de reducir la edad penal, fomentar el porte de armas por parte de los *ciudadanos buenos* y los valores familiares *cristianos*, además de exaltar la dictadura militar y la tortura (Vargas, 2018).

En su pronunciamiento en la toma de posesión, el 1 de enero de 2019, no hizo referencia a ninguno de los dos problemas fundamentales que en su momento afectaban duramente al país: el desempleo de más de 12 millones de personas y el deterioro del sistema público de salud; en su lugar, retomó su discurso de campaña y su promesa de *liberar al país del socialismo* (Betto, 2020).

Su primer año de gobierno se caracterizó por un ambiente de inestabilidad institucional, con denuncias de corrupción en su clan familiar, cambios ministeriales, enfrentamientos con la Suprema Corte Federal y con los presidentes de las Cámaras del Congreso Nacional, y por la gran cantidad de militares nombrados en cargos de primer y segundo escalón en el Poder Ejecutivo. Su discurso está marcado por la exacerbación del antagonismo y las amenazas a las instituciones democráticas, la hostilidad hacia los medios de comunicación tradicionales y un fuerte alineamiento con las estrategias de comunicación y posiciones ultraconservadoras del expresidente de Estados Unidos, Donald Trump.

Actuación en la pandemia. Desde el inicio de la pandemia de COVID-19 en Brasil, que comenzó en marzo de 2020, el presidente se ha destacado como el principal portavoz del discurso negacionista, con una narrativa que niega la gravedad de la enfermedad, especialmente con posiciones contrarias a las medidas de aislamiento social, el uso de mascarillas protectoras y la vacunación obligatoria. Se ha manifestado a favor, también, del uso de hidroxiclороquina y vermífugos como principales formas de prevención, incluso sin evidencias científicas que demuestren la eficacia de los medicamentos.

En términos del enfrentamiento de la pandemia, su gestión ha estado marcada por tensiones con los ministros de salud, que derivaron

en varios cambios, como la salida de dos ministros en menos de dos meses y la ausencia de un titular de la cartera durante el período más crítico de la pandemia en el país en 2020²⁵⁰. También ha atacado a gobernadores y alcaldes que han implementado medidas de aislamiento para contener el virus, en especial al gobernador de São Paulo, João Dória. El plan nacional de inmunización fue anunciado tardíamente, sin fecha programada y sin la logística necesaria para vacunar a los grupos prioritarios.

En enero de 2021, cuando el sistema de salud en Manaus colapsó por segunda vez y donde se registró la muerte de decenas de personas con COVID-19 por falta de oxígeno, además de la identificación de una nueva variante en el estado de Amazonas, el ministro de salud Eduardo Pazuello - contra quien la Policía Federal había abierto una investigación por sospecha de omisión en el estado - en una visita a la ciudad, anunció que la vacunación *comenzaría el día D, a la hora H en Brasil y que el país sería un ejemplo para el mundo* (Istoé, 2021).

A esta situación de abandono se suma la falta de información y orientaciones para la prevención por parte de la población, la no utilización de millones de pruebas almacenadas en depósitos a punto de caducar (Metrópolis, 2020), la producción innecesaria de casi 2 millones de tabletas de cloroquina por parte del Ejército (Vargas, 2020) y la falta de suministro de oxígeno en hospitales de Manaus, lo que provocó la muerte de decenas de personas en enero de 2021 (Fundação Oswaldo Cruz, 2021a).

A pesar de que su actuación se ha guiado por el discurso negacionista en el enfrentamiento de la COVID-19, su popularidad se mantuvo estable durante el primer año de la pandemia, e incluso hubo un aumento en la opinión favorable sobre su gestión, especialmente en la región Noreste, base del *lulismo* en el país. Este escenario nos lleva a reflexionar sobre un cambio en su base de apoyo, que ahora abarcaría a personas de las clases más bajas, en condiciones económicas limitadas, y en un contexto de

²⁵⁰ El médico y diputado federal Luiz Henrique Mandetta ocupó el cargo de enero de 2019 hasta abril de 2020, siendo reemplazado por el también médico y empresario Nelson Teich, que no llegó a completar un mes en el Ministerio de Salud. Solo en septiembre de 2020, Bolsonaro nombró al general Eduardo Pazuello como ministro titular de Salud, que ocupó el cargo hasta 23 de marzo de 2021, momento en el que Brasil alcanzó récords diarios de muertes por COVID-19, con 3.251 vidas perdidas al día. Desde entonces, el Ministerio de Salud está bajo el comando del médico Marcelo Queiroga.

aumento del desempleo. En este sentido, el ingreso de emergencia ha sido un elemento central para expandir y sustentar la adherencia a su discurso, y muestra también la forma como el mandatario logró capitalizar a su favor la mayor política pública de transferencia de ingresos implementada en la historia del país²⁵¹. Además, la elección de su candidato, Arthur Lira, como presidente de la Cámara de Diputados, en febrero de 2021, muestra la capacidad del presidente de asegurar un amplio apoyo del “centro” en el Congreso Nacional para lograr la aprobación de proyectos con agendas prioritarias y enmiendas constitucionales neoliberales. Sin embargo, con el récord de desempleo en todo el país, el aumento de los precios de los alimentos y el agravamiento de la pandemia desde febrero de 2021, como se evidencia en los sucesivos registros de muertes diarias y el colapso del sistema de salud, hubo una caída en la popularidad del presidente, pasando de 41% en octubre de 2020 a 33% en febrero de 2021 (Lazaro, 2021).

Vacuna. En octubre de 2020, cuando cuatro vacunas en fase 3 estaban siendo probadas en Brasil²⁵², el ministro de Salud, Eduardo Pazuello anunció la adquisición de 46 millones de dosis de Coronavac. Sin embargo, el presidente ordenó cancelar el acuerdo de intenciones firmado entre el Ministerio de Salud y el Instituto Butantan (productor nacional de vacunas). El gobierno ya había rechazado la oferta de millones de dosis de Coronavac por parte del Instituto Butantan en julio, agosto y octubre de 2020 (Gaspar, 2021), así como tres ofertas más para comprar 70 millones de dosis de vacunas de la farmacéutica Pfizer (Carvalho y Cancian, 2021). En diciembre, ningún laboratorio había solicitado a la agencia de vigilancia sanitaria, Anvisa, el registro de la vacuna y esta afirmó que necesitaría

²⁵¹ La ayuda de emergencia es el resultado de una amplia articulación de la sociedad civil organizada, que orientó la propuesta en el Congreso Nacional junto con los diputados opositores al gobierno. Inicialmente, Bolsonaro y su equipo económico propusieron un monto de beneficio de doscientos reales mensuales para los trabajadores informales, que se pagaría en tres meses, alcanzando a entre 15 y 20 millones de personas. Para los congresistas de la oposición y algunos del “centro”, este valor fue considerado insuficiente y tras la presión del Congreso Nacional sobre el gobierno, Bolsonaro autorizó que el valor del beneficio fuera aumentado a seiscientos reales. Entre abril y diciembre de 2020, se gastaron 293.100 millones de reales que permitieron a 67,9 millones de brasileños y brasileñas acceder al beneficio (R7, 2021).

²⁵² Pfizer/BioNtech, Oxford/AstraZeneca, Sinovac/Instituto Butantan e Johnson&Johnson.

de al menos 60 días para analizar cualquier solicitud. En enero de 2021, minutos después de que la primera persona brasilera fuera vacunada con Coronavac, en São Paulo, la Anvisa aprobó las solicitudes de uso de emergencia de este inmunizante y de AstraZeneca (Gortázar, 2021) y el gobierno federal comenzó a distribuir vacunas al día siguiente, pero sin la debida coordinación centralizada. Las escasas vacunas disponibles se distribuyeron a lo largo del país y el gobierno federal permitió que los estados y municipios adoptaran criterios de priorización, lo que generó confusión entre la población sobre quién podría vacunarse y cuándo podrían hacerlo (Varella, 2021).

En diciembre de 2020 inició, por parte del Instituto Butantan, la producción del primer lote de vacunas en Brasil, en asocio con la empresa farmacéutica china Sinovac, que inicialmente produjo alrededor de 300 mil dosis de Coronavac. Entre enero e inicios de marzo de 2021, la agencia paulista logró poner a disposición del Programa Nacional de Inmunizaciones (PNI) la cantidad de 16,1 millones de dosis (São Paulo, 2021). La producción del primer lote de la vacuna Oxford en el país comenzó en febrero de 2021 por parte de la Fiocruz – la otra institución con capacidad de producir vacunas- en asocio con la empresa biofarmacéutica británica Astrazeneca, entregando 400.000 dosis, y con la previsión de entrega al PNI de 3,8 millones de dosis en marzo (Fundação Oswaldo Cruz, 2021b).

Sin embargo, considerando que la velocidad de la vacunación es fundamental para frenar la propagación del virus y reducir las muertes, el país aún está dando pasos lentos en la inmunización con la segunda dosis. Hasta el 20 de julio de 2021, 43% de la población brasileña (91.085.077) había recibido la primera dosis y 34,9 millones la segunda dosis, lo que equivale al 16,4% de la población (G1, 2021).

Alberto Fernández, el contexto político y el enfrentamiento de la pandemia en Argentina

Alberto Fernández nació en Buenos Aires, Argentina. Es abogado, catedrático universitario y desde diciembre de 2019 presidente de ese país. Fue jefe de gabinete del expresidente Néstor Kirchner (2003-2007) y también

estuvo en este cargo durante los primeros siete meses del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015). A pesar de haberse mantenido alejado del kirchnerismo durante algunos años, la alianza con la ex presidenta fue fundamental para postularse a las elecciones presidenciales de 2019 y asegurar la victoria contra el presidente en ejercicio, Mauricio Macri.

Fernández asumió el cargo en un momento de profunda división política de la sociedad (la llamada “grieta”) y, por tanto, los principales antagonismos se situaron inicialmente en términos de una división de la sociedad entre el proyecto neoliberal, liderado por los seguidores del ex-presidente Macri, y un proyecto de reconstrucción del país con el nuevo gobierno de Fernández. A su llegada al poder, el país vivía una profunda crisis económica, con el 40% de la población en situación de pobreza y una inflación del 53,8% en 2019, además de una deuda pública récord y una alta tasa de desempleo. Antes de la pandemia, la prioridad del gobierno era la negociación de la deuda externa para lograr los objetivos de política fiscal y monetaria y superar la crisis. Desde el inicio de su mandato, Fernández mostró un compromiso con el fortalecimiento de la ciencia porque, para él, su gobierno sería el de los científicos y no el de los directores de empresas (CEOs) (Casa Rosada, 2020a).

Actuación en la pandemia. La pandemia del coronavirus llegó tan solo tres meses después de asumir la presidencia. El primer caso en Argentina se detectó el 3 de marzo de 2020. Por lo anterior, las prioridades iniciales cambiaron y, en este sentido, Fernández definió como prioridades el fortalecimiento del sistema de salud para enfrentar la crisis, la adopción de medidas para prevenir la propagación del virus y el apoyo económico para mitigar el impacto económico y social derivado de la crisis pandémica.

Fernández se caracterizó por reaccionar rápidamente frente a la pandemia. Las medidas adoptadas se basaron en dos pilares fundamentales: las recomendaciones científicas, siguiendo los lineamientos de la OMS, y el Estado como actor fundamental para superar la crisis y enfrentar las consecuencias económicas. Se argumentó que el sistema de salud había sufrido de falta de inversión durante el gobierno de Macri y, por lo tanto, era necesario implementar medidas de restricción de circulación de las personas para ganar tiempo y fortalecerlo.

Dos semanas después de la detección del primer caso de COVID en Argentina, Fernández decretó el aislamiento social, preventivo y

obligatorio para toda la población. Además de las medidas de *lockdown*, desde el inicio de la pandemia Fernández intentó garantizar insumos básicos para la atención de emergencias y envió vuelos de la aerolínea nacional Aerolíneas Argentinas para buscar insumos como mascarillas, guantes y ropa desde China. También implementó medidas de fortalecimiento de la ciencia, como la creación de la Unidad para tareas de diagnóstico e investigación y la construcción de hospitales de emergencia. El gobierno apoyó la producción a gran escala de pruebas rápidas, así como el fortalecimiento de los equipos comunitarios de salud. Asimismo, aprobó un pago extraordinario para el personal de salud.

Para Alberto Fernández, la pandemia sólo podría enfrentarse con un Estado fuerte y presente que cuidara a todos los argentinos (Casa Rosada, 2020b). Además de las medidas de *lockdown*, Fernández impulsó un paquete de ayudas a la población y a las empresas. Argumentaba que en este momento de crisis se debía privilegiar la salud de la población sobre la economía pues, para tener una economía funcionando, los argentinos debían estar saludables para poder trabajar. Así, se implementaron medidas para proteger la producción y la mano de obra y controlar el precio de los productos esenciales. También se adoptó un ingreso familiar de emergencia, medidas de alivio de la deuda con los bancos, líneas de crédito, congelamiento de alquileres y suspensión de desalojos.

Las medidas adoptadas por Fernández, basadas principalmente en la ciencia, lo posicionaron, en un primer momento, como un gran líder tanto a nivel internacional como nacional. La oposición se debilitó inicialmente, ya que algunos de sus líderes, como el Jefe de Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, apoyaron las medidas de Fernández. Sin embargo, la prolongación de las medidas restrictivas ocasionó un desgaste, que tuvo como resultado la pérdida de apoyo y la caída en su imagen positiva. La oposición unificó su discurso al criticar la duración de la cuarentena, afirmando, por ejemplo, que el presidente argentino se había “enamorado” de la cuarentena (La Nación, 2020). Otros temas, como el anuncio de intervención en la agroexportadora Vicentín, la renegociación de la deuda externa y la reforma judicial, fortalecieron a la oposición, que convocó a manifestaciones en las calles de las principales ciudades del país. Otras disputas han surgido recientemente asociadas a la reapertura de escuelas, ya que la oposición ha presionado para que esto ocurra, mientras que el gobierno considera necesario garantizar las condiciones y protocolos para

esta apertura. Asimismo, el reciente escándalo de “las vacunas VIP” dejó al descubierto que personas cercanas al entonces ministro de Salud tenían acceso preferencial a las vacunas, situación que fue aprovechada por la oposición para criticar al gobierno, movilizándolo a través de medios tradicionales y redes sociales. El resultado fue una pérdida del 7% del apoyo público al presidente (Perfil, 2021a).

Al hacer un balance de la administración de la crisis de la pandemia, puede afirmarse que las medidas adoptadas, como el confinamiento, contribuyeron a que el pico de casos se desplazara y ocurriera en octubre de 2020, es decir, más de seis meses después de la llegada del primer caso. Sin embargo, Argentina alcanzó, en julio de 2021, la marca de las 100 mil muertes (Esteban, 2021). En cuanto a la popularidad de Fernández, aunque al inicio de la pandemia su aprobación alcanzó altos niveles, del 84% en abril de 2020, en febrero de 2021 solo el 38% de los argentinos expresó su aprobación a la forma de administrar la crisis del coronavirus. En junio de 2021, su imagen positiva en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires era de 35% (Perfil, 2021b). Otras figuras de la oposición se están fortaleciendo, aprovechando las dificultades y errores del gobierno de Fernández. Es el caso del intendente de Buenos Aires y de la exgobernadora de la provincia de Buenos Aires.

Vacuna. Desde mediados de 2020 el gobierno argentino inició negociaciones con varios productores de vacunas. Una de estas negociaciones se llevó a cabo con Rusia para la Sputnik V, que ha sido de gran importancia en la estrategia de vacunación. Para garantizar el acceso a esta vacuna, el gobierno argentino envió a un equipo de científicas a recolectar información, ya que existían dificultades de acceso a información pública y detallada sobre la efectividad de la misma.

La estrategia permitió negociar rápidamente el acceso a la Sputnik V, que fue aprobada para uso de emergencia el 23 de diciembre de 2020. Una delegación argentina regresó de Rusia, el 24 de diciembre, con las primeras dosis de la vacuna. La oposición utilizó la negociación de la vacuna rusa como eje articulador, afirmando que sería la vacuna del “comunismo”. Fernández afirmó, en respuesta a la oposición, que el virus no tenía ideología y tampoco la cura.

La información recopilada sobre el Sputnik V fue posteriormente traducida al español y compartida con países como Bolivia, Perú y

Paraguay. Otros países, como México, enviaron científicos a Argentina para conocer sobre la vacuna rusa (Viñas, Zúñiga, Rénique, 2021). De alguna manera, Argentina se ha posicionado como el principal impulsor de la Sputnik V en la región latinoamericana. En este país también se están aplicando otras vacunas. A agosto de 2021, más del 60% de la población había sido vacunada con la primera dosis (Ministerio de salud, 2021).

Sebastián Piñera, el contexto político y el enfrentamiento de la pandemia en Chile

Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique es el actual presidente de Chile, elegido por un periodo de cuatro años, que finaliza en 2022. Ganó las elecciones con una candidatura independiente apoyada por una coalición de partidos de derecha llamada Chile Vamos, aunque sus lazos con la derecha chilena son antiguos y profundos, habiendo sido parte del partido Renovación Nacional. Es empresario e ingeniero comercial con mención en economía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, además de tener una maestría y un doctorado en economía de la Universidad de Harvard (Piñera, 2018). Es un político conservador y crítico eventual de la dictadura, además de entusiasta del modelo neoliberal implantado por el régimen, durante el cual construyó su carrera empresarial y su fortuna.

En el momento en el que se detectó el primer caso de COVID-19, el 3 de marzo de 2020, Chile atravesaba por un período de profunda inestabilidad, como consecuencia de las masivas protestas populares que estallaron el 18 de octubre de 2019. Las protestas contra el aumento del pasaje del metro en Santiago el 14 de octubre se intensificaron rápidamente hasta llegar a un enfrentamiento directo y abierto entre los manifestantes y las fuerzas policiales convocadas para dispersarlos. La brutalidad de la represión, evidenciada en el toque de queda decretado en la región metropolitana de Santiago, así como el número de muertos y heridos y las declaraciones del presidente Piñera de que estaba en guerra con “un enemigo poderoso” (DW, 2019), hicieron que Chile ganara notoriedad en los medios de comunicación de todo el mundo.

Bajo el liderazgo de diversos movimientos sociales que se opusieron al toque de queda impuesto en el marco del estado de emergencia, en

menos de una semana, desde el inicio de los enfrentamientos, ya se estaban planteando cuestionamientos en las calles no solo relacionados con el precio del transporte público, sino también con el modelo económico chileno y las omisiones de la transición democrática de los años 90, como el sistema de seguridad social y la propia Constitución de la dictadura. Además, se puso sobre la mesa la discusión sobre la responsabilidad del presidente por las muertes y denuncias de excesos cometidos por la policía (G1, 2019). La gigantesca marcha del 25 de octubre de 2019 que llevó a más de un millón de personas a ocupar la Plaza Italia y sus alrededores, desafió tanto el legado del neoliberalismo en Chile como el mandato de Sebastián Piñera, una de sus múltiples expresiones.

Actuación en la pandemia. Acosado por la inestabilidad política provocada por el “estallido social” que comenzó a finales de 2019, la pandemia significó, para el presidente chileno, un desafío de salud pública y una oportunidad para aliviar la tensión en el peor momento de su mandato. Ante la gravedad de la crisis del coronavirus, hubo un reflujo de las protestas masivas en el país, aunque sus demandas, principalmente la convocatoria a una Asamblea Constituyente y la redacción de una nueva Constitución, nunca perdieron fuerza.

Desde la confirmación del primer caso de COVID-19 en el país, el presidente Sebastián Piñera declaró que había enviado representantes a China para que los especialistas chilenos pudieran beneficiarse de la experiencia del combate al coronavirus y mantuvo contactos con el presidente chino, Xi Jinping, con el objetivo de detener la pandemia lo antes posible. En definitiva, aunque se vio atraído por soluciones para imponer fuerzas policiales en respuesta a problemas sociales y económicos, buscó presentarse como un líder firme y moderado.

Piñera apeló, como recurso discursivo, a la idea de unidad de acción en el combate a la pandemia y al respeto total a las recomendaciones médicas, aunque todas las propuestas de política social del ejecutivo abordaron preocupaciones económicas, ya que derechos básicos como la salud y la educación no están universalizados en Chile. Aunque afirmó apoyarse en las recomendaciones de profesionales de la salud y científicos, el mandatario afirmó en marzo que una cuarentena total no era sostenible en el país, prefiriendo un sistema de “cuarentenas selectivas”. La orientación tuvo que ser revisada debido al aumento de casos y muertes en el mes

de mayo, cuando el gobierno se vio obligado a decretar *lockdown* en la región metropolitana de Santiago. Hubo además críticas y denuncias de la oposición y los medios de comunicación sobre posibles fraudes de datos de infectados y muertos, que llevó a la renuncia del entonces ministro de Salud, Jaime Mañalich, el 13 de junio de 2020 (BBC, 2020).

La principal preocupación para el presidente siempre fue proteger la economía chilena del deterioro durante y después de la pandemia. Si bien expresó preocupación por el sistema de salud del país y la cantidad de camas y exámenes de COVID, la protección de la vida y la salud de los chilenos siempre ha estado relacionada con el sostenimiento de la actividad económica, y fue justamente en el ámbito económico donde comenzó a actuar. Así quedó evidenciado en un discurso el 19 de marzo de 2020 en el que el mandatario anunció, junto a su entonces ministro de Hacienda, Ignacio Briones, un paquete de medidas dirigidas, en sus palabras, a compensar y mitigar las consecuencias del coronavirus. Entre las principales medidas, destacamos el decreto de Estado de Catástrofe (Meganoticias, 2020) que otorga poderes excepcionales al presidente, como la posibilidad de decretar pagos no autorizados por ley, cuando sea necesario, con un límite de hasta el 2% del total de gastos aprobado por el legislativo, así como la posibilidad de reducción de la jornada, con reducción proporcional de los salarios de los trabajadores del sector privado.

Además, en su discurso movilizó contenidos morales en los que se destacan las nociones de responsabilidad, solidaridad, disciplina, colaboración, sacrificio, respeto a las leyes y recomendaciones médicas, pero principalmente, la idea de unidad. Es en torno a la unidad que el presidente construye el núcleo de apelación de su discurso y también de justificación de las decisiones e iniciativas de su gobierno. La unidad para el enfrentamiento del virus y la reanudación de la economía pasan, necesariamente, por la adhesión, aunque parcial, a las iniciativas, entendimientos y prioridades del ejecutivo. Por detrás de esto se encuentra la adhesión al orden, necesaria para coordinar acciones para combatir la pandemia y útil para desmovilizar los cuestionamientos al gobierno.

Vacuna. En diciembre de 2020, el actual ministro de Salud de Chile, Enrique París, anunció un nuevo *lockdown* en la capital, Santiago, los fines de semana, y restricciones durante la semana, dado el aumento de nuevos

casos registrados (CNN, 2020). Sin embargo, al estudiar los primeros meses de 2021, Chile se posiciona como el país sudamericano con mejor tasa de vacunación de la región. Esto fue posible porque el gobierno chileno firmó contratos con varios proveedores a principios de diciembre, lo que permitió la elaboración de un plan y el inicio de la vacunación a partir del 24 del mismo mes. A pesar del avance de la vacunación y la caída en el número de muertes, el número de casos se mantuvo en niveles elevados, lo que obligó a adoptar nuevas restricciones. Sin embargo, con el 60% de la población vacunada con al menos una dosis, el país ha visto disminuir drásticamente el número de casos y el promedio móvil de muertes en poco más de dos semanas entre el 1 y el 18 de junio (Lopes, 2021).

Cyril Ramaphosa, el contexto político y el enfrentamiento de la pandemia en Sudáfrica

Cyril Ramaphosa es el presidente de Sudáfrica desde 2018, año en el que el expresidente Jacob Zuma se vio obligado a renunciar como resultado de la intensa presión por acusaciones de corrupción. El mandatario asumió el cargo con la promesa de iniciar una nueva era en el país, reforzando su compromiso de un comportamiento y liderazgo ético, como Nelson Mandela, y de no perpetuar más la desunión, la desconfianza, la corrupción y la negatividad en relación con las instituciones públicas y los líderes políticos.

Al asumir la presidencia, Cyril Ramaphosa se deparó con un gobierno ya no conocido por el prestigio original del Congreso Nacional Africano (ANC), partido político que ha gobernado Sudáfrica desde las primeras elecciones en 1994, sino por ser una máquina burocrática que terminó por distanciarse de la población y disminuir la confianza en el Estado y el partido. Así, procuró restaurar el prestigio original del partido, restablecer la hegemonía política en el país, reducir las desigualdades y reactivar la economía. Además de la oposición interna del ANC, el gobierno enfrenta la oposición de la Alianza Democrática (DA), el partido con el segundo mayor número de escaños en la Asamblea Nacional, que se enfrenta constantemente al ANC en el parlamento y que en ocasiones realiza alianzas con los Luchadores por la Libertad Económica (EFF),

partido de izquierda.

Actuación en la pandemia. Sudáfrica tiene el mayor número de infecciones por COVID-19 en el continente africano, y su primer caso se confirmó en marzo de 2020. El virus encontró un país marcado por el desempleo, la desigualdad, la pobreza, una economía débil y un sistema de salud pública frágil. En conjunto, el panorama político del país no era muy estable, ya que Ramaphosa aún no había logrado cumplir muchas de sus promesas de campaña.

En su pronunciamiento del Día de la Libertad (Fourways Review, 2020), el 27 de abril de 2020, afirmó que el virus no llegaría a todos de la misma manera y que agudizaría las desigualdades que han asolado al país durante décadas. Además, las tensiones políticas internas del ANC, que han estado presentes desde que Zuma fue obligado a renunciar, terminaron dividiendo al partido en dos grandes grupos, y el actual presidente ha estado bajo mucha presión y oposición.

Desde el inicio de la pandemia, el discurso adoptado por Cyril Ramaphosa, junto con el ministro de Salud, Zweli Mkhize, fue en tono científico, afirmando que “nunca antes en la historia de nuestra democracia nuestro país se había enfrentado a una situación tan grave” (GOV. ZA, 2020a). El 15 de marzo de 2020, cerca de 10 días después de la confirmación del primer caso de COVID-19, se declaró un Estado Nacional de Desastre, lo que le permitió tomar acciones más rápidas, urgentes y efectivas. El mandatario buscó mantener una comunicación clara y objetiva con la población, manifestando que el virus tendría un impacto negativo en la economía y la sociedad, pero que no había motivos para el miedo y el pánico, pues el país contaba con los recursos necesarios para combatirlo.

Para buscar reducir al máximo el impacto en la economía, el Gobierno lanzó un plan de respuesta económica dividido en 3 partes. La primera fase tuvo lugar en marzo de 2020, cuando la pandemia del COVID-19 fue declarada situación nacional de desastre. El segundo se inició en abril del mismo año e incluyó la aprobación de un gran presupuesto de salud, medidas para aliviar el hambre y la pobreza, el apoyo a empresas y trabajadores y la reapertura paulatina de la economía. En la tercera parte, se definen acciones que el Estado adoptaría a medida que el país fuera superando la pandemia para impulsar la economía. Por otro lado, a finales de julio de 2020 se autorizó el lanzamiento de un paquete de emergencia

para ayudar a la población que se encontraba desempleada y sin asistencia económica. En octubre de 2020 (GOV. ZA, 2020b) el Gobierno lanzó un nuevo plan para reestructurar la economía, que tenía, entre otros, el objetivo de generar empleo y volver a industrializar la economía.

En enero de 2021, debido a la segunda ola de COVID-19 y a la nueva variante sudafricana, las fronteras terrestres fueron cerradas durante casi un mes (DW News, 2021). Sin embargo, los vuelos internacionales se mantuvieron, siguiendo las medidas de combate presentes en el nivel 3, que fueron anunciadas en diciembre de 2020. En su comunicado del 15 de enero, Ramaphosa afirmó que “la pandemia en nuestro país está en su momento más devastador” (CNN News, 2021) y afirmó que el número de casos y muertes se encontraba en su punto máximo. Al 23 de julio de 2021, el número total de casos confirmados de COVID-19 en el país, según el sitio web oficial del gobierno, era de 69.075 muertes y 2.356.049 contagiados.

La popularidad política de Ramaphosa durante los meses de la pandemia de COVID-19 no se ha mantenido estable. Encuestas del 8 de agosto de 2020 señalaban una popularidad de 61%, 24% menos que en mayo del mismo año. Este aumento de la imagen desfavorable está directamente asociado a algunas de las restricciones adoptadas durante la pandemia de COVID-19 y a las denuncias de corrupción del gobierno durante estos meses.

Vacuna. El Plan Nacional de Vacunación de Sudáfrica inició en febrero de 2021 y el gobierno federal distribuye las vacunas al gobierno provincial y al sector privado. Se estima que el 67% de la población sudafricana estará inmunizada a finales de 2021, siendo posible lograr la inmunidad de rebaño y, por lo tanto, controlar la propagación del virus.

En febrero de 2021 estaba previsto iniciar la Fase 1 de vacunación en profesionales de la salud, utilizando vacunas AztraZeneca/Oxford. Sin embargo, después de recibir un millón de dosis, el gobierno sudafricano suspendió temporalmente el uso de esta vacuna, ya que los estudios demostraron que tiene una protección limitada contra los casos leves y moderados de la variante sudafricana. Por lo tanto, los lotes de esta vacuna fueron ofrecidos a la Unión Africana.

El gobierno decidió continuar su plan de vacunación con los inmunizantes de Johnson & Johnson, que demostraron una efectividad

superior del 57% para combatir la nueva variante sudafricana. Así, el 16 de febrero llegaron al país 80.000 dosis, y al día siguiente se inició su aplicación en 20 centros de vacunación. Según el gobierno sudafricano, están garantizados 9 millones de dosis de Johnson & Johnson, además de 12 millones de dosis de Covax y 20 millones de Pfizer. Hasta el 23 de junio de 2021 se habían administrado 6.308.201 vacunas (SAcoronavirus, 2021).

Jacinda Ardern, el contexto y el enfrentamiento de la pandemia en Nueva Zelanda

Jacinda Kate Laurell Ardern es la tercera mujer elegida como primera ministra en Nueva Zelanda. En 2017, con tan solo 37 años, representó al Partido Laborista y se convirtió en una de las líderes más jóvenes en comandar el país. Su actuación política ganó prominencia en el escenario mundial.

Varios hechos han llevado a que los ojos del mundo se centren en Nueva Zelanda y en su gestión. Durante su mandato tuvo a su hija, a la cual llevó, siendo bebé, a la cumbre de la Asamblea General de la ONU. Ardern es bien activa en varios temas progresistas, y fue clave en la campaña para enfrentar la xenofobia contra la población islámica en su país y en el mundo, especialmente después del ataque de terroristas de extrema derecha y anti-inmigración que ocurrió en dos mezquitas de Nueva Zelanda. También es una líder que combate las emisiones de gases contaminantes en la atmósfera, alertando sobre los cambios climáticos en curso. Con un proyecto innovador, el gobierno aprobó paquetes de medidas sociales dirigidas al tratamiento de enfermedades psicopatológicas como la ansiedad. Tiene una posición que se opone a las bases conservadoras. Es una líder abiertamente feminista y trabaja para combatir la violencia contra las mujeres; no está de acuerdo con criminalizar el uso de la marihuana, apoya los derechos homoafectivos y ha establecido un diálogo cercano con los pueblos originarios de la isla.

Actuación en la pandemia. Actualmente Jacinda Ardern se destaca como una líder mundial que luchó fuertemente contra el COVID-19 en

su país, por medio de la adopción de las recomendaciones de organismos científicos internacionales y la implementación de estrictos planes de acción de aislamiento social. Las fronteras del país fueron rápidamente cerradas. Cabe destacar que incluso sin cifras confirmadas de defunciones, se impidió la entrada de viajeros extranjeros. Días después, los negocios cerraron. El *lockdown* aplicado en Nueva Zelanda fue considerado el más estricto del mundo. La concientización de la población fue una estrategia muy importante y la propia primera ministra dio ejemplo de ello en sus redes sociales. Dio orientaciones, dando sentido a esa nueva vida, estableciendo un intercambio mutuo en términos de empatía y convenciendo a todos para actuar en favor de un objetivo colectivo.

La primera ministra es activa en sus redes sociales, se ha convertido en un símbolo del modelo de gestión y un ícono político en la actualidad. Su principal estrategia para combatir el COVID-19 fue traer consigo a la población neozelandesa y cautivar a todos en un ejercicio más amplio de colectividad. Ardern trabaja fuertemente con los artificios de la comunicación que la acercan al ciudadano. Busca que todos comprendan que cada acto individual es importante dentro de la comunidad en general. Por ello, enfatiza en sus discursos que todos deben caminar juntos siguiendo las medidas científicas (Ardern, 2020).

Sus principales mensajes son: mantente firme, quédate en casa y sé amable, si no sabes cómo actuar, actúa como si estuvieras con COVID-19 (Ardern, 2020; New Zeland, 2020a). Con estos mensajes, desde el inicio, la primera ministra hizo énfasis en el difícil período que enfrentarían, transmitiendo una imagen de la realidad, al mismo tiempo en que demuestra la necesidad de mantenerse firme y fuerte para enfrentar la pandemia. Esto crea conciencia y vigilancia.

El énfasis dado en su discurso a la empatía como práctica tuvo un importante *performance* simbólico. A diferencia de algunos líderes mundiales que intensifican las disputas internas, Jacinda Ardern recuerda que quizás en estos tiempos de adversidad, sea el momento de estrechar lazos entre personas y grupos de diferentes posiciones.

El discurso de Jacinda Ardern no crea antagonismos entre “Salud versus Economía”. Así, desde el inicio, ha resaltado la concentración de esfuerzos en paquetes de recuperación económica que puedan garantizar puestos de trabajo (New Zeland Labour, 2020b). La estrategia adoptada por Ardern fue que cuanto más rápida y rígida sea la intervención, más

pronto se recuperarán y así podrán regresar con seguridad a las actividades económicas en el país (Van Der Ziel, 2020).

Sin duda, Jacinda Ardern apostó todas sus fichas en la ciencia. Sus buenos resultados en la lucha contra el nuevo Coronavirus se han dado justamente porque sigue las recomendaciones que establecen las agencias sanitarias internacionales y nacionales. Su gobierno ha invertido masivamente en pruebas de vigilancia. Por lo tanto, el rastreo del virus se volvió más preciso y efectivo, y estuvo acompañado de fuertes medidas de bloqueo y control de fronteras. Las reglas se hicieron explícitas y todos deberían contribuir, asumiendo la responsabilidad conjunta de enfrentar el virus (New Zeland Labour, 2020c).

Nueva Zelanda registra actualmente el número de 26 personas muertas por COVID-19 y 2.416 casos de contagio, lo que equivale a aproximadamente 486 casos por 1 millón de personas. Cabe destacar que el país pasó 152 días sin registrar ninguna muerte, entre septiembre de 2020 y febrero de 2021²⁵³. La forma en que se manejó la pandemia provocó una gran popularidad de Jacinda Ardern entre los neozelandeses en el momento en que el país se preparaba para las elecciones parlamentarias. La situación era tan favorable para Ardern que incluso sus oponentes se mostraron cautelosos al criticar algunas de sus medidas decretadas para el manejo de la enfermedad. Así, Ardern fue reelecta con amplia ventaja. El resultado de la elección registró la victoria de su partido con 65 escaños en el parlamento contra 33 del principal partido de oposición.

De esta forma, Jacinda Ardern refuerza, ante la comunidad neozelandesa e internacional, su papel de mujer, madre y gestora feminista, demostrando al mundo que es capaz de gestionar los problemas con empatía y ciencia. Las declaraciones de ciudadanos de diferentes países demuestran que Nueva Zelanda se ha convertido en el destino más codiciado en un mundo afectado por la pandemia. Además, los comentarios en sus redes sociales demuestran el atractivo popular en torno a su figura, e incluso sugieren que debería ser la “presidenta del mundo”.

Vacuna. Nueva Zelanda, a pesar de haber sido destacada internacionalmente por las medidas de excelencia que se han tomado para prevenir la proliferación de COVID-19, no ha tenido el mismo resultado

²⁵³ Johns Hopkins University Applied Physics Lab (JHU APL).

con la vacunación. En la estrategia se tenía previsto comenzar a vacunar a partir del primer trimestre de 2021. Inicialmente, serían vacunados los trabajadores fronterizos, después los trabajadores de la salud de la línea de frente y, a partir de julio, el resto de la población.

Con un número tan pequeño de contagios y de muertes, el gobierno justifica la demora por precaución, debido a la rápida liberación de las vacunas por parte de los laboratorios (menos de un año), esperando más resultados sobre su uso en el resto del mundo. Esta cautela es vista como un riesgo por los especialistas y la oposición, dada la difusión de nuevas cepas del virus. Hasta el momento (21 de julio de 2021) 628.259 personas ya han sido vacunadas, lo que representa 12,6% de la población local.

De igual forma, el gobierno estableció acuerdos con cuatro fabricantes: Oxford/Astrazeneca; Pfizer/Biontech; Janssen y Novavax - lo que le garantiza un número de vacunas superior al número de habitantes. La estrategia de Jacinda Ardern incluye donar vacunas a los países e islas vecinas de Oceanía, como Tuvalu, Tonga, Samoa, Islas Cook, entre otros, estableciendo una zona libre de circulación del virus, además de establecerse geopolíticamente como referente regional en el continente.

Politización de la pandemia y “pandemización” de la política

Como señalamos al inicio del trabajo, es posible identificar, en la actuación de los líderes políticos latinoamericanos y de otros países del Sur, portavoces de los discursos negacionista y científico sobre la pandemia, un doble movimiento de politización de la pandemia y de “pandemización” de la política. Este doble movimiento implica reconfiguraciones y disputas que se expresarían tanto en el plano óptico de la política como en el ontológico de lo político.

En los casos analizados en el punto anterior, pueden encontrarse indicios sobre la politización de la pandemia en el plano de la política, como, por ejemplo, en los efectos del discurso negacionista del presidente brasileño y de su gobierno. Este discurso político se infiltra en las prácticas y acciones de salud pública ya consolidadas en el país (como la producción de vacunas, la experiencia en acciones de vacunación masiva y otras

medidas logísticas lideradas por Brasil para combatir las epidemias). El discurso negacionista descalifica al propio COVID-19 y sus efectos al definirlo como una “gripecita” que, en consecuencia, no requeriría de una respuesta en términos de política pública anti pandémica. Además, politiza la pandemia al catalogarla, siguiendo a la administración Trump, como un “virus chino”; transforma las principales recomendaciones de aislamiento social y el uso de máscaras en temas y posiciones políticas; cuestiona las medidas que han adoptado los gobiernos estatales y locales debido a la ausencia de una orientación federal coordinada. De igual forma, busca deslegitimar las medidas de aislamiento, proporcionando tratamientos no probados (como la cloroquina o medicamentos preventivos cuestionados científicamente), reorientando los recursos de las políticas públicas para su producción y distribución, además de incentivar el no uso de mascarillas. La politización también llega a las vacunas. Se cuestiona la eficacia de las mismas desaconsejando su uso. La capacidad instalada para la producción de vacunas en el país, con insumos del exterior, es boicoteada, en una disputa con su antiguo aliado, el gobernador de São Paulo, por la apropiación de capital político para futuras elecciones. Por otro lado, tarda en la adquisición de vacunas capaces de brindar cobertura a toda la población. Y cuando la vacunación se hizo inminente, se consolidó una carrera por ver quién capitaliza las vacunas políticamente, es decir, “quien sale en la foto” junto a la primera aplicación.

Una situación diferente se evidencia en el caso de Fernández, quien logró ser uno de los primeros mandatarios en cerrar acuerdos con la vacuna Sputnik (que, por su parte, le valió una gran crítica politizada por parte de la oposición en cuanto a la calidad y procedencia de la vacuna). El caso de Piñera es también diferente, ya que el gobierno chileno fue uno de los más diligentes en cerrar acuerdos y comprar vacunas, siendo actualmente el principal referente en inmunización en el continente latinoamericano.

Volviendo al caso de Bolsonaro, con el objetivo de construir el apoyo de la población a su discurso negacionista que prioriza la sostenibilidad de la economía, con su politización de la pandemia, se recurre activamente a las fake news, principalmente a través de medios electrónicos. Así, en el caso brasileiro, a diferencia de una primera lectura del conjunto de acciones, políticas, discursos y actuaciones negacionistas como producto de la incompetencia o negligencia de las autoridades federales, podría identificarse en esta politización de la pandemia un claro proyecto político

de la propagación generalizada del virus (Conectas y Cepedisa, 2021), con el objetivo de lograr la inmunidad de rebaño para reanudar la actividad económica a cualquier costo lo más rápido posible.

En abril de 2021, el Senado Federal de Brasil estableció una Comisión Parlamentaria de Investigación -la CPI de COVID-19- para investigar las acciones y omisiones del gobierno federal en el enfrentamiento de la pandemia y el colapso sanitario en el estado de Amazonas ocurrido en enero de 2021. En los dos primeros meses de audiencias, la CPI centró las investigaciones en las acciones del gobierno federal para recomendar el uso de medicamentos sin eficacia, en el retraso en la compra de vacunas, en el colapso del suministro de oxígeno en Manaus y en la constitución de una supuesta oficina paralela para asesorar al gobierno federal en el enfrentamiento de la pandemia. Cuando el número de muertos en Brasil alcanzó la marca de 500.000, ya había más de 120 pedidos de impeachment presentados y cientos de miles de personas salieron a las calles en actos unificados de #ForaBolsonaro en todo el país y en el exterior. En la última semana de junio, hubo un cambio en el énfasis de la CPI de Covid, que pasó a centrar las investigaciones en la revelación de sospechas de sobornos e irregularidades en las negociaciones para la compra de vacunas por parte del gobierno, que contaban con el aval de Bolsonaro, lo que también llevó a varios partidos de la oposición y sectores de la sociedad civil a un super pedido de impeachment. Estos hechos contribuyeron a ampliar los frentes de cuestionamiento, que se materializaron en un nuevo elemento que comenzó a marcar las diferentes demandas que hasta entonces aglutinaba el #ForaBolsonaro: la corrupción.²⁵⁴

En cuanto a la dimensión de lo político (u ontológico), la politización de la pandemia reactualiza y reconfigura viejos antagonismos

²⁵⁴ De manera equivalente a lo ocurrido con el otro gran vocero negacionista, el ex-presidente Trump de EEUU, en este nuevo contexto brasileño, el escenario parece estar cambiando, reforzando no sólo el proceso que estaba ocurriendo de politización de la pandemia, sino particularmente en este momento de protestas y manifestaciones, la pandemización de la política. Es decir, el proceso que potencia la influencia de la pandemia en la política, con cambios en la aprobación de los gobiernos (también asociados a acusaciones de corrupción, como en el caso de Ramaphosa en Sudáfrica), variaciones en la correlación de fuerzas y reconfiguración de las coaliciones políticas preexistentes. La suspensión -y posible cambio- de la hegemonía como efecto del acontecimiento pandémico también se perfila en el contexto brasileño con un presidente portavoz del discurso negacionista.

en los distintos países. A los atributos previamente existentes de estos grupos antagónicos, ahora se suman otros relacionados con la valoración o descalificación de la pandemia, de su enfrentamiento y de sus efectos con base en la polarización dada anteriormente. Es decir, estar a favor o en contra de las medidas de aislamiento o vacunación se acopla a los diacríticos de apoyo u oposición al gobierno, ya sea éste un portavoz de un discurso negacionista o de su opuesto científico.

En cuanto a la “pandemización” de la política, en lo que respecta a la dimensión óptica, encontramos indicadores de este movimiento en los portavoces del discurso científico con la adecuación de las políticas para enfrentar la pandemia a los lineamientos del campo científico sanitario a nivel internacional, en particular la Organización Mundial de la Salud, y nacional, por ejemplo, como en el caso de Fernández, mediante la creación de un grupo de expertos asesores. Hubo una mayor inversión en el área de salud (Ramaphosa), un aumento en el número de camas en los hospitales, preparándolos para el aumento de la demanda (en todos los casos donde prevaleció el discurso científico) y nuevos recursos para la investigación (Fernández). La pandemia también implicó la difusión -con muchas polémicas- de diversas iniciativas de *lockdown*, que van desde las regionalizadas (Piñera), o más amplias, incluyendo el toque de queda y prohibiciones a la venta de bebidas alcohólicas y cigarrillos (Ramaphosa), pasando por las focalizadas en el mapeo de casos y grupos de riesgo basados en análisis estadísticos y en el uso de medios virtuales, lo que llevó a innovar en términos de acciones políticas “personalizadas” (Arden).

La pandemia implicó una mejora en la “gestión de los cuerpos” (Foucault, 1979) y, también, en la valoración de la gestión de los gobiernos que lograron crear una estructura más eficiente, con capacidad de comunicación con la población y la organización de medidas claras que permitieran su adhesión (Arden). La valoración positiva en el enfrentamiento de la pandemia generó imágenes favorables de los líderes políticos a nivel internacional, por ejemplo, cuando Arden es proclamada por los medios de comunicación como “presidenta del mundo”; o en la posible influencia de la imagen favorable del gobierno argentino en la gestión de la pandemia, favoreciendo la renegociación de la deuda externa del país. La pandemia también implicó el desarrollo de políticas económicas de compensación financiera y transferencia de ingresos a los más vulnerables (por ejemplo, Piñera y Fernández; en el caso de Bolsonaro

solo después de fuertes presiones políticas). Sin embargo, la pandemia, con sus enormes costos para la sostenibilidad de la vida y la economía, también limita o condiciona los proyectos y políticas actuales y futuros, con la caída generalizada de los indicadores de crecimiento económico y el aumento de las tasas de desigualdad y pobreza en la gran mayoría de los casos.

Finalmente, la pandemia y el enfrentamiento a la misma puso de nuevo sobre la mesa la importancia del Estado y las políticas públicas, relegando al mercado a un segundo plano como fuente de soluciones para la sociedad. Así, se cuestionó la hegemonía neoliberal y sus políticas, al valorar el aumento del gasto público y la importancia de los servicios públicos de salud.

En lo político, la pandemia modificó las correlaciones de fuerza que existían en los países. Por un lado, llevó al rediseño de grupos y coaliciones preexistentes (como en el caso de Brasil con la separación de varios gobernadores con discursos científicos de la base bolsonarista). El desarrollo de acciones y políticas para enfrentar la pandemia también provocaron la pérdida de simpatizantes en el caso de Bolsonaro²⁵⁵. La pandemia abrió la oportunidad para que Ramaphosa enfatizara la unidad, cooperación y solidaridad entre los sudafricanos en sus prácticas discursivas, tratando de crear un imaginario social que le permitiera al ANC ganar prestigio en la sociedad y aumentar su legitimidad. Sin embargo, debido a las nuevas acusaciones de corrupción relacionadas con la lucha contra la pandemia, esta estrategia no ha logrado consolidarse y Ramaphosa ha perdido apoyo. También en el caso de Fernández, inicialmente, se incrementó la popularidad con la construcción de una narrativa de unidad nacional en torno a la pandemia, con las ideas de solidaridad y corresponsabilidad, teniendo al Estado como protector y cuidador de los argentinos. Sin embargo, la prolongación de la cuarentena, el tema del regreso a clases en las escuelas y el escándalo de las vacunas VIP reservadas por su propio ministro de salud para un grupo selecto, terminaron por reforzar la división de la sociedad argentina (“la grieta”, en el lenguaje crítico de los medios de comunicación y opositores) lo que llevó a una pérdida significativa del apoyo que venía recibiendo.

²⁵⁵ También vale la pena recordar el caso paradigmático de la pérdida de elecciones de Trump en el contexto de la pandemia.

Por otro lado, la pandemia creó oportunidades para consolidar la imagen de los líderes. Esto se manifestó con políticos que vivían una situación inicial tensa o con menos legitimidad, como es el caso de Piñera bajo presión por la serie de protestas iniciadas en octubre de 2019. El mandatario chileno articuló en sus prácticas discursivas un tono moralizante asociado a la construcción de una imagen de gestor de la crisis experimentado y moderado. Pero también la consolidación se dio en otros casos, como en el de la primera ministra Ardern, que ya gozaba de prestigio. La pandemia no solo favoreció su reelección, sino que fortaleció su proyecto político de unir a Nueva Zelanda, haciendo de la empatía y la lucha emancipatoria por la igualdad un centro importante de su discurso, con la construcción de un “nosotros” inclusivo, el pueblo neozelandés, incorporando islamistas, maoris y extranjeros en general.

La pandemia crea también nuevas fronteras sociales, formando grupos antagónicos de apoyadores o de opositores a las medidas de aislamiento social, o incluso más radicalmente, grupos antivacunas e incluso anti científicos, reducidos en número, pero con influencia en el fomento de miedos y dudas en sectores importantes de la población.

Como señalan estos ejemplos, al aproximarse a la pandemia desde la perspectiva del acontecimiento, la disputa discursiva con el movimiento dual de politización de la pandemia y de “pandemización” de la política estaría aportando innovaciones - y retrocesos - en términos de política institucionalizada de administración y gestión pública. Pero también promovería reconfiguraciones de lo político en los países, alterando los escenarios internos preexistentes e incluso su reconocimiento a nivel internacional. Este doble movimiento que se estaría manifestando en esta “eternización” del presente de la pandemia, con los atrasos y desigualdades en el proceso de vacunación masiva, operaría también en la configuración del futuro post pandémico. Futuro diversificado y distante de la vuelta a la normalidad preexistente. Este futuro, en gran medida, está abierto a la acción de los agentes, y la política y lo político tendrán un papel importante en su rediseño.

Referencias

Anderson B (1983) *Comunidades imaginadas*. Londres: Verso.

Arden, J (2020) A few messages as life becomes very different over the next week while. Wellington, 25 marzo, 2020. Instagram, @jacindaarden. Disponible en: <https://www.instagram.com/tv/B-JmCmCgeeE/>. (consultado el 11 abril 2021)

BBC (2020) Coronavirus en Chile: qué hay detrás de la renuncia del ministro de Salud Jaime Mañalich. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-53037469> (consultado el 6 julio 2021).

Betto F (2020) *O diabo na corte: leitura crítica do Brasil atual*. São Paulo: Cortez.

Carvalho D y Cancian N (2021) Governo rejeitou 70 milhões de doses da Pfizer, das quais 3 milhões poderiam já ter sido aplicadas. In: *Folha de São Paulo*. Disponible en: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/governo-negou-3-vezes-ofertas-da-pfizer-e-perdeu-ao-menos-3-milhoes-de-doses-de-vacina.shtml> (consultado el 05 abril 2021)

Casa Rosada (2020a) Discurso del presidente Alberto Fernández al encabezar la apertura del periodo 138 de sesiones ordinarias del Congreso de la Nación. Disponible en: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/46746-discurso-del-presidente-alberto-fernandez-al-encabezar-la-apertura-del-periodo-138-de-sesiones-ordinarias-del-congreso-de-la-nacion> (consultado el 22 mayo 2020).

Casa Rosada (2020b) Entrevista al Presidente de la Nación, Alberto Fernández, en Juntos Podemos Lograrlo, Telefe. Disponible en: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/conferencias/46827-entrevista-al-presidente-de-la-nacion-alberto-fernandez-en-juntos-podemos-lograrlo-telefe> (consultado el 22 mayo 2020).

CNN (2020) Chile retoma lockdown parcial em Santiago após aumento

de casos da Covid-19. Disponible en: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chile-retoma-lockdown-parcial-em-santiago-apos-aumento-de-casos-da-covid-19/> (consultado el 7 de julio 2021).

CNN News (2021) South African President announces extension of Covid-19 restrictions, closes land borders. Disponible en: <https://edition.cnn.com/2021/01/11/africa/south-africa-covid-restrictions-intl/index.html> (consultado el 12 enero 2022).

Conectas Direitos Humanos y Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (2021) Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. *Boletim Direitos na Pandemia* n.10. Disponible en: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf (consultado el 04 febrero 2021)

DW (2019) Piñera: “Estamos en guerra contra un enemigo poderoso”. Disponible en: <https://www.dw.com/es/pi%C3%B1era-estamos-en-guerra-contra-un-enemigo-poderoso/a-50910426> (consultado el 5 julio 2021).

DW News (2021) South Africa closes all borders to stop Covid-19. Disponible en: <https://www.dw.com/pt-002/%C3%A1frica-do-sul-fechadas-as-fronteiras-para-travar-covid-19/a-56198124> (consultado el 12 enero 2022).

Esteban P (2021) Argentina superó los 100 mil muertos por covid. In: *Página12*. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/354834-argentina-supero-los-100-mil-muertos-por-covid> (consultado el 10 enero 2022).

Foucault M (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Grial.

Fourways Review (2020) Presidente Ramaphosa highlights importance of striving for equality in Freedom Day address. Disponible en: <https://fourwaysrevi.ew.co.za/347712/president-ramaphosa-highlights-importance-of-striving-for-equality-in-freedom-day-address/> (consultado el 12 enero 2022).

Fundação Oswaldo Cruz (2021a) Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926> (consultado el 05 abril 2021)

Fundação Oswaldo Cruz (2021b) Fiocruz esclarece sobre doses de vacinas a serem entregues em março. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-esclarece-sobre-doses-de-vacinas-serem-entregues-em-marco> (consultado el 05 abril 2021)

G1 (2019) Presidente do Chile é processado por crimes contra a humanidade após violência em protestos. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/06/presidente-do-chile-e-processado-por-crimes-contra-a-humanidade-apos-violencia-em-protestos.ghtml> (consultado el 5 julio 2021).

G1 (2021) Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> (consultado el 20 julio 2021)

Gaspar M (2021) Bolsonaro recusou três ofertas de vacina. In: *Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-recusou-tres-ofertas-de-vacina/> (consultado el 16 febrero 2021)

Gortázar NG (2021) Brasil acompanhou ao vivo aprovação das vacinas como se fosse um reality show. In: *El País Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-17/brasil-acompanhou-ao-vivo-aprovacao-das-vacinas-como-se-fosse-um-reality-show.html> (consultado el 20 enero 2021)

GOV. ZA (2020a) President Cyril Ramaphosa: Measures to combat Coronavirus COVID-19 epidemic. Disponível em: <https://www.gov.za/speeches/statement-president-cyril-ramaphosa-measures-combat-covid-19-epidemic-15-mar-2020-0000> (consultado el 12 enero 2022).

GOV. ZA (2020b) President Cyril Ramaphosa: South Africa's Economic Reconstruction and Recovery Plan. Disponível em: <https://www.gov.za/>

speeches/president-cyril-ramaphosa-south-africa%E2%80%99s-economic-reconstruction-and-recovery-plan-15-oct# (consultado el 12 enero 2022).

Han BC (2018) *Psicopolítica*. Belo Horizonte: Ayne.

Han BC (2020) “La emergencia viral y el mundo del mañana”. In G Agamben et al. *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Buenos Aires: ASPO, 97-111.

IstoÉ (2021) ‘Vacinação vai começar no dia D e na hora H’, despista Pazuello. Disponible en: <https://istoe.com.br/vacinacao-contracovid-19-vai-comecar-no-dia-d-e-na-hora-h-despista-pazuello/> (consultado el 21 enero 2021)

La Nación (2020) Patricia Bullrich: Alberto Fernández se enamoró de la cuarentena (2020). Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/patricia-bullrich-alberto-fernandez-se-enamoro-cuarentena-nid2361189> (consultado el 30 septiembre 2020).

Laclau E (2014) *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: FCE.

Laclau E, Mouffe C (1987) *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.

Lazaro N (2021): Avaliação negativa do governo Bolsonaro sobe a 35,5%. In: *UOL*. Disponible en: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/22/cntmda-pesquisa.htm> (consultado el 02 marzo 2021)

Lopes S (2021) Com vacinação, Chile e Uruguai veem queda de mortes e casos de covid. Disponible en: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/com-vacinacao-chile-e-uruguai-veem-queda-de-mortes-e-casos-de-covid/> (consultado el 7 de julio 2021).

Meganoticias (2020) Presidente Piñera anuncia plan económico por US\$ 11.700 millones para combatir coronavirus. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=6ZV3g2jM9b8> (consultado el 6 julio 2021).

Metrópoles (2020) Quase 7 milhões de testes para Covid-19 prestes a vencer podem ir para o lixo. Disponible en: <https://www.metropoles.com/brasil/quase-7-milhoes-de-testes-para-COVID-19-prestes-a-vencer-podem-ir-para-o-lixo> (consultado el 27 noviembre 2020)

Ministerio de Salud (2021) Argentina superó el objetivo de agosto: ya tiene dos dosis contra COVID-19 más del 60% de los mayores de 50 años. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/argentina-supero-el-objetivo-de-agosto-ya-tiene-dos-dosis-contra-covid-19-mas-del-60-de-los> (consultado el 10 enero 2022).

Mouffe C (2011) *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

New Zealand Labour (2020a). #WATCH: Prime Minister Jacinda Ardern announced today that New Zealand will move into Alert Level 3 from 11.59pm Monday 27th April. Until then, we remain in Alert Level 4. Wellington, 20 abril, 2020. Twitter: @nzlabour. Disponible en: <http://twitter.com/nzlabour/status/1252165580854976512> (consultado el 12 abril 2021).

New Zealand Labour (2020b) The health of New Zealanders is our #1 priority, which is why the Government has taken major steps to protect Kiwis from COVID-19, including introducing tougher border restrictions. We're taking action to help, but there are things we can all do to prevent the virus spreading. Wellington, 15 marzo, 2020. Twitter: @nzlabour. Disponible en: <https://twitter.com/nzlabour/status/1239041368216879104> (consultado el 12 abril 2021).

New Zealand Labour (2020c) #WATCH: Yesterday Prime Minister Jacinda Ardern explained the rationale behind the Alert Level 4 lockdown period, and why it's important we continue to observe the restrictions for the full 4-week period. Wellington, 06 abril, 2020. Twitter: @nzlabour. Disponible en: <https://twitter.com/nzlabour/status/1247318036278726657> (consultado el 12 abril 2021).

Perfil (2021a) Encuesta: La imagen de Alberto Fernández cayó 7 pun-

tos por el vacunatorio VIP (2021). Disponible en: <https://www.perfil.com/noticias/politica/encuesta-imagen-alberto-fernandez-cayo-7-puntos-por-vacunatorio-vip.phtml> (consultado el 10 enero 2022).

Perfil (2021b) Cae la imagen de Alberto Fernández y sube la de Horacio Rodríguez Larreta, según un estudio de opinión pública en CABA. Disponible en: <https://www.perfil.com/noticias/politica/cae-la-imagen-de-alberto-fernandez-y-sube-la-de-horacio-rodriguez-larreta-segun-un-estudio-de-opinion-publica-en-caba.phtml> (consultado el 10 enero 2022).

Piñera, S (2018) *Biografía*. Disponible en: <https://www.sebastianpinera.cl/biografia.html> (consultado el 21 junio 2021).

R7 (2021) Auxílio emergencial pagou R\$ 293,1 bilhões a quase 68 milhões em 2020. Disponible en: <https://noticias.r7.com/economia/auxilio-emergencial-pagou-r-2931-bilhoes-a-quase-68-milhoes-em-2020-18032021> (consultado el 05 abril 2021)

SACoronavirus (2021) Update On Covid-19. Disponible en: <https://sacoronavirus.co.za/2021/07/23/update-on-COVID-19-friday-23-july-2021/> (consultado el 12 enero 2022).

São Paulo (2021) Governo de SP entrega mais 1,7 milhão de doses da vacina do Butantan para o Brasil. Disponible en: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/governo-de-sp-entrega-mais-17-milhao-de-doses-da-vacina-do-butantan-para-o-brasil-2/> (consultado el 05 abril 2021)

Van Der Ziel A (2020) Doortastend en ontwapenend leidt premier Ardern Nieuw-Zeeland de coronacrisis uit. Trouw. 08 jun. 2020. Disponible en: <https://www.trouw.nl/buitenland/doortastend-en-ontwapenend-leidt-premier-ardern-nieuw-zeeland-de-coronacrisis-uit~bd5bd1a8/> (consultado el 08 abril 2021).

Varella D (2021) A vacinação contra o coronavírus virou uma bagunça no Brasil. In: Folha de São Paulo. Disponible en: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2021/02/a-vacinacao-contra-o-corona->

virus-virou-uma-bagunca-no-brasil.shtml (consultado 16 febrero 2021)

Vargas ALB (2018) O discurso político de Bolsonaro: cidadãos de bem, segurança e moral. In: Romano JO (org.) *Paixão e razão: Os discursos políticos na disputa eleitoral de 2018*. São Paulo: Veneta, 90-101.

Vargas M (2020) Exército tem 1,8 milhão de comprimidos de cloroquina ainda estocados e não projeta ampliar produção. In: *Estadão*. Disponible en: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-tem-1-8-milhao-de-comprimidos-de-cloroquina-ainda-estocados-e-nao-projeta-ampliar-producao,70003344866#:~:text=O%20Ex%C3%A9rcito%20informou%20ao%20Estad%C3%A3o,%3A%20R%24%201%2C304%2C00> (consultado el 30 junio 2020)

Viñas S, Zúñiga M y Rénique I (2021) V de Vacuna. (Num. 44). Episodio de podcast de audio. In: *El Hilo Podcast. Radio Ambulante Estudios*. Disponible en: <https://elhilo.audio/podcast/sputnikv/> (consultado el 10 enero 2022).

Suspender o mantener las sanciones internacionales en tiempos de pandemia: el caso venezolano

Thomas Posado

En este capítulo, quiero proponer un trabajo exploratorio sobre las sanciones internacionales. Ya en tiempos ordinarios, algunos países, principalmente del Norte, participan a debilitar los sistemas económico y de salud de otros, principalmente del Sur. La difusión de la pandemia de COVID-19 pone en riesgo cada país del mundo. Así, la propagación en un país puede acelerar la propagación en otro. En este escenario, numerosas voces, mucho más numerosas que en los tiempos ordinarios, han solicitado por lo menos un moratorio sobre estas sanciones internacionales, pidiendo que la razón sanitaria supere la razón política. Propongo en esta contribución estudiar esta problemática en el caso venezolano. Es el caso de un país donde las sanciones se doblan de un derrumbe económico sin precedente, el PIB ha perdido 72 % de su valor entre 2014 y 2020 según los datos del Fondo Monetario Internacional.²⁵⁶ Si se agrega a esto, el estado catastrófico de los servicios públicos de salud y de agua, Venezuela se ubicaba al principio de la pandemia en una situación muy peligrosa (*The Economist* lo clasificaba 176 sobre 195 país en su Índice de salud global en 2019²⁵⁷), justificando una posible suspensión de las sanciones internacionales.

Las intervenciones estadounidenses en América Latina tienen una larga historia desde la famosa doctrina Monroe, pronunciada en 1823, aplicada al final del siglo XIX. Donald Trump se inscribe en esta historia,

²⁵⁶ Fondo Monetario Internacional, consultado el 29 de octubre de 2020, disponible en línea: <https://www.imf.org/en/Countries/VEN>

²⁵⁷ *The Economist*, Global Health Security Index, 2019, consultado el 2 de julio de 2021, disponible en línea: <https://www.ghsindex.org>

con una nueva doctrina de «máxima presión», estrategia teorizada a partir de mayo de 2018 por el secretario de Estado Mike Pompeo, como una mezcla de sanciones drásticas y de amenazas militares con un discurso bélico. En el caso venezolano, agrega la «promoción de la democracia» neoconservadora (Smilde, 2020). El desarrollo de la crisis sanitaria podía contradecir una cierta visión idealista de las relaciones internacionales, pensando la salud mundial como una finalidad de la política exterior.

En esta contribución, voy a enfocarme en las sanciones con impacto económico. Existen otros tipos de medidas, en contra de individuos, desde el 2008 por parte de Estados Unidos y desde el año 2017 por parte de la Unión Europea, no serán tomados en cuenta porque no tienen implicaciones en la gestión de la pandemia. Propongo entender el contexto de la implementación de sanciones con impacto económico, pues los términos de este debate, suspensión o mantenimiento, empezando por las iniciativas justificando una razón sanitaria y desarrollando después la realidad del mantenimiento de las sanciones internacionales con impacto económico por razones políticas.

El contexto de la implementación de sanciones con impacto económico

Las sanciones con impacto económico en contra de Venezuela son el resultado de un solo país: Estados Unidos. Las relaciones entre los dos países son caracterizadas por enfrentamientos diplomáticos recurrentes a partir de la llegada de Hugo Chávez al poder pero hasta 2019, con cierto pragmatismo económico. Hasta enero de 2019, los Estados Unidos seguían siendo el principal cliente y el principal proveedor de Venezuela. Recíprocamente, Venezuela se mantenía como tercer proveedor de petróleo de la potencia norte americana. Hasta 2019, los enfrentamientos diplomáticos tenían consecuencias comerciales limitadas. Según los datos del Instituto Nacional de Estadísticas, institución pública venezolana, la media de las exportaciones hacia los Estados Unidos, entre la primera y la segunda mitad de los gobiernos chavistas, disminuyó de 19,8 puntos mientras que la de China aumentó de 8,6. Constatamos la misma dinámica respecto a las

importaciones, la media de la parte hacia los Estados Unidos baja de 7,5 puntos cuando la de China aumenta de 10,9²⁵⁸.

Si los Estados Unidos han apoyado el intento de golpe de Estado de abril de 2002, no hubo acciones legislativas concretas para impedir el comercio venezolano. En marzo de 2015, Barack Obama decretó medidas contra dirigentes venezolanos juzgando que « la erosión de las garantías de respecto de los derechos humanos en Venezuela constituye una amenaza inhabitual y extraordinaria por la seguridad de los Estados Unidos » pero la primera medida que impacta económicamente Venezuela fue la prohibición a partir de agosto de 2017 para las empresas y ciudadanos estadounidenses de contratar nuevos préstamos respecto al Estado venezolano y a PDVSA, la empresa petrolera pública. Estas sanciones han sido aumentadas en enero de 2019 con la toma de control de CITGO. Esta empresa pertenece al Estado venezolano pero ejerce en Estados Unidos donde tiene 6 000 estaciones de gasolina, una cincuentena de terminales de almacenamiento y de distribución y tres refinerías cuyo valor estaba estimada entre 8 y 13 mil millones de dólares. Venezuela exportaba al final de enero de 2019 todavía 587 mil barriles cotidianos a su poderoso vecino del otro lado del mar Caribe. Esta cifra cae a cero en solamente dos meses. Esta última medida priva a la administración Maduro de su principal fuente de liquidez y lo asfixia todavía más de un punto de vista financiero. Mientras que los envíos de petróleo a sus otros socios comerciales (Rusia, China) son esencialmente reembolso de préstamos ya contratados, las entregas a Estado Unidos permitían a Venezuela el acceso a divisas imprescindibles para las escasas importaciones de productos de primera necesidad (Posado, 2019). La parálisis comercial empeoró aún más con la instauración de un bloqueo impidiendo cualquier entidad de usar la moneda estadounidense para comprar petróleo a PDVSA en abril de 2019. Estas medidas hacen más difícil la importación de los diluyentes necesarios al uso de petróleo pesado y ultrapesado proveniente de la Faja del Orinoco. Estas decisiones estadounidenses se inscriben claramente en una lógica de extra-territorialidad en la tradición de las aplicadas en Cuba y en Irán. Dos economistas, Mark Weisbrot y Jeffrey Sachs, estimaban en abril

²⁵⁸ Instituto Nacional de Estadísticas, « Exportaciones, según países, 1998-2017 », « Importaciones por países, 1998 - 2017 », consultado el 25 de abril de 2021, disponible en línea: http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=48&Itemid=33

de 2019 que 40 mil Venezolanos murieron ya por culpa de estas sanciones (Weisbrot, Sachs, 2019), una cifra difícilmente verificable que revela sin embargo la degradación de las condiciones de vida de los Venezolanos en términos de salud, de alimentación, de vivienda... En un estudio más preciso y más reciente, Luis Oliveros calcula que el Estado venezolano perdió entre 17 y 31 mil millones de dólares de exportaciones petroleras por culpa de las medidas estadounidenses (independientemente de lo que se perdió por mala gestión y corrupción) (Oliveros, 2020).

Nos parece necesario precisar que estas sanciones no son el origen de la crisis económica de la cual sufre el país. El derrumbe de la moneda venezolana empezó en el verano de 2012, la recesión del PIB en 2014, mucho antes de las primeras sanciones con impacto económico por parte de Estados Unidos. Los gobiernos de Chávez y luego de Maduro permitieron un fraude a los dólares subsidiados que participó al desarrollo de la crisis económica aunque las sanciones estadounidense son una de las causas de su amplitud (Sutherland, 2019). La internacionalización de la crisis marca la creciente subordinación al juego y los intereses geopolíticos de las grandes potencias. Estas se encuentran en una coyuntura donde para cada una es preferible no ceder en un clásico dilema del prisionero sin que las consecuencias por el pueblo venezolano fueran tomada en cuenta. Aunque una solución negociada sería colectivamente mejor (Hirst, Luján, Romero, Tokatlian, 2020).

Las iniciativas justificando la razón sanitaria

La emergencia sanitaria puede incitar a suspender las sanciones internacionales para evitar el desarrollo de un nuevo foco epidémico en una sociedad debilitada. El desencadenamiento del COVID-19 ha despertado una voluntad de moratorio sobre las sanciones internacionales. Varias personas o instituciones lo han propuesto. Algunos estaban previsible como la portavoz del Ministerio de Exteriores ruso, María Zajárova, calificando estas sanciones de « herramienta de genocidio ». El Papa Francisco y la Cruz Roja han llamado también al levantamiento de estas medidas para permitir el apoyo a las comunidades más vulnerables del país. Por su parte, la secretaria ejecutiva de la Comisión económica por América

latina y el Caribe de las Naciones Unidas, la CEPALC, Alicia Bárcena, ha señalado que las decisiones estadounidenses es un factor del fuerte decrecimiento económico de Venezuela, precipitando la caída de las importaciones, exportaciones, reservas de divisas y acceso a financiamiento internacional, llamando también a su levantamiento para ayudar Venezuela « a capear la pandemia ». La Alta comisionada a los derechos humanos en las Naciones Unidas y antigua presidente chilena, Michelle Bachelet, muy severa frente a la represión de Nicolás Maduro en sus diferentes informes, ha subrayado que « obstaculizar los esfuerzos médicos en un país aumenta el riesgo para todos los demás » y que « en este momento crucial, por razones de salud pública y para proteger los derechos y las vidas de millones de personas en esos países, las sanciones sectoriales deben ser aliviadas o suspendidas », respecto a los embargos de los cuales sufren Venezuela pero también Irán, Cuba, Zimbabue o Corea del Norte²⁵⁹.

Incluso la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas aprobó una resolución « Respuesta Integral y Coordinada a la Pandemia del COVID-19 » que hace también un llamado enfático al cese de la promulgación e implementación de medidas coercitivas unilaterales. El actual secretario general de las Naciones Unidas, António Guterres, ha defendido esta posición. Podemos destacar la oposición al hecho que la resolución incluyera un rechazo a las sanciones de Estados Unidos por supuesto, pero también de los gobiernos de Bolivia, el de Jeannine Áñez en la época, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Corea del Sur, Ecuador, Georgia, Israel, Japón, el Reino Unido y Ucrania. Sin embargo, esta posición del ejecutivo de Jair Bolsonaro no fue suficiente para impedir una declaración común del BRICS, Brasil, Rusia, India, China y Africa del Sur, algo lógico tomando en cuenta el peso de Rusia y sobre todo de China dentro de este grupo. Dicha declaración se une a los reclamos internacionales por la anulación de las ilegales sanciones estadounidenses contra ciertos países en medio de la pandemia del nuevo coronavirus. En nombre de los cancilleres de los países que integran el BRICS, el ministro de Exteriores ruso, Serguéi Lavrov, dijo que en la actual situación, las medidas restrictivas « violan el derecho internacional ».

²⁵⁹ « Bachelet pide relajar sanciones a países como Venezuela por crisis sanitaria », *La Vanguardia*, publicado el 24 de marzo de 2020, consultado el 30 de octubre de 2020, disponible en línea: <https://www.lavanguardia.com/politica/20200324/4884694153/bachelet-pide-relajar-sanciones-a-paises-como-venezuela-por-crisis-sanitaria.html>

Incluso dentro de las potencias que imponen estas sanciones, podemos distinguir llamamientos a la suspensión de las sanciones. En España, el antiguo presidente del gobierno español, José Luis Rodríguez Zapatero, acusado por la oposición venezolana de ser partidario de Nicolás Maduro, pidió sin sorpresa un «paréntesis humanitario» para los bloqueos económicos impuestos por Estados Unidos a Venezuela y Cuba y que así esos dos países puedan enfrentar con más recursos la pandemia del coronavirus. Por su parte, la actual ministra de Asuntos Exteriores de España, María Arancha González Laya, defendió igualmente este «alto el fuego global» y esta «excepción humanitaria» respaldadas por sus homólogos cancilleres de la UE y por Josep Borrell, actual Alto Representante de la UE para Asuntos Exteriores y Política de Seguridad Común. La Unión Europea que impone sanciones individuales, apoyó sin embargo el pedido de ayuda de Venezuela al Fondo Monetario Internacional, pedido que será rechazado por la agencia financiera. El hecho que el gobierno de Maduro solicita a una institución supuestamente adversa muestra el cambio de contexto que representa la crisis sanitaria.

Sin sorpresa, se encontró un grupo de 11 senadores demócratas para exigir a la Casa Blanca esta suspensión temporal de las medidas coercitivas impuestas a Venezuela ante la pandemia del COVID-19. Sin embargo, el hecho que una similar propuesta (en el marco de negociaciones por un programa humanitario) puede ser publicada en el editorial del periódico económico liberal de referencia, *Financial Times*, poco sospechoso de simpatía por el ejecutivo de Maduro, pone en evidencia el carácter hegemónico de la reivindicación²⁶⁰. Dentro de Venezuela, más de 300 Venezolanos universitarios y / o militantes de diversas orientaciones políticas, algunos con antigua simpatía respecto al gobierno o otros de oposición moderada, han llamado a su levantamiento parcial mediante acuerdos políticos inmediatos²⁶¹.

Esta emergencia humanitaria ha tenido consecuencias concretas. Los aliados geopolíticos del gobierno de Nicolás Maduro (China, Cuba, Rusia) han prestado apoyo frente al desarrollo de la pandemia. Entre marzo y mayo de 2020, China ha enviado cinco aviones alcanzando más de 157 toneladas de insumos y equipos médicos con millones de mascarillas, de-

²⁶⁰ *Financial Times*, 30 de marzo de 2020.

²⁶¹ Ver: <https://www.unir-esfuerzos-venezuela.org>

cenas de miles de pruebas de diagnóstico, de trajes de protección, de guantes desechables... Esta ayuda sanitaria no satisface todo el mundo. Donald Trump ha dicho que no está « contento » de la cooperación entre los ejecutivos de Xi Jinping y Nicolás Maduro. Estas ayudas no provinieron solamente de los aliados que reconocen el gobierno de Nicolás Maduro. Alemania también ha desarrollado vuelos de asistencia humanitaria con las Naciones Unidas llevando toneladas de insumos para paliar las debilidades de los servicios públicos de base (tabletas purificadoras de agua, tanques de agua, paquetes de apoyo nutricional...) pero no gestionadas por el gobierno de Maduro sino por el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF).

El gobierno de Nicolás Maduro ha promovido políticas para resistir a este aislamiento. En febrero de 2020, denunció Estados Unidos por crímenes de lesa humanidad a la Corte Penal Internacional (CPI), algo paradójico cuando se sabe que el gobierno de Maduro es acusado también de crímenes de lesa humanidad por no respecto de los derechos humanos. En abril de 2020, Venezuela se juntó a nueve otros Estados víctimas de medidas coercitivas unilaterales (Cambodia, China, Corea del Norte, Cuba, Irán, Nicaragua, Rusia, Siria, Zimbabue) para pedir a Michelle Bachelet que incluya la necesidad de levantar las sanciones en la respuesta prioritaria al COVID-19 que elabora su oficina. En agosto de 2020, propuso ante el Consejo Permanente de la CEPALC la creación en el seno de las Naciones Unidas de «un sistema de compras públicas que permita el acceso en precios y diversidad de productos alimenticios y de salud» para enfrentar la discriminación y el bloqueo económico de la que son víctimas diversos países en medio de la pandemia. El canciller venezolano, Jorge Arreaza, propuso también en octubre de 2020, la creación de un plan «Mano a Mano» a la FAO para facilitar el acceso al sistema económico mundial por los países afectados por medidas coercitivas unilaterales. Estas diferentes propuestas se quedaron, hasta hoy, sin efectos.

Los intentos de Venezuela de sortear las sanciones fueron, en un primer tiempo, apoyarse sobre la empresa rusa Rosneft como intermediaria en la venta de petróleo de PDVSA, que se convirtió en el mayor receptor de crudo venezolano a partir de 2019 hasta gestionar los dos tercios del crudo venezolano. Este mecanismo estaba permitido por ser un reembolso de préstamos otorgados a Venezuela antes de la promulgación de las medidas en Washington. Los Venezolanos utilizan de manera creciente

las criptomonedas (el Petro creado por el gobierno, el Bitcoin) y sobre todo el dólar, sobre todo a partir de su legalización de hecho en noviembre de 2019 con la libre convertibilidad de la moneda, la importación sin mayores requisitos y la plena legalidad del comercio en divisas extranjeras después de dieciséis años de férreo control cambiario. Por fin, la aprobación de la Ley Anti Bloqueo en octubre de 2020 permite favorecer las inversiones privadas incluso en contra de los principios constitucionales que reafirman la propiedad estatal sobre el subsuelo del país.

El mantenimiento de la «máxima presión» del gobierno Trump

Al contrario de lo que se podía esperar por la razón sanitaria, la administración Trump ha reforzado las sanciones siguiendo su doctrina de la «máxima presión». Sanciones contra Rosneft en febrero 2020 obligaron a la empresa vender sus activos a la compañía estatal rusa Roszarubezhneft²⁶². Mientras que Estados Unidos impide a los países extranjeros invertir en Venezuela, varias de sus empresas petroleras, Halliburton, Schlumberger, Baker Hughes, Weatherford Internacional, Chevron, benefician de renovación de sus licencias por parte de la administración Trump, y ahora Biden, cada tres o seis meses. Además de estas medidas, estas sanciones pueden tomar formas atípicas. En mayo de 2020, el sistema de operación por cable DirecTV ha suspendido más de 300 canales de televisión en Venezuela como consecuencia de estas medidas coercitivas. En agosto de 2020, *YouTube* eliminó tres cuentas del canal de televisión público, la *Venezolana de Televisión*, borrando decenas de miles de videos subidos desde el 2011, por efectos de las sanciones de Donald Trump. Según el gobierno de Nicolás Maduro, se denomina más de 300 medidas coercitivas contra Venezuela estos últimos seis años. Varias de estas tienen un carácter extraterritorial. Así, empresas mexicanas y europeas fueron

²⁶²« EE.UU. sanciona a Rosneft: cómo ayuda la petrolera a Nicolás Maduro y por qué es clave en el nuevo pulso entre Estados Unidos y Rusia en Venezuela », *BBC Mundo*, publicado el 7 de febrero de 2020, consultado el 30 de octubre de 2020, disponible en línea: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-51409950>

investigadas por el FBI por comercio de petróleo venezolano en mayo de 2020 en el curso de la crisis sanitaria²⁶³; empresas emiratíes fueron sancionadas de nexos con Irán por apoyar a Venezuela. El reforzamiento de estas medidas alcanza una amplitud tan importante que cualquier abastecimiento en gasolina se convierte en un enfrentamiento geopolítico como pasó al final del mes de mayo de 2020 con buques iraníes, pareciendo que solo un Estado que hubiera sido también blanco por estas sanciones hubiera podido realizarlo. El Estado chiita concreta varios intercambios con Venezuela como la apertura de un supermercado Megasis en Caracas. En octubre de 2020, se supo que Estado Unidos vendió 1,1 millones de barriles de petróleo confiscado en los intercambios con Irán²⁶⁴.

Para entender la voluntad estadounidense de derrocar a Nicolás Maduro, hay que tomar en cuenta que Venezuela es también un reto de política nacional en EEUU. El compromiso de Donald Trump contra el ejecutivo venezolano tiene el objetivo político de ganar el voto de la comunidad latinoamericana influenciada por la emigración cubana anti-castrista en Florida, uno de los principales *swings states* en las elecciones presidenciales. Efectivamente, según los sondeos a la salida de las urnas del *New York Times*, Joe Biden empató con el presidente saliente en el electorado de Florida no-cubano (49 % cada uno) pero sufrió de un atraso de quince puntos en el electorado descendiente de cubano (41 % contra 56 %). Existe un cierto consenso entre los demócratas y los republicanos respecto a Venezuela, aunque los primeros piden menos sanciones. La llegada al poder de Joe Biden puede permitir el levantamiento de algunas medidas coercitivas unilaterales como la autorización por medio del Office of Foreign Assets Control de algunas operaciones portuarias venezolanas el 2 de febrero de 2021, es decir la posibilidad de realizar transacciones «necesarias» en operaciones de uso de puertos y aeropuertos venezolanos excepto la exportación o reexportación de diluyentes, directamente o in-

²⁶³ « FBI investiga a firmas mexicanas y europeas sobre comercio de petróleo venezolano », *Reuters*, publicado el 13 de mayo de 2020, consultado el 30 de octubre de 2020, disponible en línea: <https://lta.reuters.com/article/eeuu-venezuela-mexico-investigacion-idLTAKBN22P2TB-OUHLT>

²⁶⁴ « EEUU vende el petróleo confiscado que iba a Venezuela e incauta misiles iraníes », *Infobae*, publicado el 29 de octubre de 2020, consultado el 30 de octubre de 2020, disponible en línea: <https://www.infobae.com/america/agencias/2020/10/29/eeuu-vende-el-petroleo-confiscado-que-iba-a-venezuela-e-incauta-misiles-iranies/>

directamente a Venezuela. El 12 de julio de 2021, los envíos de gas licuado de petróleo en transacciones son de nuevo autorizados aunque Citgo, todavía bajo la presidencia de opositores, no tiene previsto su envío. La publicación de un informe reciente del propio Government Accountability Office pone en evidencia el impacto mayor sobre la economía del país suramericano (United States Government Accountability Office, 2021).

Sin embargo, la nominación de Antony Blinken conocido como Secretario del Estado, un estadista reconocido como un neoconservador dentro del campo democrata (favorable a la guerra en Irak en 2003, en Libia en 2011 y hubiera deseado una intervención en Siria en 2013) no aparece como la buena persona para suspender el conjunto de las medidas coercitivas existentes. La composición del Congreso, donde los republicanos guardan minorías de bloqueo en cada una de ambas Cámaras, hace improbable el fin de la herencia trumpista en este aspecto a pesar de la crisis sanitaria.

Antony Blinken y Josep Borrell han firmado un comunicado común al final de junio de 2021 llamando a « la liberación incondicional de todos aquellos detenidos de manera injusta por motivos políticos » así como la restauración de todos los procesos democráticos puestos en cuestión por el presidente Nicolás Maduro y la celebración de elecciones libres en noviembre, en cambio del levantamiento de sanciones.²⁶⁵ Por su lado, Nicolás Maduro exige como condiciones previas : el levantamiento de estas sanciones, el reconocimiento de los poderes públicos como autoridades legítimas y la renuncia de todos los sectores opositores a planes violentos. Este camino de negociaciones será largo : las expectativas de los unos y los demás son muy diferentes hasta contradictorias. Podemos ya constatar dos aspectos: un cambio estratégico de Biden respecto a la política trumpista y que la causa principal de este giro no es la pandemia sino la alternancia en la Casa Blanca.

²⁶⁵ «Bruselas y Washington abren la puerta a levantar las sanciones a Venezuela», *El País*, publicado el 25 de junio de 2021, consultado el 4 de julio de 2021, disponible en línea: <https://elpais.com/internacional/2021-06-25/bruselas-y-washington-abren-la-puerta-a-levantar-las-sanciones-a-venezuela.html>

Conclusión

La pandemia del COVID-19 no ha cambiado las medidas coercitivas opuestas de Estados Unidos. La crisis sanitaria ha tenido consecuencias limitadas sobre la crisis política. Es solamente el 1^{ero} de junio de 2020 que los grupos de Maduro y de Guaidó se pusieron de acuerdo en un compromiso con la Organización Panamericana de Salud para sortear los efectos de la crisis. Las razones políticas superaron las razones sanitarias (Compagnon, 2020). Las consecuencias son, sin embargo, terribles para la población venezolana. Este bloqueo cuesta decenas de miles de dólares a la economía venezolana. Como lo ha dicho Thomas Shannon, antiguo embajador de Estados Unidos en Brazil, estas medidas tienen un efecto «más o menos como el bombardeo a Dresde y a Tokio. Estamos viendo la destrucción de Venezuela como país y como sociedad»²⁶⁶.

Los investigadores en ciencias sociales tienen como costumbre de describir su terreno como excepcional. El caso venezolano es verdaderamente uno de los pocos casos que permiten estudiar esta temática, pertinente por el derrumbe rápido de su economía. Podemos constatar similitudes con el caso iraní o cubano que encontraron también un endurecimiento o intentos de endurecimiento de sus condiciones de acceso a los mercados en los tiempos de pandemia.

Estas medidas coercitivas unilaterales parecen el último aspecto de un unilateralismo cuestionado por todas partes. Se puede cuestionar la eficacia de estas sanciones. La literatura científica mostró la débil eficacia de estas para impulsar un cambio político sobre todo cuando golpean al conjunto de los sectores de la sociedad, tienen un costo económico importante y duran a largo plazo. En los hechos, las decisiones estadounidenses incrementan la dependencia de los Venezolanos al gobierno de Nicolás Maduro por la distribución irregular de bolsas de comida con los Comités Locales de Abastecimiento y de Producción (CLAP) frente a las penurias masivas. Los análisis convergen sobre el carácter contraproducente de las medidas (Oliveros, 2020 ; Gratius, Ayuso Pozo, 2020).

²⁶⁶ « Thomas Shannon: Sanciones de EE.UU. causan un daño enorme a Venezuela », *Últimas Noticias*, publicado el 15 de julio de 2019, consultado el 30 de octubre de 2020, disponible en línea: <https://ultimasnoticias.com.ve/noticias/general/thomas-shannon-sanciones-de-ee-uu-causan-un-dano-enorme-a-venezuela/>

La pandemia no fue la causa de transformaciones mayores en el ámbito de las medidas coercitivas en contra de Venezuela, o de cualquier otro país del mundo. Hasta este momento, podemos destacar la continuidad de las políticas estadounidenses respecto a Venezuela. Las negociaciones no son el fruto de la pandemia sino de la alternancia en Estados Unidos. La pandemia no superó las correlaciones de fuerzas de relaciones internacionales en nombre de la salud global.

Referencias

Compagnon O (2020) Raison sanitaire ou déraison politique ? Le Venezuela et le monde à l'heure du SARS-CoV-2. *COVIDAM : la COVID-19 dans les Amériques*, publicado el 18 de abril de 2020, disponible en línea: <https://covidam.institutdesameriques.fr/raison-sanitaire-ou-deraison-politique-le-venezuela-et-le-monde-a-lheure-du-sars-cov-2/> (consultado el 29 de agosto de 2020).

Gratius S, Ayuso Pozo A (2020) Sanciones como instrumento de coerción: ¿Cuán similares son las políticas de Estados Unidos y la Unión Europea hacia Venezuela? *América Latina Hoy* 85: 31-53.

Hirst M, Luján C, Romero CA, Tokatlian JG (2020) La internacionalización de la crisis en Venezuela. Friedrich Ebert Stiftung, publicado en julio de 2020, disponible en línea: <http://library.fes.de/pdf-files/nuso/16444.pdf> (consultado el 2 de diciembre de 2020).

Oliveros L (2020) Impacto de las sanciones financieras y petroleras sobre la economía venezolana. *Washington Office on Latin America*, publicado en octubre de 2020, disponible en línea: <https://www.wola.org/wp-content/uploads/2020/10/Oliveros-informe-completo-2.pdf> (consultado el 31 de octubre de 2020).

Posado T (2019) Venezuela : un objet de politique internationale. *RAMSES* 2020: 180-185.

Smilde D (2020) Trump and Venezuela Return to the Monroe Doctrine in Timothy M. Gill, *The Future of U.S. Empire in the Americas. The Trump Administration and Beyond*, Nueva York, Routledge: 37-58.

Sutherland M (2019) Impacto y naturaleza real de las sanciones económicas impuestas a Venezuela. *PROVEA*, publicado el 27 de mayo de 2019, disponible en línea: <https://www.derechos.org.ve/web/wp-content/uploads/SancionesSutherland-1.pdf> (consultado el 29 de octubre de 2020).

United States Government Accountability Office (2021) Venezuela: Additional Tracking Could Aid Treasury's Efforts to Mitigate Any Adverse Impacts U.S. Sanctions Might Have on Humanitarian Assistance. publicado en febrero de 2021, disponible en línea: <https://www.gao.gov/assets/720/712232.pdf>

Weisbrot M, Sachs J (2019) Economic Sanctions as Collective Punishment: The Case of Venezuela. *Center for Economic and Policy Research*, publicado en abril de 2019, disponible en línea: <http://cepr.net/publications/reports/economic-sanctions-as-collective-punishment-the-case-of-venezuela> (consultado el 29 de octubre de 2020).

Da sindemia à saúde planetária: uma visão para as Américas

Ana Flávia Barros-Platiau e Nicole de Paula

Introdução

De acordo com a ONU, a COVID-19 resultará na pior recessão das Américas em um século, causando uma contração de 9,1% no PIB regional em 2020. Isso poderia aumentar o número de pessoas abaixo da linha de pobreza em 45 milhões (até um total de 230 milhões) e o número de pessoas extremamente pobres em 28 milhões (para 96 milhões no total), o que as coloca em risco de insegurança alimentar, entre outros efeitos sobre a saúde. Considerando que o impacto da pandemia expõe as populações latinas a níveis ainda mais elevados de desigualdade e discriminação, como no caso de populações indígenas, tradicionais e outras minorias (ver capítulo de Valejo, Coba e Rodriguez neste volume), seus direitos são cada vez mais ameaçados. Neste contexto de “desencanto democrático”, ideias para promover um desenvolvimento mais justo são urgentes. No entanto, as instituições e o clima político contemporâneo trazem desafios consideráveis para a implementação de políticas focadas na promoção da saúde planetária, que podem ser sintetizados pela atual corrida geopolítica pelas vacinas disponíveis (Ribeiro, 2020; Souza e Guimarães, 2021).

De fato, a pandemia de COVID-19 trouxe novos e complexos desafios para os tomadores de decisão, que são obrigados a adotar políticas em contexto de profundas incertezas científicas. Ela também acelerou tendências globais, como a privatização, fragmentação e a concentração de renda. Esta última foi discutida no Relatório da ONU sob o termo de

“desigualdades” (Harris, 2020). A privatização corresponde ao empoderamento de empresas gigantes, em diversos setores da tecnologia, como inteligência artificial, exploração do espaço e dos fundos marinhos, bioengenharia, e obviamente no setor da saúde. Das mais de 200 vacinas existentes ou em fase de teste, o papel das empresas foi central, e suas interações com autoridades públicas e centros de pesquisa têm sido intensas. Ademais, nos testes clínicos para o reposicionamento de medicamentos, as empresas também têm papel central, inclusive no financiamento de pesquisas e de *lobbies*.

Logo, fica claro o paradoxo político de 2020: a pandemia demonstrou que as políticas públicas são imprescindíveis para a saúde planetária, porém os Estados soberanos atuam em colaboração e confronto com as empresas gigantes. Outrossim, nem todas as empresas e atores do setor privado atuam em prol do bem estar comum. Por isso mesmo, o papel do Estado como provedor de serviços públicos de qualidade é condição *sine qua non* para evitar o agravamento das disparidades sociais. No caso da distribuição das vacinas, por exemplo, ficou claro que os países ricos têm estoques de doses que poderão ser enviados a países mais vulneráveis por meio de mecanismos multilaterais como a Iniciativa COVAX, que é uma solução global, apoiada pela Organização Mundial da Saúde, União Europeia, governo francês e GAVI. A GAVI é uma aliança criada pela Fundação Bill e Melinda Gates, que também tem investido muito na melhoria das condições sanitárias de países como a Índia.

Tratada inicialmente como um problema de saúde pública com foco na sua transmissibilidade, tratamento e vacinas, a pandemia se tornou a maior crise global desde a Grande Depressão (Gopinath, 2020). Acima de tudo, ela é uma crise multifacetada com dimensões sanitárias, políticas, econômicas, ambientais e principalmente sociais. Neste contexto, o presente capítulo foca nas Américas e levanta as seguintes perguntas: como os ODS, *sindemia*, *dark money* e *repurposing* estão ligados? Como tal ligação pode afetar a América Latina em particular e como podemos propor soluções para esta crise de maneira inovadora? Quais as condições de possibilidade da saúde planetária?

Haja vista que os desafios sociais e ambientais condicionam as políticas públicas de saúde coletiva, os países latino-americanos, como outros do Hemisfério Sul, concentram fatores que dificultam o combate à COVID-19. São eles: fome e pobreza, desigualdade social, corrupção, ur-

banização caótica e condições precárias de moradia, saúde, transporte e trabalho. De fato, a vulnerabilidade de pessoas excluídas às zoonoses não é novidade. A novidade é a velocidade de transmissão em escala global, por falha de controle sanitário em primeiro lugar, e pela intensidade dos fluxos de pessoas e bens, o que engendrou o colapso do sistema hospitalar em vários países. Em outros termos, os efeitos da COVID-19 afetam diferentes comunidades e países em função de suas respectivas capacidades de oferecer respostas e serviços de saúde pública à altura destes desafios.

Além disso, são cumulativos com outras doenças não infecciosas ou transmissíveis (DNT), criando um impacto negativo maior do que a soma das duas, que corresponde ao conceito de sindemia (Singer, 2009; Singer *et al*, 2017; Horton, 2020). Posto de outra forma, os determinantes sociais das crises de 2020 e 2021 fazem com que uma resposta puramente médica para a COVID-19 seja limitada, e provavelmente fracasse, pois tratar doenças com remédios sem tratar outras causas precedentes ou condições contextuais não é suficiente.

Entretanto, o PIB de um país também não é adequado para se medir a capacidade de resposta nacional. Em 15 de outubro de 2020, os Estados Unidos contabilizaram cerca de 20% das infecções globais e das mortes por COVID-19, ou seja, estima-se que exista cerca de 40 milhões de infectados e mais de um milhão de óbitos no mundo, sendo que mais de 8 milhões estão nos Estados Unidos, com 219 mil óbitos registrados. Igualmente, Brasília, a capital do Brasil tem a maior renda per capita nacional, e tem demonstrado uma ineficiente capacidade de lidar com as crises de 2020. Pior ainda, o colapso do sistema de saúde em Manaus no início de 2021 e a gestão desastrosa da crise tornaram o Brasil o epicentro mundial da COVID-19 no início de 2021.

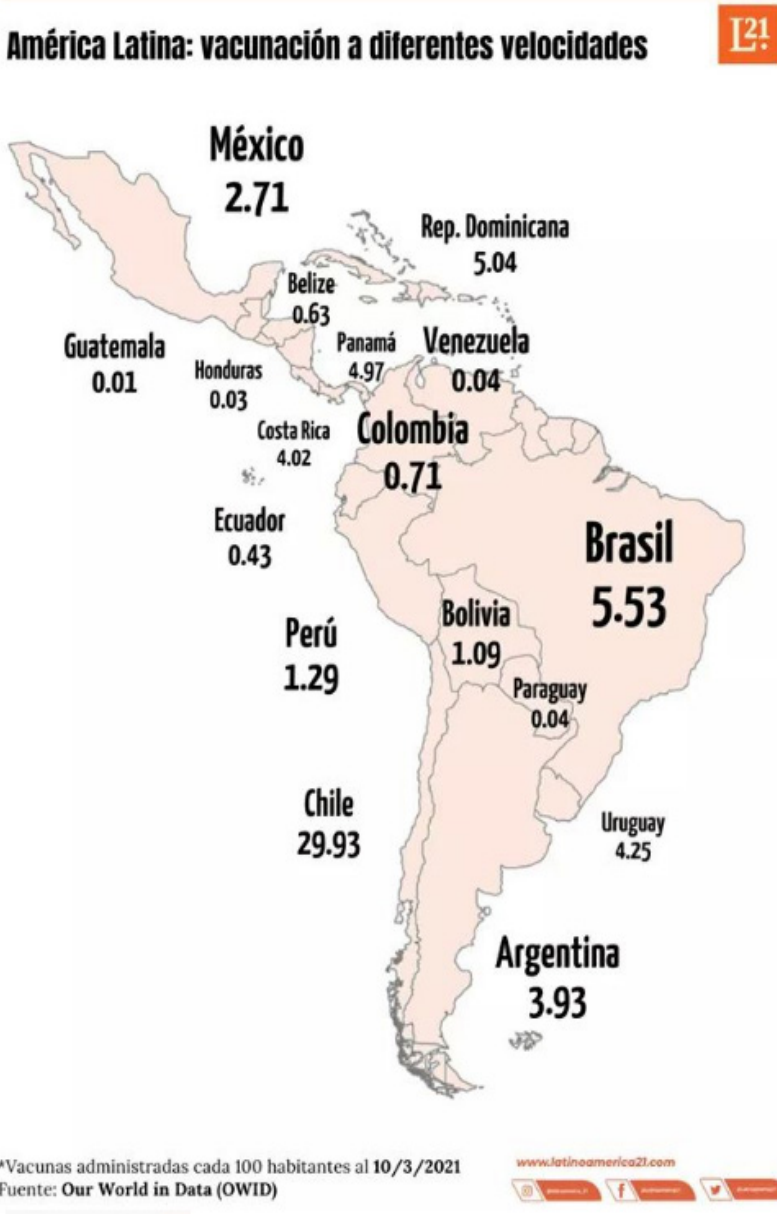
Em geral, outros países latinos tiveram altos e baixos no combate à pandemia, mas o padrão é que as populações mais vulneráveis, especialmente mulheres, são muito mais afetadas do que o resto, deixando claro que o papel do Estado é central neste momento. Finalmente, cada país adotou suas próprias medidas prioritárias de prevenção e tratamento, tendo a Organização Mundial da Saúde (OMS) um papel limitado na cooperação internacional (Davies; Wenham, 2020). No que concerne à vacinação, o padrão de exclusão na América Latina se repete, com baixa proporção da população vacinada, conforme mapa abaixo, com exceção do Chile.

Diversos estudos políticos, por outro lado, se esforçam em comparar democracias consolidadas com regimes mais autoritários ou extremos, para esclarecer eventuais padrões recentes, porém com resultados inconclusivos. No caso das democracias da Argentina, Chile, Nova Zelândia, França, Reino Unido e Alemanha por um lado, tiveram resultados muito díspares. Regimes mais polêmicos, como no caso do Brasil, México e Estados Unidos (no governo Trump), têm sido considerados três casos de fracasso na literatura especializada concernente a 2020. Casos de sucesso, por enquanto, estão relacionados com lideranças femininas, mesmo que este seja apenas um dos fatores do resultado final, como no caso da Nova Zelândia e Alemanha (Rael, 2020).

Por outra perspectiva, Christie *et al* (2020) evocam uma “emergência de saúde global” e exploram como políticas de combate à COVID-19 estão relacionadas com jornalismo, direitos humanos e liberdades civis. Mencionam denúncias de censura ou falta de acesso à informação pública, inclusive por chefes de Estado, em diversos países, como Cuba, Argentina, Bolívia, Venezuela, El Salvador, México, Brasil, Estados Unidos, Nicarágua. Segundo o Relatório, a informação é imprescindível para formação da opinião pública e do conhecimento científico, para que as sociedades sejam informadas, livres e democráticas. Em outros termos, no contexto de fracasso político e técnico, o capital social é importante para a defesa do estado de direito, dos valores, da cooperação internacional e dos bens públicos comuns.

As crises da COVID-19 revelam que as doenças não transmissíveis e outras comorbidades, como câncer, diabetes, hipertensão e obesidade, por exemplo, estão ligadas pelo fato de que pessoas menos saudáveis tendem a demorar mais para se curar, terem sequelas mais graves, e até a sucumbirem mais facilmente ao coronavírus (Horton, 2020). Ou seja, os chamados “grupos de risco” não são apenas pessoas idosas, mas também outros grupos ou comunidades que ainda carecem de maior atenção, como também no caso de populações indígenas e tradicionais, em razão da reação de seus respectivos sistemas imunológicos à exposição a doenças infecciosas novas. Outrossim, novas ondas da pandemia trouxeram novos padrões ainda mal analisados, como a reação às vacinas, a contaminação de jovens e crianças, bem como sua correlação com alimentação e ambiente saudáveis.

Figura 1. Mapa da vacinação contra COVID-19 na América Latina em março de 2021.



Fonte: Latinoamerica21.com. Acesso em 19 de mar. de 2021.

Estas afirmações não são novas. A Agenda 2030 da ONU, lançada em 2015, trouxe justamente os 17 Objetivos de Desenvolvimento Susten-

tável (ODS) com base na constatação global de que o mundo só seria mais saudável e sustentável se a complexidade de diversos desafios fosse considerada de forma mais adequada, do local ao global. O Relatório Guterres (2020) demonstrou que os avanços na implementação da Agenda 2030 foram insuficientes, e que as crises sanitária, econômica e social agravadas pela COVID-19 aumentaram os desafios para o alcance dos ODS.

Um relatório recente aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU.

Logo, a Agenda 2030 e o conceito de sindemia convergem e se auto reforçam, trazendo à baila o papel de atores não-estatais, tanto da sociedade como do mercado.

O elo invisível entre ODS, sindemia, *dark money* e *repurposing*

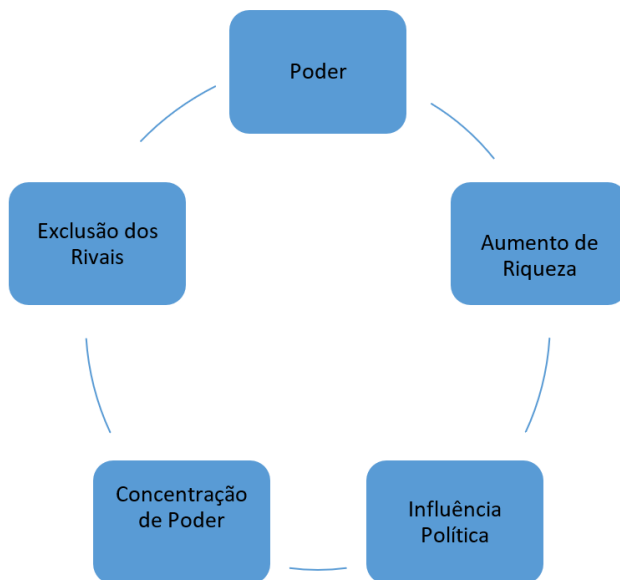
Se por um lado há o reconhecimento global e institucionalizado de desafios, bem como de diferentes iniciativas multilaterais, minilaterais, regionais, como a Aliança GAVI e a Iniciativa COVAX, entre outras, por outro lado há também a inequívoca constatação do fracasso político em razão do despreparo generalizado (Burwell *et al*, 2020) e dos limites de resposta aos desafios globais (OCDE, 2020). Igualmente, a recente concentração de renda a nível global, e o retorno de muitos países ao “mapa da fome” em 2020, inclusive o Brasil, alertam para um futuro próximo muito mais turbulento. Logo, malgrado as iniciativas lançadas em combate à COVID-19 ao redor do mundo, e o fortalecimento do conceito de sindemia, por que tantos problemas persistem e por que os Estados são incapazes de oferecer segurança aos cidadãos?

Não há resposta simples para este tipo de pergunta. Enquanto a maior parte dos analistas tem focado nos atores públicos, escolhemos explorar o setor privado também. O Senador Whitehouse usou o termo *dark money*, também empregado pelo jornal Washington Post para demonstrar como grupos obscuros têm financiado processos políticos e judiciais nos Estados Unidos para limitar poderes de minorias e direitos coletivos, como o direito ao meio ambiente e à saúde. Segundo ele, tais grupos são financiados por poluidores e outros tipos de criminosos,

e por isso mesmo usam “grupos de fachada” para não terem suas identidades reveladas. Mais importante do que os mecanismos de influência nos Estados Unidos, o conceito contribui para uma agenda de pesquisa ainda muito limitada nas Relações Internacionais, relativa a como o setor privado de cada país influencia processos políticos e judiciais, e mais especificamente, como poderia influenciar decisões milionárias no combate à COVID-19, começando pelo uso de drogas já disponíveis no mercado para os tratamentos, o *reposicionamento* (*repurposing*).

Há várias crises e investigações em diferentes países latinos neste momento, mas também na Europa, envolvendo autoridades do mais alto escalão, que fogem ao escopo desta análise. O cerne da questão está representado na figura 2, qual seja, como estruturas de poder podem minar processos decisórios, fragilizar a democracia e dificultar respostas mais efetivas à sindemia atual na América Latina.

Figura 2. O círculo vicioso da concentração de poder, riqueza e influência que conduz à exclusão de grupos plurais e mina a democracia



Fonte: elaboração das autoras.

Entendemos que os grandes grupos de interesse, tanto do setor da saúde como outros ramos empresariais, não ficariam inertes durante os anos de 2020 e de 2021 e em face de tantas oportunidades para conquistarem mais mercado, principalmente no que concerne às decisões de *lockdown* em geral, e à distribuição das vacinas em particular. Um dos casos mais centrais é relativo aos protocolos de tratamento para a COVID-19. Várias opções de drogas já existentes foram testadas (*repurposing*), sem que haja consenso sobre quais seriam as mais eficazes e sem que a comunidade científica tenha conseguido efetivamente engajar um diálogo com as autoridades políticas. A polêmica no Brasil em torno da hidroxicloroquina, como o anúncio do uso de outras opções como Azitromicina, Remdesevir, Anita, Ivermectina, como de terapias combinando várias drogas, demonstra a efetiva politização da agenda de saúde coletiva. Certamente os interesses do setor privado ajudam a explicar, em ampla medida, o teor das decisões tomadas na América Latina, de forma geral²⁶⁷.

Em suma, este capítulo incentiva futuras pesquisas sobre processos decisórios, para saber em que medida o setor privado influenciou decisões políticas, da cooperação internacional, passando pelo teste de medicamentos, pela publicação de estudos²⁶⁸ e até a produção de imunizantes. Por enquanto, só é possível afirmar que a influência do setor privado existe, que seja clara ou obscura, legal ou ilegal, e que contribuiu para a adoção (ou não) de políticas de saúde coletiva nas Américas e de venda/distribuição de vacinas.

Como a América Latina é afetada?

Um dos principais pontos, é que as DNT e comorbidades mencionadas acima estão aumentando em países de renda média de forma ace-

²⁶⁷ A OMS publicou estudo sobre quatro drogas em teste, uma semana depois que a empresa Gilead publicou seu próprio estudo sobre o Remdesevir, por exemplo. Ver: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.10.15.20209817v1.full.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

²⁶⁸ Ver a polêmica em relação ao The Lancet, por exemplo, com uso de big data e financiamento de empresas interessadas. Ver: < <https://www.sciencemag.org/news/2020/09/COVID-19-data-scandal-prompts-tweaks-elite-journal-s-review-process>>. Acesso em 15 de mar. de 2021.

lerada (Tasca e Campos, 2020). Ou seja, os países em desenvolvimento, por suas características específicas de concentração, enfrentam o duplo desafio de lidar com acidentes e doenças agravadas pela fome e a pobreza, e de doenças e comorbidades (Ventura, Bukhman e Mocumbi, 2020).

Países de renda média, na sua maioria, precisam ser apreendidos com base na sua imensa complexidade. Importa questionar por que há tão poucos estudos sobre os continentes centro e sul-americano, africano e asiático que são levados em consideração nos debates multilaterais sobre a COVID-19? A centralidade dos centros de pesquisa do Norte é suficiente para explicar a sindemia? Quais tratamentos estão tendo sucesso na Índia, por exemplo, mas também China, Tailândia e outros grandes produtores de insumos farmacêuticos? Por que o pleito liderado pela Índia na Organização Mundial do Comércio (OMC) para a licença compulsória das patentes não uniu os países em desenvolvimento²⁶⁹? Paradoxalmente, apesar de sofrerem os maiores impactos causados pela COVID-19, os países em desenvolvimento cooperaram pouco, tanto no âmbito da ONU como no escopo regional.

No caso da América Latina, três impactos da crise da pandemia são mais relevantes. Primeiro, a região se mostrou, de forma geral, extremamente mal preparada para combater a pandemia, notadamente Brasil, Peru e Equador. Além da agenda social, ressalta-se a falta de competência política para organizar respostas coordenadas com vizinhos, apesar dos esforços da OPAS²⁷⁰, e também com atores subnacionais, como governadores e prefeitos.

Segundo, como os níveis de corrupção e violência são tradicionalmente altos na região, as crises de 2020 e 2021 dificultaram a resposta a vários outros desafios, como a gestão de leitos e pessoal nos hospitais, da população carcerária e a distribuição de oxigênio e vacinas. Por isso, processos similares ao *dark money* nos EUA precisam ser identificados. Ou seja, como os processos nos EUA podem afetar outros países das Américas e como os próprios países têm processos ilegais de *lobby* que afetaram as respostas políticas às atuais crises? O que a agenda de pesquisa em Relações Internacionais trata normalmente como “ilícitos transnacionais”,

²⁶⁹ <https://www.wto.org/english/news_e/news21_e/dgno_09mar21_e.htm>. Acesso em 15 de mar. de 2021.

²⁷⁰ <<https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus>>. Acesso em 18 mar. de 2021.

como o tráfico de pessoas e drogas, pode estar também diretamente ligado a processos como desmatamento florestal e mineração ilegal, que deterioram a qualidade ambiental de populações e comunidades tradicionais.

Terceiro, à luz da sindemia, os desafios das agendas de desenvolvimento sustentável, principalmente a desigualdade social, as injustiças, a mudança global do clima, os crimes ambientais, entre tantos outros, demonstram que as Américas estão ainda mais conectadas pelos fracassos generalizados em 2020 e 2021.

Segundo Horton (2020), no caso dos Estados Unidos, a abordagem mais integrativa é necessária para trazer esperança nacional. Porém, tal abordagem deveria ser pensada para outros países latinos também. Certo é que a gestão de Biden e Harris representa uma nova estratégia no combate à pandemia em 2021, trazendo esperança de fortes mudanças na política do maior *player global* do Planeta. Entretanto, a assimetria entre os EUA e os outros países da região é um imenso desafio de geopolítica da saúde, haja vista que durante 2020 cada país usou seu poder político (e até militar no caso dos EUA) na competição global pelo acesso a respiradores, insumos médicos e outros equipamentos.

Saúde planetária: a bússola do novo multilateralismo

À luz dos desafios acima descritos, é central entender como novos mecanismos multilaterais podem guiar a cooperação internacional na época de um multilateralismo disfuncional e de um nacionalismo exacerbado. A pandemia atual deixa claro a importância de conectar saúde humana, estabilidade político-econômica e proteção ambiental. Por exemplo, com a queda drástica da biodiversidade global e desrespeito às regras de tráfico de animais selvagens, as chances da ocorrência de zoonoses²⁷¹, como a COVID-19, aumentam. A cada 10 novas doenças, seis são consideradas zoonoses. Doenças infecciosas contam somente uma parte da história sobre o impacto negativo da destruição ambiental para a saúde humana. Na realidade, diversos outros temas conectados ao meio

²⁷¹ Doenças que podem ser transmitidas aos seres humanos pelos animais. Para as DCNT, vetores analisados por Tasca e Campos (2020) são: álcool, agrotóxicos, alimentos ultra processados e tabaco.

ambiente, aparentemente desconectados da área de saúde pública, merecem ser tratados de maneira holística. Mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição e exploração insustentável do oceano, e qualidade dos solos ilustram os principais deles (Strassburg *et al*, 2020). Ademais, o derretimento das calotas polares trará novos microrganismos para perto da humanidade.

Com o objetivo de melhor integrar soluções para a reconstrução das nossas sociedades no durante e pós-COVID-19, discutiremos o conceito de saúde planetária. A saúde planetária é um campo científico em crescimento e um movimento social (Horton, 2014). O termo ganhou força quando a Comissão de Saúde Planetária da Rockefeller Foundation-Lancet publicou o relatório marcante “Salvaguardando a Saúde Humana na Era do Antropoceno”. Em termos simples, esta comissão define a saúde planetária como “a saúde da civilização humana e o estado dos sistemas naturais dos quais depende” (Whitmee *et al.*, 2015).

Essencial para a saúde planetária é a crença de que o ser humano só pode ser saudável se realizar suas atividades dentro dos limites físicos que garantem a saúde dos nossos ecossistemas, considerados os pilares da vida humana neste planeta (Steffen *et al.*, 2018).

Destacamos a importância deste conceito especialmente na América Latina, uma região com dificuldades notáveis durante a pandemia. Nota-se que durante a profunda crise econômica e social desencadeada pela pandemia SARS-CoV-2, alguns países tomaram um rumo equivocado e preconizaram erroneamente a expansão ou reativação de atividades contrárias à agenda de sustentabilidade. Isto ocorre porque muitos líderes, não somente na América Latina, escolheram a «reativação econômica» com uma visão claramente de curto prazo e colocando em perigo as gerações futuras e as populações mais vulneráveis. Exemplos disso incluem: o declínio nas regulamentações de proteção ambiental para indústrias poluentes na China; a permissividade com que ocorre o desmatamento em florestas tropicais, como a Amazônia, e as queimadas ilegais no Brasil; o aumento da caça ilegal; e a priorização de atividades produtivas altamente prejudiciais ao meio ambiente, como a mineração de petróleo *offshore*, como no caso do Ártico.

Especificamente na América Latina, a crise gerada pela COVID-19 exacerbou as desigualdades historicamente presentes na região. Estima-se que 231 milhões de pessoas na América Latina estarão vivendo na pobre-

za até o fim de 2020, de acordo com níveis vistos em 2015 (Lancet, 2020).

Por outro lado, deve-se notar que a crise também originou iniciativas que favorecem alternativas através de redes e grupos para a construção de uma proposta econômica, social e ecologicamente justa. As iniciativas existentes baseadas em processos locais, horizontais e comunitários devem ser fortalecidas (por exemplo, cooperativas de pequenos produtores, redes de trocas, projetos de soberania alimentar, hortas urbanas, comunidades de pesca reforçadas). As anteriores, numa lógica de relação com o planeta não como recurso econômico ou espaço de saque e depósito de resíduos, mas como ecossistema a que pertencemos como espécie humana e que convivemos com outras espécies. Os empreendimentos e alternativas devem ser autossustentáveis no longo prazo. A construção e apropriação do conhecimento, a formação política e o uso de redes e ativismo digital para a sua divulgação são fundamentais. Vale lembrar que o foco na pandemia pela mídia tem sido usado para dismantelar legislações ambientais, aprovar projetos extrativistas (Colômbia) ou intensificar o desmatamento (Brasil), mesmo em áreas protegidas (Costa Rica). Destaca-se a violência contra as lideranças locais (Guatemala e Colômbia), o que torna urgente a adoção de instrumentos legais regionais para sua proteção. O caso da Venezuela é bem mais antigo e complexo, e engendrou um fluxo de mais de 3,7 milhões de pessoas para países vizinhos, principalmente Colômbia²⁷², o que extrapola o escopo desta análise.

Nesse sentido, alternativas que sejam mais estratégicas são urgentes. Por exemplo, o debate em torno de uma ‘descarbonização’ e ‘reativação verde’ é essencial em alguns países como solução para a proteção da natureza como um modelo mais sustentável e justo. Além disso, os debates sobre igualdade de gênero ganharam espaço. Por exemplo, as mulheres nos países em desenvolvimento são mais vulneráveis às desigualdades relacionadas às origens sociais e culturais patriarcais, às lutas socioeconômicas e à liderança negligente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, de acordo com a ONU.

Essa luta geralmente vem de sua exclusão da tomada de decisão em todos os níveis, perpetuando um ciclo de dependência. Dois problemas

²⁷² <[https://www.unhcr.org/refugee-statistics/#:~:text=An%20estimated%2030%20%E2%80%93%2034%20million,age%20\(end%2D2019\).&text=Developing%20countries%20host%2086%20per,per%20cent%20of%20the%20total](https://www.unhcr.org/refugee-statistics/#:~:text=An%20estimated%2030%20%E2%80%93%2034%20million,age%20(end%2D2019).&text=Developing%20countries%20host%2086%20per,per%20cent%20of%20the%20total)>. Acesso em 15 mar. de 2021.

sistêmicos diretamente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável merecem ser abordados: i) a sub-representação das mulheres na liderança em questões de saúde planetária ii) e a prevalência de empresas que ignoram as externalidades que causam perigosas degradações ambientais. Ambas as questões prejudicam o desenvolvimento fundamental e o progresso da saúde humana alcançado nas décadas anteriores, com um impacto desproporcional para mulheres (de Paula e Willets, 2021).

Recriando um mundo pós-COVID-19: a diplomacia da saúde planetária

O mundo pós-2020 requer mudanças radicais na forma como entendemos o progresso e cooperamos nos níveis nacionais e globais. É preciso redefinir e recriar a função das organizações que orquestram o presente multilateralismo, notadamente no sistema ONU. Enquanto o mundo luta contra a sindemia, devemos aproveitar este momento para desenvolver um plano melhor para nosso futuro coletivo. O 75º aniversário das Nações Unidas foi uma oportunidade simbólica para fazer um balanço do compromisso dos líderes globais com a paz mundial, os direitos humanos, a proteção do clima e da biodiversidade, bem como uma recuperação saudável e justa.

Com a pandemia ainda ganhando força, uma abordagem holística pode transformar esta crise em uma oportunidade de liberar os benefícios de uma economia de baixo carbono para o benefício das pessoas e do planeta (Fotiou; de Paula, 2020). Logo, é imperativo melhorar nossa compreensão e comunicação sobre onexo entre a pandemia de 2020 e suas causas ambientais, culturais, sociais e financeiras (Dobson *et al*, 2020). **✚** Pesquisas no campo da saúde planetária têm destacado a necessidade urgente de reconhecer os impactos sobre a saúde humana das perigosas transformações ambientais que caracterizam o Antropoceno.

O *Global Biodiversity Outlook* (2020) mostra que apesar de alguns progressos recentes, os governos precisam aumentar suas ambições nacionais para garantir que os recursos necessários sejam mobilizados para criar um ambiente favorável mais forte para a proteção da vida no Planeta. As instituições multilaterais, como a Organização Mundial da Saúde,

sofrem as piores consequências das atuais lutas geopolíticas de poder às custas da saúde das populações mais vulneráveis no Sul Global.²⁷³ A pandemia também está diretamente conectada com a agenda multilateral de direitos humanos, e precisa ser reconhecida como uma ameaça para todos, que conduza ao fortalecimento da OMS e no futuro, à criação de um Conselho Global de Ameaças à Saúde (Viegas, Ventura e Silva, 2021).

Na era de COVID-19, os líderes mundiais deveriam lutar cada vez mais para buscar a implementação bem-sucedida dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS). Com apenas 10 anos para atingir os ODS, a pandemia estagnou - e em muitos casos anulou - qualquer progresso feito até agora. À luz deste desenvolvimento, o Secretário-Geral da ONU António Guterres alertou que existe um “excedente de desafios multilaterais e um déficit de soluções multilaterais”.²⁷⁴ Portanto, é urgente fortalecer o multilateralismo, a cooperação internacional e as parcerias globais. As disputas nacionalistas em torno das vacinas, por outro lado, ameaçam destruir os esforços para garantir uma transição justa para um mundo pós-Covid (Weintraub *et al.*, 2020).

Dada a dissonância entre a necessidade urgente de ação multilateral para a saúde planetária e a liderança míope dos principais líderes mundiais, o escopo da pesquisa em saúde planetária deve ser ampliado. Até agora, os estudos de saúde planetária têm privilegiado as ciências naturais para se tornarem mais impactantes. No entanto, as percepções obtidas por meio deste trabalho merecem ser traduzidas em políticas viáveis para os tomadores de decisão.

É hora de impulsionar uma área negligenciada: a diplomacia da saúde planetária (de Paula, 2021). No nível multilateral, as principais áreas para começar incluem a medição do progresso além do PIB, ampliando a compreensão da segurança para incluir a saúde planetária e reformando as organizações internacionais para garantir a proteção de uma ordem internacional baseada no direito internacional público. Esses temas não são novos, mas os esforços para abordá-los ocorreram em silos e carecem de uma abordagem verdadeiramente holística.

²⁷³ United Nations. “World Leaders Adopt Declaration Promising Safer, More Resilient World for Future Generations, as General Assembly Marks United Nations Seventy-Fifth Anniversary”. GA/12267. Plenary Meetings Coverage. 21 September 2020.

²⁷⁴ *Earth Negotiations Bulletin* (ENB). Volume 03 Number 09; Thursday, 24 September 2020 <<https://enb.iisd.org/download/pdf/enb0309e.pdf>>. Acesso em 5 Out. 2020.

A saúde planetária é uma abordagem integradora que pode trazer mais coerência aos organismos multilaterais e às políticas externas dos países. Ela oferece uma mudança nos horizontes da cooperação internacional e poderia evitar a polarização política atual. Mais importante ainda, ele aborda as causas básicas dos principais desafios deste século (de Paula; Mar, 2020). Aplicar uma lente de saúde planetária às negociações internacionais poderia aumentar as sinergias em várias agendas fragmentadas, notadamente relacionadas à saúde, clima, meio ambiente, direitos humanos e segurança.

Os estudiosos das Relações Internacionais estão sub-representados na comunidade de saúde planetária. A ausência de cientistas políticos, advogados, especialistas em política externa, diplomatas e funcionários públicos comprometidos com a tradução do conhecimento da saúde planetária em ações eficazes têm um alto custo. As decisões políticas estão sendo reformuladas no contexto do planejamento de recuperação da pandemia em evolução e as estratégias para promover a saúde planetária que não levam em conta as mudanças tectônicas em desenvolvimento no poder global estão condenadas ao fracasso. Com apenas uma década restante para mudar de marcha e um longo caminho pela frente, não temos tempo a perder (IPCC, 2018; Sachs *et al*, 2020).

Conclusão

O bem-estar e segurança de todos passa inexoravelmente pela promoção do conceito de saúde planetária. Além de favorecer a implementação dos ODS, este conceito permite uma visão de desenvolvimento inclusiva e de longo prazo. Questões sociais, como moradia e educação, são centrais para que as crises de 2020 sejam efetivamente enfrentadas. Questões também tratadas na Agenda 2030, colocando as pessoas em primeiro lugar, com a qualidade ambiental, são centrais para a América Latina.

Entretanto, há vários atores em interação que tornam a missão extremamente árdua. Partindo do elo invisível entre ODS, sindemia, *dark money* e *repurposing*, o presente capítulo almejou redefinir os desafios para a América Latina e incentivar futuras pesquisas sobre as interações entre os setores públicos e privados nos processos decisórios, sem olvidar dos

criminosos.

O círculo vicioso envolvendo concentração de renda e poder acaba excluindo populações mais vulneráveis e travando o processo decisório em favor da cooperação nacional e internacional. Acreditamos que este fenômeno seja uma pista de reflexão para o enfrentamento dos desafios políticos da América Latina. Portanto, é preciso investir em agendas de pesquisa interdisciplinares pautadas pela noção de diplomacia da saúde planetária, que lancem luz sobre os nexos entre diferentes agendas e permitam a aumento do capital social da região. Em outros termos, os processos decisórios não são técnicos e neutros, sempre baseados na ciência e na justiça social.

O mundo precisa de um novo horizonte e a narrativa da saúde planetária é uma visão poderosa. Este texto busca levantar a voz da comunidade de saúde planetária tanto na esfera científica quanto na esfera política, convocando um Plano de Ação Diplomática para a Saúde Planetária (de Paula, 2021). O sucesso desse plano dependerá de parcerias eficazes entre governos, cientistas e sociedade civil. Em suma, salvar o multilateralismo significa salvar vidas. Como Henry Kissinger escreveu uma vez, a diplomacia é a arte de restringir o poder. Em tempos de sentimentos populistas galopantes e de erosão da confiança em algumas tradicionais democracias ocidentais, esse plano de ação seria uma peça promissora no quebra-cabeça da saúde planetária.

Referências

Bukhman G, Mocumbi A (2020) The *Lancet* NCDI Poverty Commission: bridging a gap in universal health coverage for the poorest billion. *The Lancet*. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31907-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31907-3).

Bukhman G, Mocumbi A (2021) Universal health coverage for the poorest billion: justice and equity considerations – Authors’ reply. *The Lancet*. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32389-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32389-8).

Burwell S, Fragos F *et al* (2020) Improving Pandemic Preparedness. Lessons From COVID-19. Independent Task Force Report 78. Disponível em: <<https://www.cfr.org/report/pandemic-preparedness-lessons-COVID-19/>>.

Buss P, Tober S (orgs.) (2017) *Diplomacia em Saúde e Saúde Global perspectivas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Christie C, Lanza E, Camilleri M (2020) COVID-19 and freedom of expression in the Americas. *The dialogue. Leadership for the Americas Report*. Canada.

Davies S, Wenham C (2020) Why the COVID-19 response needs International Relations. *International Affairs*, 96(5): 1227–1251.

De Paula N, Mar K A (2020) Moving as One. Integrating the Health and Climate Agendas for Planetary Health in a Post-Pandemic World. *IASS Policy Brief*, 2/2020.

De Paula N (2021) Planetary health diplomacy: a call to action. *The Lancet Planetary Health*, 5(1): 8-9.

De Paula N, Willets L (2021) COVID-19 and Planetary Health: How a Pandemic Could Pave the Way for a Green Recovery. *International Institute for Sustainable Development (IISD)*. Disponível em: <https://www.iisd.org/articles/COVID-19-and-planetary-health-how-pandemic-could-pave-way-green-recovery>.

Di Giulio G, Jacobi J *et al.* (2020) Las interacciones entre ciencia, política y comunicación en contextos de crisis. *Revista Ambiente & Sociedade*, 23: 2-9.

Dobson A, Pimm S *et al.* (2020) Ecology and economics for pandemic prevention. *Science*, 369(6502): 379-381.

Fotiou S, de Paula N (2020) Towards A Post-COVID19 New Development Paradigm: The Planetary Health Solution. *UNESCAP*. Disponível em: <<https://www.unescap.org/blog/towards-post-covid19>>.

Gopinath G (2020) “The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression.” Fundo Monetario Internacional. Available at: <https://blogs.imf.org/2020/04/14/the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression/>

Guterres A (2020) Sustainable Development Goals Report. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/>>.

Harris E (2020) *Shaping the Trends of Our Time. For the UN 75th Anniversary*. The United Nations Economist Network. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/publications/wp-content/uploads/sites/10/2020/09/20-124-UNEN-75Report-2-1.pdf>>.

Horton R *et al.* (2014) From public to planetary health: a manifesto. *The Lancet*, 383(9920): 847.

Horton R (2020) Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*. 396, September 26.

IPCC (2018) Summary for Policymakers. In: *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty* [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock,

M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)). World Meteorological Organization, Geneva, Switzerland, 32.

The Lancet (editorial) (2020) COVID-19 in Latin America: a humanitarian crisis. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32328-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32328-X).

OCDE (2019) *Coopération pour le développement 2019 : Un avenir plus juste, plus vert et plus sûr*. Paris : Éditions OCDE.

Rael R (2020) Mulheres Líderes da Europa no combate à pandemia de COVID-19. Revista Mundorama, 14/07/2020. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=27365>.

Ribeiro H, Ventura D (2019) Health Diplomacy and Global Health: Latin American perspectives. *Revista de Saúde Pública*, 53(37), Epub. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000936>

Ribeiro W C (2020) “COVID-19: geopolítica da vacina”. In W C Ribeiro (Org.) *COVID-19: passado, presente e futuro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 33-49.

Sachs J, Schmidt-Traub G et al. (2020) *The Sustainable Development Goals and COVID-19*.

Sustainable Development Report 2020. Cambridge: Cambridge University Press.

Singer M (2009) Introduction to syndemics: a critical systems approach to public and community health. San Francisco: Wiley & Sons.

Souza J G, Guimarães R (2021) Pandemia de COVID-19: uma análise geopolítica. *Saúde e Sociedade* (online), 30: e200649.

Steffen W et al. (2018) Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115(33): 8252. Doi: [10.1073/pnas.1810141115](https://doi.org/10.1073/pnas.1810141115).

Strassburg B et al. (2020) Global priority areas for ecosystem restoration. *Nature*. 586: 724–729. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41586-020-2784-9>>.

Tasca T, Campos R (2020) Reinventando a roda? A harmonização entre os ODS e os documentos da ONU para fatores de risco de doenças não transmissíveis. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies* 21, setembro. <https://doi.org/10.20889/M47e21013>.

United Nations. Secretariat of the Convention on Biological Diversity (2020) *Global Biodiversity Outlook 5 – Summary for Policy Makers*. Montréal.

Vaughan A (2021) How our abuse of nature makes pandemics like COVID-19 more likely. *New Scientist*, 31 March. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/mg24933240-800-how-our-abuse-of-nature-makes-pandemics-like-COVID-19-more-likely/#ixzz6pa2IMyF2>

Ventura D, Ribeiro H et al. (2020) Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00040620>

Viegas L, Ventura D, Silva M (2021) The proposal of an international convention on response to pandemics: In defence of a human rights treaty for the field of global health. *Scielo Preprints - Health Sciences Section*. DOI: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2603>>.

Weintraub R, Bitton A, Rosenberg M (2020) The Danger of Vaccine Nationalism. *Harvard Business Review*, May 22, 2020. Disponível em: <https://hbr.org/2020/05/the-danger-of-vaccine-nationalism>.

Whitmee S et al. (2015) Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health. *The Lancet*, 386(10007): 1973–2028. DOI: 10.1016/S0140-6736(15)60901-1.

Nota sobre os autores

Ana Flávia Barros-Platiau é diretora do Brasilia Research Centre da Rede científica Earth System Governance. É professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio pós-doutoral no Centre d'Études et de Recherches Internationales et Communautaires (CERIC) da Universidade de Aix-Marseille (AMU) em 2014 e doutorado na Universidade Panthéon-Sorbonne. Sua agenda de pesquisa engloba governança da sustentabilidade, complexidade e riscos globais.

Caroline B. O. Aguiar é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pesquisadora do grupo “Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas” (CPDA-UFRRJ). Foi bolsista da FAPERJ, pesquisando a cobertura internacional do impeachment de Dilma Rousseff. Atualmente, está interessada nos impactos socio-ambientais da mineração e economia política internacional. É integrante do Projeto Fórum de Justiça.

Daniel de Souza Sales Borges é graduado em história, mestre em ciências sociais e atualmente cursa doutorado em história na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É também pesquisador do Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO).

Daniel Macedo L. V. Monteiro é mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO) e do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). Tem participado em atividades de pesquisa com ênfase nos seguintes temas: questão indígena, agronegócio, educação empresarial, educação do campo, fronteira agrícola e análise política de discursos.

Estevão Bosco é um teórico social crítico, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi pesquisador de pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade de Sussex e na UNICAMP. Atualmente, é professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO, Brasil), pesquisador na Universidade de São Paulo, no Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais (FLACSO, Brasil) e coordenador da Rede SARS-CoV-2, Poder e Sociedade (RedSars2). Publica sobre os fundamentos filosóficos das ciências sociais, cosmopolitismo, pós-colonialismo, etnocentrismo e o Antropoceno.

Fabrizio Antônio Antunes Soares é doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com estágio doutoral na Universidade Livre de Berlim. É pesquisador associado do Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil), professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Seu trabalho está voltado para história dos conceitos e intelectual, teoria e história da historiografia e história e literatura. É líder de Grupo no História Intelectual e História dos conceitos (CNPq) e coordenador do GT ANPUH-RS: História Intelectual e História dos Conceitos.

Frédéric Vandenberghe é professor de sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também dirige o (co-)Laboratório de Teoria Social (Sociofilo). Publicou amplamente sobre história das ideias e vários temas da teoria social em inglês, francês e português. Recentemente, publicou, com Alain Caillé, “Por uma nova sociologia clássica”, livro que reúne teoria social, filosofia moral e os *studies* (Vozes, 2021).

Gonzalo Gutiérrez Nicola es Licenciado en Ciencias Antropológicas por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FHCE) de la Universidad de la República (Udelar) en Uruguay. Maestrando en Antro-

pología de la Cuenca del Plata (FHCE-Udelar). Investigador asociado del Centro Latinoamericano de Ecología Social (CLAES).

Ivette Vallejo es antropóloga, doctora en Ciencias Sociales (Universidad de Brasilia) y Master en Antropología Social (CIESAS México D.F). Es profesora-investigadora del Departamento de Desarrollo, Ambiente y Territorio y actual coordinadora del departamento de Desarrollo Territorial, de la Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales (FLACSO/Ecuador).

Jaime Aragón Falomir es profesor-investigador en la Facultad Roger Toumson en la Universidad de las Antillas, polo Guadeloupe, Francia. Es doctor en ciencia política por la Sorbona (IHEAL, Paris); postdoctorado por la Universidad Nacional de Rosario (CONICET, Argentina) y miembro del Sistema Nacional de Investigadores (CONACYT, México). Coordinó un trabajo comparativo financiado por la Agencia Francesa para el Desarrollo (AFD). Publica sobre política latinoamericana, desigualdades, élites, redes políticas, tráfico ilegal en el Caribe e impacto de la COVID-19.

Jean-François Véran é professor de Antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e, desde 2010, atua como Conselheiro dos Médicos Sem Fronteiras. Realizou pesquisa operacional sobre violência, violência sexual, migração e epidemias na América Central e do Sul e em África.

Jorge O. Romano é mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília, doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ (Brasil), professor do CPDA/UFRRJ e coordenador do Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO). Tem participado em atividades de pesquisa, assessoria e consultoria a organizações da sociedade civil e agencias de cooperação internacional em áreas de desenvolvimento rural, políticas públicas, governança democrática, lutas por direitos, pobreza e análise política de discursos.

Juanita Cuéllar Benavides é doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO). Possui graduação em Ciência Política pela Universidad Nacional de Colombia e mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. Atualmente, é professora substituta da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Sociologia rural e Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: reforma agrária e política latino-americana

Larissa Rodrigues Ferreira é graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Pesquisadora Voluntária do Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO). Tem participado de atividades de pesquisa de análise política de discursos de atores políticos na esfera nacional e internacional.

Laura Valladares es Profesora-Investigadora y actualmente es Jefa del Departamento de Antropología de la Universidad Autónoma Metropolitana (UAM). Sus temas de investigación se centran en tres grandes áreas: movimientos y organizaciones indígenas en México, derechos colectivos de los pueblos indígenas y políticas multiculturales y postmulticulturales puestas en marcha en el país desde los años noventa del siglo pasado hasta la actualidad, desde la perspectiva de la Antropología Jurídica.

Lidiane Soares Rodrigues é docente da Universidade Federal de São Carlos, onde lidera o grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa “Metamorfoses do Simbólico no Brasil Contemporâneo”. É doutora em História e pós doutora em Sociologia, pela Universidade de São Paulo e pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. É membro do grupo de trabalho em História da Sociologia da ISA (Research Committee on the History of Sociology / International Sociological Association). É autora de História e sociologia: capítulos de um diálogo em longa duração (Curitiba: Intersaberes, 2020).

Lisset Coba Mejía es antropóloga, doctora en Ciencias Sociales (FLACSO/Ecuador) y profesora-investigadora del Departamento de Sociología y Estudios de Género de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Ecuador).

Liza Uema é doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ) e servidora pública federal da carreira de Analista Técnica de Políticas Sociais no Ministério da Cidadania. Desde 2005, atua na área de políticas públicas sociais nas temáticas de igualdade de gênero, inclusão produtiva, segurança alimentar e acesso à água.

Luana Josephino de Melo é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), na linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades. É graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e integrante do grupo de pesquisa Ensino de História, memória e culturas (CNPq/UDESC). Bolsista CAPES.

Marcelo Rossal es doctor en Antropología por la Universidad de la República, docente en régimen de dedicación total en dicha institución, integrante del Sistema Nacional de Investigadores de Uruguay y autor de diversas publicaciones sobre violencia estatal, pobreza urbana, juventudes y políticas de drogas.

Marcelo Santos é doutor em Ciências da Comunicação e mestre em Semiótica. Atualmente, é investigador do Centro de Investigación en Comunicación, Literatura y Observación Social (CICLOS) da Faculdade de Comunicação e Letras da Universidade Diego Portales (Chile), onde também exerce docência em nível de graduação e pós-graduação. Também é investigador do *Instituto Milenio Fundamentos de los Datos*, onde coordena o Laboratório Multimodal do Projeto Telar. Suas linhas de pesquisa se

situam no cruzamento entre tecnologias de informação e comunicação e democracia.

María Noel Curbelo Otegui es doctoranda en Antropología por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FHCE) de la Universidad de la República (Udelar) en Uruguay. Magister en Ciencias Humanas opción Antropología de la Cuenca del Plata (FHCE-Udelar) y Licenciada en Ciencias Antropológicas por la misma institución.

Marisol Rodríguez Pérez es candidata a doctora en Sociología y Magister en Antropología por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Ecuador), antropóloga por la Pontificia Universidad Católica del Ecuador.

Nicole de Paula é doutora em Relações Internacionais pela Sciences-Po Paris. É fundadora da Woman Leaders for Planetary Health. Atualmente, trabalha na Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) da ONU. Em 2019, tornou-se a primeira ganhadora do prestigioso prêmio Klaus Töpfer Sustainability Fellow no Institute for Advanced Sustainability Studies (IASS) em Potsdam, Alemanha. Desde 2005, conecta globalmente formuladores de políticas e pesquisadores para entender questões relacionadas à sustentabilidade, meio ambiente, saúde pública e equidade.

Oscar Jaramillo Castro é jornalista pela Universidade Diego Portales (Chile) e doutor em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid (Espanha). Atualmente, é Professor Associado da Escola de Jornalismo da Universidade Finis Terrae (Chile) e desenvolve o projeto de pesquisa *Garantías frente a la desinformación em procesos electorales*, financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação da Espanha. Atua na área de Análise de Redes Sociais (ARS) e ciber-ética.

Pâmella Silvestre de Assumpção é graduanda em Relações Interna-

cionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pesquisadora Voluntária do Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO) e estudante de Tecnologia em Comércio Exterior pela UNOPAR. Tem participado de atividades de pesquisa de análise política de discursos no âmbito nacional e internacional.

Rebecca Igreja é antropóloga, professora do Departamento de Estudos Latino-Americanos do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e pós-doutora no CADIS/ EHESS/ França e INCT-INEAC, da UFF/Brasil. Foi professora efetiva da Universidade de Harvard, em Cambridge, EUA entre 2010-2011. É membro do Conselho Superior Internacional da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), pesquisadora fundadora do Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, programa FLACSO/Brasil. Seus estudos concentram-se na discussão sobre categorias sociais, étnicas e raciais, discriminação e racismo, direitos coletivos no âmbito das políticas públicas; autoritarismos políticos e extrema-direita e direitos; acesso à justiça e reformas judiciais. Possui experiência com pesquisas no Brasil, México, França, Argélia e Estados Unidos.

Thaís Ponciano Bittencourt é geógrafa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ. Como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO) e servidora pública com atuação na Fundação Nacional do Índio (FUNAI Sede, Brasília-DF), desenvolve pesquisas e atividades nas áreas de desenvolvimento rural, políticas públicas, governança democrática, articulação interinstitucional, sustentabilidade e análise política de discursos.

Thomas Posado es doctor en ciencias políticas en la Universidad Paris-8, investigador en CRESPPA-CSU y miembro post-doctrante de la Casa de Velázquez. Es el co-autor de una historia de la Revolución cubana (Révo-

lutions à Cuba, de 1868 à nos jours, Syllepse, 2020, con Jean-Baptiste Thomas) y el co-director de un balance de los gobiernos progresistas en América Latina (Gouvernements progressistes en Amérique latine (1998-2018). La fin d'un âge d'or, PUR, 2021, con Franck Gaudichaud). Publicó artículos en Cahiers des Amériques latines, IdeAs, Nuevo Mundo.

Verónica Rocamora é doutora em Comunicação Social pela Universidade Complutense de Madrid (Espanha). Atualmente, é professora assistente na Escola de Jornalismo da Universidade de Santiago do Chile (USACH), diretora do mestrado em Ciências da Comunicação na mesma universidade e diretora adjunta do projeto *Aces e Usos de Informação sobre COVID-19* no Chile (www.eiscovid.cl). Suas linhas de pesquisa estão centradas no âmbito da comunicação e saúde, comunicação pública da ciência e tecnologia, e comunicação entre expertos e cidadania.

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, Brasil

Saete Valesan Camba
Diretora

Coleção Estudos Globais

Biblioteca Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais – FLACSO/Brasil

Coordenação:

Estevão Bosco, FLACSO, Brasil
Rebecca Lemos Igreja, Universidade de Brasília, Brasil
Laura Valladares, Universidade Autônoma Metropolitana, México

Equipe:

Otávio Forattini Lemos Igreja
Ana Luíza de Freitas Viana

Comissão científica:

Alexandra Poli, EHES, França
Alexandre Veronese, Universidade de Brasília, Brasil
Bryant Garth, UC Irvine, Estados Unidos da América
Camilo Negri, Universidade de Brasília, Brasil
Cristina Oehmichen, UNAM, México
David Sanchez Rubio, Universidad Sevilla, Espanha
Debora Bonat, Universidade de Brasília, Brasil
Elissa Lister, Universidade Nacional de Colômbia, Colômbia
Fabiano Hartmann Peixoto, Universidade de Brasília, Brasil
Fernando Antonio de Carvalho Dantas, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Francisco Valdez Ugalde, FLACSO, México
Gustavo Marín Guardado, CIESAS, México
Karina Ansolabehere, UNAM, México
María Teresa Sierra Camacho, CIESAS, México
Michel Wieviorka, FMSH, França
Odile Hoffmann, Institut de Recherche pour le Développement, França
Raquel Yrigoyen Fajardo, Instituto Internacional de Derecho y Sociedad-IIDS, Peru
Regina Martínez, CIESAS, México
Rebecca Lemos Igreja, Universidade de Brasília, Brasil
Talita Tatiana Dias Rampin, Universidade de Brasília, Brasil

Diagramação e Design:

Cleyton Santos Ferreira

